

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS — UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

HIRÃ SOARES JUSTO

**TRABALHO E CONHECIMENTO:
aprendizado de trabalhadores ambulantes**

**SÃO LEOPOLDO
2019**

HIRÃ SOARES JUSTO

**TRABALHO E CONHECIMENTO:
aprendizado de trabalhadores ambulantes**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, 2019, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS.
Orientador: Prof. Dr. Telmo Adams

SÃO LEOPOLDO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

J96t Justo, Hirã Soares

Trabalho e conhecimento : aprendizado de trabalhadores
ambulantes

[manuscrito] / Hirã Soares Justo. – São Leopoldo : UNISINOS, 2019.
223 f. : il.

Orientador: Telmo Adams.

Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa
de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, BR-RS, 2019.

1. Dialética do conhecimento. 2. Trabalhadores ambulantes –
Praça Central – Alvorada (RS). 3. Trabalho. 4. Formação social
capitalista. 5. Construção do conhecimento. 6. Aprendizado. 7.
Teoria do conhecimento. I. Adams, Telmo, orient. II. Título.

CDU: 165

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

JUSTO, Hirã Soares. **O Trabalho e Conhecimento**: aprendizado de trabalhadores ambulantes. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para obtenção do título de Doutor em Educação, São Leopoldo, 2019.

Aprovado em: 02/07/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho à minha esposa, com amor, admiração e gratidão por seu apoio, carinho e presença ao longo do período de sua elaboração.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e companheira, Elisabete M. Kirschke, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais vivo de verdade. Obrigado pelo carinho, a paciência e por sua capacidade de me trazer força para enfrentar as agruras da dura jornada do conhecimento.

Ao Professor Telmo Adams, meu orientador e companheiro de caminhada ao longo deste doutorado. Eu posso dizer que a minha formação, pessoal e intelectual, não teria sido a mesma sem a sua ajuda.

Ao Professor Dr. José Clóvis Azevedo, a quem reservo profunda gratidão e admiração por apresentar-me à verdadeira História: aquela construída pelos trabalhadores e suas lutas.

A todos os demais membros da banca que tão generosamente acolheram ao convite, contribuindo decisivamente para a qualidade e o rigor científico desta tese.

A todas as pessoas com quem convivi ao longo desses anos. O exercício de uma produção compartilhada em comunhão com outros pesquisadores nesses espaços acadêmicos foi a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Não tenho para a cabeça
Somente o verso brejeiro,
Rimo no chão da senzala
Quilombo com cativo

Não tenho para o coração
Somente o ar da montanha
Tenho a planície espinheira
Com mãos de sangue e façanha

Não tenho para o ouvido
Somente o rumor do vento
Tenho gemidos e prece,
Rompantes e contratempos

Não tenho para o meu olho
Apenas o sol nascente,
Tenho a mim mesmo no espelho
Dos olhos de toda gente

Não tenho para o meu nariz
Somente incenso ou aroma
Tenho este mundo matadouro
De peixe, boi, ave e homem

Não tenho pra minha boca
Sagrados pães tão somente
Tenho vogal, consoante
Uma palavra entre dente

Tenho pra minha vida
A busca como medida,
O encontro como chegada
E como ponto de partida

Não tenho para o meu braço
Apenas o corpo amado
E assim sendo o descruzo
Na rédea, no remo e no fardo

Não tenho para a minha mão
Somente acenos e palmas
Tenho gatilhos e tambores
Teclados, cordas e calos

Não tenho para o meu pé
Somente o rumo traçado
Tenho improvisado no passo

E caminho pra todo lado.

Tenho pra minha vida
A busca como medida,
O encontro como chegada
E como ponto de partida.¹

¹ Ponto de Partida, composição e música de Sérgio Ricardo – LP / Continental 1979, Do lago à cachoeira.

RESUMO

A temática desta tese integra-se ao esforço coletivo de investigação do grupo de pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). O foco central da pesquisa foi a aprendizagem para o trabalho na formação social capitalista e sua relação dialética na construção do conhecimento. Os sujeitos participantes foram trabalhadores e trabalhadoras autônomos associados, localizados na praça central da cidade de Alvorada, situada no Estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre. Os fundamentos teóricos que sustentam esta pesquisa estão assentados no materialismo dialético, destacando-se entre os principais autores: Hegel, Marx, Engels, Vigotski, Mark Rosental, Prado Junior, Paulo Freire, Leôncio Basbaum e David Harvey. A pesquisa atinge seu propósito à medida que materializa a sistematização de algumas experiências de vida e trabalho destes trabalhadores, ao mesmo tempo em que colabora na construção do campo teórico da Teoria do Conhecimento e propõe outro modelo de representação gráfica da Dialética do Conhecimento, problematizando e incorporando novas categorias teóricas. Conclui-se que os trabalhadores e trabalhadoras da praça central aprendem mediados pelas relações do cotidiano, na luta pela existência, mergulhados em profundas contradições no contexto excludente do mercado capitalista. Em meio às condições históricas de sua época, às quais estão submetidos, considerando a trajetória de vida de cada trabalhador e trabalhadora, o desafio está em uma ação consciente e imperativa que potencialize a práxis do aprendizado na relação com as múltiplas determinações do contexto.

Palavras-chave: Trabalhadores Ambulantes. Dialética do Conhecimento. Aprendizado.

ABSTRACT

JUSTO, Hirã Soares. **The Work in Capitalism and the Dialectic of Knowledge:** Experience and Learning between the street vendors. Thesis (Doctorate) presented to the College of Education of the University of Vale dos Sinos River to obtain the title of Doctor in Education, São Leopoldo, 2019.

.

The thematic of this thesis is part of the collective research effort of the Pedagogical Mediation and Citizenship research group of the Graduate Program in Education of the University of Vale dos Sinos (Unisinos). The main objective of this research is to contribute to the study of learning for work in capitalist social formation and its dialectic relationship with the construction of knowledge, especially through the study of the learning of the associated autonomous workers, located in the central square of the city of Alvorada, located in the State of Rio Grande do Sul, in the metropolitan region of Porto Alegre. Hegel, Marx, Engels, Vigotski, Mark Rosental, Prado Junior, Paulo Freire, Leôncio Basbaum, and David Harvey were the theoretical foundations that support this research that is based on dialectical materialism. The research achieves its purpose, as it materializes the systematization of some life experiences and work of these workers. At the same time, it collaborates in the construction of the theoretical field of Knowledge Theory and proposes another model of graphic representation of the Dialectic of Knowledge, problematizing and incorporating new theoretical categories. It is concluded that the Central Square workers learn mediated by the world in the struggle for existence, plunged into profound contradictions in the exclusionary context of the capitalist market. In the midst of the historical conditions of their time, considering the life trajectory of each worker, the challenge lies in a conscious and imperative action that enhances the praxis of learning in relation to multiple determinations. However, the workers participating in the research, so far, have not become aware of, nor have taken actions to overcome these limitations.

Keywords: Street Vendors. Dialectic of Knowledge. Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Esquema da estrutura da tese, sem data	020
Figura 2	Mapa da localização da praça central de Alvorada/RS, sem data	033
Figura 3	Vista fotográfica da praça central de Alvorada, RS, sem data	033
Figura 4	Print de manchete de O Alvoradense, 05/08/2014	034
Figura 5	Vista do Camelôdromo de Alvorada/RS, 01/2017	036
Figura 6	Fotografia da praça central, Alvorada, RS, 21/09/2016	048
Figura 7	Vista via satélite da área central de Alvorada, RS, 21/06/2018	062
Figura 8	Propaganda SEBRAE/SP	068
Figura 9	Mapa da cidade de Alvorada/RS, sem data	071
Figura 10	Prefeitos de Alvorada/RS, sem data	074
Figura 11	Prefeitura Municipal de Alvorada, sem data	080
Figura 12	Operação Cartola, 06/07/2011	090
Figura 13	Mapa aéreo mostrando unidades habitacionais, 2018	092
Figura 14	PIB de Alvorada, sem data	093
Figura 15	Relação empresas x ano, Alvorada, sem data	095
Figura 16	Violência em Alvorada, 06/06/2017	098
Figura 17	Esquema da Unidade do Capital, sem data	101
Figura 18	Esquema da Infraestrutura Econômica Capitalista, sem data	107
Figura 19	A Diferença entre Preço e Valor - Warren Buffet	109
Figura 20	Estoque de Empregos, 2018	116
Figura 21	Esquema simplificado da dialética, sem data	173
Figura 22	Ciclo da dialética, sem data	174
Figura 23	Fluxo da dialética, sem data	174
Figura 24	Ciclo do Conhecimento, 1966	176
Figura 25	Relação: Mundo – Aprendizado – Conhecimento, sem data	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Valor Agregado Bruto, por setor econômico, sem data	094
Tabela 2 Alvorada, empresas x ano, sem data	095
Tabela 3 Lógica Formal x Lógica Dialética, sem data	167

LISTA DE SIGLAS

ABITRIGO — Associação Brasileira da Indústria do Trigo
ACIAL — Associação Comercial e Industrial de Alvorada
ARENA — Aliança Renovadora Nacional
AVAA — Associação dos Ambulantes de Alvorada
BDTD — Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA — Centrais Estaduais de Abastecimento
CEPERGS — Central dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CGC — Cadastro Geral de Contribuintes
CNPJ — Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COFINS — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COHAB — Cooperativa Habitacional
COOMEC — Cooperativa Industrial Mecânica dos Trabalhadores da Wallig Sul Ltda
CORSAN — Companhia Rio-grandense de Saneamento
CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTG — Centro de Tradições Gaúchas
CTI — Centro de Tratamento Intensivo
FEE — Fundação de economia e estatística do estado do Rio Grande do Sul
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH — Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS — Imposto Sobre Serviços
JOC — Juventude Operária Católica
MDB — Movimento Democrático Brasileiro
MEI — Micro Empreendedor Individual
MTG — Movimento de Tradicionalista Gaúcho
NDLTD — *The Networked Digital Library of Theses and Dissertations*
OCERGS — Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
ONG — Organização Não Governamental
PGPQ — Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade

PIB — Produto Interno Bruto
PIS — Programa de Integração Social
PT — Partido dos Trabalhadores
PUC — Pontifícia Universidade Católica
SCIELO — Scientific Eletronic Library Online
SEBRAE — Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
UAMA — União das Associações de Moradores de Alvorada
UAMA — União das Associações Municipais de Alvorada
UFPR — Universidade Federal do Paraná
UFSCAR — Universidade Federal de São Carlos
UMEA — União Municipal dos Estudantes de Alvorada
UNICAMP — Universidade de Campinas
UNISINOS — Universidade do Vale do Rio dos Sinos
URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP — Universidade de São Paulo
VAB — Valor Agregado Bruto
VAL — Viação Alvoradense Ltda
WWF — World Wide Fund for Nature
ZDI — Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	MÉTODO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA.....	21
2.1.	O MÉTODO CRÍTICO MARXIANO	21
2.2.	OS PROCEDIMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	28
3	OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS.....	32
3.1.	O CAMELÓDROMO	35
3.2.	REUNINDO AS PRIMEIRAS INFORMAÇÕES	37
3.3.	3.3 AS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	44
3.4.	AS ENTREVISTAS QUALITATIVAS.....	45
3.5.	O APRENDIZADO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO E VENDA.....	60
4	SÍNTESE DA ECONOMIA POLÍTICA DE ALVORADA, RS.....	70
4.1.	POLÍTICAS PÚBLICAS E LUTAS POPULARES	74
4.2.	TRAJETÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO.....	92
5	AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO	100
5.1.	A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA.....	100
5.2.	A SUPERESTRUTURA E SUA COMPLEXIFICAÇÃO	101
5.3.	A INFRAESTRUTURA EM CADA MOMENTO HISTÓRICO.....	104
5.4.	AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CAPITAL	112
5.4.1.	<i>Alijar o trabalhador dos meios de produção e de subsistência</i>	<i>113</i>
5.4.2.	<i>Separar o homem da natureza</i>	<i>113</i>
5.4.3.	<i>Extrair continuamente mais valor.</i>	<i>113</i>
5.4.4.	<i>Mercantilização de todos os bens da vida.....</i>	<i>117</i>
5.4.5.	<i>Fazer crer que é moral e legítimo tudo que produz lucro.....</i>	<i>118</i>
5.4.6.	<i>Aumentar a desigualdade de renda e oportunidades.....</i>	<i>120</i>
5.4.7.	<i>Privatização: poucos possuem aquilo que deveria ser de todos.</i>	<i>121</i>
5.4.8.	<i>Estranhamento do homem com o produto de seu trabalho.</i>	<i>122</i>
5.4.9.	<i>Reificação humana: desumanização</i>	<i>123</i>
5.4.10.	<i>Destruição da diversidade biológica e cultural.</i>	<i>123</i>
5.5.	O TRABALHO NO CAPITAL.....	125
5.6.	O FUTURO DO CAPITAL E DA HUMANIDADE.....	135
6	A DIALÉTICA DO CONHECIMENTO	137
6.1.	6.1 A REALIDADE MATERIAL COMO BASE DO CONHECIMENTO	146
6.2.	6.2 A DIALÉTICA HEGELIANA E A DIALÉTICA MATERIALISTA.....	149
6.3.	6.3 LEIS DA DIALÉTICA.....	155
6.3.1.	<i>Conteúdo e Forma.</i>	<i>160</i>
6.3.2.	<i>Causas e Efeitos</i>	<i>161</i>
6.3.3.	<i>Aparência e Essência</i>	<i>161</i>
6.3.4.	<i>O geral e o particular.....</i>	<i>162</i>
6.3.5.	<i>Relativo e o absoluto</i>	<i>162</i>

6.3.6.	<i>Teoria e prática</i>	163
6.3.7.	<i>Abstrato e concreto</i>	164
6.4.	CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM	165
6.4.1.	<i>Aprendizado</i>	167
6.4.2.	<i>O Conhecimento</i>	169
6.4.3.	<i>A representação do processo de conhecimento na dialética</i>	171
6.4.4.	<i>O ciclo do conhecimento dialético</i>	173
6.4.5.	<i>A Representação da Dialética Materialista do Conhecimento</i>	175
6.5.	6.5 A PRÁXIS E O TRABALHO HUMANO.....	178
6.5.1.	<i>Mediação</i>	179
6.5.2.	<i>A linguagem</i>	181
6.6.	CONHECIMENTO, ALIENAÇÃO E CONSCIÊNCIA.....	187
6.7.	EDUCAÇÃO, TRABALHO E LIBERDADE	191
7	CONCLUSÕES	195
8	REFERÊNCIAS	201
9	APENDICE A - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	208
10	APENDICE B – FORMULÁRIO DAS ENTREVISTAS QUANTITATIVAS	220

1 INTRODUÇÃO

Esta tese se integra ao esforço coletivo de investigação desenvolvido pelo grupo Mediações Pedagógicas e Cidadania, da Linha de Pesquisa Educação, Desenvolvimento e Tecnologias do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos).

O objetivo central desta pesquisa é contribuir para com o estudo da aprendizagem para o trabalho na formação social capitalista e sua relação dialética na construção do conhecimento, com ênfase no estudo do aprendizado dos trabalhadores autônomos associados, localizados na praça central da cidade de Alvorada, situada no Estado do Rio Grande do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre.

Complementa o objetivo principal e, ao mesmo tempo, constitui-se como base primordial da pesquisa, o relato da situação atual e da trajetória de vida de uma parcela dos trabalhadores e trabalhadoras da praça central de Alvorada, seu aprendizado para o trabalho e os obstáculos que encontraram, bem como suas limitações e para compreensão das complexas determinações das suas atuais condições de vida e trabalho.

Dentre toda uma série de razões e justificativas para este estudo, pode-se afirmar sua relevância educacional, social, política e econômica para os entrevistados, como ficou evidenciado em suas entrevistas, com a valorização demonstrada ao pesquisador, quando indagados sobre suas vidas e sua aprendizagem para o trabalho. A pesquisa articula-se aos estudos do campo Trabalho e Educação, com destaque à atualização da Teoria do Conhecimento, especificamente, a Dialética do Conhecimento no contexto da formação social capitalista.

A afinidade do pesquisador com o problema e a necessidade de registro desses processos de ensino e aprendizagem dos trabalhadores do comércio de rua, tão pouco presentes nos trabalhos de pesquisa educacional, motivaram a seleção, na esperança de que este estudo possa contribuir para o campo da pesquisa em Educação, com mais um olhar crítico e propositivo sobre o tema.

As bases teóricas que fornecem sustentação a essa tese têm como raízes o método crítico de matriz marxiana, sua concepção metodológica e ontológica, em

especial, a Teoria do Conhecimento.

A reflexão decorrente de todo este estudo, — acredito —, permitiu aproximar uma resposta à questão proposta e oferecer uma base para futuras investigações apresentadas, tanto na problematização levantada, como na pequena síntese que consta do último capítulo.

O primeiro capítulo apresenta o método da pesquisa e seus procedimentos, destacando o materialismo dialético como instrumental teórico para a compreensão da Formação Social Capitalista na atualidade e, em especial, descrevendo as condições de aprendizado para o trabalho na micro realidade de uma praça na cidade de Alvorada/RS.

O segundo capítulo procura apresentar o relato das experiências de aprendizado para o trabalho narradas por quatro trabalhadores e trabalhadoras e o resultado das observações efetuadas pelo pesquisador durante o ano de 2017.

O capítulo terceiro parte do entendimento de que estes trabalhadores em sua atual condição de vida são produto de uma série de tensões e de contradições que ocorreram no processo da Formação Social Capitalista, na área específica do município de Alvorada, na região metropolitana da capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, país periférico e submetido aos interesses geopolíticos de países hegemônicos. A descrição do processo de formação do município e de sua formação econômica, — juntamente com sua conformação política e sua projeção e interação sobre toda a micro e macro superestrutura social —, vai moldando o cenário no qual os atores sociais estudados, — trabalhadores e trabalhadoras da praça central de Alvorada —, atuam e dentro do qual se delimita também a plasticidade de suas possíveis ações.

O quarto capítulo procura discutir a relação dialética existente entre a práxis de vida e trabalho no contexto da Formação Social Capitalista e suas contradições na atualidade. Os argumentos que compõem esse capítulo têm uma das bases de apoio para sua reflexão na pesquisa de Harvey (2016) relacionadas às contradições do capitalismo no século XXI. Embora David Harvey (2016) tenha extraído seus argumentos das leituras das obras de Marx e de Engels, sua abordagem teórica tem o mérito de acompanhar criticamente o movimento do capital até a atualidade.

O quinto capítulo tem o propósito de, partindo dos relatos, observações e

diálogos obtidos na pesquisa, aprofundar o estudo do processo de produção de conhecimento para a vida e o trabalho desses trabalhadores, que extraem o seu sustento da produção e da venda de mercadorias na praça central de Alvorada. O tópico encontra, na obra de Prado Júnior (1963), um dos pioneiros no Brasil no estudo da Dialética do Conhecimento, uma importante referência. Esse tema constitui um campo de estudo muito pouco explorado, sempre limitado por visões compartimentadas, restritas à ótica da Psicologia da Educação ou mesmo pela Didática.

É extremamente escassa a literatura relacionada à dialética dos processos mentais de conhecimento no adulto e, muito mais difícil ainda, é encontrar referências que tenham a lógica da contradição como fundamento teórico, fato que constituiu um enorme desafio à produção das presentes reflexões.

O sexto é dedicado ao estudo sistemático da Dialética do Conhecimento, problematizando, entre outros, os temas da natureza do Conhecimento e da Aprendizagem. Nele são apresentadas as lógicas da forma e do movimento, as leis da dialética e uma reflexão sobre o Conhecimento e sua antítese: a Alienação; as principais representações gráficas da dialética, incluindo uma contribuição própria sobre essa questão e uma retrospectiva das principais teorias da Psicologia da Aprendizagem.

Encerra a tese, no último capítulo denominado conclusões, com uma síntese dos resultados encontrados pela pesquisa e alguns apontamentos para futuras investigações e ampliação dos presentes estudos.

Segue-se diagrama do conjunto da tese:

Figura 1 — Esquema da estrutura da Tese



Fonte — criação gráfica do autor.

2 MÉTODO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

2.1. O método crítico marxiano

O método de Marx vai além da simples descrição de uma dada realidade ou fenômeno: ele deve superar a aparência e mergulhar nas entranhas dos objetos estudados (NETTO, 2011). No caso concreto, o procedimento adotado foi a aproximação sistemática dos comerciantes localizados na praça, contato esse efetuado e aprofundado pelo pesquisador com persistência pelas diversas visitas realizadas. Algumas barreiras culturais foram transpostas pela postura do pesquisador perante esses trabalhadores, em especial, pelo respeito demonstrado aos seus temores e pela superação de eventuais dificuldades de comunicação. A pesquisa, nesse sentido, consistiu, sem dúvida, em tarefa difícil, uma vez que a interação entre pesquisador e os comerciantes, em um primeiro momento, necessitou da construção de uma relação de mútua confiança. De registrar que, por maior que seja a experiência que o pesquisador já tenha como participante ativo de movimentos populares e como trabalhador militante de base, ele não deixou de encontrar dificuldades de convencimento, ainda que em casos isolados.

A crítica da relação de aprendizagem, apesar de não se restringir a uma descrição, por mais densa e elaborada que seja, também não dispensa a análise da forma. A aparência é parte integrante e indissolúvel da unidade, esta última, por sua vez, síntese entre a aparência e a essência do fenômeno. Neste sentido a observação da realidade por todas as ações possíveis de captação da realidade foram válidas.

A busca da síntese é obtida com o estudo da estrutura, dinâmica e contradições do objeto de estudo, entendido aqui como sujeitos humanos em sua relação de aprendizagem no mundo do trabalho. Todas as informações reunidas no processo de investigação são importantes: a disposição das bancas, o horário de trabalho, as ausências, as dificuldades, enfim, uma infinidade de variáveis e condições que são parte integrante do que está para ser conhecido e criticado.

É necessário enfatizar que, o pesquisador não está em uma postura inerte. Ele inevitavelmente se constitui em elemento ativo do processo de pesquisa, pois ele mesmo, observando e produzindo dados, age sobre o objeto, influencia, modifica e acaba por construir uma nova condição nesse objeto. A teoria que embasa a pesquisa

também é plástica. O marxismo não é um dogma, mas um princípio de ação, um foco de luz que ilumina o olhar do pesquisador. Este último, por sua vez, acaba por se modificar, atingindo uma amplitude de significados, por mais limitados que possam ser os resultados da crítica realizada. Essa crítica também não pode ser um exercício de retórica, um jogo de palavras que serve apenas para engordar publicações acadêmicas e estender o *lattes* do pesquisador. O sentido da pesquisa é desvelar as contradições, é evidenciar as relações de opressão e de exploração, é dar visibilidade a um conjunto de trabalhadores até então, pouco valorizados na pesquisa científica.

O processo vai da teoria à prática e vice-versa, não em círculos, mas em saltos qualitativos de conhecimento. Quanto maior o número de informações obtidas, quanto mais questionadas, relacionadas, clarificadas, discutidas e problematizadas forem, tanto mais aproximações estarão sendo feitas da essência do objeto criticado.

O método de Marx é fundamentalmente um processo de elaboração teórica e de confrontação da realidade concreta, como referência de verdade possível; ele é contínuo e sistemático; não é destinado a documentar, mas a servir de ferramenta para a *práxis* efetiva dos trabalhadores em busca da emancipação e da libertação das agruras do capital.

A economia solidária e popular é o cenário, a tela onde se desenham novas relações de produção e de distribuição proletárias que podem se constituir no modelo orientador do objetivo a ser atingido: uma outra economia, alternativa ao capitalismo. Mesmo que imprecisa, insipiente, contraditória, ela está presente, efetivamente se construindo nos escombros da crise do capitalismo, talvez como utopia, e talvez como a única saída possível à barbárie.

Na pesquisa junto aos feirantes, — os comerciantes operam em um local da praça específico e formam uma feira permanente —, o diálogo acabou por se sobrepor à entrevista, ainda que perguntas predeterminadas servissem de orientação ao pesquisador. A proposta não se tratava, em nenhum sentido, de uma coleta unidirecional de dados por meio de formulários ou gravação. A realidade viva e pulsante do modo de vida desses trabalhadores juntamente com o aprendizado de suas práticas deram a tônica ao trabalho intelectual do pesquisador, aliados ao rigoroso confronto com os dados obtidos pela observação e pelo diálogo. Com outros estudos, novas questões surgirão por certo, pois há lacunas, alguns dados permanecem incompletos e muito do que se aparenta como estabelecido sabe-se ser

transitório, reflexo momentâneo de um contínuo processo de transformação na trajetória de vida desses trabalhadores.

Nesse sentido, Netto (2011, p. 21) afirma: “A teoria a ser construída é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador — é o real reproduzido e interpretado no plano ideal do pensamento”. Assim, a tese não tem a pretensão de ser conclusiva, tarefa impossível numa realidade em mudança; ainda assim, ela procura ser fiel ao grau de desenvolvimento da crítica obtida, através dos dados disponíveis captados no decorrer da pesquisa.

A descrição e a sistematização do processo são tão importantes quanto os resultados, desta forma todos os procedimentos realizados procuraram ser documentados e expressos na presente tese.

Quando se fala em crítica, na perspectiva teórica de Marx, isso implica em delimitar uma série de conceitos e de categorias sem as quais é impossível a práxis no campo empírico. Por exemplo, quando se refere à crítica, o sentido é bem preciso:

Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer o exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. (NETTO, 2011, p. 16)

O método dialético implica em uma revisão e reflexão crítica totalizante, porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes, a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. É um estudo sobre a produção do conhecimento que envolve concretamente o objeto, e uma análise revolucionária, porque a interpretação crítica do objeto adere a ele destrutivamente (IANNI, 1988).

A categoria Totalidade, um dos mais caros conceitos ao pesquisador, fundamenta-se na visão crítica sustentada pela Dialética Materialista. Neste trabalho, ela é entendida da forma como foi explicitada por Lukács.

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra,

em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (Lukács, 1967, p. 240)

A Totalidade é essencial para a compreensão global do capitalismo, afastando o aprisionamento do saber em escaninhos estanques e isolados da realidade.

O conceito de totalidade é chave para entender o processo produtivo do capitalismo. No entanto, em geral, a concepção de conhecimento e as práticas de ensino dominantes balizam-se pelo exame das partes isoladas, pela fragmentação, encobrindo os laços entre os fenômenos e a essência das relações sociais. Este processo faz o deslocamento do todo na compreensão da realidade para a parte. (AZEVEDO e REIS, 2016, p.149)

É preciso destacar que Marx, como afirma Netto (2011), nunca escreveu explicitamente sobre o seu método de estudo. Ele deixou, porém, implicitamente, informações sobre o seu processo de pesquisa nas obras que escreveu, principalmente na sua produção de maior repercussão, O Capital, Crítica da Economia Política, no primeiro volume publicado em 1867.

Já nos apontamentos escritos por Marx, conhecidos como Introdução à Crítica da Economia Política, identificam-se alguns pressupostos fundantes de seu método, principalmente as categorias que evidenciam o Materialismo Histórico Dialético e fornecem a sustentação metodológica para os seus estudos de Economia Política.

Ao criticar autores clássicos como Adam Smith, Ricardo e Rousseau, Marx assinala uma característica que diferencia sua concepção da desses teóricos. Para Marx, eles cometeram um erro fundamental ao se apoiarem nas “aparências”, quando não consideraram o indivíduo na sociedade, como produto do seu tempo e como resultado de um longo processo da natureza em sua relação com o homem.

Veem não como um resultado histórico — porque o consideram como um indivíduo, mas como ponto de partida da História, porque o consideram como um indivíduo conforme à natureza — dentro da representação que tinham de natureza humana; que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Esta ilusão tem sido partilhada por todas novas épocas até o presente. (MARX, 1978, p. 103-104)

O ponto de partida, o objeto de estudo no método Marxiano tem como base a produção material não pensada de forma mecânica, como uma relação fechada de causa e efeito, mas como um processo dialético em que as condições objetivas se relacionam com as subjetivas, se interpenetram, se contradizem e se superam.

O que Marx denomina de Produção consiste em um grau determinado de conhecimentos adquiridos por indivíduos produzindo socialmente com os recursos materiais e tecnológicos disponíveis naquele momento histórico. Não se trata, portanto, de um homem em abstrato, mas de um ser concreto e social.

[...] uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. (MARX, 1978, p. 104).

Quando Marx se refere à Produção está se referindo, portanto, a relações sempre específicas, necessárias à produção e à reprodução da vida, e que acontecem independentemente dos desejos conscientes dos homens. Tratam-se de relações de produção sempre inerentes a uma época histórica, a uma etapa determinada no processo de acúmulo e desenvolvimento de recursos e de conhecimentos da humanidade.

Seguindo sempre um raciocínio complexo, nada simplificador, muito menos mecanicista, o mesmo Marx alerta para o fato de que: “As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial [...]” (MARX, 1978, p. 105). Deste raciocínio, depreende-se que a proposição de uma pesquisa, utilizando o método crítico marxiano, deve considerar o geral, o particular e a totalidade que envolve a ambos, no processo de seu movimento e de suas contradições.

Quanto ao ponto de partida de seus estudos, Marx (1978, p. 116) explica seu método na obra Introdução à Economia Política, observando que, se o caminho para a compreensão de um país fosse a população, as classes, as categoria econômicas, a produção ou o consumo, partir-se-iam de abstrações idealizadas que levariam a um conhecimento falso da realidade, pois se chegaria apenas a uma representação parcial da realidade que é composta de elementos que precisam ser considerados em suas relações, e não isoladamente, independente da que tomássemos como origem.

Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas

desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (MARX, 1978, p. 116)

Aqui, mais uma vez, somos surpreendidos pela complexidade do raciocínio do autor de O Capital, quando ele explica que nem sempre a aparência é a existência real de um fenômeno na sua totalidade. Afirma que, se a aparência coincidissem plenamente com a essência dos fenômenos e coisas, a ciência tal como nós a conhecemos hoje não teria sentido, na medida em que bastaria observar para conhecer a totalidade dos objetos pesquisados. Interessante é a consideração de Netto (2011) sobre o que é a teoria e a construção científica para Marx:

Para ele, teoria não se reduz ao exame sistemático das formas estado de objeto, com o pesquisador descrevendo detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta — à base de hipótese que apontam para relação de causa/efeito. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos. (NETTO, 2011, p. 20).

O conhecimento teórico, — indissolúvel da realidade concreta, historicamente determinada, e inseparável do sujeito que pesquisa —, consiste em um produto social, coletivo, contraditório e em perpétuo movimento, sempre uma síntese provisória de múltiplas determinações socialmente acumuladas, ainda que nem sempre igualmente apropriadas pelo conjunto das civilizações. Conhecimento do real (ainda que em aproximação sucessiva) da estrutura e dinâmica da existência real efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador.

Prado Junior (1973), explica que o ato de conhecer tem acepções diferentes no ponto de vista da metafísica e no método de Marx:

O conhecimento não é de coisas, entidades, seres, a sua essência — como propõe a Metafísica; e sim de tais relações que se trata de descobrir, apreender e representar mentalmente. E são as representações assim formadas (que ordinariamente denominamos ideias, conceitos) que precisamente constituem o corpo do que entendemos por Conhecimento em geral e a Ciência em particular, uma vez que a ciência não é mais que aquela parte do Conhecimento melhor sistematizado e deliberadamente elaborado. (PRADO JUNIOR, 1973, s/n)

Quando se fala em relações, no método marxiano de conhecimento, também é necessário precisar o que significa o termo “relação” que também tem um significado preciso. Afirma Prado Junior (1973) que “relação” é concebida como a maneira ou

modo como as “feições ou situações”, que constituem a realidade exterior ao pensamento, se comportam, isto é, a maneira como o pensamento trata de apreender e representar mentalmente a realidade existente. Esta relação envolve todos os objetos interligados em uma totalidade, integrados em uma disposição sincrônica e diacrônica dos mesmos objetos, espacial e temporalmente, formando a totalidade que eles constituem.

Em suma, os objetos do Conhecimento, que são as feições e situações da realidade que se trata de conhecer, embora se discriminando e individualizando, o fazem como elementos do sistema de relações em que se totalizam e unificam, e em função dele. (PRADO JUNIOR, 1973, s/n)

O ato do conhecer as relações pode ser observado no próprio trabalho de Marx quando este explica, no prefácio à Crítica da Economia Política, o erro que poderia ter cometido se considerasse a realidade de forma superficial e dissociada do complexo conjunto de suas relações.

A diferença que se revela tão clara na exposição de Marx, entre dois pontos de partida distintos, partir do todo complexo e seguir pelo método de análise, separando, dissecando do todo, as partes; ou partir do concreto — em suas infindáveis determinações — e aproximar-se da totalidade dos fenômenos ou coisas por meio do raciocínio num processo de síntese. Sempre entendendo que o pensamento também é um processo material, social, biológico, histórico e concreto. Nas palavras do Karl Marx:

No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas, esse não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. (MARX, 1978, p. 116-117)

Outra questão importante ao examinar-se qualquer fato ou fenômeno pelo método marxiano é o cuidado quanto à redução, ou decomposição do todo em elementos. Vygotsky, o teórico soviético, na obra “Pensamento e Linguagem”, explica que se o pesquisador se limitasse a pesquisar pensamento e linguagem de forma separada, como elementos isolados, cometeria o mesmo erro de tentar explicar as propriedades da água pela composição dela nos elementos químicos oxigênio e

hidrogênio, que isoladamente são muito diferentes da molécula da água. Portanto, na pesquisa realizada, um cuidado que este pesquisador teve foi o de evitar, de toda a forma, o erro do reducionismo, tomando os indivíduos pesquisados como elementos isolados do todo sem considerar as relações estabelecidas que constituem a totalidade estudada: um conjunto de trabalhadores tirando o seu sustento do trabalho, atuando em uma praça.

Dentro de uma perspectiva que tem a totalidade como referência epistemológica, é indissolúvel a relação existente entre os múltiplos aspectos e determinações do todo. Não é possível refletir sobre o trabalho e os trabalhadores do comércio na praça sem referenciar os alicerces que sustentam esta forma de distribuição de mercadorias e sua ideologia dentro do modo de produção capitalista.

A manutenção do sistema capitalista e sua reprodução ocorrem através de uma superestrutura específica. É ela que cumpre a função de estabelecer as bases políticas, jurídicas e ideológicas, sustentáculos desse modo de produção, bem como de suas contradições e desigualdades. Ocorre que esta superestrutura jurídica, política, social e ideológica possui também contradições, pois é uma constante de forças, em permanente atrito, oriundas todas dos diversos interesses de classes em luta. A ideia da possibilidade de uma nova sociedade e de uma nova economia surge justamente desse embate de interesses e expressa-se por muitos matizes ideológicos e correntes de pensamentos diversas.

2.2. Os procedimentos de operacionalização da pesquisa

Esta pesquisa, como prática que envolve um mercado de cunho popular, realizada diretamente junto a trabalhadores pobres e excluídos, também assume a função problematizar o aprendizado, dentro do enfoque epistemológico que se distingue da pesquisa convencional, pretensamente impessoal e objetiva, pois se posiciona dentro de uma perspectiva crítica, materialista e dialética.

É um esforço de produção teórica e uma prática que nasce com o propósito de conhecimento de uma realidade particular em suas características específicas. Por outro lado, todavia, tem, nas suas causas e determinações, traços comuns a todos os trabalhadores que se encontram em situação similar no mercado de trabalho popular, exercendo suas atividades em ruas e praças.

O ordenamento dos dados obtidos, a crítica de sua aparência e a imersão

intelectual na busca das contradições e determinações neste enfoque não se limitam à simplicidade de um ato diletante de conhecer por conhecer, mas são, de preferência, a resultante de um esforço voltado à aquisição de conhecimentos que permitam intervir e transformar as raízes desses processos em ações futuras.

Cabe ressaltar que, um dos principais, — senão mesmo o principal —, destinatário da escrita de uma tese é o mundo acadêmico, por tratar-se de uma escrita destinada a retroalimentar a construção do saber científico, oferecendo a outros pesquisadores mais um patamar de conhecimento que lhes permita alçar novas descobertas e avanços.

Acredita este pesquisador que a produção da sistematização teórica não é um ato isolado, personalíssimo, que se ergue da capacidade de elaboração do construtor da tese, mas que ele próprio é um construto do meio social, que reflete o saber acumulado de sua experiência de vida e que é influenciado pela percepção do grau de acúmulo do conhecimento da humanidade, do qual se apropriou para elaborar a reflexão crítica. Ele não está, portanto, isento de erros e de imprecisões, como qualquer sujeito imerso no seu tempo e na sua época.

A pesquisa que resultou nesta tese teve como procedimentos operacionais uma fase inicial de contato com os trabalhadores, apresentação do pesquisador e explicação da natureza da pesquisa e seus objetivos científicos. A ação foi facilitada pela circunstância de que todos trabalham em um único local, próximos uns dos outros, localizados em uma praça. Nesse primeiro momento, a recepção foi extremamente calorosa, praticamente sem nenhuma resistência; ao contrário, observou-se mesmo um sentimento de valorização, pelo fato de esses trabalhadores serem vistos e lembrados.

Vencida a fase inicial de contato e apresentação, seguiu-se uma série de visitas e observações do pesquisador, interessado, neste momento, na forma como os trabalhadores ocupavam o espaço, no número de pessoas que circulavam na praça, nos horários, no posicionamento das bancas e na identificação do conjunto das atividades que se processava na praça e em seu entorno.

A primeira abordagem foi direcionada especificamente aos 25 vendedores associados que atuam no camelódromo: uma estrutura física com telhado localizada na Praça Central de Alvorada/RS e destinada à venda de materiais diversos, tais como artesanato, produtos industrializados e mercadorias importadas e nacionais.

A relação estabelecida consistiu na coleta de dados, através de um formulário de pesquisa abrangente da totalidade das bancas abertas (14 na ocasião: 6 de fevereiro de 2017). Dito formulário integra esta tese no apêndice B e sua aplicação, em caráter quantitativo, ocorreu quando a pesquisa se encontrava ainda em sua fase inicial, como projeto devidamente apresentado à banca de qualificação da tese.

As indagações, seguindo a ordem do formulário, foram realizadas oralmente, com as respectivas respostas registradas por escrito pelo autor. Posteriormente os conteúdos dos formulários de dados foram tabulados, com os resultados expostos na presente tese.

As quatro entrevistas qualitativas, com questões não diretivas, foram realizadas em 13 de novembro de 2017, em Alvorada, RS. A seleção foi uma escolha arbitrária do pesquisador guiada pela experiência e critérios subjetivos, mas com a cautela de buscar representar, da melhor forma possível, o universo dos trabalhadores daquela praça.

A fase seguinte consistiu na sistematização das respostas e na criação de um relato de máxima descritividade na exposição das informações obtidas. O conjunto bruto destes relatos estão presentes no apêndice A – transcrição das entrevistas. Nessa fase da pesquisa a intenção do pesquisador foi a de registrar o maior número possível de observações ocorridas nas entrevistas, realizadas todas em uma única tarde. O relato, contido na tese foi produzido imediatamente após a conclusão das entrevistas preservando ao máximo as impressões do pesquisador.

As observações do pesquisador não seguiram procedimentos de cunho tipicamente etnográficos, (registro em diário de campo, vivência de experiências, ampla documentação fotográfica e outras ações inerentes a essas modalidades de pesquisa). Os procedimentos adotados seguiram a concepção materialista dialética que não supervaloriza o campo empírico em detrimento da investigação teórica, pois parte da premissa de que a teoria é o concreto abstrato e a realidade aparente não fornece todo o referencial necessário à crítica dialética dos fatos. Afinal, como várias vezes foi enfatizado pelo marxismo clássico, se a pura observação desse conta da compreensão da realidade a investigação científica seria absolutamente desnecessária e a ciência seria substituída pela pura experimentação.

Em paralelo aos procedimentos de obtenção das informações referentes ao

processo de ensino- aprendizagem dos trabalhadores selecionados, transcorreu um extenso e minucioso processo de leitura dos textos dos autores selecionados, procurando-se, em seus escritos, os conceitos relacionados aos objetivos da pesquisas. Com base nas informações coletadas e na produção teórica obtida na pesquisa bibliográfica foi estruturada, então, a presente tese, que consiste em uma síntese provisória dos resultados alcançados pelo pesquisador até o presente momento e uma autocrítica dos próprios dados alcançados.

Nessa tese o leitor não encontrará uma ampla exposição das experiências de vida, porque isso consistiria em um objetivo distinto da pesquisa. O escopo adotado é a busca da concepção de aprendizagem para o trabalho destes sujeitos e os limites de seus conhecimentos interpostos pelo processo de alienação efetuado pela ideologia capitalista dominante.

3 OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Os sujeitos desta pesquisa são fundamentalmente os trabalhadores, especificamente aqueles que exercem a atividade de comércio, formal e informal, na praça central de Alvorada/RS, conhecida como Praça Central João Goulart.

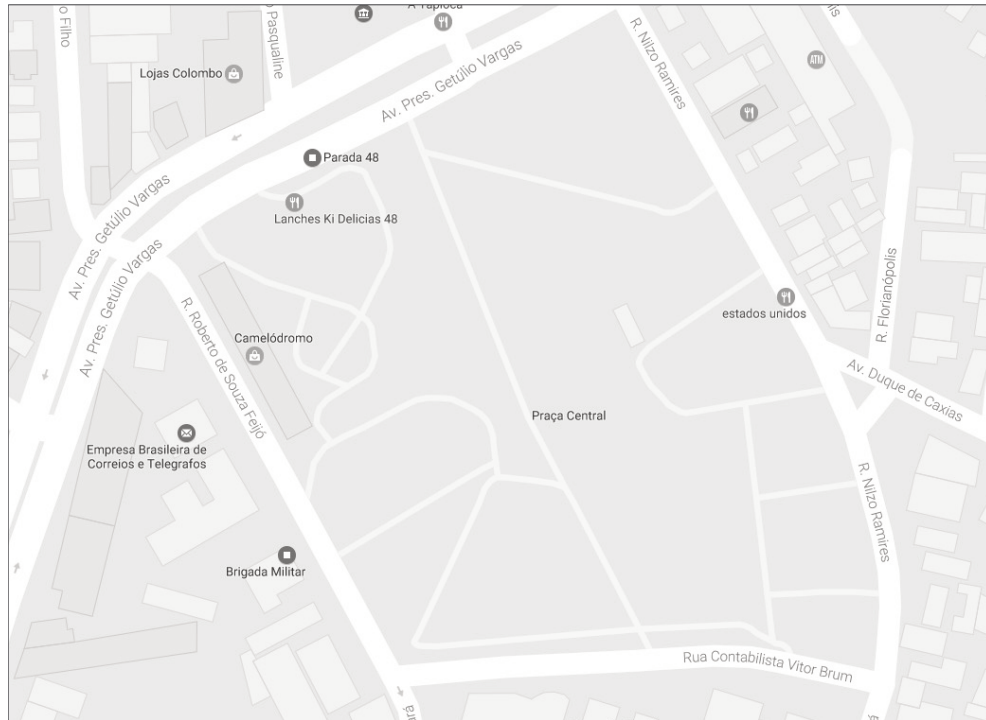
Este estudo abarca os integrantes da Associação dos Ambulantes de Alvorada – AVAA, organização de cunho econômico popular, localizada no município de Alvorada, fundada em 30 de novembro de 1999, registrada sob o número 04.016.090/0001-60 no Cadastro Geral de Contribuintes — CGC. Tem como membros, identificados no ano de 2017, 25 famílias que exercem suas atividades comerciais na praça central da cidade.

Além desses foram questionados e forneceram uma valiosa contribuição, os comerciantes do ramo de alimentação, igualmente presentes na praça central de Alvorada, e que integram duas outras associações de trabalhadores e totalizam outros 15 trabalhadores e trabalhadoras.

Integra a observação também uma série de indivíduos que se deslocam, informalmente, vendendo os mais diversos produtos em tabuleiros improvisados, estendendo toalhas com itens importados e artesanais. Dentre eles, destacam-se principalmente alguns imigrantes que encontram nessa atividade sua única forma de sobrevivência.

A aproximação com os trabalhadores ocorreu após um levantamento, nos três jornais locais de Alvorada, todos disponíveis na Internet para a consulta: O Alvoradense, A Semana e o Jornal de Alvorada. A procura consistiu em localizar informações sobre alguma entidade que pudesse ter características econômicas populares e/ou solidárias. Neste momento já era do conhecimento deste pesquisador que existia um conjunto de trabalhadores na praça central da cidade e que exerciam as atividades de comércio. Surpreende-se, o pesquisador, com a escassez de matérias, nos últimos cinco anos, referentes ao trabalho desses vendedores, praticamente invisíveis, trabalhando na principal praça da cidade, no local mais movimentado do município, em frente à prefeitura, sem que nada de interessante a imprensa estivesse a mostrar.... Nas figuras 1 e 2 observa-se a localização geográfica do local da pesquisa.

Figura 2 — Mapa da localização da praça central de Alvorada/RS, sem data.



Fonte — Google Maps.

Figura 3 — Vista fotográfica da praça central de Alvorada, RS, sem data.



Fonte: Google Maps.

Após exaustivas buscas nas bases de dados dos jornais de Alvorada, este pesquisador consegue localizar a publicação de uma matéria, no Jornal O Alvoradense, datada do dia 5 de agosto de 2014, — vide figura 4 —, sobre uma polêmica referente a esses trabalhadores e trabalhadoras da praça central de Alvorada, RS.

Figura 4 — *Print de manchete de O Alvoradense, 05/08/2014.*



Fontel: O Alvoradense.

A Companhia de Energia Elétrica do Estado condiciona o fornecimento de energia elétrica às bancas existentes ao registro de uma pessoa jurídica. Não admite apenas o alvará que todos já possuem registrado na prefeitura. Um grupo, mais antigo e organizado, constitui a Associação dos Vendedores Ambulante de Alvorada —

AVAA, com aproximadamente 50 membros, localizados em uma área delimitada para barracas, conhecida popularmente por “Camelódromo” pela população. Ocorre que, dispersos pela praça, existem também outros vendedores de produtos de alimentação e mesmo de mercadorias similares às vendidas nas bancas. Isso provoca protestos quanto à representatividade da AVAA e sua orientação política de crítica pública à administração vigente na prefeitura. Nenhuma matéria foi publicada posteriormente explicando o desfecho da história.

Com este pequeno exemplo, é possível dimensionar o quanto esses trabalhadores não são reconhecidos e valorizados pela imprensa, que os mantém ocultos, embora estejam extremamente expostos a todos que os queiram ver. No caso relatado, observa-se o contraditório, os interesses divergentes, um debate vivo sobre as condições de trabalho perante o poder do estado, sem informações claras, sem continuidade, sem contexto, um fato solto, publicado mais pelo inusitado do que pelo desejo de documentar a história e dar voz a um importante segmento da sociedade.

3.1. O camelódromo

O termo “Camelódromo”, que é de uso comum e que aparece, inclusive, grafado no *Google Maps*, designando o local dessa feira de rua, — na figura 5 —, tem como origem a palavra árabe *khamlat*, “tecido de lã”, metaforicamente designando “material grosseiro e barato”, que no francês origina a palavra “*camelot*” com o significado de “mercador que vende bugiganga ou outros artigos, nas ruas” (CUNHA, 2010, p. 118). O site de Etimologia² (2017) esclarece que o sufixo grego “*dromo*” é usado, atualmente, com certa frequência para produzir a ideia de ajuntamento, tal como no vocábulo fumódromo, sambódromo, ou outro qualquer, embora tenha como significado originário “corrida”, tal como em velódromo ou autódromo.

Afirma o etimologista Deonísio da Silva, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), na reportagem da Revista Mundo Estranho (2011)³, que as variações na língua francesa assimilaram o sentido pejorativo da palavra ao verbo *cameloter*, verbo este registrado pela primeira vez no século XVII, significando “vender quinquilharias ou proceder sem polidez”. Dois séculos depois, a palavra *camelote* foi usada com o sentido de “mercadoria grosseira, de acabamento insuficiente”. A partir

² Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/?s=Camel%C3%B3dromo>. Acesso em: 31/05/2019.

³ Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/por-que-os-vendedores-ambulantes-sao-chamados-de-camelos/>. Acesso em: 27/05/2019.

da França, o vocábulo atravessou o oceano Atlântico e aportou no Brasil, no início do século XX, mantendo o sentido depreciativo.

Com esta breve apresentação da etimologia da palavra “camelódromo” pode-se visualizar a carga de significado e o estigma que carregam esses trabalhadores. Normalmente ignorados pelo poder público, odiados pelos “comerciantes estabelecidos”, vistos como uma excrecência social ou, quando muito, como um mal necessário: “pelo menos não estão roubando”, ouve-se nas ruas das cidades de nosso país. Produtos de um sistema excludente, que valoriza o ter e não o ser, ele impõem ao imaginário a ideia de que bom é aquele que tem sucesso econômico e financeiro, produtos de consumo, bens materiais. O sujeito vale o quanto possui...

Esses serão os sujeitos participantes deste trabalho, que traça, — ainda que de forma limitada, a uma primeira aproximação desse tema pouco explorado no mundo acadêmico —, um pouco da sua trajetória de vida e de seus encontros e desencontros com o mercado.

Figura 5 — Vista do Camelódromo de Alvorada/RS, 01/2017.



Fonte: Fotografia do autor

3.2. Reunindo as primeiras informações

Tendo como premissa que é indissociável do pleno conhecimento a obtenção do máximo de informações disponíveis da realidade concreta para uma construção crítica, foi realizado um levantamento de dados quantitativos e qualitativos. O material quantitativo ficou limitado aos associados da Associação dos Vendedores Ambulantes de Alvorada — situada no camelódromo — e a duas associações de vendedores do ramo de alimentação. Os dados quantitativos têm uma natureza amostral, não estatística, com sujeitos de pesquisa não identificados, e procurando deter-se, exclusivamente, neste primeiro momento, a aspectos quantitativos, buscando formar um quadro, o mais preciso possível, da composição demográfica e econômica dos pesquisados.

Inicialmente o comércio localizado na praça central João Goulart em Alvorada, era de 50 barracas de produtos não alimentícios. Porém, por exigência de uma representação da promotoria local, alegando uso de espaço de circulação excessivo na calçada, reduziu-se pela metade a quantidade de vendedores ativos.

Uma entrevista prévia, ainda na fase de projeto desta tese, apresentou um quadro muito ilustrativo do perfil quantitativo dos trabalhadores de ambos os segmentos de comércio da praça, voltados à alimentação e a artigos de uso comum ou para presentes.

Na ocasião da aplicação do questionário de levantamento de dados pelo pesquisador, no dia 6 de fevereiro de 2017, uma segunda-feira, em pleno verão, na parte da tarde, aproximadamente das 14h00 às 16h00, foram encontradas em funcionamento 14 bancas, sendo que 2 delas eram do mesmo proprietário. Ao comentar com alguns feirantes da razão da baixa ocupação, dois fatores foram levantados. O primeiro, é que alguns procuram as praias para trabalhar; o segundo, que as vendas estão tão baixas que eles estão desanimando do exaustivo trabalho que exercem.

Seguindo a metodologia adotada pelo IBGE de perguntar ao entrevistado a sua auto declaração racial, e tendo como variáveis as etnias branco, preto, pardo e amarelo, obteve-se como resultado: trabalhadores brancos (75%), identificando-se como negros 8% e como pardos 17%.

O critério de sexo biológico foi o mesmo utilizado pelo IBGE, verificando-se que

existe uma pequena maioria que são homens (58%) se comparada ao número de mulheres (42%).

Em razão de que as pessoas possuem certa resistência a divulgar a sua idade, o pesquisador procurou indicar cinco faixas etárias e solicitou que o entrevistado procurasse a faixa de idade com a qual mais se identificava, não revelando diretamente a idade exata. Observa-se que predominam os trabalhadores de idades entre 25 a 45 anos (45%). Aqueles situados entre 45 e 60 anos totalizam um terço dos entrevistados. Os jovens entre 18 e 25 anos figuram apenas como 8% dos trabalhadores, e os idosos, com idade superior a 60 anos, são predominantemente aposentados que recorrem a essa atividade como complementação de renda e representam 17%.

Para medir a escolaridade e facilitar a tabulação dos dados, a variável escolaridade foi dimensionada em número de anos estudados com aprovação, sendo assim que 9 respostas correspondem ao ensino fundamental completo; e 12 ao ensino médio concluído. Ocorreram 2 casos de 15 anos de estudos que correspondem ao ensino superior incompleto. A média verificada foi de 9 anos, sendo que foi localizado um caso com nenhuma escolaridade, porém alfabetizado.

Uma questão foi levantada, a uma dezena de comerciantes, procurando identificar o grau de contribuição que o estudo formal tinha trazido de conhecimentos úteis a sua atual atividade. O sentido geral das respostas foi de pouco ou nenhum auxílio, além dos conhecimentos básicos de matemática. O que tinham aprendido, — do que muito pouco se lembravam —, raramente ajudava no seu dia-a-dia. A percepção geral é a de que o ensino convencional é distanciado do mundo do trabalho e de que seus conteúdos são abstratos e sem vinculação com sua vida.

Três questões foram utilizadas para dimensionar a relação dos entrevistado com o mundo do trabalho formal. A primeira consistiu em saber se eles haviam trabalhado anteriormente em outra atividade que não tivesse sido a de vendedor no mercado informal; a segunda saber qual, em caso positivo; e, finalmente, saber sobre a existência de registros em suas carteiras de trabalho.

Observou-se que 92,5% já tinham exercido algum tipo de profissão diferente do comércio ambulante. As profissões mencionadas referem-se aos espaços como: locadora de vídeo, posto de gasolina, marcenaria, telemarketing, metalurgia,

construção civil, vendas, seguros, serviços de faxina, limpeza e cozinha. Até uma professora de séries iniciais foi mencionada.

Quanto ao grau de trabalho formal dos entrevistados, 75% disseram que já houve registro em carteira em algum momento de sua vida profissional, embora muitos estejam exercendo a atividade de venda na rua há mais de 10 anos.

Através da Lei Complementar Federal nº 128, de 19/12/2008, é instituída a condição tributária de Microempreendedor Individual (MEI) consistindo na pessoa que trabalha por conta própria e constitui uma pessoa jurídica cadastrada para exercer um conjunto de atividades pré-definidas, especificadas por essa Lei.

Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Nesse regime é permitido ao empreendedor individual manter um empregado, ter o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e ser enquadrado no Simples Nacional, ficando isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL). Assim, ele paga apenas o valor fixo mensal de R\$ 47,85 (comércio ou indústria), R\$ 51,85 (prestação de serviços) ou R\$ 52,85 (comércio e serviços), que é destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias são atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo. Entre os benefícios disponíveis por meio dessa medida legal está o auxílio maternidade, auxílio doença e o direito à aposentadoria.

A pesquisa verificou a situação do registro dos vendedores ambulantes e apurou que apenas 1/3 dos mesmos possui registro de Microempreendedor Individual — MEI, sendo que os demais desconheciam essa alternativa ou decidiram por não se registrar em função das dificuldades de efetuar o cadastro.

Uma questão que foi levantada foi o tempo que os vendedores ambulantes despendiam para chegar até o local de trabalho, e constatou-se que, em média, são utilizados 15 minutos neste deslocamento, sendo que, com exceção de um respondente, todos os demais declararam vir a pé, transportando suas mercadorias. Um caso, único, de tempo de deslocamento de 20 minutos, foi o de um morador de Viamão, que trazia suas mercadorias de ônibus diariamente.

Para determinar o quanto a renda obtida representa na composição do orçamento familiar, questionou-se, junto aos pesquisados, se o seu trabalho era a

principal renda que mantinha a família. O resultado apurado, na totalidade dos formulários, foi o de que a renda dos vendedores ambulantes representava a principal ou a única fonte de recursos financeiros da família.

Foi levantada esta variável em uma tentativa de aferir o quanto essa renda obtida pelo trabalhador na praça era significativa, ou para a unidade familiar ou para apenas uma pessoa, — o próprio vendedor, no caso —, no quanto ele dependia economicamente dos frutos daquela atividade. Para isso, questionou-se se havia esposa/companheira e qual o número de filhos menores de 18 anos que dependiam da atividades, saber também se o cônjuge trabalhava e, caso positivo, em que atividade.

O resultado é que metade dos entrevistados não possuíam crianças menores, e o máximo de filhos que as famílias possuem é dois. Apenas 1/3 não possuem companheira/esposa. As principais atividades exercidas pelos cônjuges são: técnico em enfermagem, empregada doméstica, educador infantil, vendedores ambulantes ou se encontram desempregados.

Os comerciantes da praça trabalham em média 11 horas diariamente, sendo que 1/3 de segunda a segunda, sem intervalo, inclusive em feriados, e os demais, apenas reservam o domingo para o descanso com a família, trabalhando eventualmente também nos domingos e feriados com atividades na praça. Resulta daí uma jornada de trabalho que varia entre 264 e 308 horas mensais.

Questionados quanto à alimentação, 50% afirmaram que traziam uma marmita de casa, e os outros 50% compravam um “prato feito” trazido até eles ou adquirido em um bar próximo, uma vez que não podiam se afastar das mercadorias.

A descoberta do rendimento é um ponto muito sensível para ser revelado e, de certa forma, implica em um determinado grau de confiança obtido pelo pesquisador. Sempre existe a desconfiança quanto ao destino da informação, ainda que ficasse explícita a finalidade de pesquisa acadêmica sem a identificação dos nomes nos formulários.

Uma vez vencida a barreira da confiança, deixando estrategicamente esta pergunta para o final, e esclarecido o absoluto sigilo da informação, os dados foram obtidos. Cabe nisso ressaltar o papel fundamental exercido pelo presidente de uma das entidades, no início da pesquisa, ao estimular os demais a responderem aos

questionamentos.

O custo médio das mercadorias vendidas, pago ao fornecedor, é em torno de 55% do preço de vendas, ficando 45% para o vendedor (aproximadamente R\$ 1.100,00 em média) bancar sua alimentação, transporte e demais despesas mensais de um provedor de uma família. Disso resulta um valor hora ínfimo: sem férias, vale transporte, vale alimentação, décimo terceiro...

Posto o contexto quantitativo levantado, ainda que em rápida e sumária análise descritiva, apresenta-se a questão: quem são os trabalhadores que exercem suas atividades comerciais na Praça Central de Alvorada, campo empírico da presente tese?

Examinada a origem de classe dos trabalhadores e trabalhadoras da praça citada, conclui-se que em sua absoluta maioria são trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, ainda que acreditem que poderiam retornar a ele por simples opção pessoal. Sua escolaridade é baixa, em sua quase totalidade eles não possuem formação superior ou qualificação técnica profissional compatível com as novas tecnologias da indústria ou do capital financeiro.

A atividade que exercem é parte integrante da totalidade das forças produtivas atuais capitalistas, exercendo o papel de último elo na cadeia produtiva que é a distribuição de mercadorias.

As mercadorias comercializadas na praça não são produtos artesanais simples. Todas são compostas por insumos ou matéria prima de origem industrial ou ainda de fabricação inteiramente estrangeira, principalmente as advindas de países asiáticos, transportadas por grandes varejistas e distribuidores em alta escala no mundo todo.

As relações de trabalho estabelecidas entre os comerciantes da praça central de Alvorada/RS são contraditórias. Por um lado, são concorrentes frente a um mesmo público alvo, ainda que com mercadorias aparentemente diferenciadas; por outro lado, são companheiros na luta pela sobrevivência e acabam criando laços de camaradagem e de afetividade.

A similitude das mercadorias não ocorre pela aparência, afinal são pastéis, cachorro quente, bolinhos, sorvete e similares. Todos estes produtos têm, porém, em comum o fato de suprirem necessidades ou desejos e de produzirem benefícios: alimentação humana. No caso dos produtos importados, eles cumprem funções de

lazer e de conveniência e são, na maioria, produtos que poderiam ser substituídos uns pelos outros. Por exemplo: todos podem ser usados como presentes, muitos são objetos para suprir o desejo de diversão. Essa característica, a de cumprirem funções sociais similares, acaba por acirrar a concorrência e, às vezes, gera algumas discussões e animosidade entre os comerciantes. Não é raro ouvir-se o “compra aqui o meu produto, o garotinho vai gostar mais”, “aqui freguesa, este foi feito hoje, não é da semana, não”.

Por outro lado, a camaradagem ocorre pela fragilidade das condições objetivas para exercer a atividade, muitas vezes uns cuidam das bancas dos outros, compartilham alimentos e discutem questões pessoais. A proximidade e o tempo livre na espera pelos clientes acabam por exercer uma força agregadora entre os trabalhadores, não obstante pressionados pelo imperativo da disputa por um mesmo mercado.

As contradições também estão presentes nas relações com os comerciantes estabelecidos, que exercem pressão política no sentido da eliminação dos comerciantes na praça, tida como concorrência desleal, por não serem, os comerciantes informais, sujeitos às mesmas cargas tributárias e políticas regulatórias. A força exercida pelos comerciantes estabelecidos revela-se na propagação da ideia “da concorrência desleal” através dos meios de comunicação, mantidos, invariavelmente, pelo dinheiro dos anúncios dos comerciais veiculados pelos comerciantes estabelecidos.

Outro discurso produzido pela mídia é o de que os produtos possuem uma qualidade inferior, ainda que os mesmos sejam comercializados nas lojas populares e nas redes de varejo. É comum, na televisão, no rádio e na mídia impressa, dizer-se, dos produtos vendidos pelos comerciantes, que “todos são chineses”, “piratas”, afirmando-se que alimentam o submundo do crime e do tráfico. Procuram desmerecer e mesmo criminalizar os vendedores ambulantes que comercializam esses produtos, ainda que muitos sejam nacionais ou artesanais.

Não é possível afirmar, com veracidade absoluta, que todos os produtos vendidos tenham procedência legal, que não haja circulação de materiais de origem duvidosa e mesmo não permitida na atual legislação. Entretanto, no decorrer da pesquisa, estes fatos não foram evidenciados em nenhum momento.

A política local também é marcada pelo paradoxo do apoio/repúdio ao trabalho dos comerciantes da praça. O prefeito e vereadores do município sempre atuaram com uma política contraditória em relação ao comércio de rua: em alguns momentos, apoiam os trabalhadores por razões eleitoreiras; em outros, repudiam e repetem o discurso de apoio aos comerciantes estabelecidos, prometendo aumentar a fiscalização, impor regras e limitar a variedade de produtos oferecidos na praça. A falta de interesse e a incapacidade de construir uma alternativa de trabalho e renda que resolva definitivamente os problemas da ocupação dos espaços públicos e o do trabalho precário tornaram-se uma característica de Alvorada, como dos grandes centros urbanos.

O universo dos vendedores da praça é composto igualmente por homens e mulheres com uma particularidade, — por razões certamente de ordem cultural —, verifica-se uma maioria de mulheres no ramo da alimentação, e uma quantidade maior de homens comercializando produtos importados.

Em termos da possibilidade da identificação de uma identidade comum, conforme BILHÃO (2005), e utilizando como fundamento as hipóteses levantadas por essa autora (destacando que o tema é tão rico que daria espaço para outras investigações), a pesquisa junto desses trabalhadores apontou para alguns traços reveladores de uma unidade entre os trabalhadores da praça, principalmente em relação aos integrantes dos dois círculos: o dos camelôs e o dos trabalhadores do ramo de alimentação. Observou-se uma tênue permeabilidade entre os dois agrupamentos de trabalhadores: poucas trocas ocorrem, tanto de comunicação, quanto de cooperação entre os dois círculos. Cada círculo de trabalhadores tem características comuns de orgulho e reconhecimento de sua capacidade trabalho, não realizaram, durante as conversas, queixas relacionadas a falta de caráter, a preguiça ou a diferenças valorativas entre seus integrantes. A disputa comercial e a competição levam a um certo grau de acirramento e de animosidade, mas, no conjunto, percebe-se que existe uma coesão interna entre os dois agrupamentos de trabalhadores. Existe um consenso comum de que são trabalhadores, que diferem dos lojistas da avenida, que possuem valores e uma identidade comuns, e, ao mesmo tempo, de que também se diferenciam do conjunto dos empregados, uma vez que se julgam libertos do trabalho assalariado. Existe uma unidade valorativa comum quanto a serem todos “alvoradenses” Em ambos os grupos aparece a percepção do estigma de residirem

em uma cidade desprestigiada, violenta e com precárias condições de transporte e moradia.

3.3.3.3 As organizações associativas

O processo associativo, tanto na cooperativa dos vendedores de produtos importados, quanto na associação dos vendedores de alimentos, foi um processo tensionado pela necessidade imediata, localizada e específica de obterem acesso à energia elétrica, negada pelo poder público e marcada pela imposição de entraves legais, que acabaram dificultando o acesso a esses meios essenciais ao trabalho naquelas condições.

A liderança emerge da necessidade da formação dos aparatos legais: associação e cooperativa. É uma liderança de certa forma espontânea, ainda que os dois líderes sempre estivessem presentes nas relações de trabalho desde o início da atividade de comércio na praça.

Existe uma diferença entre a liderança da cooperativa de vendedores de alimentos, que nasce na reação à exclusão de trabalhadores de algumas bancas, e da associação dos vendedores de alimento, que decorre de uma divisão interna no processo de organização da mesma. Inicialmente o “líder” do movimento pela energia elétrica entre os comerciantes de alimentos escolhe quem pode entrar na “sua” associação e define quem não deve integrá-la. Esta atitude leva à auto-organização da cooperativa, permanecendo, no caso da associação do ramo de alimentos, sob uma liderança do tipo autocrática.

A associação do ramo de varejo de produtos não alimentícios emerge praticamente de uma liderança — a do eterno presidente — e da adesão voluntária dos demais, pressionados pela necessidade de acesso à energia.

Os três casos foram intermediados e receberam “contribuição” de políticos locais, sedentos de apoio eleitoral. Os trabalhadores são “orientados” por contadores indicados pelos vereadores e recebem, formalmente, o apoio para a demanda por energia elétrica.

Existe um total desconhecimento das diferenças e possibilidades dos dois tipos

específicos de formação de coletivos organizados na forma de associação ou de cooperativa. Em momento algum tiveram qualquer orientação sobre a natureza das organizações que formavam, limitando-se a contemplá-las como meras figuras jurídicas necessárias para a formalização do pedido de energia elétrica junto à companhia estatal. Os coletivos organizados (cooperativa e as duas associações) são inoperantes para outros fins, permanecem somente pela necessidade legal de acesso à energia elétrica.

Mesmo diante das infinitas possibilidades que o vínculo associativo pode proporcionar em termos de compras coletivas, de aquisição de direitos, de formação profissional e mesmo na luta consciente pela transformação social, a ausência de um fator catalisador interno ou externo impede a disseminação de outras ideias e a ampliação do leque de possibilidades da ação coletiva.

Imersos no cotidiano da vida e do trabalho, dificilmente as contradições existentes no capitalismo afloram neles na forma de consciência social. O papel de um agente consciente de transformação social é imprescindível. Foge ao âmbito desta pesquisa o exame deste processo de superação da alienação — as estratégias e táticas de transformação social —, mas, sem dúvida, é um tema decisivo que mereceria mais estudos científicos.

3.4. As entrevistas qualitativas⁴

O dia em que foram realizadas as entrevistas a seguir reproduzidas estava muito quente e ensolarado. Era o dia 13 de novembro de 2017. A praça estava com bastante movimento, o horário, 14h00, estendeu-se por cerca de uma hora a mais.

No momento inicial ocorreu a devida apresentação da natureza da pesquisa, a identificação do pesquisador e a informação de que os dados seriam sigilosos, com finalidade estritamente científica, procurando vencer as barreiras de desconfiança e receio do desconhecido, uma vez que era a primeira entrevista deste tipo realizada pelos entrevistados. A utilização do gravador, de certa forma, dificultou a descontração dos entrevistados, que se assustaram em um primeiro momento, dificuldade que se

⁴ Os dados obtidos nas entrevistas reproduzidas neste capítulo foram colhidos pelo autor no dia 13 de novembro de 2017, em Alvorada, RS.

superou, todavia, no transcorrer da conversa. Destaca-se que o recolhimento dos depoimentos em áudio foi apenas um recurso utilizado pelo pesquisador para facilitar a fixação dos relatos, sem a intenção de reproduzir o relato individual de cada um dos participantes, que não foram, — reitera-se —, em momento algum, identificados. A proposta das entrevistas foi a de construir um retrato dinâmico e coletivo do processo de aprendizagem e ensino das práticas exercidas pelo conjunto dos vendedores da praça, sendo que os quatro entrevistados se configuram como exemplos de uma realidade que possivelmente se repete de múltiplas formas.

A primeira entrevista realizada foi com um jovem de 26 anos, solteiro, que ainda mora com os pais. Ele trabalha no negócio com o irmão em um carrinho de sorvete, bem na esquina da praça, distante uns 50 metros da parada. Transposta a barreira inicial da desconfiança, o mesmo jovem apresentou-se muito solícito e até demonstrando certo orgulho em ser entrevistado.

A primeira questão levantada foi a determinação do tempo de trabalho no comércio de rua por parte daquele jovem e o momento inicial de sua participação neste mercado. A resposta foi: “Me criei trabalhando nesta praça”, pois o mesmo havia iniciado o seu ofício com apenas 12 anos, introduzido pela mãe em um negócio que já remontava ao tempo de sua avó, uma das primeiras comerciantes da praça. Relatou que a localização inicial era muito próxima da parada de ônibus e utilizavam um trailer onde vendiam churros. Nesta época, o número de vendedores de produtos alimentícios restringia-se a quatro pessoas. Hoje são treze licenciados para a venda, sem contar os inúmeros que trabalham de forma irregular, carregando cestas dos mais variados produtos: doces, rapaduras, pasteis e outros alimentos, fato este presenciado pelo pesquisador em vários momentos de sua observação na praça, mas não relatado pelos comerciantes. Seria para evitar uma denuncia dos vendedores irregulares e o reconhecimento de que existe espaço para todos na praça? Um ponto de reflexão para futuras pesquisas. Em momento algum, em todo o tempo de observação, foi ouvida qualquer queixa quanto ao excesso de vendedores ou a respeito de que a concorrência entre eles atrapalhava as vendas.

Questionado sobre a sua educação formal e quais as suas perspectivas, o jovem relatou que trabalhava durante o dia, mas à noite estava frequentando um curso técnico de enfermagem. Orgulhoso de seu progresso exclamou: “estou indo para o segundo módulo”. Indagado se pretendia abandonar aquele trabalho na praça e

dedicar-se à enfermagem foi rápido a responder: “talvez mais além, vamos ver como vai ser as coisas. Vamos ver como a gente vai conseguir jogar... Ou de repente fico aqui e trabalho à noite vamos ver....”. A incerteza marca a resposta, pois o amanhã para esses trabalhadores é incerto. A falta de estabilidade, a possibilidade da continuidade ou não da licença, geralmente obtida pelas benesses de algum político, são fatores que encobrem as opções futuras e seus planos.

Quando esse jovem se refere em sua fala ao: “Vamos ver como a gente vai conseguir jogar...” — ao jogo, portanto —, percebe-se aí outro aspecto que acompanha a vida do trabalhador da rua: a flexibilidade. O dito popular “só vence quem tem jogo de cintura”, em clara alusão à maleabilidade, à plasticidade que é exigida diante das incertezas e dificuldades que vão aparecendo ao longo da labuta, dá origem ao popular “jeitinho” descrito por Damatta (1986), geralmente superado pela improvisação e pela criatividade. Aprender a vender é aprender a lidar com o imprevisível.

O local de trabalho e aprendizagem também foi alvo de questionamento. O pesquisador, na entrevista com o jovem, expressou sua curiosidade quanto à sua percepção de segurança em relação à praça, principalmente porque a cidade de Alvorada geralmente é lembrada na imprensa pelos crimes violentos. Visivelmente nervoso e incomodado com a triste situação vivida, da insegurança constante, o comerciante relata os tumultos, brigas, assaltos, um arrastão presenciado por ele, e queixa-se da falta de policiamento e do abandono, principalmente durante os eventos realizados na praça, como a Semana Farroupilha.

Em setembro, na semana que marca o feriado do dia 20, vários CTGs — centros de tradição gaúcha — armam na praça pequenas instalações de madeira, geralmente de costaneira, rústicas, onde ocorrem shows musicais, onde se assam carnes e onde se celebram as memórias de uma “Revolução” não vencida. Os shows musicais, as feiras de chocolates e doces na Páscoa, os comícios eleitorais, a Feira do Peixe, por ocasião da Semana Santa, são momentos em que a praça se transforma em mercado, salão de festa e local de confraternização. Esses eventos, de grande ocorrência de público, são os melhores momentos para os comerciantes da praça reforçarem suas rendas, sendo, por isso, ansiosamente esperados por todos.

Figura 6 — Fotografia da praça central, Alvorada, RS, 21/09/2016.



Fonte: Google Maps

Na realidade a praça não é una, mas múltipla, diversa, conflitante, divergente e desigual. Na conversa com o mesmo jovem comerciante sobre essas mudanças, ele explica que a própria variação dos turnos e dias reflete a mudança do público da praça. Por exemplo, explica ele, durante a semana a frequência durante o dia é dos mais velhos, nos inícios e fins de turnos das escolas, uma multidão de jovens, sem muito poder aquisitivo, visita as bancas, olha os eletrônicos, eventualmente compra algum alimento. Já no final da tarde, pessoas vão exercitar-se caminhando ao redor da praça, mães trazem os filhos para brincarem nos poucos brinquedos existentes na pequena pracinha infantil: escorredor, balanços, caixa de areia e demais equipamentos recreativos. No início da noite, principalmente próximo da parada de ônibus, a praça recebe uma nova horda de pessoas, retornando para suas casas, cansadas, algumas felizes pelo fim da jornada e aliviadas por sair dos lotados transportes coletivos. Quando chega a noite, durante a semana, estudantes deslocam-se em pequenos grupos, evitando andar sozinhos, pois a pouca iluminação e os relatos de crimes fazem a praça ser também um lugar de medo.

Interrogado sobre o horário de trabalho, o jovem comerciante, explica que tem

como seu horário normal de início de jornada as nove horas da manhã, com encerramento aproximadamente às seis e meia da tarde, de segunda a sexta-feira. Ele não deixa, contudo, de trabalhar eventualmente em finais de semana, se houver algum evento.

Solicitado ao jovem que descrevesse como é trabalhar na rua, sua resposta foi pronta e direta: “Olha, é bom.... É diferente, é bom estar no público, a gente conhece várias pessoas, faz amizade”. Este é um traço que irá se repetir nas demais entrevistas. Parece não existir uma rejeição, pelo fato de trabalhar na rua, pelas circunstâncias de seu local de trabalho; ao contrário, há um sentimento de liberdade e uma oportunidade de contato com pessoas da comunidade, elementos que propiciam uma condição de trabalho tranquila e agradável. Aprender a vender é aprender a relacionar-se com o outro.

O pesquisador, na conversa com o vendedor de sorvete, indaga sobre as possíveis diferenças entre o trabalho em uma empresa e o atual, na praça. Primeiramente, questionando se ele já tinha trabalhado em outra atividade, a resposta foi afirmativa. Ele tivera a experiência de trabalho, por cinco anos, em uma eletrônica. Em seguida, foi solicitado que explicasse a eventual diferença que havia percebido entre a atividade atual e a anterior, assalariada, e sua resposta foi afirmativa: “É bem diferente, né? Está acostumado a trabalhar para ti e, assim, é bem melhor trabalhar por conta. Eu acho que é bem melhor porque tu ganha mais, tu tens o teu horário, é bem melhor ”.

Uma vez ocorrida a experiência do trabalho em uma empresa, sujeito a regras, a horário rígidos, a uma disciplina imposta pelo patrão e a uma remuneração inferior à obtida no trabalho de vendedor na praça, parece que a motivação dos trabalhadores é ampliada. As contradições, embora não ausentes, ficam atenuadas pela lembrança das condições anteriores de trabalho, fenômeno este que é detectado no conjunto das observações de campo.

O aprendizado, empiricamente obtido, levou o jovem comerciante a praticar a diversificação de produtos, seguindo a sazonalidade das estações, nos meses frios do ano, o negócio de venda de sorvete se converte em venda de churros, mantendo-se no ramo de alimentação e aproveitando a clientela conquistada.

No caso específico do primeiro entrevistado, uma banca de propriedade de dois

irmãos solteiros e sem filhos, que trabalham se alternando e se ajudando mutuamente, a jornada até fica facilitada, quando um precisa sair (o caso da busca do almoço, razão da entrevista de um jovem apenas) o outro fica mantendo o negócio familiar. Existem casos, porém, em que apenas uma pessoa trabalha sozinha durante o dia inteiro, solicitando muitas vezes a cooperação do vizinho para se ausentar quando necessário. Em todos os casos, a solidariedade é uma marca constante neste tipo de empreendimento. Faz parte do aprendizado a cooperação.

Na primeira entrevista, os jovens trabalham no negócio herdado da mãe e da avó apenas para eles mesmos. O pai trabalha na construção civil, e a mãe é dona de casa. Não é uma condição comum, mas rara exceção numa atividade que, em regra, é de subsistência familiar.

A cooperativa, segundo o primeiro entrevistado, foi uma iniciativa coletiva incitada pela necessidade de legalizar o fornecimento de energia elétrica para o conjunto das bancas e atividades que operavam na praça. O relato do jovem transcrito abaixo é o retrato fiel de outras informações coletadas pelo pesquisador: “Surgiu porque a gente queria colocar luz legalizada na praça, para o pessoal usar [...]. O pessoal estava usando da praça, ali, embaixo das caixas, vamos dizer tinha um ‘gato’, ali, cada um puxava uma ponta e usava... Daí se reuniram e foi criada uma cooperativa, o fim principal, no início, foi a luz, foi esse o motivo”.

Outro aspecto que cabe destacar do incidente fundante da cooperativa é que a prefeitura e a companhia de energia elétrica haviam descoberto o furto e determinaram a imediata retirada do “gato”, responsabilizando os comerciantes pelo ocorrido. A saída jurídica foi a criação de uma organização do tipo associativo, para requerer e comprar o uso da energia utilizada. Daí a criação das duas associações e da cooperativa, esta última restrita ao pessoal cuja atividade é a alimentação e que se localizam no entorno da parada de ônibus em frente à principal avenida da cidade.

Indagado o primeiro entrevistado sobre o limitado objetivo da cooperativa, o mesmo concordou que deveria haver outras atividades coletivas, como grupos de compras ou formar um caixa comum para investimentos em melhorias. Porém, ele não mencionou nenhuma iniciativa nesse sentido por parte sua ou de algum integrante. Fica evidente que o cooperativismo não faz parte do conteúdo de conhecimentos adquiridos empiricamente.

Finalizando a entrevista, o pesquisador ouviu a queixa do jovem de que o movimento vinha caindo assustadoramente em decorrência da ausência de eventos culturais na praça, por iniciativa da prefeitura, por conta da crise econômica que afetava em cheio cidades com população de baixa renda, como é Alvorada. Indagado sobre sua remuneração, informou que, apesar de tudo, ainda consegue obter cerca de um salário mínimo e meio mensalmente, valor superior, aliás, àquele obtido pelos trabalhadores do varejo em Alvorada.

A segunda entrevista, realizada no mesmo dia, foi com um casal que também trabalhava vendendo alimentos, no caso, salgados diversos. O casal, pertencente à terceira idade, tinha uma relação mais forte com a cooperativa e, inclusive, a senhora integrava a direção, em cargo aqui omitido, para evitar a identificação dos entrevistados.

A pergunta inicial, após a identificação do pesquisador, foi diretamente em relação ao surgimento da cooperativa, procurando estabelecer, como o processo associativo teria ocorrido e o relato das causas que determinaram a sua fundação.

O relato foi impreciso, mas alguns elementos ficaram evidenciados. Novamente o reforço de que a necessidade da iluminação à noite foi o motivo desencadeador de todo o movimento de criação da cooperativa. No caso específico dos entrevistados, estes demonstraram que não sofriam diretamente com o problema, pois não trabalhavam à noite, e sua adesão à entidade fora “que eles não tinham complemento de gente”. A expressão revela, no mínimo, dois aspectos muito importantes para a compreensão da formação do grupo: a mulher, mesmo vindo a integrar a direção da cooperativa, não se identificava com a entidade, não se sentia parte da mesma, e o uso do pronome “eles” em sua fala é um indicador desse sentimento. O motivo levantado sobre a complementação do número de integrantes, para atingir o número legal necessário, demonstra a falta de discussão e de entendimento do que seja uma cooperativa e seus propósitos.

Indagada quanto ao tempo de trabalho na praça, a mulher, que protagonizava a entrevista ao lado do marido que a ouvia atentamente, informou que estavam ali há 13 anos. Nesse momento o homem começa a participar, interessado na conversa, exclamando que o tempo correto era de 15 anos. Segue-se um comentário descontraído do pesquisador, observando a reação do casal: “Não é fácil”, logo se cria uma atmosfera de cordialidade e ambos riem.

Seguindo a conversa, agora bem descontraída, o pesquisador questiona o casal sobre se haviam trabalhado em outra atividade anteriormente. O homem prontamente responde que a esposa é aposentada, tinha trabalhado como enfermeira por 18 anos no interior e, por último, na capital, por mais 12 anos.

A entrevista prossegue, evidenciando a relação existente entre a condição econômica difícil ocasionada pela insuficiência da remuneração recebida da previdência para a manutenção de uma condição de vida mínima necessária ao casal. Relataram que trabalharam durante a gestão do prefeito Carlos Brum em um determinado lugar da avenida principal da cidade, mas que o local os castigava pelo Sol. Quando trocou a gestão municipal para outro prefeito — Estela Farias — surgiu a oportunidade de conseguir um ponto na praça, ponto esse, com mais de 20 anos de atividade. Dessa parte do relato, infere-se que existe uma relação entre a política e as oportunidades de trabalho na rua, uma vez que se trata de concessão pública, sem contar o fato de que a fiscalização é dirigida por quem está na direção da Secretária de Indústria e Comércio municipal, cargo público político, suprido por indicação partidária.

A conversa prossegue, e o pesquisador expressa a sua motivação fundamental, ao conduzir as entrevistas entre os integrantes da associação e da cooperativa, o seu desejo de aprender como eles aprenderam a trabalhar na rua. A resposta do casal foi indireta: “É bom porque a gente tem contato com as pessoas. A gente tem contato com as pessoas”, afirma a mulher e o homem complementa “A gente tem contato com todo mundo”, e imediatamente perguntam ao pesquisador qual a faculdade que ele estava cursando. Respondido que se tratava do Doutorado em Educação, razão para a pesquisa focada na aprendizagem, imediatamente, o marido exclama, orgulhoso, “Meu filho é professor de educação física”. Prosseguindo a resposta, ocasionada pela pergunta do processo de aprendizado, a mulher volta a reforçar a mesma afirmação: “A gente gosta é de conviver com o público, sabe? Eu trabalhei no hospital muitos anos e eu gostava era de trabalhar nas unidades, nem em CTI, em negócio fechado eu não gostava”.

A ligação do significado do conceito de aprendizado com o relacionamento humano é clara e transparente. Na constante observação da pesquisa verifica-se em vários momentos a satisfação dos vendedores em trabalhar com o público, conversar, travar amizades, mesmo nos embates com clientes insatisfeitos. Uma relação

contraditória e afetiva que quebra a rotina de um trabalho raramente considerado repetitivo e mecânico. Ao contrário, o movimento da praça, a alternância de público, as negociações de preço e mesmo os eventos fortuitos garantem a inconstância da atividade de vender na rua.

Quando o pesquisador percebe que o “lidar com as pessoas” é um fator determinante no processo educativo, procura explorar mais profundamente este aspecto do aprendizado. Reforça a indagação e obtém, da vendedora, mais uma afirmação: “Gosto de lidar com as pessoas, então para mim aqui é bom. Quando eu me aposentei, eu cuidava de pessoas para fora. Trabalhei um ano e meio e daí eu larguei e fiquei só com aqui. Agora eu estou com 72 anos”.

Natural de Santo Ângelo, a vendedora conta que seu primeiro trabalho foi naquela cidade. Mudou-se para Alvorada há vinte anos. Reconhece que, na época em que começou a trabalhar na praça, não havia outros vendedores de rua na cidade. Apontou o sorveteiro (personagem da primeira entrevista). Depois, recordou-se da avó falecida do rapaz. Ela mantinha a lembrança de que a banca de cachorro quente estava localizada na avenida, em frente a uma loja de rede que existia então.

Ao perceber que os entrevistados, — neste momento efetivamente apenas a mulher, — começavam a aborrecer-se com tantas perguntas e perdiam o interesse na conversa, a entrevista foi finalizada com o devido agradecimento.

A terceira entrevista, na sequência, no mesmo dia, também foi com um casal de comerciantes que vendiam churros, mesmo no verão. Essa conversa foi a mais extensa do conjunto, devido ao excepcional interesse em ajudar no trabalho de pesquisa aliado ao sentimento de gratidão, visível e literalmente expresso, por serem reconhecidos na invisibilidade da praça.

Após a apresentação inicial e a confirmação de que eles também faziam parte da cooperativa de alimentação da praça, transcorreu um diálogo muito produtivo no qual aparece uma série de revelações muito significativas.

Indagados se o trabalho de rua é “mal visto”, expressão muito utilizada na periferia e que é facilmente compreendida como sinal de desmerecimento, a senhora prontamente responde afirmativamente: “Dizem este aí é um pobre coitado”. Fica evidente, já no contato inicial, que o sentimento predominante é o de baixa estima, uma sensação de inferioridade por estarem trabalhando em uma praça, diferenciando-

se dos tradicionais empreendimentos comerciais. O uso da expressão “pobre coitado” conjuga duas atribuições sociais degenerativas, o desprovido de bens materiais é um perdedor que merece, na opinião da sociedade conservadora, no máximo, a sua compaixão, quando não o seu desprezo.

Questionados quanto à renda obtida, a resposta marcada pelo tom de desânimo é fornecida pela vendedora. Eles têm que esperar o cliente ir até o seu negócio, o que torna a renda incerta, dependente do fluxo e da periodicidade das datas dos vencimentos dos assalariados, cuja renda, no transcorrer do mês, é variável. Em outras conversas com o pesquisador, os vendedores da praça, já haviam comentado que no início e no final do mês a renda é maior, decrescendo até o menor nível entre os dias 14 e 20 de cada mês.

A iniciativa das respostas é sempre da mulher, com o seu companheiro ao lado, ouvindo atento toda a conversa. Questionados quanto ao tempo de trabalho na praça, novamente a vendedora toma a frente e responde afirmando que ela está lá há 16 anos e ele, há dez.

A informação do tempo remete ao questionamento sobre os laços que acabam se desenvolvendo entre os comerciantes e os clientes, relacionamentos que podem transcorrer ao longo de gerações. Afirma a vendedora que já viu alguns de seus atuais clientes “na barriga da mãe” e que hoje eles consomem doces com seus filhos. Ressalta que percebe que cada vez mais precocemente as pessoas estão se casando e constituindo famílias. Ela afirma que, muitas vezes, acompanha a vida de clientes desde a gestação até seu ingresso na universidade.

Gerações passam diante da banca de alimentos da velha senhora trabalhadora.... Não são apenas negócios, as frágeis barraquinhas que se estendem ao largo da praça central de Alvorada. Trata-se de um microuniverso social, rico em relacionamento e emoções, uma parte fundamental, da complexa trama social urbana daquela cidade.

Conta a entrevistada que a banca já alimentou cinco pessoas. Hoje são três. Dois de seus filhos já estão casados, mas não deixa de “quebrar o galho” quando eles solicitam “um dinheirinho”. E, novamente de forma espontânea, faz questão de reafirmar que trabalhar ali é “satisfatório” e “nem saberia trabalhar em outro lugar”.

Perguntado à comerciante se já teve a experiência de trabalhar em empresas,

a mesma nega e, apontando para o marido, ao lado, diz que ele sim, já trabalhou em “empresa fechado”. Neste momento, o comerciante que até então ouvia calado as resposta da esposa, participa novamente da conversa, e resolutivo, exclama - “Tá louco! Aqui eu trabalho minhas seis horas e vou embora e tchau”.

O adjetivo “fechado” para designar o trabalho formal na antiga empresa e o impacto que aquela lembrança tem na memória do velho trabalhador são elementos emblemáticos do significado que ele atribui ao trabalho autônomo. Percebe o pesquisador que é um traço comum ao conjunto dos trabalhadores daquela praça a contraposição dos conceitos de trabalho assalariado e autônomo, com a percepção de restrição à liberdade. Na praça, em razão da possibilidade (ainda que relativa, uma vez que os mesmos são pressionados pela necessidade econômica constante) de eleger o tamanho e o momento de sua jornada de trabalho, os comerciantes designam o seu trabalho como livre e autônomo.

Ambos os entrevistados destacam a possibilidade de estabelecer a jornada de trabalho e os procedimentos da realização das tarefas: “Aqui eu faço à minha maneira que eu acho que consigo conquistar os meus clientes, em todo sentido...”. A ideia que eles têm de liberdade está associada à possibilidade de dispor do tempo, fixando os limites da sua jornada de trabalho e a autoridade de estabelecer os procedimentos operacionais do seu negócio.

Repetidamente ouve-se a afirmação: “Eu se sair daqui eu não sei, eu não sei trabalhar em uma empresa fechada. Eu se for trabalhar numa empresa, acho que sou capaz de botar os cachorros no patrão e me mandarem embora”. A liberdade está associada, para esses trabalhadores, ao cumprimento de normas, certamente não compreendidas ou questionáveis nas antigas empresas que trabalharam. Ouve-se as frases: “Eu prefiro ser mandada pelos clientes do que por um patrão”; e “o cliente acaba sempre tendo razão”, frases ditas pela comerciante, incorporadas ao imaginário dos comerciantes da praça. A proclamada “razão dos clientes” é uma herança dos repetidos “treinamentos em vendas” com que muitos tiveram contato e mesmo do discurso repetitivo, que a mídia divulga, de “fórmulas de sucesso” válidas para todos que trabalham em vendas. Infelizmente, esses trabalhadores não refletem que a relação comercial de troca não é um ato unilateral dominado pelo cliente, mas um acordo de ganhos recíprocos onde não existe, necessariamente, um vencedor e um perdedor, alguém que manda e outro que obedece. Na relação comercial capitalista

essa ideia de que “é o cliente que manda” não passa de um discurso ilusório e vazio. Nunca verdadeiramente os patrões se submetem “à vontade do cliente” renunciando aos lucros; o que verdadeiramente ocorre é uma transferência fictícia da origem das exigências, que sempre são da empresa, que antes eram atribuídas a um chefe e que são agora originárias de um sujeito coletivo, abstrato, que denominam “cliente”. Resulta daí que todos os comandos, ordens e exigências anteriormente feitos por um representante do patrão ou por ele diretamente passam a ser atribuídas às “exigências e necessidades dos clientes”: aumento da jornada, arrumação da loja, limpeza, etc.

Casados há 32 anos, os comerciantes confidenciam que fazem o que gostam de fazer, se sentem gratificados, felizes pelo trabalho que exercem e não pensam em mudar. Garantem que, ao final do dia, mesmo que “o dinheirinho seja pouco” é o suficiente para o seu padrão de vida. O marido da comerciante, hoje companheiro de banca, até foi proprietário de uma oficina mecânica, mas devido à constante inadimplência dos clientes, resolveu iniciar na praça o pequeno negócio de churros, para a complementação da renda familiar. O desenvolvimento da atividade acabou por levar à dedicação integral do casal.

Perguntado ao casal sobre a incerteza do volume do faturamento mensal e sobre a impossibilidade de contraírem dívidas a crédito, a resposta foi que não sentem isso como uma dificuldade, uma vez que, com organização e planejamento, acabam por guardar o valor necessário para comprar à vista, o que resulta em melhores preços e até mais tranquilidade por não terem dívidas. Quando raramente contraem uma “prestãozinha”, brincam: “é muito light”.

A conversa segue, animadamente, com o pesquisador solicitando que os comerciantes descrevam suas lembranças dos fatos ocorridos na praça no transcorrer do dia-a-dia. A mulher, baixando a cabeça, exclama: “Aqui a gente vê até o que não quer”, e o marido complementa: “Vê louco, vê pessoa sã, vê de tudo que é jeito”. A diversidade é uma constância do local público, o pesquisador, quando em contato com a praça, também presenciou diversas situações degradantes, com pessoas embriagadas, moradores de rua, prostitutas, jovens se drogando ou sem-tetos dormindo ao relento. O lícito e o ilícito se integram na dinâmica do espaço público.

Questionados sobre como é a praça ao longo do dia, a resposta segue com a imagem do medo: “à noite a gente nem vem ver como é porque não dá”. A violência, as gangues de jovens drogados, os assaltos e o crime são o cotidiano da noite. Os

poucos jovens que são obrigados a caminhar à noite, o fazem sempre em grupos e evitando cruzar o interior da praça, seguindo sempre pela calçada no seu entorno, procurando evitar o centro onde se encontram as gangues e os moradores da praça.

Durante o dia, período em que o casal trabalha, a praça também vai se modificando, com trabalhadores na parada esperando o transporte, os alunos dirigindo-se para as escolas do entorno. Mais tarde, no meio da manhã, mães passeando com seus filhos, idosos aposentados tomando chimarrão e conversando, no intervalo do almoço as calçadas e os bancos são tomados pelos funcionários das lojas que descansam. À tarde diminui um pouco o trânsito de pedestres e novamente o movimento acontece em razão do final do expediente do comércio local e do retorno daqueles que trabalham fora do município, bem como dos estudantes do turno da noite. Após as vinte e três horas? Mistério...

O tema do surgimento da cooperativa é posto em pauta na conversa com o casal. A origem, confirmam, foi a necessidade de iluminação elétrica, na medida em que só constituindo uma pessoa jurídica a companhia de energia elétrica concederia o direito à instalação de um quadro de força na praça. Informam que, entre os comerciantes de alimentos, existem duas entidades: a cooperativa e a “associação dele”. Curiosamente tratada desta forma por todos da cooperativa que veem como uma entidade de uma pessoa só: “tem mais a outra dele ali que é só dele”.

Uma rivalidade se instaurou desde o processo. A própria escolha para a modalidade jurídica de cooperativa não decorreu do conhecimento do grupo sobre os princípios do cooperativismo e sua base teórica, mas sim, porque havia a impossibilidade de constituir duas associações, dentro da mesma localização geográfica e representando o mesmo conjunto de trabalhadores, dizem os comerciantes. Explica a comerciante: “Mas a dele é dele, a nossa é nossa! “

Quando questionados sobre a eventual realização de outras ações coletivamente através da cooperativa, a resposta de ambos foi que “aqui o povo é muito desunido. Um puxa para um lado, outro puxa para o outro”. O individualismo é frequente no pensamento dos ambulantes.

Quanto ao acerto dos preços, existe, não coletivamente, mas isoladamente, por iniciativa de cada um, em política de boa vizinhança, o respeito entre eles. Evitam que ocorra uma guerra de preços, combinando valores, caso as mercadorias sejam muito

similares. Sempre fazem questão de evidenciar que a união da cooperativa de alimentação não ocorre porque se trata, no caso, mera iniciativa individual do presidente e fundador da associação.

O pesquisador, neste momento da entrevista, questiona se eventualmente poderia existir uma diferença econômica entre o “dono” da associação e os integrantes da cooperativa. A resposta foi negativa. A causa, dizem eles, é que “ele veio a tomar conta”, decidia quem devia participar e excluía os demais. Uma decisão subjetiva e motivada pela afinidade que o presidente auto indicado da associação tinha com um ou outro comerciante. O conflito originou-se, segundo a comerciante, dessa seleção arbitrária feita pelo organizador de quem podia ou não integrar a entidade.

Conta a senhora que, no momento da fundação e em decorrência da confusão que se criou com exclusão da maioria dos comerciantes, aceitando somente quatro dos atuais integrantes da cooperativa, ela resolveu sair e convidou os demais a saírem juntos do movimento de constituição da associação. A iniciativa da comerciante acabou por retirar os quatro que haviam sido aceitos, isolando o fundador da associação e levando-o a integrar todo o quadro diretivo com pessoas de sua confiança que nem mesmo participam do comércio na praça.

Indagada a respeito do ambiente de cooperação entre os membros da cooperativa, a resposta foi contraditória. Primeiro afirma que: “Quando a gente trabalha assim, com bastante pessoas, nem todos pensam da mesma forma que a gente pensa”. Depois prossegue: “... a gente tem um grupo bem legal! Se estão desorganizados, se tem algum problema, um vai buscar ajuda para o outro.” E por fim complementa: “Às vezes têm muitos que não se acertam, e a gente tem que usar um jogo de cintura...”.

A resposta para a pergunta sobre como tinha sido o primeiro dia de trabalho na praça foi: “Fui para o supermercado feliz. Hoje, se eu sair daqui com menos de cento e cinquenta vou para casa triste”. Expressa a comerciante que o primeiro dia foi muito mais que uma venda, independente do valor obtido pela venda, que tinha sido muito menor do que ganha hoje nos piores dias; a sensação de trabalhar na praça foi de realização pessoal. O medo inicial converteu-se em felicidade, principalmente porque: “eu estava cansada de ver o meu marido levar calote na oficina, digo, bom, eu vou sair fora, vou trabalhar para ajudar ele”.

A descoberta, aprendida através da experiência, é: “Tem que conquistar o cliente para vim comprar de ti”, e explica ainda: “Se não vender um bom produto e conquistar o cliente ele não vem mais. E pode ser um produto bom, mas se não tratar bem...”

Questionada quanto à variedade e os detalhes para a confecção dos churros, a comerciante, muito satisfeita de compartilhar seus conhecimentos, detalha todo o processo. Os sabores que ela dispõem no equipamento utilizado para elaboração dos churros são doce de leite condensado, doce de leite e chocolate. Ela explica que o restrito número de sabores se deve ao preço do equipamento que enche o churro, custo que é expressivo em relação ao montante do faturamento de seu negócio. Vontade ela tem. Sonha um dia adquirir mais equipamentos e ofertar novos sabores. O recheio é comprado diretamente na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul – CEASA/RS. Compra o recheio em latas, nos atacados, e o mantém, em pequenas quantidades para uso diário, na sua banca. A massa do churro é a única atividade produtiva que é inteiramente realizada pela comerciante: “Cada um faz uma receita. Cada um tem uma maneira de fazer”. É esse o elemento diferenciador dos sabores, pois a textura da massa, a manipulação dos ingredientes é que confere a identidade única de cada comerciante ao seu produto. Demonstrando que conhece outras formas de realização e oferta do produto, afirma que podem existir churros salgados, — “embora nunca tenha experimentado” —, há os decorados, há os com recheio interno ou externo e ainda diversas variações.

Procurando entender a percepção de valoração do produto, sugere que o preço que praticam é muito inferior a outros locais como os *Shoppings Centers*. Explica: “O pessoal que chega aqui e não tem dinheiro para pagar, não tem três reais. Ai, tu fazes dois e cinquenta e a pessoa diz tudo bem vai, mas aquele cliente o dia que ele tem dinheiro ele compra, viu?”.

Ao final da conversa, o pesquisador já comovido pela generosidade do compartilhamento espontâneo e sincero dos comerciantes, se surpreende com a demonstração de reconhecimento expressa pelas palavras simples da velha senhora: “Para nós, falarmos com outras pessoas, que não são daqui, que estão fazendo uma faculdade, para nós é gratificante. Sabe por que, porque a gente tá vendo que tem pessoas que estão estudando e estão interessadas e uma hora pode nós ajudar, né?”

E ainda: “Não, não. Nunca ninguém teve a intenção de contar a nossa história.

Ah, fulano trabalha há tantos anos, a outra fulana trabalha há dez anos, e sustentou a família, e criou a família...”

Sobre a presença do pesquisador: “A gente nunca teve uma pessoa que veio aqui e fez uma entrevista, como o senhor fez, a não ser quando vêm aqui e dizem que amanhã ou depois nós podemos tirar vocês daí. Em vez de nos incentivar, eles...”
Sobre o incentivo: “Até hoje, ninguém apareceu aqui para divulgar nosso trabalho, apenas para nos desvalorizar.”

Com certeza, uma entrevista é mais que uma coleta de dados. É uma interlocução dialógica que modifica o sujeito que pesquisa, comove, sacode, e faz pensar sobre o retorno que é imprescindível fornecer àqueles a quem se estuda.

Ao final da tarde de entrevistas, o pesquisador, caminhado de volta para casa, ao passar na frente de uma banca, é parado por um outro comerciante que o chama e questiona do que se trata a sua movimentação pela praça e as conversas que realizou. Visivelmente curioso e interessado pela novidade, — afinal ninguém aborda os ambulantes... — indaga: “O que é isso aí?”. O pesquisador mostrou-se surpreso pela abordagem de um novo comerciante para ele desconhecido. Julgava, pelas diversas vezes que tinha visitado a praça, que havia abordado pelo menos uma vez cada uma das barracas da área de alimentos e de produtos importados. Desculpando-se pela omissão, e atribuindo talvez ao acaso o desencontro de horários, o pesquisador explica então àquele senhor idoso, que comercializava produtos para celulares, as razões das conversas e das constantes visitas de observação. Assim, questionado como todos os demais, ele deu sua versão, afirmando que aprendera seu ofício desafiado pela necessidade. A resposta foi direta e objetiva: Aqui foi na marra!” E complementa: “Em primeiro lugar, tem que ter educação para poder atender as pessoas, ser educado”. Palavras que reforçam todas as conversas anteriores, o aprendizado é espontâneo, empírico, ocorre por tentativa e erro, fruto da necessidade econômica e da opressão do sistema de trabalho formal.

3.5. O aprendizado das atividades de produção e venda

O conteúdo que os comerciantes da praça central de Alvorada acabam por adquirir, na práxis do seu aprendizado, é múltiplo. Pressionados pela falta de renda e

pela ausência de oportunidades de trabalho formal, a praça é vista como um lugar de possibilidades.

Na visão percebida pelo pesquisador junto aos comerciantes estudados, a rua e a praça em particular são lugares de liberdade que possibilitam o seu uso a todos indiferentemente. São espaços aberto ao público, razão pela qual esses trabalhadores imaginam que não terão maiores entraves ao utilizá-los para sua sobrevivência como fonte de renda.

A primeira dificuldade encontrada é o espaço, o ponto de venda. Este tem que ter como características a existência de um grande fluxo de pessoas, fácil acesso e ainda a possibilidade de ocupação por um novo comércio. Tarefas que devem ser vencidas, não sem grande dificuldade. Se examinado especificamente o quadrilátero que compõem a praça central de Alvorada, identifica-se que ele é composto de duas áreas distintas, cortadas pela Avenida Getúlio Vargas, principal rota de comércio da cidade. Divide-se entre uma área menor localizada em frente ao prédio que abriga a prefeitura e a câmara de vereadores; e uma maior que está circunscrita entre quatro ruas, sendo três delas importantes vias de fluxo urbano. A vista de satélite abaixo ilustra melhor a localização e os principais pontos de interesse para o exame da localização das possibilidades de comércio.

Figura 7 — Vista via satélite da área central de Alvorada, RS, 21/06/2018.



Fonte: Google Maps. (21/06/2018)

Observa-se que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, o posto da Brigada Militar, os Correios, o fórum de Alvorada e duas escolas formam os polos atratores de público que tornam a praça o centro político e administrativo da cidade de Alvorada. Uma observação efetuada pelo pesquisador resultou na constatação de que três ruas teriam a possibilidade de comércio: a Av. Getúlio Vargas (em frente à prefeitura), a R. Contabilista Vitor Brum (em frente ao fórum), e a R. Roberto de Souza Feijó (em

frente à Brigada, aos Correios e caminho para a escola Castro Alves, com mais de mil alunos). Não existe, porém, nenhum comerciante estabelecido no interior da praça ou em frente ao fórum. Intrigado com essa questão, o pesquisador procedeu a uma observação mais prolongada desses locais e logo veio a resposta: o interior da praça não oferece atrativos cotidianamente, salvo nos fins de semana, quando se converte em ponto de encontro dos jovens. Junto ao fórum circulam apenas, na sua maioria, profissionais do direito e seus clientes que, quase na sua totalidade, deslocam-se de carro ou caminham no lado da rua oposto à praça. Sem fluxo, não existe a possibilidade de comércio, ainda que ele fosse permitido. Dessa divisão espacial acabou resultando o estabelecimento do “camelódromo” na rua de deslocamento dos alunos para o colégio Castro Alves, com a fila de bancas alimentícias na lateral da Av. Getúlio Vargas, em frente à parada de ônibus.

A natureza das mercadorias vendidas também reflete os diversos públicos atendidos. Os alimentos destinam-se ao pessoal que espera ou desce na parada de ônibus, a alguns que circulam na avenida e, nos horários de entrada e saída de estudantes, aos alunos das duas escolas. Já o comércio de produtos industrializados, bazar e eletrônicos, têm uma demanda dirigida a um público específico que procura determinadas utilidades (som, acessórios, presentes, etc.) ou a alunos que são “seduzidos” por brinquedos, jogos, bonés, eletrônicos, etc.

A origem dos produtos é variada. Ora são obtidos diretamente por viagens ao Paraguai, quando o dólar permite, ora são adquiridas nos grandes centros urbanos, com Porto Alegre, São Paulo ou no Estado de Santa Catarina (principalmente roupas e bonés).

A exposição dos produtos geralmente é cuidadosa: as mercadorias são mantidas alinhadas e limpas, organizadas por tipo e cor, ainda que o espaço para a sua visualização seja mínimo, restrito a uma mesa de tamanho que não ultrapassa dois metros quadrados. Já os alimentos são acomodados em recipientes fechados, pois a poeira é uma queixa constante junto à avenida. São, assim, abrigados do calor e da luz. É visível a preocupação, na área da alimentação, com a higiene e a segurança alimentar. A última coisa em que pensam os comerciantes de alimentos é ter problemas com fiscalização ou mesmo comprometer-se frente à clientela com uma imagem de falta de cuidados com os alimentos.

Quanto ao estoque de mercadorias, — matérias primas e insumos — o mesmo

ocorre. Principalmente em razão do baixíssimo capital disponível, a otimização é praticamente obrigatória entre os comerciantes. O controle é rigoroso e não deixa margem para desperdício ou para a existência de “mercadorias paradas”, ou seja, aquelas que ficam muito tempo em estoque. Uma vez constatada a validade próxima ao vencimento dos produtos perecíveis ou a existência de mercadorias que não “giram”, estas são logo liquidadas, mesmo a preço de custo ou até abaixo dele, se necessário.

O giro de estoque, isto é, o número de vezes que uma mercadoria é vendida e recomprada em um dado período de tempo — geralmente mensalmente —, é alto, chegando ao “rodar” até 8 vezes em relação a uma mesma mercadoria, se estiver “na moda”, como alguns brinquedos, jogos ou eletrônicos.

O aprendizado relativo ao *mix* de produtos, ou seja, a diversidade de mercadorias necessária para compor uma oferta atrativa e suficiente para desencadear as vendas, é adquirido pela observação de outros comerciantes já estabelecidos (mecanismo de imitação) ou ocorre advindo dos próprios clientes que, ao demandarem determinados produtos, acabam por fornecer ideias de possibilidades de novas mercadorias a serem ofertadas. Não rara é a coleta de informação sobre novas possibilidades de vendas junto aos próprios fornecedores, que estimulam a venda de suas mercadorias recentemente presentes em seus estoques.

A margem de lucro é pequena, ao contrário do senso comum que acredita que eles ganham o equivalente ao custo (*mark-up* de 100%), isto se constitui em um mito. Os comerciantes revelaram que a margem bruta não passa de 30%, principalmente nos produtos industrializados. Ao considerarem-se os custos fixos e variáveis que cada comerciante acaba por desembolsar, seu ganho líquido fica na casa de um dígito apenas ou é até negativo.

O capital inicial para o desenvolvimento dos pequenos negócios geralmente é resultado de um empréstimo, de economias ou é fruto de alguma venda de bens, como carros, motos ou mesmo de um ganho trabalhista na ocasião da demissão.

A estrutura de custo desses pequenos empreendimentos é muito simples. Abarca os custos de alimentação do trabalhador, transporte das mercadorias e sua aquisição, o valor do deslocamento para o local de trabalho, custo das mercadorias vendidas ou produzidas, uma taxa anual de autorização para venda, e, raramente, o

recolhimento mensal do imposto referente à condição de microempreendedor individual.

As noções de fluxo de caixa, controle que se estabelece entre entradas e saídas monetárias em um negócio, são obtidas empiricamente e resolvidas pela premente necessidade de readquirir novas mercadorias ou matérias primas e insumos. Foi observada a prática de separar imediatamente, no ato da venda, em alguns comerciantes, “o que é meu e o que é do fornecedor”. Desta forma resguardam do seu consumo o valor de que precisam para reporem seus estoques.

O lucro líquido é a resultante da diferença entre a receita bruta dos produtos vendidos e os custos totais, valor esse que geralmente não é positivo.

O manejo das objeções, considerado aqui como o conjunto de argumentos que os clientes interpõem no momento da realização do ato comercial, é aprendido nas sucessivas interlocuções com os clientes e dizem respeito principalmente à qualidade dos produtos e à garantia dos mesmos. No caso das objeções relativas à qualidade, a frase mais frequentemente observada foi a de que o produto vendido é igual ao das lojas. E, quanto à garantia, é fornecida assinalada com uma marca onde consta o número da banca e uma rubrica que assegura a troca em caso de defeitos de fabricação.

O relacionamento com os clientes acaba por ser construído ao longo do tempo e não rara é a propaganda boca-a-boca, obtida espontaneamente. A persistência do comerciante na mesma localização leva à repetição das relações comerciais e inevitavelmente a observações compartilhadas: “seu filho cresceu”, “já está casando”, “garanto que vai a uma festa” ou “esta é a netinha?”. Interlocuções que acabam por desenvolver uma relação de proximidade com o comerciante, acompanhando o transcorrer das relações sociais, junto a seus clientes.

É marcante a influência das propagandas de empreendedorismo veiculadas nos meios de comunicação, programas tipo “Pequenas Empresas e Grandes Negócios”, da Rede Globo, são relatados como “ótimas fontes de aprendizado”, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE é tido como uma referência no ensino de técnicas para o comércio. A ideia de que é possível “vencer na vida” e a ideologia do “homem que pode enriquecer por sua criatividade e capacidade” é percebida, pelo pesquisador, como inerente à maioria dos

comerciantes pesquisados.

A pretensa liberdade de escolha que manifesta o conjunto de trabalhadores da praça, juntamente com a ideia que postulam de autonomia e independência do mercado de trabalho assalariado, submetido às ordens de “patrões” é fruto de uma visão limitada do conjunto das forças que se movem na realidade concreta. O raciocínio ingênuo e superficial não consegue enxergar além das aparências. Infelizmente são incapazes de descobrirem sozinhos a complexa rede de determinação que, mascarada pela ideologia capitalista dominante, leva-os a acreditar no sonho da liberdade de escolha e acaba por reconfortá-los das agruras sofridas, resultantes do trabalho árduo de cada dia.

Não é verdadeira a ingênua crença, repetida até a exaustão pelos meios de comunicação da burguesia, de que existe uma total liberdade de escolha no capitalismo, uma vez que os trabalhadores foram despojados de seus meios de subsistência. Atomizados e indefesos isoladamente, só lhes resta a venda da sua força de trabalho para a obtenção dos bens necessários à vida. Se esses trabalhadores, localizados na praça, podem exercer suas atividades laborais com essa autonomia mínima, na realidade, limitada à escolha do horário de trabalho e pela dispensa de um controlador direto de sua produtividade, é porque conseguiram acumular um montante mínimo que possibilitou a compra das mercadorias ou dos meios de produção para a operação de suas bancas de alimentos. A origem destes recursos, na maioria das vezes, é o rendimento do próprio trabalho (passando muitas vezes necessidades para poupar aquele valor para o seu sonhado negócio próprio), ou de um pequeno valor oriundo de algum recurso familiar emprestado ou herdado. Se não existir a possibilidade de obter um trabalho suficientemente remunerado para uma poupança ou na ausência de recursos familiares para empreender, cai por terra a falácia do discurso da livre iniciativa.

Outro ponto importante que deve ser destacado. Os recursos oriundos da poupança de rendimentos do próprio trabalho utilizados para gerar o montante inicial para desenvolver os pequenos negócios, pressupõem um emprego que gere uma remuneração maior do que o consumo próprio e/ou das respectivas famílias, o que só ocorrerá se o indivíduo estiver exercendo uma atividade técnica valorizada no mercado de trabalho. Esse tipo de atividade requer um grau de especialização que não ocorre na maioria das atividades exercidas pela maior parte da população pobre

trabalhadora, que recebe uma remuneração que mal fornece seu sustento. Trata-se de uma atividade que requer treinamento e investimento em qualificação profissional, que demanda uma certa capacidade de financiamento desses estudos. Logo se percebe que, mesmo frente à possibilidade de poupança para comprar seus próprios meios de produção, esta só ocorrerá para uma ínfima camada da classe trabalhadora, convertendo a ideia propagada de empreendedorismo em mais uma vendida bem cara aos ilusão aos trabalhadores.

Um exemplo: a propaganda do Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa – SEBRAE (reproduzida na figura 08), enfatizando que existe um mercado promissor para alimentação de rua, argumentando que a simples proliferação numérica deste tipo de negócio, fruto do crescente desemprego, é fator de oportunidade de sucesso. Trata-se, portanto, apenas de encontrar o caminho que conduz à essa “trajetória do sucesso”.

Figura 8: Propaganda SEBRAE/SP.

EMPREENDEDOR

Tudo o que você precisa saber para vender comida de rua



Cartilha apresenta as novidades de mercado, gestão e regulamentações e auxiliar o futuro empreendedor a trilhar a trajetória para o sucesso

Passamos a maior parte de nossos dias fora de casa, na correria, e isso é ótimo para os empreendedores que trabalham com alimentação fora do lar, setor que cresce constantemente.

Um dos maiores destaques neste campo é o de comida de rua, que envolvem milhares de barracas e carrinhos espalhados pela cidade de São Paulo, e esta cartilha foi feita especificamente para este tipo de negócio.

Ela tem o objetivo de apresentar as novidades de mercado, gestão e regulamentações e auxiliar o futuro empreendedor a trilhar a trajetória para o sucesso.



Fonte: Site do SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/tudo-o-que-voce-precisa-saber-para-vender-comida-de-rua.56c76d461ed47510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 24/01/2019.

Cabe destacar que, mesmo com a posse dos meios de produção, no caso do exemplo da produtora e vendedora de pastel, — o carrinho, o fogão industrial, os utensílios de cozinha, etc. —, ainda é necessário que ela adquira a matéria prima e os insumos (gás de cozinha) em quantidade suficiente para a venda diária, o que requer um investimento. Somado a isso existe ainda a real possibilidade do risco do negócio, porque pode não haver demanda suficiente para a venda das mercadorias produzidas diariamente com a consequente perda (alimentos são altamente perecíveis) de todo o gasto em matéria prima e insumos adquiridos. Recursos limitados e o eterno jogo das perdas e ganhos levam esse tipo de pequenos negócios a raramente prosperarem, tendendo a limitar-se ao nível de subsistência, acorrentados por uma estrutura econômica que não permite seu desenvolvimento.

A técnica do comércio varejista é obtida pelos comerciantes da praça central de Alvorada não por esforço isolado e personalíssimo de cada comerciante, mas, sim, pela práxis de conhecimento exercida no próprio trabalho. Na medida em que cada comerciante interage com o mundo social e econômico, — cliente, companheiro, comerciantes estabelecidos ou políticos —, este se modifica, destrói conceitos preestabelecidos, edifica experiências novas, agrega informação, compara práticas, assume papéis, modula-se para otimizar os resultados do seu trabalho. Por outro lado, toda essa modificação de seus processos físicos, mentais e atitudes só ocorrem pela existência de um mundo material e social que tenciona e impulsiona as transformações no sujeito que trabalha.

Mesmo que, quando questionados, os comerciantes de rua afirmem que aprenderam o seu ofício isoladamente, por esforço próprio, verificamos, através de uma crítica mais profunda, que a tese do auto aprendizado não se sustenta. Uma reflexão que considere o aprendizado na perspectiva da práxis do conhecimento verifica que não é “na marra”, nem “sozinho”, muito menos com “eu e Deus” — embora não se possa afirmar que ele não esteja presente —, que ocorre o aprendizado. Indo além das aparências, mergulhando no universo das contradições, recorrendo às categorias da dialética e à economia política para aproximar-se produtiva e destrutivamente do problema em questão, chega-se à resposta aproximada e provisória: trata-se da práxis de aprendizado que ocorre no mundo do trabalho, ainda que esteja encoberta pelo manto da alienação e da ideologia dominante.

4 SÍNTESE DA ECONOMIA POLÍTICA DE ALVORADA, RS

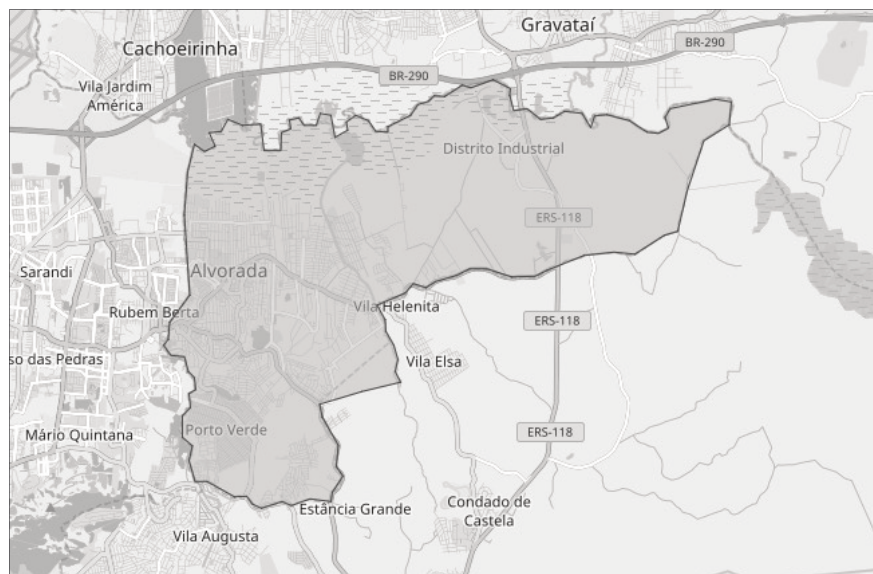
As razões que levaram à escolha desse *locus* de pesquisa é o fato de o município de Alvorada ser um dos municípios com uma das mais baixas rendas per capita do estado do Rio Grande do Sul, constituindo-se em um ponto de partida significativo para estudos em condições semelhantes para outros pesquisadores desse tipo de mercado, bem como porque apresenta características similares a um grande número de cidades periféricas, que também dispõem de condições de vida precárias para seus moradores.

O município com maior PIB per capita no Estado em 2015 continua sendo Triunfo, devido às atividades do Polo Petroquímico. Na sequência, destacam-se os Municípios de Pinhal da Serra e Aratiba, ambos pela atividade de geração de energia. Depois, vêm Muitos Capões (produção de soja e milho), Tupandi (fabricação de móveis), Pinhal Grande (geração de energia), André da Rocha (silvicultura e soja), Roque Gonzales (geração de energia), Santa Margarida do Sul (soja) e Capão do Cipó (soja).

*Por outro lado, os municípios que detêm os **menores níveis de renda per capita são Alvorada (R\$ 11.353,07)**, Caraá (R\$ 11.408,6), Ametista do Sul (R\$ 11.499,03), Barra do Guarita (R\$ 11.786,37), Benjamin Constant do Sul (R\$ 11.963,48), Dezesseis de Novembro (R\$ 12.262,89), Amaral Ferrador (R\$ 12.726,95) e Viamão (R\$ 12.853,56). Para se ter uma ideia do que esses valores representam, o PIB per capita do Rio Grande do Sul foi de R\$ 33.960,36 em 2015. (FEE, 2015, online).*

O município de Alvorada, situado na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, antes de sua emancipação, fazia parte do município de Viamão. Constituiu-se como distrito através da lei municipal nº 216, de 22 de setembro de 1952, ocasião em que passou a utilizar a denominação de “terceiro distrito de Viamão — Passo do Feijó, sede de uma vila de mesmo nome, conforme indica o artigo primeiro desta lei. Os primeiros moradores da área foram os familiares de Manoel de Souza Feijó, português da ilha de São Miguel, natural do arquipélago dos Açores, que se estabeleceu no passo (local de passagem de água), no século XVII, segundo Barroso (2006, p.31). Em 17 de setembro de 1965, a Lei Estadual nº 5.026 garantiu a emancipação política do Passo do Feijó, que passou a se chamar Alvorada.

Figura 09 — Mapa da cidade de Alvorada/RS, sem data.



Fonte: IBGE – Infográficos. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430060&search=rio-grande-do-sul|alvorada|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 1/2/2017.

O nome, sugerido por um integrante da Comissão Pró-Emancipação, teve inspiração em vários fatores: a ideia mítica de uma alvorada onde o povo acorda às primeiras horas da manhã e parte para o trabalho, bem como a influencia exercida pela construção do Palácio da Alvorada, na capital do País, Brasília, inaugurada em 1960 ou ainda, como afirma o antigo morador Rafael Molina Borba, — segundo Barroso (2015) —, em razão de a distribuição das verbas aos municípios ser realizada pela ordem alfabética, no que valia, preventivamente, o exemplo herdado do município de Viamão, iniciado pela letra “V”, que às vezes nada recebia. Daí também a iniciativa de denominar o recém-município por um nome que começasse pela letra “A”, e Alvorada foi o escolhido.

O município, com 71km de extensão territorial, faz divisa com Cachoeirinha, Porto Alegre, Viamão e Gravataí. Sua população, estimada pelo IBGE (2016) em 206.561 mil pessoas no ano de 2015, torna Alvorada uma das cidades mais populosas da região metropolitana.

O número de unidades locais das fundações privadas e associações sem fins lucrativos identificado pelo IBGE no senso de 2010 foi de 115 Unidades, sendo distribuídas nos seguintes setores de atuação, listados abaixo.

Saúde — 2 Unidades;

Cultura e recreação — 15 Unidades;

Educação e pesquisa — 14 Unidades;

Assistência social — 13 Unidades;

Religião — 49 Unidades;

Associações patronais, profissionais e de produtores rurais — 2 Unidades;

Meio ambiente e proteção animal — 2 Unidades;

Desenvolvimento e defesa de direitos — 10 Unidades;

outras instituições privadas sem fins lucrativos — 8 Unidades.

O Pessoal ocupado, assalariado, em 31/12/2010, nas entidades sem fins lucrativos, era de 927 Pessoas.⁵

Alvorada destaca-se, infelizmente, pelas precárias condições de vida de sua população. Segundo o Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e IDHM era 0,699. Consultando o Mapa da Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros, edição 2003, verifica-se que Alvorada ocupa a quarta posição, entre os piores índices, dentre os municípios gaúchos com o indicador de 37.68%.⁶

A renda per capita de Alvorada em 2003 (último dado oficial disponível no IBGE) é de apenas R\$ 9.730,61 por ano, ocupando a penúltima colocação no comparativo entre os municípios do Rio Grande do Sul.

No que tange à educação, Alvorada conta com uma rede de 27 escolas municipais, 17 estaduais, 6 particulares, 2 de educação infantil e uma de ensino superior, totalizado mais de 20 mil alunos cursando a rede pública de educação.

Infelizmente outro aspecto que tem que ser destacado é a presença marcante do município de Alvorada no mapa da violência no Brasil. A matéria de capa, em edição do dia 16 de agosto de 2018, do Jornal A Semana de Alvorada, divulga os números do ranking de violência do Brasil. Consta ali que um estudo desenvolvido

⁵ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010 em <http://cidades.ibge.gov.br/> acesso em 7/3/2016.

⁶ Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/GYVN> acesso em 7/3/2016.

anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que mapeia as mortes nos municípios brasileiros com população superior a 100 mil residentes, em 2016 e outro, no Atlas da Violência 2018, demonstram que o município ocupa a segunda colocação dentro do Rio Grande do Sul (ficando atrás apenas de Viamão) e em 30º lugar dentre todas as cidades do Brasil, com uma taxa de homicídios de 71,8 mortes violentas para cada 100 mil habitantes.

Consideram-se mortes violentas, para estas estatísticas, a soma de agressões, intervenções legais e mortes violentas com causa indeterminada, tomando como referência o município de residência da vítima. Os dados demonstrados são de 2016, última pesquisa divulgada no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Posto esse dados estatísticos, é necessário que se mergulhe um pouco mais a fundo no significado desses números e, principalmente, que se compreendam as relações e contradições que levaram a tais características municipais.

Em primeiro lugar, cabe uma reflexão sobre a origem quase mítica do município. Ela aparece em praticamente todos os relatos públicos, nos sites da prefeitura, câmara os vereadores e jornais locais, entre outros, narrando a vinda do português Manoel de Souza Feijó para o local, no século XVIII, onde se localizava um arroio que, hoje, carrega a denominação de “Arroio Feijó” e fixa a divisa de Alvorada com Porto Alegre. Nunca se questiona, nesses relatos oficiais, as condições que geraram essa vinda, muito provavelmente, uma das inúmeras concessões de terra públicas a grandes latifundiários que ocorreram no período do Império, sem nos esquecermos de que essas terras, na América do Sul, foram tomadas aos povos indígenas pela coroa portuguesa e espanhola, dentro do movimento de expansão do capitalismo colonial.

A produção rural, pecuária e leiteira, vai ser característica dos processos produtivos, até a segunda metade do século XX, na área de terra correspondente ao atual município Alvorada. Por volta de 1960, os proprietários de terra da região do antigo “Passo do Feijó” e alguns profissionais liberais e comerciantes, sufocados por uma crise de lucratividade e desvalorização de seus ativos, passam a reivindicar a separação do município de Viamão, em sua maioria, oriundos das famílias tradicionais que detinham grande parte das terras.

É elucidativa desse processo a afirmação de um morador que participou do processo da emancipação, lamentando-se por ser ignorado pela História oficial.

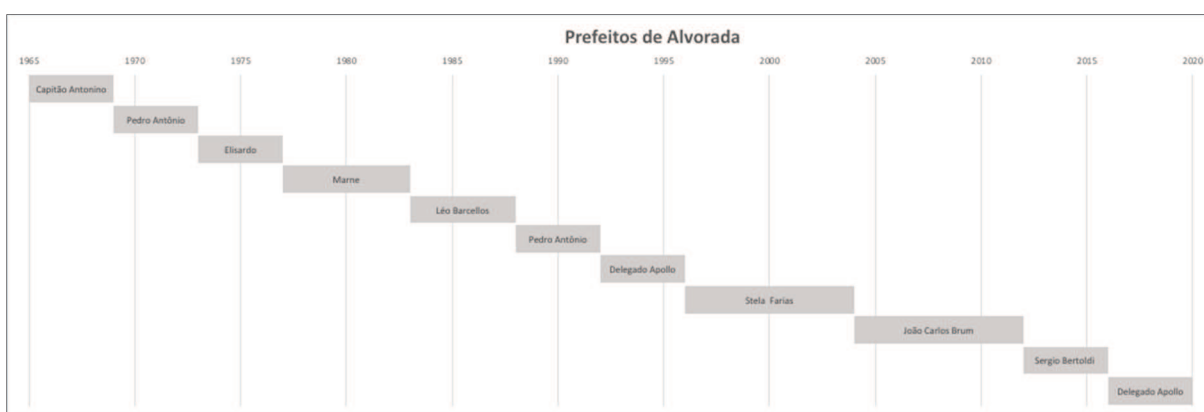
Infelizmente é aquele negócio: se tu és pequeno não aparece. Tu apareces se tu fores grande. O falecido Marcolino, ele era um proprietário de cinema; o falecido Elizardo, ele era dono dessa vila toda, que era o Passo Feijó; o falecido Ica que era proprietário dessa Bela Vista, quase tudo era deles, das famílias Feijó e Barcellos. (BARROSO, 2006, p.119).

Cabe observar que, na década de 60 do século XX, conforme relato dos antigos moradores, segundo Barroso (2006), a produção agrícola e a pecuária, nesta região de Viamão, atingia baixíssimos índices de produtividade, e os imóveis estavam muito desvalorizados, razão prioritária para os donos das grandes fazendas e dos poucos empresários que já se estabeleciam na futura Alvorada procurarem estimular a expansão imobiliária, criando uma infra estrutura propícia a atividades comerciais e industriais.

4.1. Políticas públicas e lutas populares

As características que Alvorada vai assumir atualmente são decorrência de uma série de fatores, entre os quais, as políticas públicas implementadas por cada prefeito. O quadro seguinte mostra a sucessão de poder no município.

Figura 10 — Prefeitos de Alvorada/RS, sem data.



Fonte — Elaborado pelo autor

Todo o processo de criação do município de Alvorada, denominado pelos protagonistas de emancipação, vai ocorrer, exatamente, em 1965, triste período da História nacional, marcado pela violência e pela égide de uma sanguinária ditadura,

encabeçada por uma junta militar que governa o país e designa seus mandatários para os cargos de poder, como foi o caso do primeiro prefeito, o capitão do exército Antônio Antonino Alves.

Em 1969 ocorrem “eleições”, ainda sob o domínio dos militares, e vence o pleito municipal Pedro Antônio de Godoy, grande proprietário de terras, na época, desejoso de valorizar suas propriedades: um dos primeiros loteamentos na região da cidade de Alvorada, que abarca os bairros Piratini e São Pedro, ainda em Viamão, datados de 1953. O parentesco entre as famílias era comum, sendo Pedro Antônio, primo da mãe do futuro prefeito, Marne, pertencente à família Feijó.

A primeira e única empresa privada de ônibus intermunicipal, — que venceria todas as licitações públicas até a presente data —, a Sociedade de Ônibus União — SOUL, localizada em Alvorada, é fundada em 1959. Os mesmos proprietários da SOUL vão assumir também as linhas municipais de transporte, com a criação da Viação de Ônibus Alvorada — VAL, em 9 de março de 2003, já no governo de Stela Farias. Essa atividade, — o transporte urbano de passageiros —, vai assinalar um outro polo de contradições: o estímulo ao desenvolvimento de atividades empresariais locais, contraposto ao interesse de transportar trabalhadores para cidades vizinhas e para Porto Alegre, gerando lucro à SOUL.

A criação da Viação de Ônibus Alvorada — VAL justamente na década de 2000 demonstra que nesse momento a cidade já começa a apresentar um perfil de crescimento fora do eixo das vias de ligação com Porto Alegre e Viamão, e se ramifica em dezenas de vilas populares distantes das linhas intermunicipais, aparecendo o mercado do transporte interno e do uso de duas linhas para deslocamento para fora do município.

Em 1970 habitam em Alvorada 40.322 moradores. Diante do crescente número de moradores, o governo de Pedro Antônio, mais precisamente em 18 de maio de 1969, cria a Lei 21/1969, que regulamenta a atividade de comércio, inclusive o de ambulantes, — denominação concedida para qualquer atividade realizada fora de estabelecimentos comerciais —, instrumento legal que ainda fixa a obrigatoriedade de uma autorização prévia do poder municipal para que seja exercida a atividade comercial.

Eu, PEDRO ANTONIO PEREIRA DE GODOY, Prefeito Municipal de Alvorada, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Seção II Do Comércio Ambulante

Art. 165 O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será expedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município, de que preceitua este Código.

Art. 166 Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

I - número de inscrição;

II - residência do comerciante responsável;

III - nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo único. O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 167 É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

I - estacionar em vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;

II - impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou outros logradouros;

III - transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Lei 21/1969 – Alvorada/RS.

É ainda na Gestão de Pedro Antônio de Godoy que é criado o Distrito Industrial de Alvorada, localizado junto à rodovia RS118. É de suma importância para o entendimento do desenvolvimento das relações estruturantes no município e de sua intencionalidade o exame da Lei Nº 49, de 22/06/1971. Na sua primeira redação incluía apenas o nascente distrito industrial uma isenção fiscal de 15 anos.

Art. 5º É concedida isenção fiscal, pelo prazo de quinze anos, para as indústrias que se fixarem no Distrito Industrial criado pela presente Lei.
Parágrafo Único - A isenção atingirá somente as atividades industriais da Empresa desenvolvidas na área do Distrito Industrial.

Algum tempo depois, no ano de 1975, é alterado o dispositivo legal no seu artigo quinto para abranger qualquer empresa que viesse a se instalar em Alvorada, desde que fosse do ramo industrial.

Art. 5º É concedida isenção fiscal para os impostos municipais, pelo prazo de quinze anos, para as indústrias que se fixarem no Distrito Industrial criado

pela presente Lei, bem como nas áreas incorporadas ao mesmo por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 154/1975).

Em 1977 novamente é alterada a Lei Nº 49, de 22/06/1971 para a extensão, do benefício de isenção de fiscal de quinze anos não só para as empresas que viessem a se instaurarem, mas também para as já estabelecidas, numa clara demonstração de que os recursos que deveriam atender a toda a população carente da cidade estavam sendo renunciados em benefício de poucos empresários, com estreita ligação com o executivo e legislativo municipal.

Art. 5º É concedida isenção fiscal para os Impostos Municipais, Predial e Territorial Urbano, pelo prazo de quinze (15) anos para as indústrias que se fixarem no Distrito Industrial deste Município, bem como nas áreas incorporadas ao mesmo por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 46/1977).

§ 1º As indústrias já existentes no Município ou que vierem a instalar-se posteriormente no mesmo, receberão isenção dos mesmos impostos, pelo prazo de quinze anos, a contar do exercício seguinte ao do requerimento pelo interessado. (Redação dada pela Lei nº 154/1975).

Sem perder de vista que se precisava consolidar e organizar um quadro de pessoal que servisse de base para a estruturação de seu plano de governo, articulase a criação, em 1972, do principal ente associativo empresarial de Alvorada: a Associação Comercial e Industrial de Alvorada – ACIAL.

Na sequência do governo de Pedro Antonio de Godoy, Elisardo Duarte Netto vence as eleições e assume, em 1973, a direção da prefeitura, outro grande proprietário de terras, genro de Frederico Dihl, que era o prefeito de Viamão por ocasião da emancipação de Alvorada. Em seu governo municipal não se tem relatos de nenhuma manifestação de protestos ou movimentos populares no município de Alvorada, lembrando que esse período ainda é regido pela junta militar no governo federal, com governadores eleitos indiretamente. É preciso destacar que, segundo o depoimento da vereadora Maria Eleonora Paz Pinto, presente em Barroso (2006, p.135-138), é nesse governo que se estruturam os principais elementos da máquina administrativa: a implantação da infra estrutura de água encanada por intermédio da Companhia Rio-grandense de Saneamento — CORSAN, a instalação, na Comarca em Alvorada, da agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da própria rede

de telefonia. Seu discurso era “Alvorada precisa se desenvolver, precisa de Indústria”, assinalando claramente que sua visão de desenvolvimento se ligava à implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do capital privado. Nessa administração também se assiste à criação de mais duas entidades associativas, compostas, principalmente, por empresários e por alguns profissionais liberais de Alvorada: o Rotary Clube e o Lions de Alvorada. Essas entidades, pela sua composição social e interesses, já demonstram que o município consolida uma pequena burguesia urbana ligada à nascente classe empresarial que vai se consolidando.

É no governo de Pedro Antônio de Godoy que são adquiridas as terras para implantação do parque central onde, no governo de Marne M. Feijó, acaba por se construir a Prefeitura e a praça. Uma área de 10 mil metros quadrados autorizada pela Lei Municipal Nº 045, DE 10/03/1971, com a seguinte redação. Nota-se que quem assina é o prefeito e o secretário de Administração Arno Feijó, pai de Marne M. Feijó.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR POR COMPRA, DOAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE ALVORADA, PARA CRIAÇÃO DO PARQUE CENTRAL DE ALVORADA, CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Alvorada. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, Decretou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir áreas de terra por compra, doação e desapropriação, no Município de Alvorada, para a criação do Parque Central de Alvorada, bem como construções e ampliação de Escolas Municipais.

Art. 2º As Áreas de Terra a serem adquiridas, por compra doação e desapropriação, para construção e ampliação de Escolas Municipais, são: dois terrenos designados por Lotes 4 e 5 da Quadra 4 do Loteamento denominado "Vila Americana"; um terreno designado por Lote 4 da Quadra "C", do Loteamento denominado "Vila Sumaré"; um terreno designado por Lotes 1 e 3 da Quadra "C" do Loteamento denominado "Vila Sumaré", um terreno designado pelo Lote 2 da Quadra "C" do Loteamento denominado "Vila Sumaré"; um terreno constituído dos Lotes 29 e 30 da Quadra 4 do Loteamento denominado "Vila da Figueira"; uma fração de terra com área superficial de 2.520m², situado na "Vila Passo do Feijó" em zona suburbana; um terreno designado por Lotes 25 e 26 da Quadra 9 do Loteamento denominado "Vila da Figueira" um terreno designado pelo Lote 3 da Quadra 4 do Loteamento denominado "Vila Americana"; um terreno designado pelo Lote 12 da Quadra 16 da "Vila Agriter".

Art. 3º A Área a ser adquirida por compra para a criação do Parque de Alvorada é: uma área de terra compreendida entre a Avenida Presidente Getúlio Vargas a norte e Vila Maria a Oeste e a Sul e Vila Jardim Maringá a Leste, com a extensão de 10.000m².

Art. 4º Fica entendido que reserva-se ao Poder Executivo Municipal de Alvorada, a viabilidade financeira das transações de que trata esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, em 10 de março de 1971. P

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA DE GODOY.

Prefeito Municipal.

Registre-se Publique-se e Cumpra-se

Arno da Silva Feijó

Secretário de Administração

LEI Nº 045, DE 10/03/1971 – Alvorada/RS

Sucedo o governo anterior municipal, outro representante das poderosas famílias detentoras de grandes áreas de terra na cidade: Marne Machado Feijó. Seu governo inicia em 1977 e nele já ecoam os gritos das primeiras manifestações públicas de contestação política e de organização popular. Acontece a primeira greve de professores, já no primeiro ano de mandato, por atraso salarial de três meses que atingiu todos os trabalhadores municipais. Em 1979 funda-se a União dos Estudantes de Alvorada — UMEA, protagonizada principalmente por membros do setor Jovem do MDB, integrantes esses que, mais tarde, fundariam o Partido dos Trabalhadores — PT e o Partido Democrático Trabalhista — PDT. Desse movimento, ainda no período de sua adolescência, participaria o primeiro vereador do PT de Alvorada, Flávio Santos Silva.

Em entrevista para Barroso (2006, p.139-149), Marne admite que seu pai era de oriundo de uma “família tradicional, os percussores do município” e que “minha família esta aqui desde antes, do Brasil Império”. A praça central, em frente à atual prefeitura, em suas lembranças, era um campo cortado por um arroio que descia até o rio Gravataí e cortava as terras de seu avô. Nesse local é construído o prédio da Prefeitura atual, pois o antigo tinha sido destruído por um tornado em 1976. Aproveita então para sancionar a nova denominação da área em frente ao prédio da prefeitura, nas antigas terras de seu avô, como “Largo Presidente João Goulart”.

LEI Nº 059, DE 29/11/1979

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Dr. MARNE MACHADO FEIJÓ, Prefeito Municipal de Alvorada, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado LARGO - "PRESIDENTE JOÃO GOULART", a Praça fronteira ao edifício-sede da Prefeitura Municipal, nesta Cidade, formado pelo Quarteirão constituído pela Av. Presidente Vargas, Rua Vereador Nilzo Ramires e Rua Roberto de Souza Feijó.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA, em 29 de novembro de 1979.

DR. MARNE MACHADO FEIJÓ

Prefeito Municipal

Figura 11 — Prefeitura Municipal de Alvorada, sem data.



Fonte: BARROSO (2006, p. 147), foto sem indicação da autoria.

É interessante sublinhar que o local hoje denominado Praça Central João Goulart não é oficialmente uma praça, e sim um largo, um local que tem sua denominação relacionada não com o espaço humano, mas com o entorno de uma construção que necessita ser valorizada, como explicam Sá Carneiro e Mesquita (2002).

São espaços livres públicos definidos a partir de um equipamento geralmente comercial, com o fim de valorizar ou complementar alguma edificação como mercado público, podendo também ser destinados a atividades lúdicas temporárias. (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p. 29)

A posição política do prefeito Marne Feijó é vinculada às ideias trabalhistas de Getúlio Vargas e de Leonel Brizola. Ele afirma, em entrevista para Barroso (2006, p.142), que seu pai era “brizolista doente” e de oposição à ditadura militar. O prefeito Elizardo era filiado à antiga Aliança Republicana Nacional — ARENA, e ele, ao Movimento Democrático Brasileiro — MDB, adversários políticos, portanto. Alvorada, na época de sua eleição, tinha 20 mil eleitores, e ele conquistou 11 mil votos, sendo que a população totalizava 91.384 habitantes, segundo censo de 1980. Alvorada, na década, em 1976, não tinha um médico sequer. A coleta de lixo do município era realizada por uma única carroça, não existia hospital e nenhuma rua era calçada. Tais dados mostram a dimensão do descaso para com uma população que se aproximou de 100 mil habitantes em 1980.

Na sequência da gestão de um Feijó (Marne Machado Feijó), segue-se um representante da família Barcellos: Léo Alvi Silva de Barcellos, seu avô, Podalírio Inácio de Barcellos e o irmão dele, Norberto, possuíam uma fazenda que totalizava 685 hectares, abarcando exatamente a região onde se criaria o distrito industrial de Alvorada e arredores. Esse político participou da antiga Aliança Renovadora Nacional — ARENA.

O governo municipal de Léo Barcellos foi o causador do maior endividamento que Alvorada conheceu. No seu depoimento de memórias para o livro *Raízes de Alvorada*, escutamos em suas próprias palavras, sua política de governo.

Eu consegui uma verba boa e endividei o município. Mas também sabia que só endividando o município poderia se fazer alguma coisa. E com o endividamento do município, depois viriam coisas boas. Eu consegui asfaltar entre a Presidente Getúlio Vargas e a Fernando Ferrari...

Asfaltei com uma verba de um Deputado Federal, Ademar de Barros Filho. Ele nunca viu Alvorada, nem sabe de Alvorada... (BARROSO, 2006, p. 150-156)

Fica evidenciado que, na visão desses políticos tradicionais, representantes

das velhas oligarquias agrárias, os munícipes não tinham qualquer voz, as políticas, inclusive de endividamento, que trariam efeitos nas finanças municipais em um período de muitos anos, eram exclusivas de seus interesses pessoais. “Eu consegui” é a expressão mais clara do personalismo e da falta de participação popular. É verdade que o asfalto muda a cidade. Os terrenos às margens da avenida passam por uma valorização sem igual, o comércio passa a disputá-los e demarca o processo de urbanização do que se chamaria centro e periferia dentro do município.

A pressão por moradia popular e os inúmeros problemas urbanos de Alvorada relacionados a calçamento, água e esgoto, falta de escolas e segurança vão, no governo de Leo Barcellos (1983-1988), levar a uma série de vitórias dos movimentos sociais que começam a se desenvolver no município. E em 1985 é conquistada, após muita mobilização, a implantação do primeiro e único hospital da cidade. No mesmo ano é fundada a “Casa do Trabalhador”, um espaço compartilhado com várias entidades: a sub sede do Sindicato dos Bancários, o pró-núcleo CPERGS, o Grupo Ecológico Queremos Gente e o Centro Operário Mário Pedrosa, que reunia algumas dezenas de jovens que atuavam nos movimentos comunitários, sindical e estudantil. Nesse momento também se articula, na paróquia Nossa Senhora, localizada na parada 40, um grupo de jovens ligados à Juventude Católica — JOC, grupo no qual dava os seus primeiros passos na política a futura prefeita Stela, do Partido dos Trabalhadores.

Em 11 de abril de 1987, em uma área de prédios construídos pela Companhia de Habitação – COHAB, ocorre a primeira grande ocupação da América Latina, movimento que serviu de exemplo a toda uma série de novas ocupações que ocorreriam na região metropolitana de Porto Alegre. Ressalta um morador deste conjunto habitacional a natureza espontânea e rápida da ocupação:

Uma das coisas que mais surpreende do fenômeno da ocupação do Conjunto Onze de Abril é a rapidez com que, depois de ocupados, os duzentos apartamentos iniciais, foram ocupados os demais, 1840 apartamentos. No trabalho de levantamento de dados, constantemente perguntávamos aos ocupantes sobre esta questão e todas as respostas podem ser resumidas na declaração dada por um deles: “Esse troço (a notícia da ocupação) era que nem uma corrente, um avisava e estes dez, cada um, mais dez. Esta “corrente” foi extremamente eficiente e rápida na transmissão da mensagem, tendo-se em vista que apenas 0,5%, dos ocupantes, correspondiam aos previamente avisados. É importante lembrar que a ocupação de todo o resto do conjunto aconteceu apenas em seis horas. Os elos destas correntes se alastravam a princípio entre redes de parentesco e de relações amistosas. (AZEVEDO, 2002, p.80).

Do movimento de ocupação participaram vários setores envolvidos com as lutas populares, principalmente integrantes da Igreja Luterana, do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro, escrevem os integrantes da Assessoria à Pastoral.

O povo não só aprendeu, sobretudo ensinou: SOMOS OS PRIMEIROS E NÃO SEREMOS OS ÚLTIMOS. As ocupações se espalharam. A luta por melhores condições de vida, por direitos elementares, encontrou nas famílias ocupantes do Onze de Abril, a perspectiva de transformar o sonho de amanhã, em realidade de hoje. Construindo uma organização onde o mais importante não é saber ler, escrever ou falar bonito, mas defender os interesses daqueles que têm na exploração o seu dia-a-dia, lutar, resistir e vencer pela justiça e pela igualdade. (CEDI, 1987, p. 5).

É interessante notar que todas as ruas do conjunto ocupado apresentaram, em suas denominações, o claro reflexo do ímpeto do movimento e da consciência que a habitação, naquele local, não consistiu em dádiva de políticos, mas em efetiva conquista dos trabalhadores organizados pela base: Área Malvinas, Campos Verdes, João de Deus, Operário, Vitória, União do Povo, 13 de Maio, Esperança, Povo Unido, Vitória do Povo, Liberdade, Emancipação.

Em 1988 é fundado o primeiro jornal de Alvorada, até hoje existente em formato digital e que, pela linha editorial, vai dar publicidade aos atos oficiais do Legislativo e do Executivo municipal, bem como das ações empresariais. É mantido principalmente pela venda de espaço publicitário, principalmente para publicações legislativas e judiciais obrigatórias, e por algumas assinaturas.

O movimento popular toma vulto e organiza-se contra a gestão populista de Leo Barcellos. São criados vários núcleos do Partido dos Trabalhadores, resultando disso a formação das bases para a eleição do primeiro vereador deste partido, um bancário que participava da sub sede do Sindicato dos Bancários, na Casa do Trabalhador – Flávio Santos Silva.

Finda a gestão da família Barcellos, é eleito novamente, para o período de 1989-1992, Pedro Antônio de Godoy, personagem, como já relatado, que é outro representante das oligarquias agrárias originárias de Viamão. Alvorada, em 1991, atinge o número de 142.046 moradores, segundo o IBGE. A expansão do mercado imobiliário continua seu crescimento e os grandes vazios ainda remanescentes vão

sendo ocupados pelos novos loteamentos. É desse período a criação e expansão dos Jardins Alvorada, Porto Alegre, Porto Verde e Algarve.

A União das Associações de Bairro – UAMA – estrutura-se em 1992 e permanece, infelizmente, sempre atrelada aos governos municipais, nunca exercendo uma verdadeira oposição. As diversas lutas envolvendo questões de bairros, ocorrem sempre à margem do aparelho burocratizado dessa entidade. Suas raras ações limitavam-se a enviar ofícios ou a contatar políticos para que intercedessem pelas suas causas. Varias associações filiadas a UAMA são responsáveis pelas bases eleitorais de vereadores ligados ao poder executivo municipal.

Em 1993, assume o prefeito eleito, delegado de polícia Jose Arno Appolo do Amaral, que havia atuado com vigor nos municípios de Alvorada e Viamão, tendo feito sua imagem principalmente na forte repressão ao crime. Diz ele em suas memórias, (BARROSO, 2006, p.158), “eu exerci a minha atividade, a minha profissão com muita força, até porque ela me exigia muito”. Se considerarmos o fato que, sequer morador do município ele era no período, — como ele mesmo afirma “Eu praticamente vim morar aqui quando me elegi prefeito” —, sua popularidade foi construída em função da profissão e dos métodos que exercia.

Outra característica desse político é a forma populista de envolver os eleitores, como ele mesmo relatou em entrevista ao jornal A Semana sobre seu “duro trabalho de conquistar votos no período final da campanha”.

No inicio eu trabalhei bastante, nos últimos 15 dias eu passava para a assessoria. Quando eu digo trabalhar bastante, era que a gente começava às 18 horas que é o horário das igrejas evangélicas, e encerrava normalmente às 23h30min e daí íamos numa casa de religião que durava até umas 3 horas da madrugada. Nos últimos dias eu diminuí o ritmo. Caminhando na rua eu sentia que o povo estava me apoiando e que me elegeria. (A SEMANA, 2016, 17 de Out, online).

Finalmente, fruto de toda uma conjuntura favorável nacionalmente e do reconhecimento do trabalho realizado como vereadora, é eleita a primeira prefeita de Alvorada, pelo Partido dos Trabalhadores. O mesmo movimento político que levou o candidato Luis Inácio Lula da Silva, derrotado anteriormente em três tentativas eleitorais, a vencer o PSDB de José Serra, com 61,27% dos votos válidos favoreceu vários candidatos municipais e governos estaduais, dentre esses, Stela Farias Lopes. Sua gestão prolongou-se por 8 anos, tendo sido reeleita em 2000 e só deixando a

prefeitura em 2004.

Segundo Barroso (2006, p. 163-170), a participação política da vereadora (ela foi a segunda vereadora do PT em Alvorada, eleita em 1992) estava ligada ao movimento dos professores e tinha uma relação estreita com o movimento das ocupações de 11 de abril de 1987. Seu governo vai ser voltado à implantação do orçamento participativo e a obras de infraestrutura viária (170 km).

No setor econômico, pouco se diferenciou dos anteriores, não ficando registrado nenhum conflito com o setor empresarial e seus interesses. Ao contrário, muitos empresários locais contribuíram para sua campanha. Sua perspectiva gerencial é a de aprender com o modelo francês de gestão pública. Afirma ela, conforme BARROSO (2006, p.166): “Meu sonho dourado ainda é fazer um curso na escola de gestão pública da França, que tem até hoje lá”. No sentido de superar a síndrome da baixa estima dos moradores de Alvorada teve como iniciativa trazer Luís Fernando Veríssimo para uma Feira do Livro na praça e fechar uma parceria com a cidade francesa de Nanterre, na França. No campo educacional, desenvolveu um programa de assistência no contraturno que atendia 80 alunos em um universo de 20 mil da rede pública.

A síntese de sua ação política é expressa por ela na mesma na entrevista. Trata-se de administrar, segundo a lógica atual, capitalista, procurando alternativas “dentro desse modelo vigente”, ainda que tenha consciência e declare que é necessário superá-la.

Fiquei o tempo todo, tentando achar alternativas, dentro deste modelo vigente maluco e injusto que é o nosso, e que produz isto aqui que se vive, como a gente pode melhorar. Porque administrar este modelo é um desafio até que um dia a gente possa acabar com ele. Por enquanto, a gente ainda está administrando dentro desta lógica”. (BARROSO, 2006, p.161).

A cidade continua firme no seu crescimento demográfico e, em 2000, conta já com 183.968 habitantes segundo o IBGE. Os primeiros vendedores começam a se instalar na praça, e o camelódromo acaba por ser construído. Por iniciativa da prefeita, é inaugurado, em 2002, dentro da praça central (que realmente se chama oficialmente largo), o largo denominado “8 de Março”, em homenagem ao dia da mulher.

E o sonho do Partido dos Trabalhadores (de governar para todos) durou 8 anos... Sua contrapartida é a retomada do aparelho estatal municipal em 2005

novamente pelos empresários, ainda que jamais tenham estado inteiramente fora dele.

João Carlos Brum, contabilista e detentor de um dos maiores escritórios contábeis da cidade, ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Alvorada, e expressando os interesses do empresariado local, principalmente seu modelo de desenvolvimento interno do município, acaba por vencer as eleições contra a candidata indicada por Stela Farias: Giovana Thiago. Ele dá continuidade ao discurso e às ações para trazer mais empresas, principalmente indústrias, e para fornecer incentivos a quem possa se instalar em Alvorada.

O seu perfil no jornal A Semana demonstra como é visto pelos meios empresariais e políticos locais.

Joao Carlos Brum já havia sido vereador e sempre acreditou que o município precisava se industrializar e trabalhou na geração de emprego e renda, tendo trazido mais de 60 empresas. Brum também se ateve na da educação, fornecendo os kits escolares e tendo construído duas escolas. Além disso, pavimentou mais de 80 km, além do recapeamento da Avenida Getúlio Vargas desde o pórtico até a Rua Fernando Ferrari e duplicou até a Ponte da CELGON. Atualmente trabalha no seu escritório de contabilidade. (A SEMANA – 14/09/2018).

Infelizmente é de se mencionar que o mesmo político, segundo o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, acabou por ser condenado por fraude a licitações, sujeito a uma pena de 4 anos e 8 meses acumulada de multa.

O ex-prefeito de Alvorada, João Carlos Brum, foi condenado a pena de 4 anos e 8 meses de detenção, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, por infringir duas vezes a Lei de Licitações. Na decisão, o Juiz de Direito Roberto Coutinho Borba, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Alvorada, também fixou 50 dias-multa (considerando o valor do dia-multa no equivalente a um salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigido pelos índices oficiais até a data do pagamento). Processo 2130001678-8 (Comarca de Alvorada). (JUSBRASIL, 2018, online).

Na visão desse prefeito, presente em suas memórias, o alvoradense é um cidadão pacífico e trabalhador, não cobra o que a prefeitura não pode fornecer e entende que só industrializando a cidade haverá empregos.

[...] é um trabalhador, é uma pessoa simples que levanta cedo, que vai a luta para o sustento da família, que vive numa cidade que ainda precisa trabalhar bastante para ter a sua infraestrutura contemplada. Por isso, é uma pessoa que tem consciência também das limitações do poder público. O alvoradense não é uma pessoa que cobra do poder publico aquilo que ele sabe que não

pode ser atendido, que não tem, enfim, possibilidades. Por isso a industrialização é fundamental para Alvorada, pois gera empregos e renda para as pessoas. (BARROSO, 2006, p.180)

Na gestão Carlos Brum, algumas ações relacionadas à praça central são realizadas, entre as quais, a Lei Nº 1937, de 15/05/2008, que implanta um “Engraxódromo” e autoriza a iniciativa particular para sua ocupação, criando três postos de trabalho.

JOÃO CARLOS BRUM, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, faz saber em cumprimento ao art. 49, inciso IV da Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no município de Alvorada o Engraxódromo Municipal, a ser implantado na Praça Central (João Goulart).

Art. 2º A concessão de uso do espaço aos engraxates deverá ser realizada através de processo seletivo a ser encaminhado pelo Poder Executivo.

Art. 3º Deverá ser oferecido no mínimo 03 (três) postos de trabalho aos engraxates do município.

Art. 4º O Poder Executivo poderá realizar parcerias coma iniciativa privada para promover a execução da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação. (Lei Nº 1937, de 15/05/2008).

Outra ação realizada na praça durante o governo do prefeito Carlos Brum, em seu primeiro ano de mandato, por iniciativa da câmara de vereadores na qual tinha maioria, foi a implantação de um “Enxadródomo”, que consistia em um tabuleiro de xadrez gigante, demarcado no solo da praça central. Conforme o seguinte instrumento legal.

O Presidente da Câmara Municipal de Alvorada, Ver. Neto Girelli, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 43, § 6º da Lei Orgânica Municipal e do art. 211, § 2º do Regimento Interno, FAÇO saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no município de Alvorada o "Enxadródomo".

rt. 2º O Enxadródomo consistirá em um espaço físico adequado com equipamento específico para que crianças e adolescentes possam desenvolver a prática do xadrez.

Art. 3º O Enxadródomo será localizado na Praça Central, podendo ter unidades em outras praças municipais, conforme necessário.

Art. 4º Para a implantação deste projeto fica o Poder Público autorizado a firmar convênios e receber doações.

(Lei Nº 1590, de 09/11/2005)

Ainda dando vazão ao seu ímpeto de realizar medidas legais, ao seu ver, significativas para o município de Alvorada, encaminha, e é aprovada na Câmara, a Lei Nº 1.869, de 22 de novembro de 2007, que estabelece os pontos turísticos da cidade. Na relação aparecem, 31 locais, entre eles, a praça central. Observa-se que na relação aparecem todos os centros de tradições gaúchas, algumas praças, três empresas privadas (Ipanema Park, Pousada da Figueira e Clube União), todas igrejas católicas, um espaço destinado aos cultos afros, os prédios da Prefeitura e Câmara de Vereadores (excluindo o Fórum – construção de igual tamanho e importância arquitetônica), uma “prainha”, à margem do rio Gravataí e imprópria para banho, e duas lagoas. Nenhum dos 17.57 terreiros existente foi listado.

Outra medida legal, de iniciativa de Carlos Brum, que deveria impactar diretamente a praça central, seria a implantação de uma feira permanente aos sábados e opcionalmente domingos e feriados. Porém na prática não se estabeleceu e o próprio texto legal demonstra a forma ambígua e imprecisa de suas intensões. Na Lei Nº 1742, de 29/11/2006, não fica sequer determinado o tipo de mercadorias e quem seria beneficiado com a medida. Determina a sua gestão executada por um conselho paritário formado de representantes do executivo e de associados. Na ocasião, todavia, não existia nenhum ente associativo entre os vendedores que atuavam na praça.

JOÃO CARLOS BRUM, Prefeito Municipal de Alvorada, no uso de suas atribuições legais, faz saber em cumprimento ao art. 49, inciso IV da Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica regulamentada a Feira do Brique do Município de Alvorada.

Art. 2º O Brique funcionará semanalmente aos sábados, e opcionalmente nos domingos e feriados comemorativos, na Praça João B. M. Goulart, também denominada Largo 8 de Março.

Parágrafo único. Excepcionalmente o Brique poderá funcionar em local previamente determinado pela administração com anuência do Conselho Gestor.

Art. 3º A estrutura do Brique, será organizada através de seu Regimento Interno, aprovado pela maioria de seus integrantes, mais a secretaria responsável.

§ 1º Fará parte do Regimento Interno os seguintes itens:

I - o funcionamento;

II - o horário;

III - a participação;

IV - as atribuições;

V - as sanções;

VI - as disposições gerais.

⁷ Número apurado, em contagem, pelo pesquisador na relação de casas de religião de matriz africana, listadas no site Mapeando Axé - Disponível em: <<http://www.mapeandoaxe.org.br/terreiros/portoalegre>>. Acesso em 19/10/2018.

Art. 4º Caberá a Administração, indicar a Secretaria que coordenará as atividades do Brique, junto com o Conselho Gestor.

§ 1º O Conselho Gestor terá composição paritária, sendo eleitos representantes dos associados e indicados representantes do Executivo Municipal.

§ 2º A composição será definida por Decreto Municipal.

§ 3º O Conselho Gestor eleito, terá mandato de um ano, podendo haver recondução.

Art. 5º O Regimento Interno será revisado anualmente, devendo ser aprovado pela maioria de seus integrantes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias, a partir de sua publicação.

(Lei Nº 1742, de 29/11/2006)

Saturados os munícipes com o governo do “Engraxódromo”, do “Enxadródomo” e do “brique fantasma”, como já exposto, com as denúncias que ocasionaram a sua condenação e ainda com uma midiática revista no prédio da prefeitura feita polícia federal, acabam por eleger novamente um prefeito de oposição, ligado ao Partido dos Trabalhadores, no ano de 2012.

A foto abaixo foi uma das apresentadas na imprensa no ato de apreensão de documentos na chamada “Operação Cartola” que investigava o desvio de 30 milhões de reais em 8 prefeituras gaúchas, dentre as quais estava Alvorada.

Figura 12 — Operação Cartola, fotógrafo 06/07/2011.



Fonte — Disponível em: <<http://schumacherpt.blogspot.com/2011/07/operacao-cartola-investiga-fraude-em.html>>. Acesso em 10/02/2019. Foto sem indicação da autoria.

Descreve o jornal A Semana o perfil de Sergio Bertoldi, conhecido como “Professor Serginho”.

Ele assumiu o posto de prefeito em 2012 e permaneceu por quatro anos. Antes já havia sido vereador. Em seu mandato foi o responsável por ter credenciado Alvorada em programas do Governo Federal, como Pronatec e Minha Casa, Minha Vida. Além disso, trouxe para a cidade recursos que promoveram a construção de obras como a UPA 24 Horas e o CEU das Artes, que aguardam a inauguração. Após seu mandato, Serginho voltou à sala de aula. Ele é professor de educação física e leciona na Escola Gentil Viegas. (A SEMANA, 14/09/2018).

Em sua gestão enfrentou um forte movimento sindical devido aos baixos salários praticados pela prefeitura, o que levou, inclusive, a uma ocupação do prédio do executivo municipal. Explica a reportagem o site G18: “A sede da prefeitura estava ocupada por manifestantes ligados ao sindicato desde o fim da manhã desta quarta-feira (16). Eles diziam que o reajuste salarial trimestral, que é lei no município, não foi pago no fim de fevereiro”.

É de iniciativa desse prefeito a Lei Nº 2943, de 05/11/2015, que autoriza o

⁸ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/03/acordo-encerra-ocupacao-da-sede-da-prefeitura-de-alvorada-rs.html> de em 17/03/2016 . Acesso em 19/09/2018.

poder executivo a doar imóvel à Quimifel Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda, sob o argumento de que a ampliação geraria mais empregos, na linha do mesmo discurso e ação já realizados pelos prefeitos anteriores.

É nesse período de governo nascem, em 2014, as duas associações e a cooperativa dos comerciantes da praça central, por iniciativa autônoma desses trabalhadores.

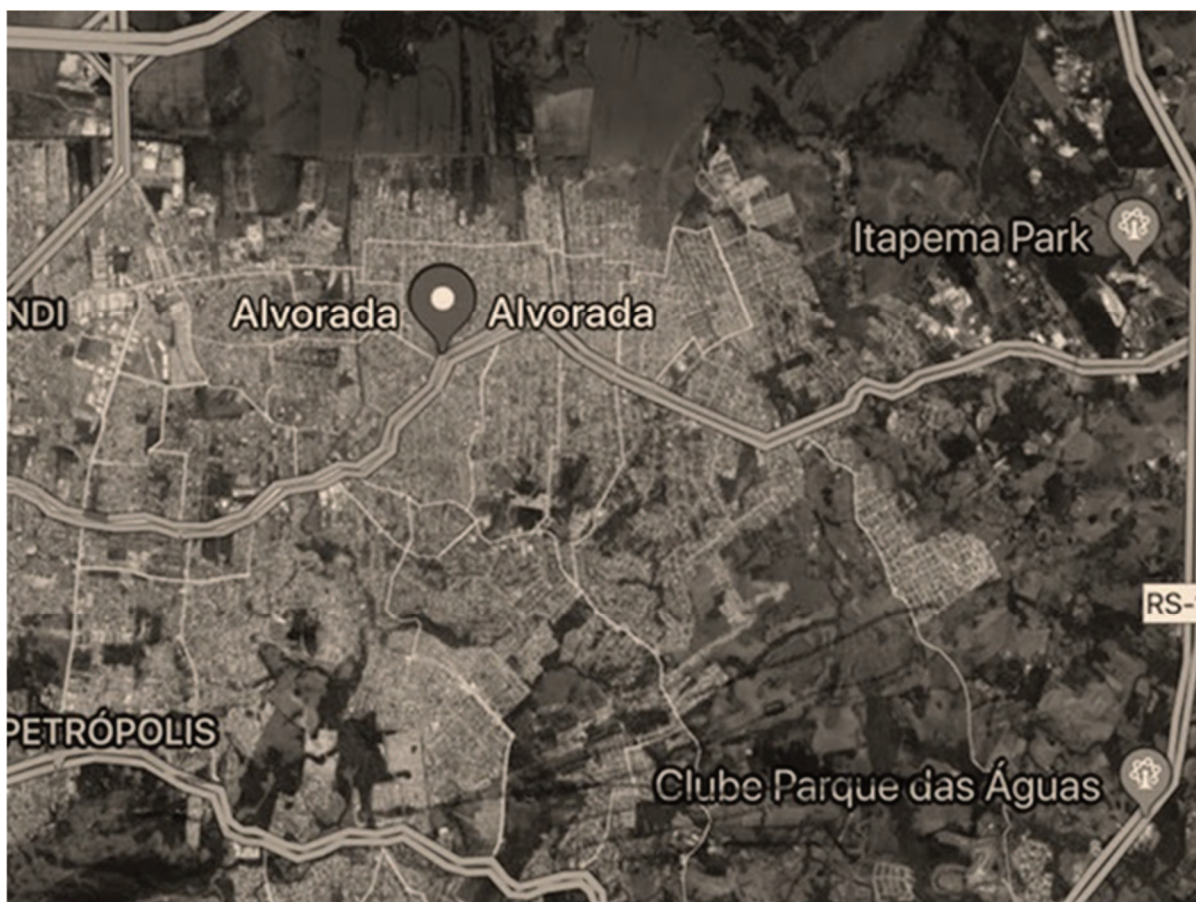
Quanto à visão política da situação urbanística da cidade, é elucidativo o depoimento dado ao site Sul21, inclusive citando a praça central.

Sul21 – Alvorada é historicamente conhecida por ser uma cidade dormitório, já que a maioria da população trabalha em outras cidades da região metropolitana, mas também é conhecida por ter uma capacidade de mobilização espontânea. O que faz isso?

Bertoldi – A nossa cidade é muito enxuta, ela é quase toda adaptada e é pequena. Tem muita gente e tem muita concentração. Como foram feitas muitas ocupações de áreas públicas, há uma concentração no centro da cidade que fica a 10 minutos de qualquer bairro. É uma cidade muito próxima, é um bairro quase. Isso facilita o acesso das pessoas ao centro da cidade, a nossa praça central aqui no Largo 8 de Março, que é o ponto de todos. Ela é central, tem acesso a todos e as pessoas se encontram aqui. Tu chegas aqui num domingo, tem 5 mil pessoas na Praça Central. Tu fazes um evento, vem 20 mil pessoas para a Praça Central. Muitas pessoas não precisam nem de condução, às vezes, depois vão para casa a pé. É uma cidade de muitos pedestres, muitas bicicletas e é muito pequena, muito concentrada. Acho que isso facilita. Fonte: Site Sul 21, online. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2015/09/bolsa-permanencia-prefeitura-de-alvorada-aposta-na-educacao-para-reverter-historico-de-violencia/>> Acesso em 20/11/2018.

São de difícil entendimento os termos “enxuta” e “quase toda adaptada”. A concentração no centro da cidade mencionada na entrevista aqui transcrita não corresponde aos fatos, pois a maior incidência de unidades habitacionais, que é visível nas imagens de satélite, no Google Mapas, não é a área conhecida como a área central, sendo que o desenho da cidade se assemelha mais a um gráfico do tipo “espinha de peixe”, inexistindo uma área central geográfica, mas, sim, diversos loteamentos distantes do centro. O baixo uso dos ônibus, também relatado, deve-se ao alto preço das passagens municipais, concentradas nas mãos de um único monopólio há décadas. Os dez minutos a que o Sérgio Bertoldi se refere na entrevista só seriam possíveis se os moradores andassem de carro, e não em transporte público, que se caracteriza pelo baixo número de ônibus e os longos períodos de espera nas paradas.

Figura 13 — Mapa aéreo mostrando unidades habitacionais, RS, 2018.



Fonte — Google Maps

Findo seu mandato, Sergio Bertoldi, em 2016, faz campanha para a sucessora, Giovana Thiago, que perde as eleições municipais. Desta vez, a candidata é derrotada por uma diferença, ainda mais expressiva de votos que em sua última candidatura: 14.004 votos contra 31.414. Reelege-se o delegado aposentado Apollo para o atual período de gestão (2017-2020). O *slogan* de campanha do prefeito Apollo é “Alvorada para os alvoradenses”. A origem desta expressão, usada no *marketing* eleitoral pela oposição vitoriosa, é a crítica ao número de cargos em comissão de pessoas não moradoras do município de Alvorada, que participaram do quadro de pessoal na gestão de Sérgio Bertoldi.

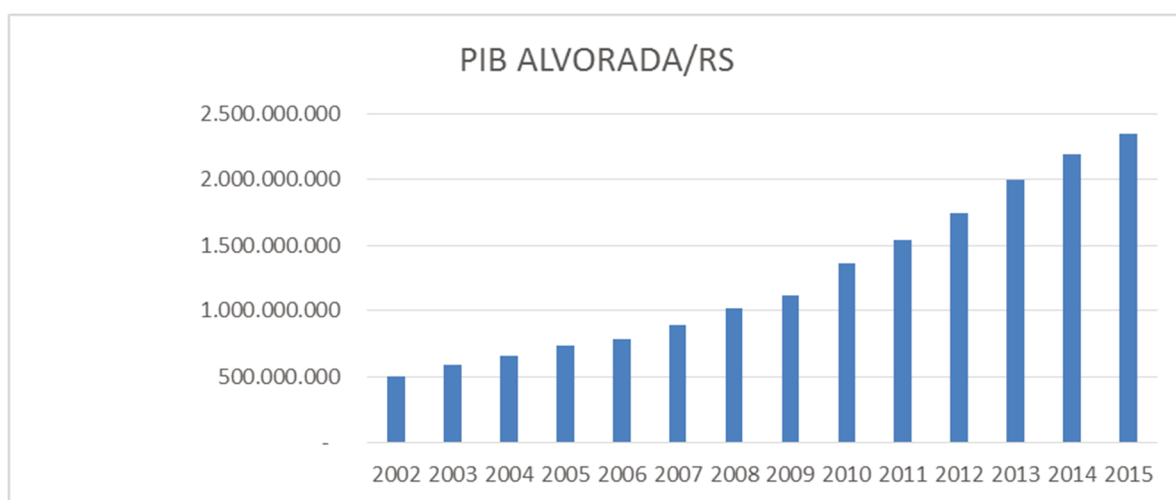
4.2. Trajetória econômica e social do município

A trajetória apresentada das políticas públicas, implementadas no município de Alvorada/RS, demonstra que têm prevalecido os interesses dos empresários em

detrimento da maioria da população. Um exame de alguns indicadores econômicos e sociais demonstra, em termos quantitativos, a resultante dessas gestões que se sucederam.

Em primeiro lugar é inegável que a o município obteve um crescimento econômico considerável, crescendo 4,66, entre os anos 2002 e 2015, últimos dados oficiais disponíveis.

Figura 14 — PIB de Alvorada, sem data.



Fonte — FEE.

No exame da origem desses valores que compõem o Produto Interno Bruto – PIB gerado dentro do município, utilizando-se a conta Valor Agregado Bruto – VAB, identificando cada setor: Agropecuária, Indústria, Serviços, Governo e Tributos, verifica-se que nem todos os setores da economia tiveram a mesma trajetória. Identifica-se claramente que o setor industrial, no qual todos os prefeitos procuram apostar para o desenvolvimento da economia municipal, pouco contribui para a geração de renda interna. O segmento que mais investiu foi o público, seguido do comércio. Seguem dados do período compreendido entre 2002/2015, e o gráfico correspondente ao crescimento de cada setor econômico.

Tabela 1 – Valor Agregado Bruto, por setor econômico, sem data.

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Governo	Tributos
2002	616.058	79.996.499	232.214.270	145.220.002	45.056.572
2003	829.383	89.950.642	256.331.215	184.349.958	55.567.088
2004	724.830	108.210.697	283.696.608	199.483.586	64.286.171
2005	679.684	114.238.046	319.971.972	223.343.433	75.806.992
2006	874.995	109.940.840	343.227.025	251.275.901	77.382.096
2007	975.515	122.351.882	400.948.870	278.667.652	82.044.441
2008	1.104.558	151.627.223	451.568.965	307.832.815	101.976.071
2009	1.229.032	174.878.257	486.119.614	347.144.825	105.341.156
2010	1.229.927	245.326.933	552.611.057	431.416.606	130.147.558
2011	1.022.291	282.960.198	636.751.557	474.644.362	142.338.494
2012	1.051.212	341.237.699	722.033.123	528.785.351	153.458.975
2013	1.340.728	359.717.586	848.065.119	628.068.230	162.378.757
2014	1.438.980	374.975.642	935.769.464	696.029.326	179.699.650
2015	1.229.940	339.638.270	1.053.309.802	757.559.568	193.363.300

Fonte — Dados FEE.

O número de empresas que se instalaram no município, que pode ser visualizado através da tabela 1, reflete claramente o ciclo de crescimento do setor privado e confirma que o município nunca teve um número expressivo de empresas. Nota-se que até 1966 o número de empresas registradas era de apenas três. Os períodos de maior criação de empregos coincidem com o da expansão imobiliária e advêm de negócios relacionados a materiais de construção.

Figura 15 — Relação empresas x ano, Alvorada, sem data.

Fonte — IBGE – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/993>>. Acesso em 28/09/2018.

Tabela 2 — Alvorada, empresas x ano, sem data.

Fundação	Unidades
Até 1966	3
1967 a 1970	5
1971 a 1980	38
1981 a 1990	197
1991 a 1995	248
1996 a 2000	318
2001 a 2003	216
2004	93
2005	106
2006	98
2007	95
2008	131
2009	138
2010	157
2011	194
2012	196
2013	188
2014	216
2015	220
2016	137
Total	2994

Fonte — IBGE — SIDRA.

Infelizmente, por meio desses números, descobre-se que a riqueza acabou concentrada nas mãos de uma minoria detentora do capital, e os indicadores sociais, pouco revelam de benefícios reais, ao conjunto da população de Alvorada, em sua maioria trabalhadores pobres e explorados.

A evolução da desigualdade de renda pode ser descrita através do Índice de Gini, amplamente usado para medir o grau de concentração de renda em todo o mundo. Para o município de Alvorada⁹ os últimos valores apurados foram: 0,41 em 1991; 0,44 em 2000; e 0,43, em 2010. Levando em consideração que este indicador tem como referência o valor de zero para designar a plena igualdade de renda, o indicador, para o município de Alvorada, reflete uma situação de injustiça social na distribuição de riquezas.

As características apresentadas pelo município de Alvorada/RS são indicadores do processo de desenvolvimento de cidades periféricas das grandes cidades, sob o capitalismo. O êxodo rural, que leva à fuga dos trabalhadores do campo, como produto da mecanização e da concentração de terras, é um dos vários determinantes dessa crescente concentração humana, principalmente de pessoas com baixo nível de escolarização que engrossam o exército de desvalidos e subempregados. Em um estudo efetuado por Sposito (1998), a autora aponta alguns problemas que relaciona o capitalismo e a determinadas características urbanísticas. O primeiro deles é a falta de renda, que impossibilita o acesso à compra ou mesmo ao aluguel de unidades habitacionais; segundo é a característica intrínseca, ao capitalismo, de transformar todos os bens da vida em mercadorias, mesmo que ao custo da vida humana; finalmente, em terceiro lugar, aponta que nas cidades, ao contrário do campo, a divisão do trabalho leva ao maior distanciamento do homem dos meios, ainda que mais rudimentares, de subsistência.

Os trabalhadores da cidade têm que comprar muito mais bens e serviços necessários à sua vida do que o homem do campo. Além disso, devido à alta densidade populacional, a vida na cidade não pode prescindir de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos que a vida no campo dispensa. (SPOSITO, 1998, p.75)

O modelo econômico excludente, que privilegia as camadas detentoras de

⁹ Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alvorada_rs acesso 28/09/2018.

renda e, portando, aptas para a sociedade de consumo, não se preocupa com as precárias condições de vida e habitação daqueles que dispõem de pouco ou quase nenhum poder aquisitivo. Caracterizando estas cidades tem-se, de modo geral, uma infraestrutura de péssima qualidade: ruas sem calçamentos, esgotos a céu aberto, poucas e caras opções de transporte público. Alvorada é apenas um entre tantos exemplos dessa cruel situação que atravessa a classe trabalhadora. Infelizmente, de acordo com Kovarick (1978), os investimentos públicos seguem os interesses econômicos do capital.

Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários. No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o poder público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. No entanto tal iniciativa ocorre num período em que o desenho urbano já está em grande parte traçado em consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. Desta forma a ação governamental restringiu-se, tanto agora como no passado, a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado, e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor. (KOVARICK, 1978, p. 31-32)

Abandonados pelo Estado em todas as esferas públicas (federal, estadual e municipal), imperam, nessas regiões, a violência e criminalidade, como demonstra o alto número de homicídios e de incontáveis outros crimes que nem sequer são contabilizados nas estatísticas oficiais. Não é incomum a existência de quadrilhas que se apropriam de determinadas áreas da cidade e que nelas impõem suas próprias leis e julgamentos.

Figura 16 — Violência em Alvorada, 06/06/2017.



Fonte — Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2015/09/bolsa-permanencia-prefeitura-de-alvorada-aposta-na-educacao-para-reverter-historico-de-violencia/>>. Acesso em 05/02/2019.

Loteamentos são criados, com a omissão dos órgãos reguladores, sem as mínimas condições de habitação, utilizando-se do modelo de cooperativas habitacionais de fachada. Na maioria dos casos, os organizadores dessas falsas entidades associativas são políticos em busca de votos ou mesmo empresas do ramo da construção.

Outro movimento ocasionado pela miséria e pela falta de moradia popular em número suficiente são as “ocupações irregulares”, certamente um fenômeno já crônico e regular que se multiplica descontroladamente. Em lugar de receberem a devida atenção por parte do aparelho estatal, encontram hostilidade e omissão. O valor humano e o respeito à vida são substituídos por leis moldadas para a defesa da propriedade privada, especulativa e improdutiva.

Essas cidades não se desenvolvem. Elas simplesmente crescem descontroladamente. Áreas centrais e mais bem amparadas pelo Estado acabam por valorizar-se seletivamente, empurrando os mais pobres para a periferia. Em face das imensas diferenças sociais, aliados pela crescente violência urbana, condomínios fechados acabam por se tornar a escolha perfeita para parcelas da pequena burguesia

e da classe patronal, que se blindam com o forte aparato de segurança privada. Alias, a própria “segurança” e os armamentos tornam-se, sob o domínio do capital, mercadorias a serem comercializadas, evidentemente por quem dispõem de condições financeiras para comprá-las.

No caso de Alvorada/RS, ficou claro que as políticas públicas implementadas pelos sucessivos governos municipais acabaram resultando em melhores condições para ampliar os mercados, favorecer a iniciativa privada e propiciar as melhores condições possíveis para o capital se desenvolver.

Ficou demonstrado também que muitas das medidas implementadas pelo executivo, impulsionadas por um legislativo na sua maioria clientelista, tiveram um efeito apenas midiático, cosmético, limitado às zonas comerciais ou ao seu entorno, valorizando imóveis ou atendendo a desejos pontuais dos seus eleitores.

As contradições e diferenças sociais, como demonstrado, também formaram um terreno fértil para que a resistência e a constituição de movimentos sociais germinassem, ainda que tênues e intercorrentes. Enfim, esta breve síntese dos dados apresentados, políticos e econômicos, são apontamentos que devem ser aprofundados para instrumentalizar a luta para a mudança desta triste situação social e urbanística.

[...] devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições. (SANTOS, 2005, p.160).

A realidade não é irreversível. Ela sempre pode ser mudada, transformada, porque consiste em uma construção humana, conscientemente criada. Ela pode ser alterada, desde que sejam conquistadas as condições objetivas e subjetivas para esta emancipação, e desde que, para tanto, concorra em boa parte a educação crítica, transformadora, aquela que cria as bases verdadeiras para um mundo melhor: humano, igualitário e Justo.

5 AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NO CAPITALISMO

O trabalho é uma categoria chave para entendimento do que significa ser humano. O objetivo desse capítulo é apresentar suas principais características na sociedade capitalista contemporânea. Cabe observar que, em razão das limitações de tempo e espaço, a ênfase dada pelo autor é a de sublinhar alguns elementos de tensionamento, para uma reflexão sobre o mundo do trabalho, no qual os trabalhadores e trabalhadoras da praça são elementos integrantes desse processo no referido contexto.

Quando se percorre a calçada, olhando as duas fileiras de bancas, a primeira posicionada em frente à Avenida Getúlio Vargas e a segunda na rua lateral, pouco se revela ao passante comum ou mesmo àquelas pessoas presentes no local o complexo conjunto de relações que se estabelecem ali. Imersos na unidade contraditória que é a Formação Social Capitalista, não se suspeita da existência de um universo de determinações das quais resulta a vida e o trabalho daqueles seres humanos.

5.1. A formação social capitalista

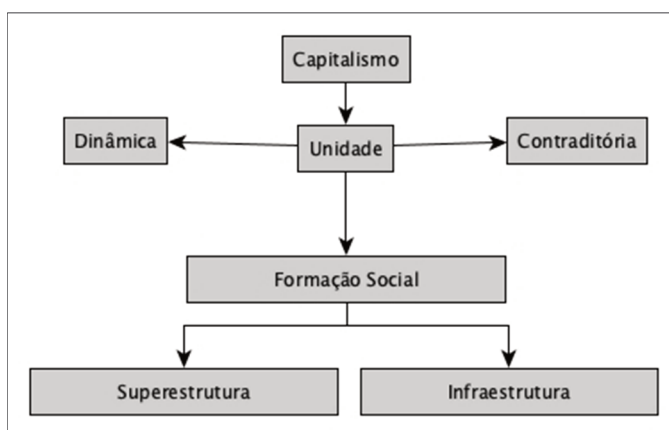
A categoria Formação Social é fruto da necessidade de diferenciar um Modo de Produção determinado, o conjunto hegemônico das forças produtivas em um dado momento histórico, da totalidade das forças produtivas que ocorrem simultaneamente em uma determinada realidade concreta. Exemplificando: o capitalismo é modo de produção hegemônico no Brasil do século XXI, mas, no entanto, convivem no território brasileiro povos originários (falando mais de 274 línguas) em diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas. A formação social brasileira não é absolutamente capitalista, embora este seja o modo de produção dominante. É expressa a mesma ideia no conceito de Formação Econômico-Social, visto que é indissolúvel da economia da vida social.

O conceito de FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL é um dos conceitos fundamentais da ciência marxista-leninista da sociedade. Uma formação econômico-social é um modo de produção historicamente definido que encarna a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção em conjunto com as concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas e as instituições da sociedade que correspondem a essas relações. Assim, no conceito de formação econômico-social encontramos tanto as

relações sociais de produção — isto é: as relações econômicas entre os homens —, como toda a vida espiritual da sociedade. (PLATKÓVSKI; TITARENKO, 1954, online).

A totalidade da Formação Social Capitalista pode ser examinada, de forma muito simplificada, como duas faces de uma moeda, como uma unidade dinâmica e contraditória. De um lado, uma complexa trama de relações econômicas fundadas no agir do homem frente à natureza — a sua dimensão material — que pode ser concebida como uma infraestrutura que suporta todo outro complexo de relações de cunho social, ideológico, cultural, político e jurídico: superestrutura não econômica. A infraestrutura e a superestrutura da Formação Social Capitalista são inseparáveis, contraditórias, complexas e em permanente mudança, tensionadas pelas inúmeras determinações que formam a realidade concreta.

Figura 17 — Esquema da Unidade do Capital, sem data.



Fonte: Desenho do autor.

5.2. A superestrutura e sua complexificação

Na superestrutura, multifacetada na sua dimensão jurídica, é possível visualizar todo um conjunto de normas que visam a preservar e manter a sociedade dentro de um conjunto de regramento que conserve o máximo de estabilidade, ordem e a imutabilidade. Em contrafluxo à tendência à imobilidade e à fixidez das normas aparece a dinâmica social e cultural, que força a impermanência do arcabouço jurídico que, mesmo que a um ritmo mais lento, vai se modificando. O movimento dos

interesses econômicos e a luta de classes também impulsionam as mudanças e a quebra dos paradigmas vigentes, ainda que predominem hegemonicamente os interesses do capital.

Explica Pachukanis (2017) a íntima relação existente entre a forma-mercadoria e as características superestruturais do Direito no Modo de Produção Capitalista. Não só a norma burguesa visa a preservar o capital, mas, ao mesmo tempo, é engendrada pela infraestrutura produtiva e suas determinações.

Desse modo, se a forma-mercadoria revela o sentido histórico concreto da categoria do sujeito e expõe as bases abstratas do esquema da ideologia jurídica, então o processo histórico de desenvolvimento da economia mercantil-monetária e mercantil-capitalista acompanha a realização desses esquemas na forma da superestrutura jurídica concreta. Na medida em que as relações entre as pessoas se constroem como relação de sujeitos, temos todas as condições para o desenvolvimento da superestrutura jurídica com suas leis formais, seus tribunais, seus processos, seus advogados, e assim por diante. Disso resulta que os traços fundamentais do direito privado burguês são ao mesmo tempo os traços determinantes mais característicos da superestrutura jurídica em geral. (PACHUKANIS, 2017, p. 62)

As instituições sociais presentes na superestrutura da Formação Social Capitalista, também não estão alheias à hegemonia do capital e à pressão da luta de classes, que disputa espaços e abriga um palco de contradições irreconciliáveis. A cultura, somatório dinâmico do patrimônio acumulado pela humanidade, não é neutra, e suas manifestações expressam sempre o movimento e a multiplicidade das forças em colisão. Os valores dominantes e a ideologia hegemônica tendem a representar os interesses dos donos do poder e da força, invariavelmente os detentores da riqueza econômica. Exemplos facilmente observáveis, na conjuntura atual, é o florescimento do individualismo, da competição, do tecnicismo, a mercantilização de tudo, o consumismo, a reificação humana produzida pela alienação e tantos outros aspectos que refletem o modo de existência do capitalismo dominante.

O capitalismo é um difusor da cultura e dos valores que lhe são peculiares. Inúmeros são os valores que são inerentes ao mercado capitalista defendidos ferrenhamente pelos teóricos da burguesia. Os seguintes fundamentos aparecem frequentemente como bandeiras defendidas pela ordem burguesa, segundo Ianni (1979, p. 36), são: o princípio de propriedade privada; a definição do salário como o preço justo da força de trabalho; o lucro empresarial com remuneração justa do trabalho do empresário e do seu capital; a troca de mercadorias, ou as relações de compra e venda de mercadorias como um processo independente das relações

econômicas sociais e políticas entre o operário e o capitalista; o contrato, como técnica de formalização universal das relações sociais na fábrica, na família e em todas as instituições relacionadas direta ou indiretamente com toda a propriedade privada; a valorização da eficiência e da eficácia, da competitividade, espírito prático, controle, neutralidade afetiva, ascetismo, pragmatismo e outras expressões da racionalidade inerente às formas de pensar e agir características da sociedade capitalista; a identificação do capitalismo como a forma histórica superior de desenvolvimento das relações de produção.

O uso do espaço público da praça como centro de comercialização de produtos é uma questão jurídico-política. A autorização para o exercício da atividade de venda de produtos alimentícios e de conveniência é objeto de fiscalização por parte do Estado, seja dos órgãos relacionados com a saúde pública ou pela Secretária de Indústria e Comércio, que é permissora da atividade no município. Os critérios que utilizam nem sempre resguardam apenas o interesse público. Na maioria dos casos o que se observa é um rigor bem mais acentuado na fiscalização desses trabalhadores, econômica e socialmente prejudicados, do que naquele direcionado ao comércio convencional, principalmente as grandes cadeias de varejo. A própria permanência desses trabalhadores no espaço público da praça é um contínuo vaivém. Em alguns momentos a política local atua em favor da continuidade do trabalho na praça, vislumbrando que esse contingente humano serve como base eleitoral para os políticos clientelistas e como válvula de escape para o desemprego, em outros, faz o jogo duro da fiscalização e do regramento, para saciar os interesses do varejo local.

A própria estrutura urbana está indissolivelmente ligada ao trabalho, à geração do excedente de produção e à dominação, pela força, de uma classe social detentora dos meios de poder para a apropriação desses excedentes. Como explica Souza (2005), as cidades historicamente são marcos de dominação de um território. As cidades aparecem no mundo antigo na medida que condições de produção permitiam o sustento deste contingente humano longe da produção direta de alimento, porque existiam condições técnicas na agricultura e criação de animais que geravam alimentos suficientes para alimentar essa população em outras atividades produtivas, inclusive para a própria estrutura administrativa e coercitiva, militar, jurídica e de poder.

A regra foi a de que o surgimento das primeiras cidades se desse entrelaçado com o aparecimento de formas centralizadas e hierárquicas de exercício do poder; e, com efeito, foi justamente a formação de sistemas de dominação, com monarcas e seus exércitos, que permitiu, ao lado das inovações técnicas, uma crescente extração de excedente alimentar, sobre o fundamento da opressão dos produtores diretos. (SOUZA, 2005, p. 4)

O surgimento das cidades evidencia a divisão da sociedade em classes sociais; a divisão econômica da riqueza se torna mais visível, inclusive pela distinção das construções e pela segregação geográfica dos habitantes das cidades. Não é mera coincidência que, na cidade de Alvorada, as vilas onde se localizam os mais pobres e menos favorecidos estejam praticamente sem infraestrutura urbana. Os espaços vazios públicos para lazer são pouquíssimos e precariamente mantidos, geralmente, sem artefatos para lazer ou esportes. A falta de planejamento na ocupação do solo, que seguiu a lógica da especulação imobiliária, acabou se traduzindo em longas jornadas para aqueles que precisam usar o transporte público para se deslocar para o trabalho. Os imóveis localizados nas artérias centrais da cidade são aqueles que são comercializados a preços inacessíveis ao trabalhador de baixa renda. As áreas de preservação ecológicas são continuamente agredidas e encolhem continuamente, sendo que hoje, praticamente, está extinta a fauna nativa e as espécies vegetais estão seriamente ameaçadas. Projetos de lei que efetivamente protegessem o ambiente natural nativo municipal são parques e se mostram, pelo agravamento da situação, inócuos e meramente eleitoreiros.

5.3. A infraestrutura em cada momento histórico

A teórica e revolucionária alemã Rosa Luxemburgo (2009), no início do século XX, conferia a Karl Marx, na sua obra *O Capital*, o mérito de ter exposto as entranhas do modo capitalista de produção, explicando o processo desde a sua célula mais elementar – a mercadoria – até a complexidade das relações de produção e distribuição.

Marx mostra, pela primeira vez, como nasce o lucro e como este vai parar no bolso dos capitalistas. Explica isso por dois fatos econômicos decisivos: o primeiro é que a massa dos trabalhadores é formada por proletários que precisam vender sua força de trabalho como mercadoria, e o segundo é que essa mercadoria força de trabalho tem hoje um tão alto grau de produtividade que pode produzir, em certo tempo, um produto muito maior do que o

necessário, nesse tempo, para sua própria manutenção. Esses dois fatos, puramente econômicos e, ao mesmo tempo, decorrentes do desenvolvimento histórico objetivo, fazem que o fruto criado pelo trabalho proletário caia por si mesmo no colo do capitalista, acumulando-se mecanicamente com a continuação do sistema de assalariamento até formar um capital sempre mais poderoso. (Rosa Luxemburgo, 2009, p.137)

O grande mérito de Karl Marx foi colocar a nu o capital, a partir de sua unidade fundamental, a mercadoria, examinando a forma como se apresentam os produtos industrializados e sua circulação. Foi examinando a célula fundamental da Formação Capitalista e cada uma das determinação e relações que configuravam o Modo de Produção Capitalista que ele chegou a um modelo teórico da origem, funcionamento e necessidade de destruição desse sistema para a emancipação da humanidade.

Examinando mais atentamente os aspectos econômicos da formação social capitalista, verificamos que essa infraestrutura econômica, que serve de base material a toda existência humana, segundo Marx e Engels, é configurada sob bases econômicas, alicerces estes que proporcionam as opções disponíveis para as escolhas humanas. Se os trabalhadores, sujeitos desta pesquisa, tivessem condições econômicas de vida igualitárias, seu modo de vida e trabalho seria, provavelmente, diferente.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma determinada forma de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também como o modo com produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2007, p. 87)

Uma observação fundamental que deve ser assinalada quando se fala na categoria marxiana infraestrutura é que, em momento algum, Karl Marx e Friedrich Engels afirmaram taxativamente, — como repetem exaustivamente seus detratores —, que a infraestrutura econômica é uma categoria que imperativamente determina (aqui colocada a palavra no sentido de forçar, não deixar margem para outras alternativas) a superestrutura político-ideológica. A carta de Engels a Joseph Block escrita entre 21 e 22 de setembro de 1890 é muito clara sobre este tema.

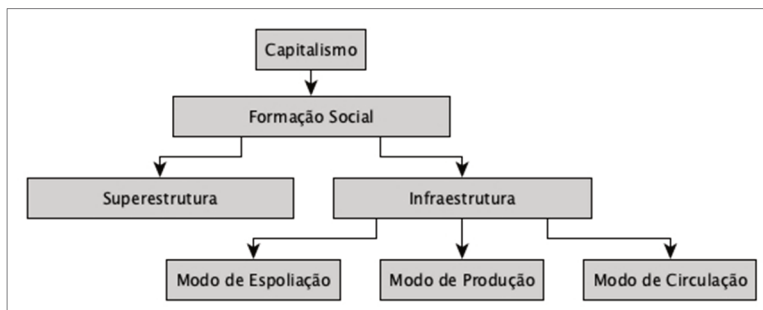
De acordo com a concepção materialista da História, o elemento determinante final na História é a produção e reprodução da vida real. Mais

do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. (Engels, 1890, online)

A Infraestrutura Econômica Capitalista comporta todo o ciclo de reprodução do capital desde a geração do mais valor, extraído diretamente do trabalho vivo, até as formas de circulação deste valor na forma mercadoria e as “criativas” maneiras de espoliação que o capital encontra para concentrar renda e extrair riquezas do conjunto das relações econômicas da sociedade.

A Formação Social Capitalista pode ser observada, sem esquecer que se trata sempre de uma totalidade, em três movimentos distintos do capital: um modo de produção, no qual ocorrem os processo de transformação da natureza em uma realidade material humana; uma determinada forma de circulação desses produtos, naturais ou artificialmente transformados pelo homem, que permite o acesso do conjunto da sociedade a estes bens produzidos; e um terceiro, e efetivamente nefasto movimento: de espoliação das riquezas adquiridas diretamente do conjunto da sociedade, (penalizando sempre os mais desfavorecidos economicamente), concentrando e centralizando os capitais.

Figura 18— Esquema da Infraestrutura Econômica Capitalista, sem data.



Fonte: Desenho do autor.

As distintas faces do movimento do Capital, classificadas nessa tese em três dimensões, ainda que não apareçam explicitamente na obra *O Capital*, estão presentes no conjunto da obra, seja na descrição da formação inicial do capital (Modo de Espoliação), seja no estudo da mercadoria e sua produção (Modo de Produção), seja no trabalho incompleto, do qual restaram apenas notas que foram reunidas por Engels posteriormente e publicadas como complemento do livro I do *Capital*, sobre o movimento de circulação do capital (Modo de Circulação).

Assim como no primeiro volume ele havia analisado a produção do capital e o segredo da extração do lucro daí decorrente, e no segundo volume descrevera o movimento do capital entre o local de trabalho e o mercado, no terceiro volume investiga a repartição do lucro. E sempre observando as mesmas três condições fundamentais: que tudo que acontece na sociedade capitalista não é obra da arbitrariedade, mas obedece a leis determinadas, atuando regularmente, ainda que os interessados não tenham nenhuma consciência disso; que, ademais, a situação econômica não se assenta em medidas violentas visando à pilhagem e ao roubo; e, finalmente, que não há nenhuma razão social atuando sobre o todo através de atividades planejadas. (LUXEMBURGO, 2009, p.140)

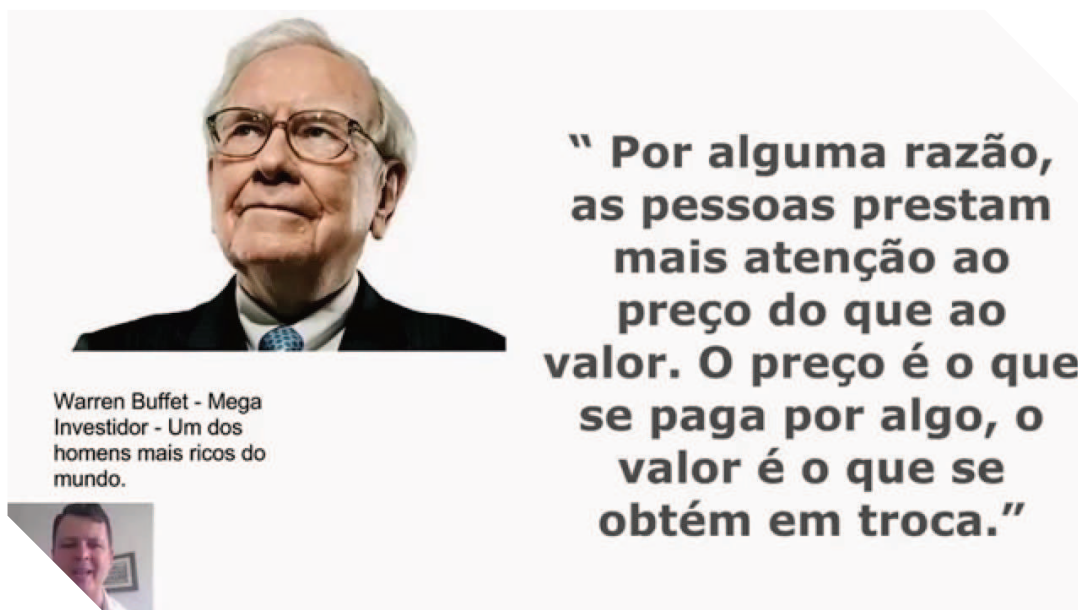
Observando o singelo exemplo da realidade econômica em um mercado minúsculo, localizado na praça de cidade satélite de uma metrópole de país periférico, sob o olhar crítico e penetrante da Dialética Materialista, é possível distinguir vários aspectos dessa complexa trama que envolve a Formação Econômica Capitalista Mundial. A produção direta das mercadorias está representada na elaboração dos diversos itens de alimentação; a circulação pode ser vista na venda dos produtos, tanto alimentícios quanto industrializados pelos camelôs; e o processo de espoliação,

pela expropriação indireta dos meios de vida na forma de impostos, taxas e licenças.

Olhando atentamente, verificamos algumas características diversas nos tipos de objetos que são vendidos no interior da praça central de Alvorada. No primeiro grupo, destaca-se a venda de alimentos (sanduiches, pastéis, cachorros-quentes, sorvetes e doces) quase todos alimentos produzidos pelos próprios vendedores. Já no outro grupo a ênfase é para a mercadoria que vem de pontos distantes do planeta, algumas obtidas de distribuidores no centro de Porto Alegre/RS ou de São Paulo/SP e outras ainda obtidas em longas viagens até *Ciudad del Este*, no Paraguai, quando o câmbio permite aos vendedores de brinquedos, assessórios para celulares, bonés, pequenos aparelhos eletrônicos e todo tipo de mercadoria de baixo custo que possa ser ofertada aos passantes na calçada.

Em ambos os casos, — o dos alimentos processados e o das mercadorias —, somente é possível sua comercialização devido ao fato de atenderem a necessidades sociais determinadas: a alimentação humana e bens de consumo ou uso. Toda a mercadoria que entra no processo de troca terá uma utilidade potencial de troca e um valor que poderá expressar sua equivalência em outras mercadorias ou produtos.

Os valores de uso e troca constituem uma das determinações do valor dos bens — o sentido de utilidade ao homem ou servir aos interesses do capital. A ideologia do capital faz todo o esforço de confundir o preço e a utilidade de um bem com o seu valor, mascarando assim a fonte real, efetiva, intrínseca aos produtos que é o valor expresso pelo trabalho humano cristalizado na forma mercadoria. Não é rara a identificação do preço com o valor como se sinônimos fossem. Uma das formas mais comuns é a propaganda de que valor é igual a utilidade. Eis um exemplo desta falácia.



Fonte:<<https://www.youtube.com/watch?v=k58j-CHBaHM>>. Acesso em 01/04/2019.

Ainda que os preços possam variar livremente devido às mais diversas circunstâncias, o valor intrínseco das mercadorias e produtos será sempre fixo: a quantidade social média de trabalho abstrato necessária a sua produção.

Na economia política clássica o valor também era tratado de forma abstrata, não referenciada no real concreto assumido na forma mercadoria no modo de produção capitalista. Marx já alertava para esse erro nos autores clássicos.

... A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza do valor absorve inteiramente sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e, ao mesmo tempo, um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade da forma de valor, e assim também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. MARX (2013, p. 1133)

O trabalhadores despendem energia física e mental para realizarem suas tarefas e buscam o sustento para si e suas famílias, mas não o fazem dentro do mesmo processo de trabalho. A venda de mercadoria é, fundamentalmente, diferente da simples produção de alimentos processados pela unidade familiar para comercialização direta pelos próprios produtores.

No caso da venda direta dos produtos elaborados pelo próprio produtor existe

um processo de trabalho que remonta aos primórdios da origem do comércio, a troca ou escambo, primeiro, por outros produtos em espécie e, posteriormente, intermediado por um meio de pagamento representativo do valor equivalente dos produtos. Utilizaram-se, na longa caminhada da humanidade, inicialmente, diversos tipos de mercadoria-moeda (sal, conchas, batatas, etc.), depois moedas de metais, por serem mais fáceis de transportar, por possibilitarem fracionamento e manterem seu valor intrínseco. Hoje temos a moeda-papel, os títulos creditícios e o dinheiro virtual. A venda de mercadorias industrializadas é um processo típico do modo de produção capitalista.

Em uma conversa do pesquisador com uma vendedora de pastéis da praça, ela revelou que comprava tudo de que necessitava — carnes, óleo e temperos — no supermercado mais próximo de sua casa. Tinha vontade de ir a um atacado, mas seria longe, e não teria volume para compras nem dinheiro suficiente para isso. Comentou também que o preço do gás de cozinha estava absurdamente caro, o que afetava diretamente os seus poucos ganhos monetários.

No mercado capitalista, a divisão de trabalho chegou a um nível surpreendente de especialização e integração. É possível ver que, em um simples pastel consumido na praça de Alvorada/RS, combina-se uma ampla gama de mercadorias, por exemplo, o trigo que é utilizado para a produção da massa do pastel não é produzido em quantidade suficiente para o consumo no Brasil e é importado da Argentina, Rússia, Canadá, China, Estados Unidos, Líbano, Paraguai, Uruguai e França, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Trigo — ABITRIGO.

A integração dos mercados acaba resultando na produção de mercadorias e produtos que transcendem os limites dos Estados Nacionais. A economia globalizada derruba as fronteiras e unifica os mercados, fenômeno já observado desde o início do capitalismo e que se intensifica em uma escala exponencial do final do século XIX até hoje. Os produtores de produtos alimentícios localizados na praça, se considerada a origem das máquinas, matéria prima, instrumentos de trabalho e insumos, não diferem dos seus vizinhos, que vendem ao seu lado mercadorias importadas. Ambos estão mergulhados no complexo de trocas capitalista que abarca o mundo inteiro e em ambos — produtos e mercadorias — encerra-se internamente, além do valor de uso, um valor de troca expresso por um preço.

Com a ajuda do dinheiro, as mercadorias podem ser etiquetadas no mercado com um preço de venda. Esse preço pode ou não ser realizado, conforme as condições de oferta e procura. Mas essas etiquetas contêm outra série de contradições. O preço realizado de fato em uma venda individual depende de condições particulares de oferta e procura em determinado tempo e lugar. Não há correspondência imediata entre esse preço singular e a generalidade do valor. Apenas em condições competitivas, de funcionamento perfeito, podemos prever a convergência de todos esses preços de mercado, singulares e realizados, em torno de um preço médio que representa a generalidade do valor. (HARVEY, 2016, p. 40)

No exemplo dos bonés temos uma multidão de costureiras trabalhando em casa ou em grandes unidades industriais, recebendo por peça produzida ou por um valor da hora de trabalho gasta no processo produtivo. Em todos os casos, se abstrairmos a matéria prima e os insumos verificaremos que aquilo que é comprado pelo capitalista, efetivamente, é o tempo de trabalho deste profissional. O lucro do capitalista advém do trabalho não pago que deve gerar mais valor do que a remuneração paga ao trabalhador. Explica Engels na polemica com o Sr. Düring, em 1878:

[...] o valor não será determinado precisamente pelo salário, mas pela quantidade de trabalho; assim a classe operária entregará à classe capitalista, como produto de seu trabalho, uma quantidade maior de valor do que o parte que recebe dela sob a forma de salário, e o lucro do capital, da mesma forma que as demais formas de apropriação do produto do trabalho alheio não retribuído, terá sua explicação, como parte integrante dessa mais-valia, nada mais é que uma descoberta de Marx. (ENGELS, 1976, p. 171)

A simples venda do que é produzido pelos comerciantes de produtos alimentícios na praça, na sua relação econômica, não é muito diferente da venda um artesão, livre, romano ou grego, que produzia um machado ou uma espada e recebia moedas em troca, que usava para trocar por outros produtos de que necessitava para viver. Trata-se, no caso da venda de alimentos, de uma relação de produção na qual os trabalhadores utilizam suas próprias ferramentas, sua força de trabalho, matérias primas e insumos que produzem ou que compram no mercado. É claro que, no modo de produção capitalista, esse modo de produção simples e direto entra em contradição com toda a estrutura do sistema, assume características peculiares e está em constante mutação.

Já a venda de mercadorias industrializadas pelos trabalhadores e trabalhadoras da praça apresenta outra relação de trabalho totalmente diversa. Se,

no caso dos vendedores de alimentos, temos uma atividade anacrônica, fadada à substituição por modernas cadeias capitalistas de *fast food*, detentoras de marcas internacionais, produzindo alimentos em alta escala e em regime assalariado; no caso dos “camelôs”, eles são exatamente os elos indissolúveis da cadeia global de produção e distribuição do capital.

Não podemos pensar no mercado como uma categoria abstrata, isolada da realidade social e isento de contradições. O mercado é um espaço humano, onde famílias buscam o seu sustento, interagem entre si e mantêm um conjunto complexo de relações humanas. Ocorre que estas relações não são exercidas em condições igualitárias, a capacidade aquisitiva e a oportunidade de acesso a determinados bens de consumo e uso são segmentadas, hierarquizadas, divididas, segundo o poder econômico de quem atua no mercado, seja como produtor, distribuidor, trabalhador ou cliente (usuário ou consumidor). As classes sociais e suas contradições protagonizam, no espaço de embate que é o mercado, uma disputa de interesses, na luta explícita ou potencial pelo controle dos meios necessários à vida.

Os produtos vendidos, ainda que tenham intrinsicamente a mesma composição de um revendido por um shopping ou uma loja na avenida, ou seja, o mesmo boné que é ofertado com uma logomarca conhecida, alguns oriundos da mesma cadeia produtiva, na praça quando vendido, é percebido como desqualificado, inferior, “pirata”, “com defeitos”, com preços, conseqüentemente, absurdamente baixos, reduzindo a margem de ganho a níveis mínimos. É comum, ao conversar com os comerciantes da praça, quando questionados sobre a razão do preço baixo, ouvirmos deles a expressão: “se aumentar o preço não vende, o pessoal acha que tudo tem defeito”. O produto é igual ao do mercado formal, porém, na perspectiva do cliente, é diferente e merece um preço menor.

5.4. As principais características do capital

Inumeráveis seriam as características do capital em suas múltiplas determinações. Porém, uma dezena delas foram selecionadas, por expressarem os traços mais marcantes do modo de operar do capital na Formação Social Capitalista, posto que o motor econômico é o que coloca todo o conjunto a funcionar.

5.4.1. Alijar o trabalhador dos meios de produção e de subsistência

Separar continuamente aqueles que trabalham do acesso aos meios de produção e da vida, de forma que não tenham mais nenhuma opção que não a de se entregarem nos braços do capital, vendendo a única coisa que lhes resta: a sua força de trabalho. Os meios de que o capital se utiliza para isto são os mais diversos e “criativos”. Seja pela separação do homem da terra, privatizando os bens comunais; tornando inacessíveis, pelos altos custos, os meios de produção e as ferramentas; pelos impostos progressivos que inviabilizam os pequenos negócios; e até pelos meios ilícitos, tais como roubo, violência e extorsão, entre outros.

5.4.2. Separar o homem da natureza

Esta característica é decorrência direta da primeira. Enquanto o trabalhador estiver vinculado à terra ou à natureza da qual possa retirar os meios de subsistência, tal qual ocorre nas comunidades tradicionais – tão duramente atacadas, não é possível a extração de valor ou a espoliação destes povos. O capital acaba por utilizar todos os meios ao seu alcance para a realização deste imperativo à exploração, seja pelo ataque às terras demarcadas, taxação de bens públicos – água por exemplo, e mercantilização de todos os bens comuns: paisagens, praias, locais, praças e parques não fogem da ganancia do capital.

5.4.3. Extrair continuamente mais valor.

A Formação Social Capitalista é dinâmica e se reinventa em meio a um veloz processo de destruição e reconstrução de suas formas de produção, circulação e espoliação, reconfigurando todas as relações humanas, segundo sua lógica, mas preservando o que lhe é fundamental.

Por um lado, os crescentes níveis de produtividade resultam em grande aumento na produção de valor de uso; por outro, a maior produtividade não resulta em aumentos proporcionais de longo prazo no valor, a forma social da riqueza no capitalismo. A peculiar dinâmica de esteira é a primeira determinação de uma dinâmica histórica extremamente complexa, não linear, que distingue a modernidade capitalista. De um lado, esta dinâmica é caracterizada por permanentes transformações na produção e, de modo mais geral, na vida social. De outro, essa dinâmica histórica implica a permanente reconstituição de sua própria condição fundamental como uma característica imutável da vida social – em outras palavras, o valor é reconstituído e, por conseguinte, a mediação social continua sendo, em última análise, efetuada pelo trabalho, e o trabalho vivo permanece parte integral do processo de produção (considerado em termos da sociedade como um todo), independentemente do nível de produtividade. A dinâmica histórica do capitalismo gera de maneira incessante o que é “novo”, regenerando simultaneamente o que é o “mesmo”. Os dois aspectos da dinâmica dão origem à possibilidade de outra organização do trabalho e da vida social e, todavia, ao mesmo tempo impedem esta possibilidade de ser realizada. (POSTONE, 2016, p. 83)

O capital alimenta-se da extração de mais valor, obtido através do trabalho humano, como já discutido anteriormente, única forma de criar valor. O problema é que este movimento cego do capital se depara com dois limites objetivos: o tempo, que é finito, e a capacidade produtiva, que também tem um alcance determinado, quais sejam: a exaustão e o colapso psicológico. A resolução deste problema, paliativamente, se faz recrutando continuamente novos contingentes de trabalhadores (Ásia, Américas, África), o que também encontra uma finitude. As soluções, fictícias, são a produção por meios não humanos ou a remuneração do capital por meio de juros, mercado financeiro e mecanismos de créditos que, como demonstrou Marx no *Capital*, não resolvem o centro da questão: como produzir mais valor continuamente?

O trabalho, aos olhos de Karl Marx, em plena segunda revolução industrial, no século XIX, aparecia como fundamentalmente ligado à produção mecanizada, principalmente na realidade inglesa. Os operários predominantes como força produtiva na época eram vistos em grandes unidades fabris, moravam concentrados em conglomerados próximos das fábricas, ainda que em precárias e insalubres habitações. Sugeria-se que essa sua proximidade física e os interesses comuns os conduziram a ser os protagonistas da transformação social e da luta anticapitalista. Nos primórdios da organização do trabalho, “em bases científicas”, como prescreviam as orientações dos engenheiros Frederick Taylor e Henry Fayol — a mais “avançada” tecnologia gerencial da época — os fundamentos da Administração da Produção Capitalista eram a divisão de tarefas, a especialização do trabalho e a simplificação das atividades produtivas em uma cadeia de elementos na qual cada operário

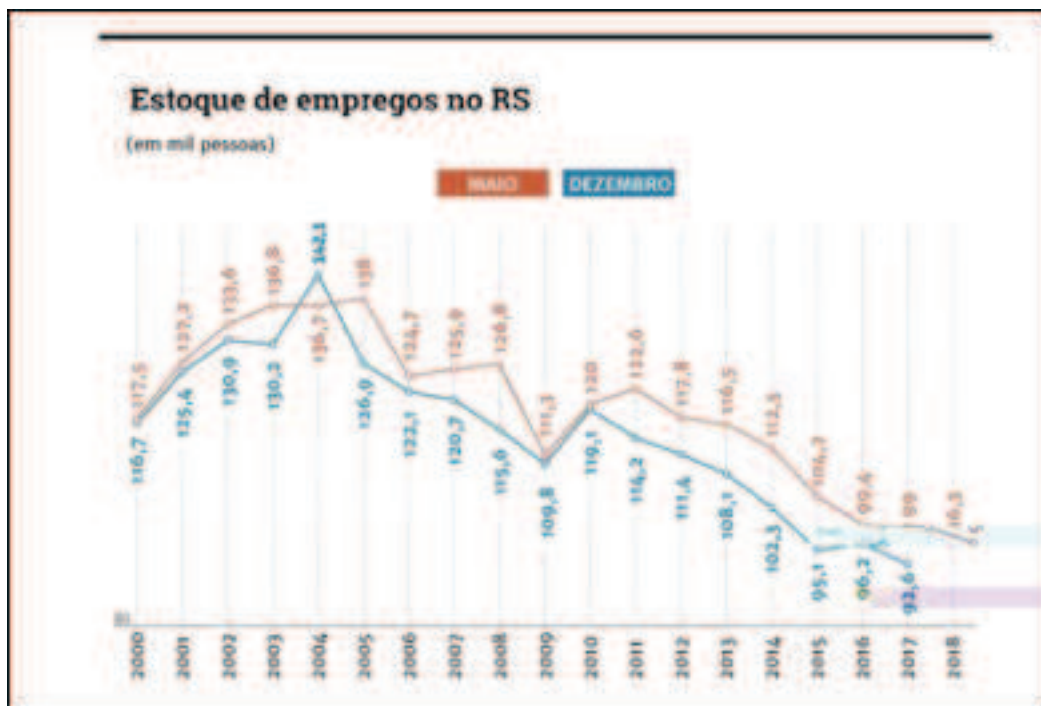
exercesse rapidamente uma tarefa, ainda que repetitiva, embrutecedora e exaustiva. Ainda que a implantação das máquinas retirasse um número crescente de trabalhadores dos processos produtivos, formando uma enorme força de trabalho ociosa de trabalhadores desempregados, numericamente, os operários fabris ainda eram um número impressionante.

Esses desocupados, eternamente aguardando uma oportunidade de recolocação profissional, formam um verdadeiro “exército industrial de reserva”, já previsto por Marx no *Capital*, e desenham a outra face do mundo do trabalho e sua verdadeira antítese: o desemprego.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 2013, p. 858)

Uma clara demonstração do crescimento estrutural do desemprego é o estoque de empregos dos últimos 18 anos no Rio Grande do Sul.

Figura 20 — Estoque de Empregos, 2018.



Fonte: Clicrbs (2018, online).

O trabalhador do século XXI vê praticamente perdida a batalha por empregos, a formalidade é quebrada e, nos poucos lugares onde ainda se mantém, tem a resistência de um fino cristal pronta a partir-se. O geógrafo britânico David Harvey chega a duvidar de uma possível vitória na luta por mais empregos.

A curto prazo, é claro, a esquerda está fadada a defender os empregos e as qualificações sob ameaça; mas, como mostra a infeliz História das nobres ações contra a desindustrialização nas décadas de 1970 e 1980, essa será provavelmente uma batalha perdida contra uma nova configuração tecnológica. Na conjuntura atual, qualquer movimento anticapitalista deve reorganizar seu pensamento sobre a ideia de que o trabalho social está se tornando cada vez mais insignificante para o modo como funciona o motor econômico do capitalismo. Muitos dos empregos nos setores de serviços, administrativos e profissionais que a esquerda tenta defender estão desaparecendo. A maioria da população mundial está se tornando descartável e irrelevante do ponto de vista do capital, o que ampliará progressivamente a dependência da circulação de formas fictícias de capital e construções fetichistas de valor centradas na forma-dinheiro e no sistema de crédito. Como é de se esperar, alguns segmentos da população são considerados mais descartáveis do que outros, assim mulheres e negros arcam com a maior parte do fardo e provavelmente arcarão ainda mais num futuro próximo. (HARVEY, 2016, p.109)

A proteção das leis trabalhistas (tão duramente conquistadas) encontra-se ameaçada e esfaqueada pela voracidade do capital em todo o mundo. A produção assume novas dimensões com a abertura do mundo virtual, as tarefas outrora repetitivas são substituídas pela automação e mesmo as atividades mais técnicas

sofrem a ameaça dos sistemas de especialistas, cujo núcleo são programas que aprendem. A concentração fabril e a proximidade física da força de trabalho implode em uma infindável nuvem de segmentos, cujo exemplo mais bizarro é o trabalho isolado, na própria residência dos trabalhadores, rompendo os limites entre a labuta e a vida pessoal.

Todos esses fatores estruturais conduzem a necessidades contraditórias e intransponíveis de formação técnica dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que elimina as oportunidades educacionais, transformando também a educação em mais uma mercadoria, acessível a apenas para quem tem capacidade aquisitiva para comprá-la. A multidão dos trabalhadores redundantes, exauridos, descartados, pauperizados e expulsos do mundo do consumo atinge números insuportáveis. O que o capital irá fazer para conter a tensão descontrolada da insatisfação dessa horda de desvalidos? Haverá força policial e aparelhos de repressão suficiente para conter a força imperiosa dos marginalizados? Como preservar a “sagrada propriedade privada” diante dessa massa de deserdados caso se conscientizarem e resolvam reconquistar o que lhes foi tirado?

5.4.4. Mercantilização de todos os bens da vida.

Comenta o geógrafo americano David Harvey, no seu estudo sobre as contradições do Capitalismo, que o objetivo de toda a produção capitalista é gerar não valores de uso, mas de troca, tendo o trabalho como o vetor fundamental da produção.

É preciso que haja uma mercadoria capaz de criar mais valor do que ela mesma tem. Essa mercadoria é a força de trabalho, e é dela que o capital depende para se reproduzir. A consequência é que o trabalho social – trabalho que fazemos para os outros – é transformado em trabalho social alienado. Trabalho e mão de obra são organizados exclusivamente em torno da produção de valores de troca de mercadorias que geram o retorno monetário sobre o qual o capital constrói seus poderes sociais de dominação de classe. Os trabalhadores, em suma, são colocados numa posição em que não podem fazer nada, exceto reproduzir pelo trabalho as condições de sua própria dominação. Para eles, esse é o sentido de liberdade sob o domínio do capital. (HARVEY, 2016, p. 68).

O valor de troca é imprescindível para a economia capitalista. Toda a produção é dirigida para gerar produtos que se destinem não ao uso e consumo, mas para a revenda na forma mercadoria, o que só é possível na medida em que o capital mantém

separado o usuário ou consumidor das fontes dos valores de uso: os produtores. A moderna divisão do trabalho intensifica esse processo no limite, de forma a deixar inacessíveis, ao ser humano, os bens necessários à vida e à reprodução social. A propriedade privada dos meios de produção, a privatização dos bens públicos tornam impossível a sobrevivência do ser humano, se afastado do mercado capitalista.

O processo de separação do homem da natureza abre espaço para o ataque a toda forma de bem comum existente. Tanto os bens materiais, físicos, geográficos como os culturais acabam por se tornarem alvo do capitalismo e da forma mercadoria. Tudo que tiver valor de uso, para o capital, pode e deve ser convertido em valor de troca e posto à venda no mercado. Não nos surpreendamos ao ouvir, nos tempos atuais, que a água seja vendida; que, para respirar no ar poluído, necessite-se de equipamentos; que a educação seja comprada e que a própria vida, enfim, passe a ter um preço...

5.4.5. Fazer crer que é moral e legítimo tudo que produz lucro

Não haveria tal carga de contradições imposta aos explorados, aos oprimidos ou aos excluídos, se estes tivessem consciência de sua condição e das raízes de seu sofrimento e de suas carências. Só um poderoso mecanismo sequestrador de mentes, tão forte a ponto de afastar o homem de sua própria consciência, alienando sua capacidade cognitiva aos interesses do outro, pode realizar tal intento. O capital logrou tal objetivo, ainda que não integralmente. Através da construção de um sistema ideológico e jurídico, faz-se crer ao conjunto da humanidade que apenas as ideias da classe dominante, hegemônica, são reais e justas. A realidade deixa de ser o critério da verdade e passa-se a acreditar em um mundo das formas e das aparências.

O desemprego atual, que assume condição de crise estrutural do capital, resulta em outro problema grave para o qual o capitalismo não encontra solução: o volume da massa de desempregados. Se essa massa ultrapassar certo limite, haverá perigo de revolta desses trabalhadores, aumento dos índices de criminalidade, exposição da segurança da propriedade privada e produção de riscos ao poder dos meios de contenção das massas (coercitivos e ideológicos). Ainda que sem direção, os trabalhadores podem se transformar em uma turba incontrolável, com sérios danos ao capital. As contradições vão tornando a situação de trabalho e vida intoleráveis,

situação esta para a qual já alertava Friedrich Engels (1976):

Esta crítica torna patente que as formas capitalistas de produção e de troca vão convertendo-se em entraves cada vez mais insuportáveis para a própria produção; que o regime de distribuição, necessariamente condicionado por essas formas, engendrou, por sua vez, uma situação de classe cada dia mais insuportável e mais aguda, um antagonismo sempre mais profundo entre alguns capitalistas, cada vez em menor número, porém cada vez mais ricos e uma massa de operários assalariados, cada vez mais numerosa e em geral, também mais desfavorecida e mal retribuída; e finalmente, demonstra que a massa das forças produtivas que engendra o regime capitalista de produção e que este regime não consegue mais governar, está esperando tome posse das próprias forças produtivas uma sociedade organizada sob um regime de cooperação, baseada num plano harmônico destinado a garantir a todos os indivíduos da sociedade, em proporção cada vez maior, os meios necessários de vida e os recursos para o livre desenvolvimento de sua capacidade. (ENGELS, 1976, p.130).

Para minimizar o problema da perda de poder aquisitivo muito abaixo do nível de reprodução da força de trabalho e consequentes revoltas, o aparelho ideológico burguês produz o discurso do “Empreendedorismo”. Dissemina a crença de que as oportunidades são iguais para todos. Que bastaria “determinação e criatividade” e seria possível alcançar o sucesso econômico e financeiro, para se desfrutar de todas as benesses do capitalismo. Afirma-se que o mundo de consumo se abrirá para aqueles que trabalharem de forma perseverante e efetiva. Neste quadro, inserem-se os aparatos de apoio tecnológico, a venda de cursos, de consultorias, de financiamentos, de equipamentos, etc., aparatos estes reforçados pela mídia aliada ao capital financeiro e produtivo.

O próprio discurso cooperativista — formação de organizações autônomas, independentes do estado, sem fins lucrativo, administradas coletivamente pelos trabalhadores — é distorcido para a construção de verdadeiras monstruosidades exploratórias, administradas hierarquicamente por direções que se perpetuam, com dividendos que nunca são repartidos, com a execução de trabalhos degradantes e insalubres, que acabam sendo canalizados para grandes indústrias que reaproveitam o material reciclado no processo produtivo capitalista, ou servem a prefeituras, para limpeza urbana, fugindo à necessidade de formalizar trabalhadores, com estabilidade, e mediante concurso público. Tem-se ainda a terceirização de mão-de-obra e a substituição de empregos formais.

5.4.6. Aumentar a desigualdade de renda e oportunidades

Os capitalistas sabem que precisam, para acúmulo de capital, obter um custo do valor trabalho inferior ao preço das mercadorias para, com isso, ganharem uma parcela de mais valor, seja este trabalho físico ou abstrato (software, patentes, tecnologias, etc.). Mesmo que o sistema capitalista na atualidade prefira adquirir uma mão-de-obra mais qualificada, com mais capacidades e habilidades tecnológicas, exigindo uma formação maior e continuada, o número de trabalhadores tende a diminuir, o desemprego tende a aumentar, forçando o agravamento das contradições sociais e impondo uma busca de soluções imediatas, ainda que paliativas, como o comércio de bugigangas nas sinaleiras e calçadas das cidades.

Já alertava Marx (2013) sobre a origem dos fundamentos da centralização do capital, que poderia explicar, com o exemplo citado, o monopólio de empresas de tecnologia e de muitos outros setores do grande capital. A luta desesperada pelo lucro também se reproduz no interior da própria disputa intercapitalista, levando à bancarrota empresas menores e com menos capital para investir em meios de produção mais produtivos e que exigem menos mão-de-obra.

A centralização é possível por meio da mera alteração na distribuição de capitais já existentes, da simples modificação do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. Se aqui o capital pode crescer nas mãos de um homem até formar massas grandiosas é porque acolá ele é retirado das mãos de muitos outros homens. Num dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último quando todos os capitais aí aplicados fossem fundidos num único capital individual. (MARX, 2013, p. 853).

Dados da OXFAM (2018) demonstram, efetivamente, essa tendência à concentração de capitais em todo o mundo e expressam em números a desigualdade da acumulação privada capitalista:

- Houve um aumento histórico no número de bilionários em 2017: um a cada dois dias entre março de 2016 e março de 2017. Atualmente há 2.043 bilionários no mundo. O Brasil ganhou 12 bilionários a mais no período, passando de 31 para 43.
- Nove entre cada 10 bilionários no mundo são homens.
- A riqueza dos bilionários aumentou 13% ao ano, em média, desde 2010: seis vezes mais rapidamente do que os salários pagos a trabalhadores, que

tiveram aumento de apenas 2% por ano, na média, no mesmo período. Enquanto isso, mais da metade da população mundial vive com renda entre US\$ 2 e US\$ 10 por dia.

- O patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a R\$ 549 bilhões em 2017, num crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres do país viram sua fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.

- O Brasil tem hoje cinco bilionários com patrimônio equivalente ao da metade mais pobre da população brasileira.

5.4.7. Privatização: poucos possuem aquilo que deveria ser de todos.

O ponto de partida para compreendermos o que se passa nos bastidores da aparentemente simples venda de um boné na banca de um camelô na Praça de Alvorada/RS é o fato de que, em algum lugar do planeta (geralmente nos países do Oriente), existe um processo de produção desses objetos e, em sua base, existem trabalhadores que se obrigam, por absoluta necessidade, a vender sua força de trabalho a um patrão capitalista que detém os meios de produção. Essa separação entre o trabalhador e os meios de produção é fruto da existência da propriedade privada que, na própria acepção da palavra, já se explica: se ela existe para uns poucos, é porque priva aos demais o direito da posse e uso desses recursos.

É na separação do homem da natureza e dos meios de obtenção dos bens da vida que se encerra a maior força da formação social capitalista. A própria forma mercadoria só ocorre no momento em que existe força coercitiva suficiente para apartar o ser humano carente do valor de uso dos bens produzidos exclusivamente para lucro.

A propriedade privada estabelece o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo, quer seja usado ativamente, quer não. Nas raízes da troca de mercadorias reside o pressuposto de que ativamente não quero ou não preciso da mercadoria que ofereço para troca. Na verdade, a própria definição de mercadoria é esta: algo produzido para o uso de outra pessoa. Os direitos de propriedade privada conferem o direito de vender (alienar) aquilo que se possui. Surge então uma diferença entre os chamados direitos de usufruto (que correspondem ao uso ativo) e direitos de propriedade exclusivos e permanentes. (HARVEY, 2016, p. 47-48)

Os trabalhadores e trabalhadoras da praça central de Alvorada que produzem os seus produtos e que, portanto, possuem os meios de produção, não deixam de ser vítimas da existência da propriedade privada desses mesmos meios. No caso de uma carrocinha de alimentação, por exemplo, mesmo que se tenha a propriedade dos meios para a montagem da mercadoria cachorro-quente ainda é dependente dos insumos, como gás, embalagem, e das matérias primas, temperos, recheio, pão ou a farinha e o fermento e todos os outros elementos que se incorporam ao produto na sua produção. Estes insumos e matérias primas que o pequeno produtor utiliza estão sob o domínio privado de outros capitalistas.

Na produção do pastel, os ingredientes necessários devem ser retirados da natureza; o gás terá que ser prospectado, envasado e transportado; o óleo, obtido do plantio e processamento da soja; a carne terá que ser retirada de um animal criado, que será abatido por trabalho humano; o sal terá que ser retirado da natureza por trabalho humano, por equipamentos produzidos por mãos humanas, e assim por diante. O trabalho humano está na base de tudo que é produzido e comercializado. Somente o trabalho gera os bens e serviços necessários à geração a vida social, por isso ele é a base e a medida do valor, o preço.

5.4.8. Estranhamento¹⁰ do homem com o produto de seu trabalho.

O trabalhador alienado não consegue perceber que aquilo que realiza é obra sua, que o seu trabalho, é o criador de tudo que existe na sociedade. Ele acaba por ser considerado um estranho, tornando-se alheio a si próprio. Não reconhece as suas obras e o seu esforço como produto de seu trabalho. O dinheiro passa a ser uma ficção, para ele apenas um equivalente de trocas, porque não percebe que é o seu trabalho que circula na forma de moeda e que as mercadorias têm o seu valor consubstanciado pelo seu trabalho.

Agora temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (Entfremdung) com o sistema do dinheiro. (MARX, 2009, p.80).

¹⁰ Na obra Manuscritos Econômicos Filosóficos, o vocábulo alemão Entfremdung.

5.4.9. Reificação humana: desumanização

No sistema capitalista o trabalho passa a ter características únicas. Afirma Antunes (2000) que, pelo fato de existir uma relação ímpar entre trabalho e capital: "O trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social. O trabalho assalariado que dá sentido ao capital gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho" (ANTUNES, 2000, p. 182).

No processo de desumanização, outra determinação do capital, ocorre a perda da consciência através do descolamento do homem dos valores humanos, ao mesmo tempo em que se os substitui por aqueles que servem ao Modo de Produção, Circulação e Espoliação Capitalista. O trabalhador alienado¹¹ não consegue perceber que aquilo que realiza é obra sua, que o seu trabalho é o criador de tudo que existe na sociedade e, paulatinamente, vai internalizando a convicção de que seu modo de vida é inquestionável. Afirma-se que desde o principio dos tempos existiram ricos e pobres. Assim, as carências são atribuídas à obra do destino ou à falta de dedicação e de esforço. O trabalhador acaba por tornar-se em uma peça da engrenagem: uma coisa, do Latim *res*, de onde sua reificação.

5.4.10. Destruição da diversidade biológica e cultural..

A natureza tem limites. Vivemos um período que se caracteriza por uma agressão impiedosa aos ecossistemas biológicos. Segundo a World Wide Fund for Nature – WWF/Brasil, as mudanças climáticas se relacionam diretamente com a utilizações indiscriminada de recursos naturais perecíveis e ao descarte dos resíduos originários da produção, circulação e consumo. Se considerarmos o ímpeto ao consumo indiscriminado como um dos pontos fortes das campanhas publicitárias, o problema torna-se crônico e tende a aumentar continuamente, contribuindo diretamente para por em risco toda a vida no planeta terra.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas, responsável por produzir informações científicas, afirma

¹¹ No conjunto da obra de Marx aparece o termo *Entäusserung* frequentemente traduzido por alienação: aquilo que é de terceiro e assume-se como próprio.

que há 90% de certeza que o aumento de temperatura na Terra está sendo causado pela ação do homem. A partir da Revolução Industrial o homem passou a emitir quantidades significativas de gases de efeito estufa (GEE), em especial o dióxido de carbono. Neste período, a concentração original de 280 ppm⁴ deste gás cresceu até os atuais 400 ppm⁵, intensificando significativamente o efeito estufa. Assim, as atividades humanas passaram a ter influência importante nas mudanças climáticas. Entre as principais atividades humanas que causam o aquecimento global e consequentemente as mudanças climáticas, a queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e transportes; conversão do uso do solo; agropecuária; descarte de resíduos sólidos (lixo) e desmatamento. Todas estas atividades emitem grande quantidade de CO² e de gases formadores do efeito estufa. WWF-BRASIL (2019, online).

O imperativo do capital é o lucro. A natureza é vista pelos detentores dos meios de produção como mais um espaço, inesgotável, para a crescente remuneração do capital. A lógica dos capitalistas é míope, só conseguem observar o curto prazo, só pensam nos ganhos das grandes corporações transnacionais no curto espaço de sua fugaz existência. O planeta Terra acabará por não suportar as inúmeras agressões à biodiversidade, e os ecossistemas, fatalmente, acabarão em colapso, levando à falência da vida humana.

A única força capaz de devolver lucidez à humanidade é aquela que tem como alvo a destruição dessas perversas determinações do capital. Fora disso, só nos restará a imagem, no futuro, de mais um pedaço morto de rocha a vagar no infinito do universo.

5.5. O trabalho no capital

O trabalho, além de permitir o viver humano, (re)cria o próprio ser humano. Afirma Tiriba (2008, p. 71), que: “Em seu sentido genérico, o trabalho é a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social, se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos”, relacionando o trabalho à própria realidade de fazer-se humano.

A relação do trabalho com a vida é tão antiga quanto a espécie humana. Em 1876, Engels, influenciado pela obra de Darwin, levanta a hipótese de que um ser ancestral humano, para sobreviver frente à natureza, usa ferramentas primitivas, sendo a primeira delas a própria mão. O homídeo primitivo, que evoluiria para a espécie homo sapiens, transforma-se biologicamente pelo próprio trabalho que exerce: aumenta o tamanho do cérebro, o formato de suas mãos, a funcionalidade do seu polegar, não se tornando homem, mas fazendo-se homem.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda vida humana. Em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1978, p. 171)

Em decorrência, o trabalho comporta a dimensão educativa da ação transformadora sobre o mundo material, na construção de uma realidade artificial, cultural e social. Se o próprio homem, segundo Engels (1978), é uma criação do trabalho, a práxis humana constituiu-se em mediação educativa e produz o próprio homem no decorrer da História. Neste processo criador, o trabalho humano, além de engendrar o próprio homem, propiciou, desde muito cedo, a possibilidade de criar artefatos, ferramentas e a própria tecnologia (*techne*)¹². O fogo, o arado, a agricultura, entre tantas criações humanas, permitiram a fixação do homem à terra, o surgimento de aldeias e cidades, o aumento da produtividade e o surgimento do excedente de produção que liberou parcelas da população para outras tarefas especializadas, libertando assim as forças produtivas para a longa jornada humana na Terra.

De outra parte, o trabalho, historicamente, apresenta um caráter de atividade desprestigiada, indigna e desprezada. Por exemplo, na Idade Média, os camponeses

¹²Termo grego usado no sentido de arte, habilidade, criação do homem. (CUNHA, 2010).

eram “livres” do sistema da escravidão, mas presos à terra e às obrigações que decorrem da relação de servidão. Afirma Wickham (2012, p. 224), historiador de Oxford, que, no período medieval, “cerca de 90% da população, caindo para 70% em áreas altamente urbanizadas (mas ser pobre em uma cidade era pior), e subindo para 95% em algumas áreas como, na Europa, a Escandinávia”, viviam e produziam a riqueza existente em razão de seu trabalho, que era apropriado livremente pelos detentores do poder, fossem eles legitimados pela ideologia vigente ou pela força.

No capitalismo, o capitalista controla o processo do trabalho diretamente e a realidade da exploração da força de trabalho – juntamente com a possibilidade de que a natureza social da produção possa não requerer essa exploração – é escondida pela aparente natureza livre do contrato de trabalho; no feudalismo, são os produtores (normalmente famílias camponesas, às vezes pequenos artesãos) que controlam o processo de trabalho, e o excesso é extraído de forma completamente aberta, independente do quanto é justificada por ideologias locais (WICKHAM, 2012, p. 224)

Desde então, a exploração do trabalho foi se aprimorando pela classe dominante, até os dias de hoje, com mecanismos mais sutis e disfarçados de trabalho livre. Contudo, o trabalho continua sendo a própria essência do valor. Ele é o responsável, direta ou indiretamente por tudo que é produzido, sejam serviços (trabalho in natura), mercadorias (no capitalismo), insumos, matérias primas ou instrumentos de produção, tudo pode ser reduzido ao trabalho socialmente necessário para produzi-lo. O preço e sua variação podem ser explicados pelo mercado, mas o valor é dado pela quantidade de trabalho que está inserida em cada bem ou serviço que é posto no mercado. Dentro do capitalismo, afirmou Mandel (2001, p. 41) “a utilidade, o valor de uso da força de trabalho para o seu comprador, o capitalista, é justamente a de produzir valor [...]”.

A mercadoria produzida por esses trabalhadores, se examinado o problema pela ótica de Marx, contém apenas trabalho humano, seja na produção do boné ou na produção de todas as matérias primas e insumos, a própria máquina de costura e todas as outras necessárias para produzir os demais itens que compõem o produto são essencialmente trabalho. Os produtos da natureza só servem ao homem se transformados pelo trabalho ou com a intervenção da atividade humana. Uma maçã na macieira só alimentará o homem se for colhida, transportada e colocada à disposição para o consumo. Em síntese, pode-se afirmar que, sem trabalho, não existiria nenhum bem disponível para consumo humano, pois o trabalho produtivo é a

base da geração da vida.

A compra da força de trabalho, — que não difere no capitalismo de qualquer outra mercadoria colocada no mercado e que deve produzir lucro —, necessariamente irá ser comprada por um preço inferior à sua venda. Este trabalho apropriado pelo capitalista e não pago, que deveria valer mais (daí o termo cunhado por Marx de Mais Valia ou Mais Valor) é a pedra angular que sustenta toda economia, desde o advento da hegemonia do capital sobre todos os demais sistemas de produção.

O trabalho assume, segundo MARX (2001), a condição de ser a própria medida do valor, pois só o trabalho humano, vivo, socialmente necessário, é capaz de adicionar valor a tudo que é produzido e assim ser referência para dimensionar objetivamente os objetos produzidos para o mercado. Infelizmente, o trabalho humano, no modo de produção capitalista, passa a ser uma mercadoria, como qualquer outra, sujeita às leis da oferta e da procura, da ganância acumulativa dos detentores dos meios de distribuição e produção e fator de alienação e exclusão social.

A força de trabalho, porém, tem uma característica que a diferencia das demais mercadorias postas à venda no mercado: gera valor, mas tem limites para essa geração de valor, que é a própria capacidade física e intelectual do trabalhador de produzir trabalho. Esse valor máximo objetivo, denominado mais valia absoluta por Marx (2013), está sujeito aos limites fisiológicos do trabalhador e da correlação de forças entre trabalhadores e compradores de trabalho. Para avançar no ganho da mais valia, o capital, desde sua origem, descobriu que precisa obter produtividade, ou seja, obter o maior ganho possível com o trabalho comprado. A melhor e mais poderosa forma de obter tal propósito é com tecnologia: máquinas, técnicas e equipamentos, para melhorar os instrumentos de produção de forma que a obtenção do produto do trabalho seja a maior possível ao menor preço pago (extração de uma mais valia relativa). Isso irá alterar a composição do capital a um nível crescente entre a posse de meios físicos (instrumento de produção, que constitui o Capital Constante) e compra do trabalho humano (Capital Variável).

Dois conceitos, enunciados por Marx, inclusive dedicando um capítulo inteiro (sexto) no Capital Livro I para sua análise, expressam uma contradição insolúvel no capitalismo — o Capital Constante e o Capital Variável. O primeiro representa os meios de produção: máquinas, ferramentas, equipamentos utilizados na produção das

mercadorias; o segundo, o próprio trabalho: fonte primária de todo o valor.

Os diferentes fatores do processo de trabalho participam de diferentes modos na formação do valor dos produtos. O trabalho adiciona novo valor ao objeto do trabalho por meio da adição de uma quantidade determinada de trabalho, não importando o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico de seu trabalho. Por outro lado, os valores dos meios de produção consumidos reaparecem como componentes do valor dos produtos, por exemplo, os valores do algodão e dos fusos incorporados no valor do fio. Desse modo, o valor dos meios de produção é conservado por meio de sua transferência ao produto, a qual ocorre durante a transformação dos meios de produção em produto – isto é, no processo de trabalho – e é mediada pelo trabalho. (MARX, 2013, p. 353).

Se todo o valor produzido é obra exclusiva do trabalho humano vivo, como um volume cada vez maior de equipamentos, sendo utilizados para produzir mercadorias, com o crescente uso da mecanização e automação industrial, não irá reduzir o volume total de valor? O crescimento do Capital Constante não seria o coveiro do Capital?

David Harvey (2016) responde que as mutações no processo de acumulação capitalista acabam por engendrar uma inversão da acumulação produtiva, ainda que não absoluta, pois o capitalismo continua com a exploração direta de valor sobre o trabalho, seja intensificando a carga de trabalho, seja ampliando a jornada. Está é a origem do capital financeiro, porém com o inconveniente (igualmente um problema insolúvel para o capital) de gerar um lucro abstrato, fictício, sem relação direta com o mundo real.

Há uma maneira ainda mais significativa de combater essa contradição: o recurso ao crédito. Não há nada a princípio que impeça o fornecimento de crédito para sustentar, em igual medida, a produção e a realização de valores e mais-valores. O exemplo mais claro disso é quando os financistas concedem empréstimos a construtores para que ergam conjuntos residenciais com fins especulativos e, ao mesmo tempo, dão financiamentos hipotecários aos consumidores para que comprem essas residências. O problema, é claro, é que essa prática pode facilmente produzir bolhas especulativas do tipo que levou à crise de 2007-2009, sobretudo no mercado habitacional dos Estados Unidos, mas também da Espanha e da Irlanda. A longa História de booms, bolhas e crashes no ramo da construção atesta a importância de fenômenos desse tipo na História do capital. (HARVEY, 2016, p. 84).

Poder-se-ia argumentar que, na fase atual do capitalismo, onde novas relações entre capital e trabalho se estabelecem como terceirização, *home office* e outras., essa tendência de aumento do capital constante não mais ocorreria. Acontece que mesmo um trabalhador atuante, por exemplo, da área de informação que trabalhe com seu próprio instrumento de produção em casa, análogo a um camponês dono de suas

terras, está sujeito ao apressamento do resultado do seu trabalho (seja físico, intelectual ou ambos). E, por não vender ou trocar diretamente com outros consumidores, vai ofertar seu produto a um capitalista que o comprará pelo menor preço possível. Na venda do fruto do trabalho empregado, o trabalhador só tem duas possibilidades: trabalhar mais tempo, ou aumentar a produtividade com investimento em capital constante (meios de produção e tecnologia), comportando-se, em pequena escala, da mesma forma que uma grande empresa, que emprega o menor número possível de trabalhadores, alocando o máximo de recursos tecnológicos.

Outro ponto a destacar é que, tal como um antigo mineiro que poderia possuir a sua própria picareta (instrumento de produção), os meios de produção e a cadeia produtiva que emprega este instrumento de produção (por exemplo, do computador e a internet, na atualidade), não estão em posse do trabalhador, e sim nas mãos de um poderoso grupo de capitalistas internacionais. Qual a diferença da exploração do trabalho entre um tecelão, utilizando-se de um tear mecânico para tecer uma roupa no século XIX, e um *design* de *outfit* de personagens, usando um modelador gráfico para um jogo eletrônico que será vendido em uma loja virtual?

No caso da Rede Mundial de Computadores no Brasil, segundo dados TELECO (2018), em dezembro de 2018, a Claro detinha 30,1% do mercado, a Vivo 24,5% e a Oi 19,6%. O domínio do mercado de mais de 70% constitui um verdadeiro monopólio dos serviços pelas grandes corporações. E se algum programador independente desenvolver algum aplicativo móvel (trabalho humano intelectual com sua própria ferramenta – computador), ainda terá que optar, necessariamente, apenas entre uma das três companhias americanas que detém o domínio dos sistemas operacionais WINDOWS, APPLE ou ANDROID e usará, em seu computador, um microprocessador fabricado por uma das gigantes mundiais do setor (INTEL ou AMD).

É inegável que não basta o trabalhador ter a propriedade de suas ferramentas, sem deter a cadeia de produção que liga o produto ao mercado, portanto, à sociedade. A ideia de que o capitalismo, na atualidade, mudou, simplesmente porque algumas ferramentas estão disponíveis para aquisição pelos trabalhadores, não constitui uma mudança na estrutura de acumulação capitalista, muito menos oferece a “liberdade” de alcançar sua independência econômica do jugo do capital. O fato de que mais e mais trabalhadores estejam exercendo atividades desprovidos de relações formais de emprego, pulverizados em unidades de produção autônomas, só demonstra a

capacidade do capitalismo para reestruturar o trabalho em outras formas de cadeias produtivas. Proliferam hoje agenciadores de serviços que, com plataformas de aplicativos, oferecem a ligação do trabalhador humano com o mercado (clientes), mas todos têm em comum, nesse modelo de negócio, a apropriação de parte do valor trabalho sob a forma de taxas de uso pelo aluguel das plataformas. É o capitalismo “inovando”: retirando mais valor por meio de criativas e variadas formas, mas sempre tendo como base a apropriação do trabalho humano.

Os capitalistas sabem muito bem que a complexidade das modernas relações de mercado demandam uma ação científica para obter-se vantagem competitiva neste quadro. Uma nova categoria de conhecimentos vai aparecer junto com a Revolução Industrial, ainda que com alicerces firmados no corpo de conhecimentos já desenvolvido ao longo da História da humanidade. A antiga gestão militar e eclesiástica vai compor as bases dos conceitos de planejamento, comando (direção ou liderança), organização e controle tidas pelos principais teóricos da Administração como as principais funções de um gestor. A Engenharia passa a estudar os métodos do próprio trabalho produtivo, para garantir mais lucro aos capitalistas, e não é uma mera coincidência que os precursores teóricos da disciplina científica da Administração tenham sido, justamente, os engenheiros Fayol e Taylor.

O Capital, no início do século XX, avança na construção de uma série de conceitos teóricos, novas categorias de análise, na sua ávida sede de lucro e mais valor. O próprio processo produtivo vai se acelerando com a inovação de Henri Ford na produção seriada, no incremento da exploração da força de trabalho mediante a divisão e especialização dos processos, na mecanização e no planejamento e controle da produção, elevado a um nível nunca visto antes no próprio capitalismo.

Passadas décadas de “evolução” e desenvolvimento da tecnologia e de procedimentos gerenciais da força de trabalho, sob a égide do capital — que recebe, hoje, a denominação técnica de “Gestão de Pessoas” — o mundo do trabalho apresenta-se em uma configuração bem diferente. A produção cresceu em um ritmo exponencial, a tecnologia atinge níveis inimagináveis para um observador que tenha vivido no século XIX. O vapor cede lugar à eletricidade ao petróleo e a energia atômica; surge a eletrônica e avança-se para a informática e os sistemas de informação que almejam atingir a quimérica “inteligência artificial; a biotecnologia tenta dominar a vida; o micro e macro rompem continuamente todos os horizontes

conhecidos: a velocidade e sua irmã, a aceleração, parecem não ter limites. O tempo quebra o espaço e mundo material se virtualiza. No entanto, os objetivos do capital continuam imutáveis: reprodução e acumulação, exploração, dominação e espoliação continuam sendo suas diretivas máximas. E no mundo as classes trabalhadoras seguem sofrendo o impacto dessa imperiosa força avassaladora.

O mercado capitalista aproveita-se da capacidade produtiva da ligação homem-máquina-processo para colocar uma variedade de produtos que eram inimagináveis no velho sistema feudal. O volume de produção faz os preços caírem, a diversidade e a disponibilidade dos produtos beneficiam parcelas cada vez maiores de segmentos sociais, novas atividades vão surgindo: prestadores de serviços, manutenção aos novos produtos, pontos de distribuição, melhoria nos meios de transporte, etc.

Em resumo, a ação sobre o mercado, vai acabar por exigir um tipo de profissional que não mais apenas execute, mas que pense e crie novas formas de conseguir vantagens competitivas para os capitalistas: o profissional de mercado.

Surgida como disciplina acadêmica principalmente na segunda metade do século XX, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, a Mercadologia, ou estudo do mercado, vem responder à necessidade de entender e conceber estratégias e ações em uma sociedade cada vez mais globalizada e competitiva. A denominação, *Marketing* – uma composição das palavras *Market* (mercado) e o sufixo *ing* (usado para compor o gerúndio na língua inglesa), acaba por tornar-se hegemônica, principalmente porque esses profissionais de mercadologia sabem que a ação é contínua em um mercado em constante movimento.

O modelos de gestão produtiva se sucederam na medida que as necessidades da ação mercadológica exigiram e acompanharam o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista. O primeiro modelo dominante de gestão produtiva nasce com o desenvolvimento da indústria na voz por dois engenheiros Frederick W. Taylor (1856-1915) e Jules Henri Fayol (1841-1925). Ambos expressam a necessidade de uma administração nos moldes científicos, expressando uma forte marca do positivismo em suas ideias. Para extrair o máximo da força de trabalho, advogam a proposta de controlar, planejar, comandar e dirigir toda ação administrativa, principalmente estudando as atividades que eram executadas pelos operários nos detalhes, sempre buscando maximizar os recursos empregados (aqui se origina a própria expressão “recursos humanos”, afinal para o capitalista o

trabalhador não passa de um mero instrumento de produção). Levando ao extremo a proposta de aproveitar o máximo da especialização do trabalho, fundindo o operário com a máquina em uma linha de produção contínua, o empresário americano Henry Ford (1863 - 1947) implanta o modelo da produção em série ocasionando uma exploração da força de trabalho a níveis nunca vistos.

Ocorre que o volume crescente da produção no período pós Segunda Guerra Mundial somado à crescente sofisticação e variedade dos produtos produzidos acaba por exigir um novo tipo de operador para o trabalho na produção industrial: aberto a mudanças, com mais conhecimentos técnicos e mais adaptado a um ambiente de fábrica multitarefa. A produção se flexibiliza, os produtos são elaborados em pequenos lotes, o capital não fica retido em estoques estagnados e flui na cadeia produtiva de distribuição na velocidade da exigência mercadológica. O modelo da produção flexível, no qual a Toyota é uma das pioneiras, passa a dominar o mercado. O estrito controle da esteira de produção dá lugar às células produtivas autônomas, geridas coletivamente e valorizando o empenho dos operadores, agora denominados “colaboradores”, “times de qualidade”, o coordenador de produção passa a ser chamado de “líder” e o outrora “departamento de recursos humanos” dá lugar ao “gestor de pessoas”. Claro que toda essa mudança não é fruto de um surto de boa vontade dos detentores do capital. Ela unicamente reflete uma nova forma de extrair mais valia com menor resistência, na medida que ilude os trabalhadores com migalhas atiradas para a melhoria do ambiente de trabalho e na cooptação de camadas dos operários, dia a dia mais reduzidos pelo processo de reestruturação produtiva e ampliação da concentração tecnológica nos processos de produção.

Somado a este conjunto de contradições, pode-se acrescentar que o movimento do capitalismo no sentido de reduzir trabalho vivo substituindo trabalhadores por aparatos tecnológicos contradiz a sua própria lógica, na medida que só o trabalho humano é fonte de valor, levando paulatinamente a uma taxa decrescente de acumulação de capital estrutural sem solução dentro do sistema capitalista.

A decorrência do aumento do capital constante (meios de produção) sobre o capital variável (trabalho humano) tem consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores, na medida que empurra milhões deles para o desemprego ou o subemprego.

[...] o funcionamento do sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente, ou, dito de outra maneira, este sistema demonstra uma tendência ao incremento da composição orgânica do capital, de modo que aumenta a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável. O impacto imediato deste movimento da acumulação capitalista é a formação de um exército industrial de reserva (EIR) que traz consigo a possibilidade de que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial. (CARCANHOLO, M. e AMARAL, 2008, p.181).

O paradoxo da redução do número de integrantes do mercado de trabalho e consequentemente o afastamento crescente de pessoas do mercado de consumo dos bens produzidos foi respondido, pelos capitalistas, com a estratégia da obsolescência programada, isto é, no momento da produção do bem já é inserido nele o componente de sua destruição, seja por defeito, decadência ou autodestruição programada. Todos que acompanham o mercado de itens de informática sabem que, quando é lançado um determinado modelo, com certas características técnicas “inovadoras”, já existem protótipos de outros ainda mais avançados que superam a “novidade” do momento.

Este mercado capitalista, com as características próprias que possui, surge no século XVI, como fruto da formação do mercado mundial, resultante das grandes navegações. Posteriormente, atravessa sua fase mercantilista, período durante o qual avança de forma lenta e desigual, adquirindo impulso e aceleração com o advento da Revolução Industrial, segundo Singer (1987). É um modo de produção e distribuição que se consolida através da contínua ampliação de sua influência em uma escala internacional. Desde a origem, e ao longo de seu desenvolvimento, vai se constituindo em um sistema hegemônico mundial.

Pode-se argumentar que, no século XX, as relações de produção tenham se alterado em razão do alucinante crescimento tecnológico, das inúmeras inovações desenhadas para se transformar em mercadoria, acarretando um deslocamento da massa de trabalhadores dos setores industriais para os de distribuição e serviço, e outros trabalhos precarizados. Mas isso não muda qualitativamente a natureza exploratória e acumulativa do capital no sistema capitalista de produção.

O moderno modelo de contratação da mão-de-obra que substitui o emprego formal pela contratação eventual ou mesmo por tarefas, em escala crescente no capitalismo contemporâneo, principalmente nas últimas décadas do século XX e início

do século XXI, não nega a qualidade do trabalho como energia humana, mental e física, parte apropriada para gerar mais valor, encapsulada dentro de produtos destinados ao mercado, sob a forma de mercadorias.

O fim das relações formais de emprego apenas provoca um declínio maior no poder aquisitivo dos trabalhadores e uma escassez de ocupação produtiva geradora de renda, ampliando quantitativamente as imensas massas de trabalhadores ao aguardo de uma oportunidade para venderem sua força de trabalho. Eles concorrem entre si para rebaixar o valor do trabalho humano. Ampliam-se as desigualdades e acelera-se a degradação física e moral da classe trabalhadora.

O preço do trabalho, por ser uma mercadoria também, é pressionado pelo movimento econômico da oferta e demanda, para baixo, através do número sempre crescente de pessoas disponíveis no mercado, denominado por MARX (2013) de “Exército Industrial de Reserva”, que forma um estoque regulador útil para a estabilização ou rebaixamento da massa de rendimentos do conjunto dos trabalhadores. O economista Oswaldo Coggiola (1996) destaca que atribuir unicamente à tecnologia a causa do desemprego é uma visão estreita e reducionista do problema.

O atual aumento do desemprego é um processo social, não tecnológico. Vem estimulado pela necessidade capitalista de gerar reservas de desempregados, pressionar em direção do barateamento dos salários, aumentar a taxa de mais-valia e assim restabelecer uma taxa de benefício ascendente de longo prazo. A nova população flutuante, latente e estacionária de homens sem trabalho não é requisito da informática, mas do capital. (COGGIOLA, 1996, p. 86).

No exemplo estudado por esta pesquisa aparecem dois componentes importantes deste movimento do capital: o primeiro é o uso de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos e de amparo por parte do Estado no processo de circulação de mercadorias; o segundo, que ocorre simultaneamente ao primeiro, como medida profilática, é a pressão que os força a trabalhar de forma autônoma, para aplacar o desemprego estrutural.

A decorrência mais nefasta da mudança do modelo exploratório é o retrocesso na qualidade de vida da classe dos trabalhadores, em nível mundial, com a quebra de direitos conquistados ao longo de toda a História das lutas coletivas sindicais e políticas. A correlação de forças entre patrões e empregados assume a condição de

uma batalha de vida ou morte, com o extermínio físico de milhares de trabalhadores no mundo todo pela fome, doenças e pela miséria absoluta.

Os trabalhadores, mesmo sob a incidência das contradições e das carências múltiplas a que estão sujeitos, e que os impelem à luta e à superação dos grilhões que os amarram ao Capital, estão, por outro lado, sob a influência dos aparelhos ideológicos do Estado e das instituições que lhes dão sustentação. Os meios de comunicação de massa, os aplicativos de Redes Sociais, os formadores de opinião, as forças ideológicas conservadoras e coercitivas de toda ordem atuam, diuturnamente, no sentido de acomodar o tecido social ao *status quo* dominante, segregando, excluindo e punindo os transgressores.

5.6. O futuro do capital e da humanidade

Escreveu a líder da Liga Espartaquista, na prisão em 1915, diante da primeira guerra que devastaria o mundo — uma disputa de rapina entre as grandes potências capitalistas que levou à morte de milhões de trabalhadores — que a humanidade está diante de uma atroz decisão, uma escolha de vida ou morte para o conjunto da vida humana no planeta.

Friedrich Engels disse uma vez: "A sociedade burguesa está na encruzilhada, seja a transição para o socialismo ou a regressão à barbárie". O que significa "regressão à barbárie" para nossa sublime civilização europeia? Até agora, todos nós provavelmente lemos e repetimos essas palavras sem pensar, sem suspeitar de sua terrível seriedade. Um olhar ao nosso redor neste momento mostra o que significa a regressão da sociedade burguesa ao barbarismo. Esta guerra mundial é uma regressão à barbárie. O triunfo do imperialismo leva à aniquilação da civilização. A princípio, isso acontece esporadicamente enquanto durar uma guerra moderna, mas quando o período de guerras ilimitadas começa, ele avança em direção às consequências inevitáveis. Hoje, enfrentamos a escolha exatamente como Friedrich Engels previu há uma geração: ou o triunfo do imperialismo e o colapso de toda a civilização como na antiga Roma, despovoamento, desolação, degeneração - um grande cemitério. Ou a vitória do socialismo, isso significa a luta ativa consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e seu método de guerra. Este é um dilema da História mundial, um ou / ou; as balanças estão oscilando antes da decisão do proletariado consciente de classe. O futuro da civilização e da humanidade depende de o proletariado resolver ou não, deliberadamente, lançar a sua espada revolucionária na balança. (LUXEMBURGO, 1915, online)

Infelizmente, a situação é bem pior do que a descrita por Marx e Engels no

Manifesto Comunista. Os trabalhadores tem bem mais a perder que seus grilhões e um mundo a ganhar: a própria sobrevivência da vida no planeta está em risco.

Posto algumas das múltiplas determinações que engendraram a presente situação do trabalho na formação social capitalista no século XXI, questionada a sobrevivência da humanidade em meio ao risco de uma catástrofe militar, social ou ecológica que a cega acumulação do capital representa, cabe uma última pergunta: e os trabalhadores e trabalhadoras da praça Getúlio Vargas em Alvorada quais são suas perspectivas?

Estes trabalhadores, que tão generosamente compartilharam com este pesquisador suas experiências, sonhos e apreensões quanto ao futuro, não estão isolados. São a parte visível de um todo maior que constitui o mundo do trabalho: os que se encontram no desespero, perdidos no sofrimento mental; os que precariamente atuam nos serviços terceirizados; aqueles que, mesmo trabalhando em um emprego formal, convivem com o medo, a insegurança e a perda crescente de seus direitos; os trabalhadores intermitentes que sobrevivem dos efêmeros minutos da insuportável sobrecarga trabalho; os que sobrevivem reciclando o lixo da sociedade de consumo; as “uberizadas” vítimas das máquinas virtuais escravizadoras de vidas; e finalmente aqueles, jovens principalmente, iludidos com o sonho de virarem patrões e de escalarem a pirâmide social por seus próprios meios, sem perceberem que são meros mineradores de opções lucrativas para o grande capital, que acabará comprando seus sonhos e sua juventude por migalhas.

O futuro do conjunto da classe que vive e sobrevive do trabalho está por ser construído não por reformas graduais e superficiais na Formação Social Capitalista, não apenas pela conquista de mais espaços nos aparelhos de estado burguês ou suas instituições, mas pela mudança radical das determinações de suas contradições: o fim definitivo deste modo de produção, circulação e espoliação, cuja centralidade não está em ser humano e, sim, em acumular capitais e aumentar as taxas de lucro.

6 A DIALÉTICA DO CONHECIMENTO

A questão fundamental, fulcro da presente tese, é como e sob que condições ocorre o aprendizado para o trabalho dos vendedores localizados na praça central de Alvorada/RS. A resposta para essa pergunta, pronunciada na voz dos próprios comerciantes, é que “se aprende na marra”, “sozinhos”, “eu e Deus”, ou seja, na forma de pensar desses trabalhadores, o aprendizado ocorre única e exclusivamente por obra do esforço do vendedor, por um processo empírico: aprender fazendo. Quanto ao conteúdo do aprendizado, as respostas não são muito diferentes. O que se aprende? — Aprende-se a sobreviver e a sustentar a família...

Observa-se, pelos diversos relatos transcritos e pelos diversos diálogos com os trabalhadores, que o modo como ocorreu o aprendizado foi decorrente de suas experiências concretas no mundo do trabalho. A percepção desses trabalhadores de que o conhecimento de seu ofício foi obra exclusiva de seu esforço pessoal ou apoiado por uma força extra-humana, divina, decorre de “suas verdades” e de crenças que, de certa forma, os conforta e os ajuda a suportar as agruras do esforço que fizeram ao se lançarem no mercado com precárias condições de sucesso.

Se examinado o problema em profundidade, iluminado pelo arsenal teórico da Dialética Materialista, base teórica desta tese, recorrendo às categorias fundamentais desse método, desvela-se que o aprendizado de seus ofícios só pode ser explicado por um complexo de determinações que compõem o conjunto do problema e suas possíveis respostas. A explicação dada pelos vendedores, longe de ser incorreta, é apenas parcial, e expressa o seu grau de consciência acerca do mundo do qual fazem parte.

Posta a questão do aprendizado pelos trabalhadores e trabalhadoras da praça em termos simples e diretos, na forma de uma espécie de “auto aprendizado”, cabe a problematização destas respostas obtidas a partir do senso comum desses sujeitos. Foi necessário mergulhar profundamente além das percepções relatadas e colocá-las em contato com o conjunto de reflexões sobre a Teoria do Conhecimento, em especial, sob a perspectiva do pensamento filosófico materialista dialético.

Neste sentido o transcorrer do trabalho é um estudo sistemático das categorias DIALÉTICA DO CONHECIMENTO, APRENDIZAGEM, CONSCIÊNCIA e sua antítese

a ALIENAÇÃO. Categorias estas que não se apresentam colocadas diretamente no senso comum dos trabalhadores. Ao contrário, são sínteses teóricas produzidas ao longo de séculos de debates, produzidas pelo exame de diferentes realidades, múltiplas determinações, e submetidas à crítica constante do acúmulo de conhecimentos obtidos através das ciências sociais e da natureza.

Cabe ressaltar que o conhecimento e a aprendizagem são muito estudados, mas são raríssimos os trabalhos científicos, cuja base epistemológica seja a Dialética Materialista. Estão disponíveis para consulta, utilizando como filtro de pesquisa a expressão “DIALÉTICA DO CONHECIMENTO” para o descritor, apenas sete entradas na base de dados da CAPES, sendo que todas têm como enfoque o ensino formal em sala de aula e nenhum tem como objeto de estudo o aprendizado para o trabalho. Segue a lista dos trabalhos cadastrados:

1. VASCONCELLO, CELSO DOS SANTOS. *METODOLOGIA DIALETICA DE CONSTRUCAO DO CONHECIMENTO EM SALA DE AULA.* 01/06/1992 254 f. Mestrado em EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: undefined Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

2. ALONSO, CLEUZA MARIA MAXIMINO CARVA. *BASES FILOSOFICAS E PSICOLOGICAS DA PEDAGOGIA DA LINGUAGEM: UM PONTO DE VISTA SOCIO-HISTORICO.* 01/07/1992 144 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, SANTA MARIA Biblioteca Depositária: undefined. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

3. SIMOES, ARMANDO AMORIM. *CONCEPCAO DIALETICA DO CONHECIEMNTTO E O ENSINO DE FISICA.* 01/02/1995 221 f. Mestrado em ENSINO DE CIÊNCIAS (MODALIDADE FÍSICA E QUÍMICA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

4. KEMPA, SYDNEI ROBERTO. *O TEMPO E O ESPAÇO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UMA REFLEXÃO PARA A ATUAÇÃO DE PROFESSORES* 01/11/2003 100 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, MARINGÁ Biblioteca Depositária: BCE - BIBLIOTECA CENTRAL DA UEM. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

5. SANTOS, NILVA DE OLIVEIRA BRITO DOS. *ENSINO E APRENDIZAGEM DA DIDÁTICA À LUZ DO PENSAMENTO DIALÉTICO* 23/02/2015 335 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE

MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central da UEM.

6. VIEIRA, EVILÁSIO MARTINS. *A RELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A TEORIA DO CONHECIMENTO NO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI.* 01/03/2012 285 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.

7. MALAQUIAS, ARIANNY GRASIELLY BAIÃO. *TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA: UMA TEMÁTICA EM QUESTÃO.* 17/09/2018 163 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: PUC Goiás.

Fonte: Catálogo de teses e dissertações Capes. Em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em 05/03/2019.

Quando se examina o conjunto do material produzido na área da educação, principalmente em pesquisas acadêmicas, o tema hegemônico é o processo ensino-aprendizagem, sistematizado para o ensino formal, com predomínio de temas relacionados com o Ensino ou Políticas Públicas sobre Educação¹³. Outro assunto que aparece, ainda emergente (não atinge 2% do tema Ensino) nos trabalhos acadêmicos, a partir dos anos 60 do século XX, é a Educação Popular¹⁴, voltada para o processo ensino-aprendizagem no âmbito dos espaços não formais e principalmente com adultos.

Infelizmente, o aprendizado para o trabalho não tem o destaque compatível com a relevância social que o problema merece, uma vez que toda a estrutura social e econômica é assentada sob o trabalho humano. Prolifera ainda, impulsionado pelo capital, uma ampla base bibliográfica, pragmática, voltada para um ensino tecnicista, que visa adaptar os estudantes ao mercado de trabalho capitalista sem questionar criticamente as bases de sua formação e interesses.

No catálogo de trabalhos da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, em pesquisa realizada em 11/07/2019, de um total de 3777 artigos de sua base de dados, nenhum apresenta o termo “Dialética do Conhecimento”. Já o termo

¹³ Em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em 26/03/2019 foram encontrados 128.721 trabalhos com descritores “ensino” e 124.270 “política educacionais”.

¹⁴ O número de trabalhos com o descritor “educação popular” foi de 2.473 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em 26/03/2019.

“Aprendizado para o Trabalho” resultou em apenas uma referência que não se relaciona diretamente com o aprendizado para o trabalho fora de instituições educativas.

“PREPARO PARA O FUTURO”, “INTERAÇÕES PARA ZEROSAS COM OS AMIGOS” E O “APRENDIZADO DA CONVIVÊNCIA COM A ALTERIDADE”: SIGNIFICADOS DA ESCOLA E DA ESCOLARIZAÇÃO PARA JOVENS ESTUDANTES DAS CLASSES MÉDIAS URBANAS
 Rosana da Silva Cuba – FFCLRP-USP

Antes de examinar a Teoria do Conhecimento, tema que demarca esse estudo, é imprescindível, — dada a existência de inúmeras visões da dialética e do conhecimento —, explicitar as principais categorias que formam o método dialético, base conceitual desta pesquisa. Essas categorias, assim como o conjunto das determinações que são utilizadas nesta tese, não se limitam apenas a uma concepção abstrata de categorias, compreendidas como meros conceitos teóricos, mas como produtos, resultados do concreto pensado em cada época, acumulados pela humanidade. São determinações que expressam a existência real do ser humano em sua formação social, historicamente determinada.

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. (MARX, 2011, p. 85)

O próprio significado de determinação, se tomado no sentido atribuído por Hegel, que é a base do pensamento filosófico marxista, tem segundo Inwood (1977, p.93), o sentido de “condição, qualidade, constituição, o modo como uma coisa é criada ou feita”. Não se refere o vocábulo “determinar” a uma obrigatoriedade, a uma decorrência imperativa, mas a processo, um movimento, com suas características e contradições.

Mas no que consiste a Dialética Materialista e por que ela pode servir de guia para o entendimento do processo de aprendizado para o trabalho, contribuindo para a compreensão acerca do processo de conhecimento e aprendizado dos

comerciantes autônomos situados na praça central de Alvorada?

Varias indagações se sobrepõem ao se problematizar esta questão. O que é o aprendizado? Em que consiste o conteúdo do aprendizado? O que é conhecimento e como se constitui? Existem níveis de conhecimento da realidade? O aprendizado para o trabalho se distingue do conhecimento em geral do mundo? Como podemos nos aproximar destas respostas?

A busca de respostas exige um método e, ao mesmo tempo, o método demarca os limites que conseguimos alcançar com o desenvolvimento do próprio método. A Dialética Materialista é um método incompleto, não pretende fornecer uma explicação pronta e acabada das questões levantadas, mas contribuir na busca, no avanço do conhecimento sobre as possíveis respostas às indagações levantadas.

A própria exposição da Dialética Materialista já impõe um problema prático e metodológico. Como expor, através de uma linguagem que se construiu sob bases formais da lógica, um raciocínio que é, por substância, fluido, móvel, contraditório?

A Dialética, que constitui um método de pensamento e conhecimento distinto da Lógica Metafísica, e oposto a ele, exige também um método de exposição e estilo diferente e próprio. Mas por enquanto os nossos padrões estilísticos, ou pelo menos a maior parte deles e os usuais, são da Metafísica; e são esses que o leitor médio conhece e está habituado. Não é possível por isso contrariá-los ainda de frente, inteiramente e sem concessões, sob pena de nos tornarmos dificilmente compreensíveis - isso mesmo, na hipótese de encontrarmos tal método de exposição "puramente dialético", com que devemos confessá-lo, não atinamos ainda e não sabemos se vamos atinar. (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 14)

Como bem observou o autor de Dialética do Conhecimento, essa tese sofre o “pecado original” de ser escrita por um instrumento linguístico que dificulta a exposição e complica o entendimento àqueles sujeitos que concebem o mundo sob a Lógica Formal, metafísica. Apesar disso, e sob os riscos que a tarefa representa, acredita-se que vale o esforço, pois a lógica dialética é a única, neste momento histórico, que pode instrumentalizar criticamente a pesquisa da Teoria do Conhecimento sob bases materiais.

Segundo Saviani (1982), o ponto de partida da Filosofia “é esse algo que a damos o nome de problema”, aquelas inquietações que só podem ser respondidas com a crítica do concreto, examinando a existência humana em toda a sua complexidade, superando a pseudo-concreticidade, como a denominou Kosik (1976).

A crítica do conhecimento é, portanto, a crítica da pseudo-concreticidade, do “aprender fazendo”.

Importa destruir esta "pseudo-concreticidade" a fim de captar a verdadeira concreticidade. Esta é a tarefa da ciência e da filosofia. Ora, captar a verdadeira concreticidade não é outra coisa senão captar a essência. Não se trata, porém, de algo subsistente em si e por si que esteja oculto por detrás da cortina dos fenômenos. A essência é um produto do modo pelo qual o homem produz sua própria existência. Quando o homem considera as manifestações de sua própria existência como algo desligado dela, ou seja, como algo independente do processo que as produziu, ele está vivendo no mundo da "pseudo-concreticidade". Ele toma como essência aquilo que é apenas fenômeno, isto é, aquilo que é apenas manifestação da essência. (SAVIANI, 1982, p. 20-21)

Instrumentalizar-se com a lógica dialética para a crítica do conhecimento significa dominar o conjunto de suas categorias de reflexão e análise, e isso só é possível, segundo Novack (1968), se examinarmos a Dialética Materialista, a partir da antítese: a lógica das formas e da identidade¹⁵. Entre as razões de se estudar a lógica não dialética está o fato de ela dominar o mundo dos sentidos e grande parte da ciência idealista ou mecanicista. Os pressupostos da Lógica Formal foram erguidos desde a Grécia antiga e continuam servindo de referência para a leitura do mundo contemporâneo, ainda que de forma limitada e estática. Engels (1976, p.19) afirma que Demócrito, e posteriormente Aristóteles, “chegou até a penetrar na forma mais substancial do pensamento dialético”.

A LÓGICA FORMAL

A lógica das formas é o guia do pensar e raciocinar cotidianamente, o senso comum do dia a dia movimenta-se com base nos sentidos e naquilo que é percebido como evidente. Muito do conteúdo das respostas dadas pelos entrevistados na praça tem como fundamento esse sentido prático.

...que constitui a nossa maneira ordinária, tenhamos disso consciência ou não, de pensar e raciocinar, maneira essa consolidada por séculos de tradição ideológica, e por isso tão solidamente implantada no espírito e na inteligência da generalidade dos homens e da sua cultura. (PRADO JUNIOR, 1963, p. 9).

¹⁵ Nesta tese os termos “Lógica da Contradição e Lógica do Movimento” são utilizados como sinônimos de “Lógica Dialética”, assim como “Lógica da Identidade e Lógica das Formas”, como denominações possíveis da “Lógica Formal”.

Existem três leis que fundamentam a lógica formal. A primeira e mais importante, conhecida como a Lei da Identidade, afirma que uma coisa é sempre igual a si mesma, resultando que é um absurdo lógico “A” ser qualquer coisa que não seja “A”. Nota-se que, com essa afirmação, sob qualquer condição, uma coisa se deixar de ser o que é desaparece enquanto coisa que foi. A principal consequência para o estudo do conhecimento é que tal pensamento passa a considerar tudo de forma absoluta, dada como imutável, fixa, não tem origem nem fim. É um tipo de pensamento que tende a preservar o mundo tal como é, isento de contradições que, nesta ótica, as atribui como absurdos lógicos ou anomalias às mudanças na realidade estabelecida.

A segunda lei, conhecida como “Lei da Contradição”, decorrência direta da primeira, é que se a “A” é “A”, nunca diferente de si mesmo, logo “A” não pode ser o seu contrário o “não A”. Consequências catastróficas para o desenvolvimento humano e o aprendizado podem ser retirados desta afirmativa “lógica” binária: é ou não é. Um sujeito que não aprende, nunca poderá aprender; uns são inteligentes, outros são desprovidos de inteligência; só pode se preencher aquilo que está vazio, logo aprender conteúdos pressupõem que o aluno não tenha conteúdos (“o cérebro vazio”).

Enfim, a terceira lei, denominada comumente de “Lei do Terceiro Excluído”, reafirma a Lei da Contradição e impõe outra decorrência lógica: se “A” é “A” e seu oposto é “não A”, algo que não seja “A” deve ser um terceiro elemento “B” com o qual “A” não tenha identidade, que o exclua de “A”. Cada vez que duas proposições ou coisas se encontram não podem elas ser simultaneamente corretas e falsas. Esta lei afasta totalmente a possibilidade de contradição, de movimento e eterniza o estado atual do mundo, como algo dado, estabelecido e imutável.

Essa lógica da não contradição, certamente, não é puramente o resultado de uma elaboração teórica totalmente desprovida de uma base material, real, que atesta a sua veracidade. Pelo contrário, o mundo físico é pródigo de exemplos que atestam essas afirmativas, e parece que negá-las não é possível para um ser humano em pleno uso de suas faculdade mentais. Como que um sorvete será outra coisa, se é um sorvete? Uma cadeira é uma cadeira até que se desmanche e deixe de ser uma cadeira, óbvio! Um cachorro-quente é um cachorro-quente e uma coxinha de galinha é outro alimento diferente de cachorro quente, se fosse igual só poderia ser um cachorro-quente, quem duvida disto?

Certamente, desde que nos limitemos a focalizar as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente, cada uma de per si, no tempo e no espaço, não descobriremos nestas coisas nenhuma contradição. Encontrar-nos-emos com determinadas propriedades, umas comuns e outras diferentes e até mesmo contraditórias entre si, mas que não encerram uma contradição verdadeira uma vez que esta se encontra distribuída entre diversos objetos. Nos limites desta zona de observação podemos aplicar o método vulgar da metafísica sem nenhum perigo. (ENGELS, 1976, p. 102).

O mundo de que Isaac Newton expôs as leis físicas, onde Antoine Lavoisier descreveu a lei da conservação das massas e energia, que Euclides representou geometricamente, que os sentidos captam, onde nos movemos e vivemos, existe. Vivemos e morremos neste mundo. A lógica das formas descreve e permite compreender grande parte deste mundo físico, as ciências da natureza formam um importante acervo de conhecimentos, válidos até hoje, dentro de um determinado contexto de estudo. Conhecer as formas é uma parte do processo de conhecer.

La ley de identidad formula el hecho concreto de que cosas determinadas y algunos de suyas rasgos persisten y mantienen reconocible similitud en medio de sus cambios. Siempre que existe una continuidad esencial en la realidad, la ley de identidad es aplicable. (NOVACK, s/d, p. 23).

As três leis citadas não constituem o conjunto integral da Lógica Formal, ainda que representem a sua base. Sob elas edificou-se um vasto conjunto de conhecimentos, válidos, na forma de proposições, silogismos, juízos, fórmulas e cálculos. Todo o conhecimento tecnicista está assentado sobre esses pilares e o mundo do trabalho necessita deles para operar e compreender o mundo natural, cultural e científico. A Lógica Formal, portanto, é muito importante e corresponde a um determinado estágio de desenvolvimento científico e filosófico que a humanidade conquistou, tendo seu ápice na segunda metade do século XIX.

George Novack (s/d) apresenta cinco argumentos que limitam a lógica das formas e assinala os prejuízos que representam para o exame crítico da realidade, portanto, para as respostas às inquietações levantadas nesta tese.

O primeiro destes argumentos consiste em afirmar que a Lógica Formal requer um universo estático. O mundo lógico formal é fixo, não admite contradições e mudanças, como consequência, é conservador e atemporal. Não admite a História, as transformações e as rupturas da ordem vigente. O movimento é um problema insolúvel para o raciocínio formal: como é possível explicar uma árvore a partir de uma semente se o movimento e a transformação são apresentados como inexistentes? São ilustrativos os relatos de Augusto Boal (1991) sobre o pensamento de Zenão, um

filósofo grego que levou o pensamento formal às últimas consequências.

A segunda história consistia em afirmar que se um arqueiro dispara uma flecha em direção a uma pessoa, esta pessoa não tem nenhuma razão para sair da frente, porque a flecha jamais a alcançará- Da mesma forma, se cai uma pedra na cabeça de alguém, esse alguém não tem a menor necessidade de fugir, porque a pedra jamais lhe quebrará a cabeça. Por que? Muito simplesmente, segundo Zenão (obviamente um homem de extrema direita!) porque uma flecha ou uma pedra, para mover-se, como qualquer objeto ou qualquer pessoa, deve mover-se ou no lugar onde está ou no lugar onde ainda não está. Não pode mover no lugar onde está, porque isso significaria que não se moveu. Tampouco se pode mover no lugar onde não está, porque é evidente que não está lá para fazer esse movimento. Conta-se que quando lhe atiravam pedras pela rua por causa de raciocínios como este, Zenão, apesar de sua lógica, fugia.. (BOAL, 1991, p. 24)

A lógica formal, com certeza, não se sustenta diante do movimento no mundo real...

O segundo destes argumentos consiste na afirmação de que A Lógica Formal representa uma barreira intransponível entre as coisas. A toda afirmação interposta a lógica formal irá responder com apenas duas possibilidades absolutas: verdadeiro ou falso. Entre a verdade e a falsidade nada existe, ela só admite os polos opostos. A consequência desse raciocínio binário é uma visão de mundo onde apenas o preto e o branco existem, não admite a diversidade e as múltiplas variações da realidade. A busca da verdade absoluta pode engendrar posições epistemológicas solipistas¹⁶, positivistas ou idealistas.

Outra decorrência do pensamento que encarcera as coisas em si mesmas é a perda da visão da totalidade, o mundo nesta ótica se fragmenta em elementos únicos, afinal cada unidade é diferente dela própria. Um pensamento aprisiona o próprio ser humano na sua individualidade.

O terceiro argumento consiste em afirmar que A Lógica Formal exclui a diferença de identidade. A coexistência da contradição dentro de um mesmo elemento é vista como uma monstruosidade para a Lógica Formal, um completo contrassenso que não se sustenta na evidencia que “uma coisa é uma coisa”. A lei da identidade

¹⁶ A crença de que, além de nós, só existem as nossas experiências. O solipsismo (do latim solus ipse – somente eu mesmo) é a consequência extrema de se acreditar que o conhecimento deve estar fundado em estados de experiências anteriores e pessoais, e de não se conseguir encontrar uma ponte pela qual esses estados nos deem a conhecer alguma coisa que esteja além deles. fonte: Dicionário de filosofia em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/solipsismo> acesso 26/03/2019.

afasta qualquer possibilidade de conceber o “devir”, o vir a ser, em germe dentro da unidade. A semente trás dentro de si mesma a possibilidade da árvore, mas para a cega Lei da Identidade isto é um absurdo lógico.

Em quarto lugar, vem o argumento de segundo o qual o caráter das leis da Lógica Formal é absoluto. Outro defeito que apresenta as leis da lógica das formas é o seu caráter imperativo, absoluto, difunde a todos a infalibilidade de seus preceitos. Suas leis, que têm o caráter de serem eternas, não se sustentam diante da mobilidade do mundo físico ou diante da riqueza profícua da cultura humana.

A ciência derrotou uma a uma cada certeza erguida pela lógica das formas: a física das partículas fez ruir o edifício newtoniano; a teoria da evolução das espécies feriu mortalmente as crenças da imutabilidade da natureza e da possibilidade de uma aparição mítica de todos os seres do planeta; as revoluções e as guerras destruíram as instituições constituídas e impuseram dúvidas; a História mostrou que não era um manso riacho, mas um impetuoso rio que arrasava a ordem estabelecida; a lógica reacionária se vê impotente para explicar o mundo contemporâneo, marcado por crises, rupturas e incertezas. Outra lógica emerge em meio ao caos: a Dialética.

Finalmente, afirma-se que a Lógica Formal pode explicar tudo, exceto a si mesma. Uma aberração imposta a si mesmo é o próprio aparecimento da Lógica Formal. Afinal, se tudo é ou não é, como surgiu? A História só pode ser lida, segundo a lógica da identidade, factualmente, caso a caso, sem conexão, com solução de continuidade, não é raro encontrar na historiografia reacionária e conservadora, o exame de acontecimentos de forma isolada, fixo em um esquema mecanicista de causas e consequências. Na Lógica Formal o passado está concluído, morto, e o futuro, inexistente, pois não ocorreu ainda. É um pensamento imediatista, em que só o presente se apresenta como real.

6.1.6.1 A realidade material como base do conhecimento

O pensamento só existe no homem vivo, concreto, habitante de um mundo físico e cultural. Sobre a problemática da unidade do pensamento-mundo, já escrevia Caio Prado Junior (1963) que é decorrência do movimento do concreto do qual o homem é parte.

Não consideramos o pensamento separado desta realidade, propondo-se com uma natureza de cores próprias, exclusivos em face dela procurando aprender e conhece-la e a "conhecer"; mas sim essa natureza e essas leis forjando-se no curso precisamente daquelas relações que nos são dadas pelos fatos concretos do conhecimento e de sua evolução. (PRADO JUNIOR, 1963, p. 49).

O conceito de concreto na filosofia hegeliana é mais que um ponto fixo na realidade. No estudo da dialética, assume a ideia de uma realidade que se altera, se modifica e pode crescer: a totalidade não é finita.

Na linguagem cotidiana, a palavra "concreto" costuma significar "palpável". Em comparação com as noções abstratas que nos são ensinadas através de argumentos, os objetos que tocamos fisicamente nos parecem "concretos". Para Hegel, porém, o conhecimento que temos desses objetos é abstrato. O que sei a respeito de uma cadeira ou de uma caneta se me limito a apalpá-las? Muito pouco. Se quiser saber mais, preciso estudar a forma delas, verificar como estão feitas e quais são as relações que elas têm com a sociedade para a qual foram criadas. Minha consciência não pode se deter na primeira impressão; deve crescer com o objeto, reconstituir o movimento de formação do objeto, acompanhá-lo em seu uso. O termo "concreto", aliás, vem do latim concretum, que é o particípio passado de con crescere: a própria palavra, portanto, indica que o concreto é mais o resultado do que o ponto de partida do conhecimento. (KONDER, 1991, p. 28).

A sociedade é composta por fenômenos humanos assentados por uma base material. Existe uma relação intrínseca e indissolúvel entre o mundo social, cultural humano e a natureza, que produziu o próprio homem. O ser humano é uma ser material, físico, biológico que existe em uma realidade concreta. Se por ventura, no mundo das ideias, se concebeu uma dissociação entre o ser humano e seu meio material, assumindo teses de que o mundo humano é um mundo puramente cultural, metafísico e imaterial, esses mesmos pensamentos estão situados em um suporte material, eletrônico, biológico ou em símbolos fixados sob bases objetivas. É a realidade material que delimita o grau de liberdade para o movimento do pensamento cotidiano, para a reflexão filosófica ou à pesquisa científica.

A polêmica desenvolvida por Marx contra Feuerbach na obra Ideologia Alemã, revela, porém, os limites do materialismo, posto em bases puramente formais. Sem considerar o desenvolvimento humano, e a carga que este sujeito real carrega acumulada na cultura, cai-se em uma abordagem mecânica, fatalista, como a História sucedesse em decorrência de acontecimentos fortuitos. O grau de desenvolvimento do pensamento é condicionado pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas

sem o qual não existirão as condições objetivas para a construção subjetiva humana.

Ele (Feuerbach) não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX, 2007, p. 30).

Konstantinov (1969), no seu exame da Teoria Materialista da História, refuta as teses de que o meio geográfico, a população ou a técnica poderiam ser os fatores que impulsionariam a História humana. O ambiente geográfico será, sem dúvida, um fator de pressão para a construção social. É inegável que é mais conveniente plantar em um terreno fértil e plano do que no deserto ou em altas montanhas, mas isso não significa que sejam barreiras intransponíveis, como já ficou demonstrado pelas técnicas de irrigação ou de plantio em níveis.

O crescimento populacional, ainda que não tenha uma relação direta de causa e efeito, é afetado pelo desenvolvimento da técnica, como atestam os sucessivos ganhos em produtividade na agricultura e pecuária ocasionados pelo desenvolvimento da ciência. Dever-se-ia, portanto a atribuir à tecnologia o papel de motor da História? Argumenta o pensador soviético que todos os instrumentos de produção, inclusive a própria técnica, são produto do trabalho humano, sendo as necessidades de transformação da natureza mediadas pelo trabalho, que conduz ao desenvolvimento dos meios de produção e à técnica. Este trabalho material, físico e mental, desencadeia o surgimento da cultura humana reciprocamente.

Entretanto para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). (SAVIANI, 1982, p. 13).

A sociedade humana, compreendida como um complexo conjunto de ligações e relações sociais fundadas sobre o trabalho humano, tem, na produção material da existência humana, as bases que formam as instituições, as classes, a ideologia, o direito, a ética e toda a sua superestrutura. No entanto, da mesma maneira como não se pode conceber um ser humano abstrato, não é possível se pensar em uma sociedade atemporal, deslocada do curso de uma trajetória histórica. O materialismo

sempre aponta um ser humano incluso em uma determinada Formação Social, compreendido dentro de um Modo de Produção e pertencente a um agrupamento humano com interesses e condições dadas objetivamente.

6.2.6.2 A Dialética Hegeliana e a Dialética Materialista

A Dialética Materialista é a lógica das contradições, um instrumento analítico-sintético cujo fundamento é a presunção de que o pensamento é uma unidade integrada com a natureza da qual forma uma totalidade, uma cosmovisão e um método que pensa o homem e o mundo dentro de um *holos*: um todo. A totalidade é compreendida, nesta tese, como o conjunto de todas as determinações que formam a realidade concreta, rica em toda a complexidade, contradições e movimentos existentes, tanto nos seus aspectos materiais quanto imateriais. O campo de estudo da dialética são as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais com a realidade e os efeitos da realidade na consciência dos homens, as leis do funcionamento e desenvolvimento do conhecimento.

A dialética, enquanto método, constitui-se também em um modo de demonstração do processo de obtenção do conhecimento, na medida que procura comprovar, no movimento das contradições, a lógica presente na realidade concreta.

A dialética não é um cânon qualquer, uma instância verificada do conhecimento obtido, mas um organon, meio e método de transformação do conhecimento real por meio da análise crítica do material factual concreto, um método (modo) de análise concreta do objeto real, dos fatos reais. Contudo, a lógica dialética desempenha certa função também no processo de demonstração das teorias. A demonstração da verdade, bem como a sua descoberta, se realiza segundo as leis inerentes ao mundo objetivo. A demonstração da verdade é indissolúvel e momento subordinado do processo de sua obtenção. Para demonstrar a veracidade de qualquer construção teórica, é necessário mostrar o caminho pelo qual o nosso pensamento chegou a ela, analisar o material factual, as leis e formas de sua elaboração, o método de construção de uma teoria. (KOPNIN, 1978, p..83).

Séculos de tradição na forma de pensar e raciocinar foram rompidos com o advento da Dialética, superando uma concepção de mundo e de racionalidade pré-hegeliana que se assentava em bases estáticas, conservadoras e idealizadas. A ruptura efetuada por Hegel, ao por a Filosofia em movimento, ainda que em bases idealistas, assentou os fundamentos para o salto qualitativo dado por Marx à Filosofia: enraíza-a no mundo real e coloca-a a serviço da transformação social.

Brohm (1979) procurou sintetizar os traços essenciais da Dialética Materialista, tópicos fundamentais que servem de orientação para o estudo sistematizado desta lógica. Afirma esse autor que ela possui uma historicidade, aponta que surge, não por acaso, no pensamento de Marx e Engels, mas como síntese de um processo histórico que permitiu amadurecimento das condições objetivas para a sua produção: o Capitalismo. Outras tentativas foram feitas anteriormente ao desenvolvimento da dialética desde os primórdios da filosofia ocidental: Platão, Sócrates, Aristóteles, Lucrécio, Demócrito, Heráclito e Epícuro, mas estavam acorrentados pelo modo de produção escravista, que condicionou os limites alcançados por esses pensadores. O próprio Hegel reconhecia o caráter mítico da filosofia grega antiga.

Mas, segundo entendo, muitas vezes já se colocou em seus mitos, sem valor científico, a excelência da filosofia de Platão. Também houve tempos, que até se chamaram "tempos de misticismo visionário" quando a filosofia de Aristóteles era estimada por sua profundidade especulativa, e o Parmênides de Platão, de certo a maior obra-prima da dialética antiga, era tido como a verdadeira revelação e a expressão positiva da vida divina. (HEGEL, 1992, p. 61).

É o materialismo francês no século XVIII e a metafísica alemã no século XIX que colocaram novamente em evidência o pensamento herdado dos gregos, mas é em especial na figura de Hegel e em Marx-Engels que se alçará um voo maior: conceber não apenas uma forma de interpretar o mundo, mas um instrumento de sua transformação.

Como revelou Marx, as condições objetivas devem estar prontas para fornecer a base material para sustentar novas condições subjetivas de existência.

Os homens fazem a sua própria História, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 2011, p. 25).

É mediada pelo pleno desenvolvimento do capitalismo industrial que amadurece, sob o germe da contradição e da luta de classes, a Lógica do Movimento, a Dialética hegeliana, guiada pela ideia do desenvolvimento do “espírito do mundo”, móvel, que se desloca no tempo no “gigantesco esforço da História mundial”.

A substância do indivíduo, o próprio espírito do mundo, teve a paciência de percorrer essas formas na longa extensão do tempo e de empreender o gigantesco trabalho da História mundial, plasmando nela, em cada forma, na medida de sua capacidade, a totalidade de seu conteúdo; e nem poderia o espírito do mundo com menor trabalho obter a consciência

sobre si mesmo. É por isso que o indivíduo, pela natureza da Coisa, não pode apreender sua substância com menos esforço. (HEGEL, 1992, p. 36).

Marx nunca teve tempo de escrever um tratado especificamente filosófico com apontamentos detalhados sobre a Lógica de Hegel, mas assinalou que se tratava de uma obra fundamental para a compreensão do mundo e sua transformação, ainda que estivesse em bases idealistas. No primeiro volume do Capital, Marx presta contas da sua dívida intelectual com Hegel.

Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há quase trinta anos, quando ela ainda estava na moda. Mas quando eu elaborava o primeiro volume de O capital, os enfadonhos, presunçosos e medíocres epígonos que hoje pontificam na Alemanha culta acharam-se no direito de tratar Hegel como o bom Moses Mendelssohn tratava Espinosa na época de Lessing: como um “cachorro morto”. Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 2013, p. 129).

Brohm (1979), assinala quatro pontos fundamentais na obra revolucionária de Hegel, Fenomenologia do Espírito, que influenciaram o pensamento de Marx.

Hegel afirma a identidade do ser do pensamento: todo ser é pensamento e todo pensamento engloba todo ser.

O conhecimento dialético segue o processo histórico do desenvolvimento real; não está cristalizado, morto ou dogmático; é vivo e contraditório.

As formas do conhecimento refletem as formas do universo e das coisas e o movimento dos conceitos recapitula o movimento do mundo objetivo. As formas de pensamento são formas plenas de conteúdo objetivo, plenas da dialética do ser no processo de sua existência.

No entanto, a própria lógica, a dialética hegeliana tende a negar-se a si própria. Com efeito, diante do tribunal da razão dialética tudo que existe está em devir, tudo passa, tudo se transforma, tudo se consoma, tudo morre; logo a própria dialética hegeliana seria passível de perecer.

A Dialética Materialista, por mais paradoxal que possa parecer, é continuidade da lógica hegeliana, embora tenha provocado a ruptura com os ideais conservadores prussianos em troca da luta revolucionária do proletariado.

Da dialética hegeliana à Dialética Materialista, marxista, há um processo ininterrupto de unidade-ruptura, de aprofundamento crítico, da mesma maneira que a revolução proletária é a continuação dialética (negação da negação) da revolução burguesa. (BROHM, 1979, p. 17).

A Dialética Materialista guia-se por princípios basilares, ou leis. As leis enunciadas não são como receitas, fórmulas ou algoritmos que descrevem passos a serem seguidos, muito menos dogmas pétreos. Ao contrário são transposições do concreto sintetizadas no pensamento e crivadas pela crítica destrutiva. Uma crítica implacável que procura a superação, os opostos, as tensões e contradições no real. Afirma Gadotti (2006, p.27) que: “Esses princípios ou leis podem ser aplicados tanto à matéria, como à sociedade humana e aos nossos próprios conhecimentos”. Não é possível definir a Dialética Materialista, positivamente, sem sua delimitação negativa. O positivo, diz Brohm (1979, p. 37), constitui-se sempre o resíduo da negatividade, um momento provisório que aguarda a sua negação. As leis da dialética devem ser compreendidas sempre como leis do movimento, do mundo exterior e do pensamento humano.

Na estrutura da lógica dialética é possível identificar três dimensões, segundo Brohm (1979). Para ele, a Dialética da Natureza corresponde ao movimento material das coisas, bem como aos fenômenos materiais. Desse modo, a materialidade consistiria na própria unidade do mundo real, posto que a existência da matéria resultaria de seu próprio movimento. Logo, se existe movimento, o mundo físico encontra-se em contínua diferenciação e destruição. Nada que é deixará de ser.

A Dialética Sócio-histórica — diz respeito à natureza humana da História, que só aparece na medida que a práxis do homem, modificando pelo trabalho a natureza, permite a construção do mundo social e cultural. O homem é o protagonista da História, ainda que limitado ou condicionado pelos obstáculos interpostos pelo meio físico. Afirma Brohm (1979, p.42), que “a dialética histórica é o reino dos fins”, não nos termos de Kant de uma consumação progressiva dos termos morais nem tampouco como a realização de uma finalidade histórica absoluta, como indicava Hegel, mas como uma possibilidade de realização de objetivos, carregados de valores, sentido e

finalidade, implementados conscientemente pelo sujeito humano. O próprio Engels já reconhecia a ação humana na construção da História.

A História do desenvolvimento da sociedade difere substancialmente, num ponto, da História do desenvolvimento da natureza. Nesta – se excluimos a reação exercida, por sua vez, pelos homens sobre a natureza – o que existe são fatores inconscientes e cegos que atuam uns sobre os outros e em cuja ação recíproca se impõe a lei geral. De tudo que acontece na natureza – tanto os inumeráveis fenômenos aparentemente fortuitos que afloram à superfície como os resultados finais pelos quais se comprova que esses acasos aparentes são regidos por leis – nada ocorre em função de objetivos conscientes e voluntários. Em troca, na História da sociedade, os agentes são todos homens dotados de consciência, que atuam sob o impulso da reflexão ou da paixão, buscando determinados fins; aqui nada se produz sem intenção consciente, sem um fim desejado. (ENGELS, 2013, p. 20).

Nessa mesma dimensão problematizada da dialética situa-se o papel do indivíduo e suas possibilidades dentro da História. Eis uma polêmica demasiado longa para ser tratada nesta pesquisa, que se propõe a discutir o problema do conhecimento dos trabalhadores sob a crítica da Dialética Materialista. Duas proposições são necessárias, porque contribuem diretamente para o exame teórico do problema da possibilidade de conhecimento em uma escala individual.

A primeira afirmação, clássica no pensamento marxista, enunciada por Plekhanov (1977), questiona a possibilidade, na História, da ocorrência de acontecimentos independentes do ator social, por mais significativo ou importante o seja o papel que este indivíduo desempenhe na sociedade. Nessa concepção as forças sociais em movimento criariam os seus protagonistas e os acontecimentos históricos ocorreriam independente da vontade dos indivíduos. É, portanto, circunstancial a importância pessoal de um dado sujeito para o conjunto das ações sociais.

A necessidade social mais urgente da França em fins do século XVIII consistia na substituição das velhas instituições políticas por outras que se harmonizassem mais com o novo regime econômico. Os homens públicos mais eminentes e úteis daquela época foram precisamente aqueles mais capazes de contribuir para a satisfação dessa necessidade urgente.(...) A mesma coisa se pode dizer, mais ou menos, acerca de Robespierre. Admitamos que ele representa no seu partido uma força insubstituível em absoluto. Mas, em todo o caso, não era a sua única força. Se a queda casual de um azulejo o tivesse morto, suponhamos, em Janeiro de 1793, o seu lugar teria sido ocupado, naturalmente, por outro, embora esse outro se mostrasse inferior a ele em todos os sentidos, mas os acontecimentos, apesar de tudo, teriam tomado o mesmo rumo que tomaram com Robespierre. A dialética como método

de pensamento conceitual consiste na mediação recíproca entre objeto e o sujeito do conhecimento num processo histórico. Sem esquecer que sujeito e objeto, para a dialética, forma uma unidade, apresentam-se como expressões do mesmo movimento do processo do conhecer humano. (PLEKNANOV, 1977, p.62-63).

Outra posição teórica, igualmente materialista dialética, questiona este certo “fatalismo” de George Pleknanov imputando a ele, certa sobrevalorização dos fatores objetivos nos acontecimentos humanos. Atribuir resultados históricos à ação puramente de um indivíduo, independente das múltiplas determinações que se expressam em uma dada realidade concreta, acaba por ser tão falacioso quanto o seu oposto: ignorar o papel desempenhado por um sujeito determinado nos acontecimentos e o seu potencial de mudança.

O argumento fundamental de que a necessidade, finalmente, sempre abre o caminho, e ninguém é, portanto, insubstituível, pode e merece ser problematizado. A rigor, esse procedimento seria um “fatalismo laico”. A “necessidade sempre abre o caminho” é uma conclusão teoricamente legítima, mas não deve ser interpretada, simplificada, como um caminho que “conduz ao inexorável”. A necessidade histórica é um conceito que o marxismo reivindica, mas com cuidados, e somente quando faz análises em um altíssimo nível de abstração teórica. Porque é preciso ser consciente que se está separando este fator de pressão, de um emaranhado de causas próximas que estão articuladas em uma cadeia complexa. Seu recurso é útil, mas sempre insistindo que é em “última determinação” que se manifesta, e na forma de tendência. Parece indispensável reconhecer, também, que a necessidade opera sendo neutralizada, pelo menos em parte, por inúmeras contra tendências que estabelecem variadas mediações. (ARCARY, 2019, online)

Remetendo esta discussão ao nosso caso concreto, — a constituição dos organismos de trabalho associativo na praça central de Alvorada, — pode-se refletir que as duas possibilidades poderiam ter ocorrido: a existência no momento de lideranças foi decisiva, sem as quais não teriam resolvido o problema da energia elétrica na praça, ou seria confirmada a hipótese de que a necessidade acabaria por impor um nome, um sujeito que assumiria a tarefa organizativa, ainda que tivesse que se construir no processo, conquistando o apoio e o reconhecimento dos demais. Sabemos que a resultante foi o aparecimento de três lideranças que protagonizaram os acontecimentos, embora condições objetivas e subjetivas determinassem que nenhuma das organizações se constituísse verdadeiramente como entes associativos, democráticos e impulsionadores, de mudanças efetivas nas condições de trabalho dos seus membros.

A dialética como método de pensamento conceitual — é a concepção de que a lógica está situada em um tempo historicamente determinado e é o produto de uma realidade concreta: uma reflexão plasmada, abstratamente, no cérebro humano.

O pensamento dialético é antes do mais a mediação recíproca entre o objeto e o sujeito do conhecimento num processo histórico permanente, que apenas se limita a refratar dialeticamente a unidade entre o ser e o pensamento, que embora distintos, não deixam por isso de formar uma unidade contraditória. (BROHM, 1979, p.43)

Esse conjunto de construções lógicas, constituídas por princípios ou leis, expressam o grau de compreensão e reflexão que o pensamento dialético atingiu ao longo de sua consolidação, enquanto método epistemológico de interpretação e intervenção no mundo concreto.

A quantidade exata dos enunciados da dialética constituem outra polêmica no pensamento marxista. Procura-se, neste trabalho, cercar-se de um máximo de abordagens encontradas nas referências a que teve acesso o pesquisador. A mais tradicional das classificações das leis da dialética é aquela enunciada por Engels na obra *Dialética da Natureza*, editada em Russo e Alemão na URSS em 1925, Provavelmente escrito entre 1872 e 1882.

É portanto na História da Natureza e da História da sociedade humana que são abstraídas as leis da dialética. Elas não são senão as leis mais gerais destas duas fases do desenvolvimento histórico, assim como do pensamento humano. Reduzem-se essencialmente às três seguintes: 1) A lei da passagem da quantidade em qualidade e inversamente; 2) A lei da interpenetração dos contrários; 3) A lei da negação da negação. (ENGELS, 1978, p.49)

Em função da relevância que estas leis ou princípios possuem para a compreensão da Teoria do Conhecimento, segue uma pequena síntese de cada uma de suas determinações.

6.3.6.3 Leis da Dialética

Em relação à primeira lei, enunciada por Engels, — a lei da passagem da quantidade em qualidade —, Plekhanov (1977) escreveu um artigo, em 1908, intitulado “Os ‘Saltos’ na Natureza e na História”, parte integrante do livro “Os

Princípios Fundamentais do Marxismo”. Nesse opúsculo, argumenta que a natureza é pródiga em exemplos que demonstram que pequenas mudanças de quantidades, quando acumuladas, acarretam mudanças súbitas que contrariam a linearidade de um processo. É o caso da água que se transforma em vapor ou em gelo pelo acúmulo gradual de mudanças de temperatura; da crisálida que desponta como uma bela borboleta, irreconhecível no estágio larval; ou da própria construção humana: do antropeide ao homem.

No mundo social, existem as transformações violentas, sob a forma de revoluções, onde rupturas são frequentes e decisivas para a criação de novos ordenamentos jurídicos, de novas condições de trabalho e de produção, bem como de novas formas de pensamento e assim por diante.

A História não dá "saltos"! É perfeitamente verdade. Mas, por outro lado, é também verdade que a História já cometeu numerosos saltos, efetuou uma multidão de "transformações pela violência". Os exemplos de semelhantes transformações são inumeráveis. Que significa então esta contradição? Ela significa unicamente que a primeira dessas teses não foi formulada muito rigorosamente, o que faz com que muitos a compreendam mal. Deveríamos dizer que a História não dá "saltos" sem que eles tenham sido preparados. Nenhum salto pode acontecer sem uma causa suficiente, que reside na marcha anterior da evolução social. Mas dado que esta evolução jamais se detém nas sociedades em vias de desenvolvimento, pode-se dizer que a História está constantemente ocupada com a preparação de saltos ou transformações violentas. Ela faz esta obra assídua e imperturbavelmente, ela trabalha lentamente, mas os resultados de seus esforços (os saltos e as catástrofes políticas) são inelutáveis e inevitáveis. (PLEKNANOV, 1977, p. 85)

Segundo este preceito lógico da dialética, ainda que pareça que o movimento da História seja linear e que as transformações sociais ocorram lentamente, é o acúmulo de contradições nas condições objetivas e subjetivas que pode gerar a mudança. As tensões e atritos na estrutura social ou mudanças na infraestrutura econômica podem, — e a História já demonstrou isso inúmeras vezes em relação à luta entre as classes sociais — gerar rupturas profundas, sacudir as formações sociais com o ímpeto de um terremoto, afundando e fundando novos alicerces na infra e na superestrutura social.

Novack (1968) descreve alguns exemplos históricos nos quais se expressa a lei dos saltos sob a forma do desenvolvimento desigual combinado por determinações singulares.

Nestes saltos históricos as etapas do desenvolvimento são algumas vezes comprimidas e outras omitidas, o que depende das condições e das forças particulares. Nas colônias norte-americanas, por exemplo, o feudalismo - que floresceu na Europa e na Ásia por muitos séculos - mal conseguiu existir. As instituições características do feudalismo (feudo, servos, monarquia, a igreja estabelecida e as corporações medievais) não tiveram um ambiente favorável e foram comprimidas entre a escravidão comercial por um lado, e a sociedade burguesa enxertada por outro. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que o feudalismo ia sendo atrofiado e estrangulado nas colônias norte-americanas, adquiria uma vigorosa expansão no outro lado do mundo, na Rússia. (NOVACK, 1968, online).

A segunda lei da dialética, descrita por Engels (1978), — a lei da interpenetração dos contrários —, colide diretamente com a lei da Lógica Formal, denominada lei da não contradição. Se, para a lógica das aparências, a identidade de uma coisa ocorre justamente pela não identificação de uma coisa com outra, senão com ela mesma, na lógica dialética, a existência da coisa se converte no não ser da coisa. Este aparente paradoxo lógico, sob a ótica da Lógica Formal, para a qual um livro é um livro, porque se for outra coisa deixará de ser um livro, desperta um novo olhar: um livro pode ser simultaneamente um livro e um não livro. Como?

A resposta é o movimento e a contradição. O primeiro registro que se encontra da ideia de movimento e contradição advém de Heráclito de Éfeso, de cujo pensamento restaram poucos fragmentos.

Do arco o nome é vida, a obra é morte" (fr. 48). A physis é majestosamente constituída de uma infinidade de elementos díspares em perpétua movimentação (unindo-se e separando-se), que nascem, florescem e perecem. Inspirado nos harmoniosos sons que brotam da lira de Apolo - a música do mais sublime dos deuses identifica-se à melodia do universo -, o Logos canta a ordem que subjaz a essa extraordinária composição de fenômenos: a vida se resume no perene combate entre forças opostas. "Todas (as coisas) vêm a ser segundo a discórdia e a necessidade" (fr. 80). A obra da vida é a morte e entre esses contrários persiste a irrecusável ligação, o inexorável vaivém estabelecido pela convergência inerente à essência do arco. (SALDARRIAGA DÍAZ; VÉLEZ-ZAPATA; BETANCUR SANTOS, 1990, p. 13).

Hegel também vai refletir sobre a importância do movimento, inclusive atribuindo ao movimento da consciência, em direção ao saber absoluto, à constituição e ao avanço da ciência. Claro que a visão de Hegel está assentada, como Marx havia comentado, em termos invertido, concebendo a ideia como o elemento propulsor do movimento

Na Fenomenologia do espírito expus a consciência em seu movimento progressivo, desde a oposição primeira e imediata dela e do objeto até o saber absoluto. Esse caminho percorre todas as formas da relação da consciência com o objeto e tem como seu resultado o conceito da ciência. Esse conceito (independentemente de nascer da própria lógica) não necessita aqui, portanto, de nenhuma legitimação, porque ele a adquiriu no próprio caminho. E ele não é passível de nenhuma outra legitimação senão aquela provinda da própria produção do mesmo por meio da consciência, para a qual todas as suas figuras próprias se dissolvem nele mesmo como estando na verdade. (HEGEL, 2016, p. 51).

É na concepção marxista que se evidenciam as contradições, ausentes na lógica aristotélica, do silogismo simples. Leon Trotsky (1939) explica, muito claramente, que a afirmação de que “A” é idêntico a “A” é facilmente refutada pelo simples exame das duas letras, através de uma lente de aumento, olhando os pontos que as formam impressos no papel se verificará que nada têm de semelhantes. Pode-se arrazoar que não se trata explicitamente da representação gráfica, mas trata-se do significado algébrico, que elas abstratamente representam no mundo real. Poderia se exemplificar então com o objeto “livro”, “cadeira”, ou qualquer outro e, de igual maneira, não se encontrariam dois livros ou duas cadeiras absolutamente iguais. Por fim, o insistente defensor da Lógica Formal poderia argumentar que, em um dado instante no tempo, o livro, singular, específico, que se encontra sobre uma mesa, é igual a ele próprio naquele instante imaginário. Nem este precioso exemplo resiste à crítica teórica dialética, pois o tempo também não pode ser medido com exatidão, e o “momento” é outra ficção idealista. Logo, só restará um último recurso argumentativo, mas, no tempo zero de uma escala matemática, seria “A” igual a si mesmo! E, nesse sentido, decisiva é a resposta do velho pensador soviético:

Porém, tudo existe no tempo; e a própria existência é um processo ininterrupto de transformação; conseqüentemente, o tempo é um elemento fundamental da existência. Deste modo, o axioma “A” é igual a “A”, significa que uma coisa é igual a si mesmo se não se modifica, isto é, se não existe. (TROTSKY, 1939, online).

Não é possível esquecer que, dentro do arcabouço teórico da dialética, as leis não podem ser vistas isoladamente. Trazem consigo a unidade e cada uma delas expressa as faces do movimento, na totalidade do real, dentro da perspectiva de que tudo o que existe está interconectado. As leis se complementam e são as expressões das determinações da totalidade.

Los dos aspectos de cada una de las contradicciones de un proceso tienen mutuamente como supuesto de su existencia al aspecto opuesto y ambos coexisten en la unidad del proceso. Ningún aspecto puede existir aislado, porque su contradictorio constituye la condición fundamental de su existencia. Por una parte, los elementos contrarios se oponen entre si y, por otro lado, se encuentran interconectados, interpenetrados, conjugados y en interdependencia. Tal es la relación de identidad existente entre los opuestos. La contradicción está condicionada por la acción mutua entre ambos aspectos. Por lo tanto, la interconexión de los opuestos existe únicamente en su separación y, a la vez, su unidad sólo existe en su oposición.' (GORTARI, 1979, p. 65).

A terceira lei da dialética enunciada por Engels (1978) — a lei da negação da negação — é o próprio enunciado da contradição, da coisa que nega a si própria. A mudança só advém da negação daquilo que é para se transformar naquilo que será. O vir a ser é a condição fundamental daquilo que muda. Só um pensamento puramente abstrato e idealista pode conceber algo que seja incapaz de mudar, porque, como já se discutiu na lei anterior, tudo está em processo, em movimento, inconstante: a impermanência é a constante do universo.

Explicava o dirigente mineiro boliviano Guilherme Lora (2011) em um curso de marxismo voltado para aos trabalhadores:

Todo objeto y fenómeno son unidades que encierran fuerzas contradictorias. Hay una unidad de los contrarios y estos pueden momentáneamente armonizarse, pero en su desarrollo entran en contradicción (chocan) que es una forma normal de existir. Los objetos, los fenómenos, no están aislados, sino en relación unos con otros, influenciando a los que están en relación con ellos y recibiendo la influencia de éstos. Se trata de una mutua relación, de una inter-relación, de un mutuo condicionamiento. Un fenómeno es producto o efecto de una causa, pero , a su vez es causa de otro fenómeno. Considerar los objetos sin transformación ($A=A$ para siempre y que A no puede ser B), dados para siempre y aislados, es una concepción antidialéctica, metafísica. (LORA, 2011, p. 31).

A unidade é a unidade na contradição, e a própria existência do positivo ou do negativo só ocorre relacionando-os mutuamente. Por exemplo: pensar em capitalistas, supõe a existência de sua antítese: a classe trabalhadora; não é possível falar em servos sem senhores; não é possível a ocorrência da morte sem a vida, e assim sucessivamente. É a relação que expressa o conteúdo e as determinações das coisas.

Diante da constatação da existência não de extremos opostos, mas de relações objetivas que acontecem na realidade concreta, não deveríamos superar a contradição, destruindo a relação que expressa os contrários? Exemplificando: será que, para acabar com a pobreza, temos que suprimir a riqueza ou destruir as

determinações que geram a unidade contraditória — possuidores e despossuídos — fonte das desigualdades?

Posto este breve exame das três leis enunciadas por Engels (1978), cabe a pergunta: a tríade de leis constitui toda a construção teórica da Dialética Materialista? Toda filosofia se resume a uma mera trinca de princípios teóricos que irão dar conta de compreender e de guiar a transformação do mundo natural e social? Essas três leis são o ferramental teórico suficiente para desvelar o problema do Conhecimento e do Aprendizado para o Trabalho?

Quando Engels (1978) elencou esse conjunto de proposições, estudadas por um número incontável de pesquisadores e de ativistas preocupados com uma leitura crítica do mundo, para superar as formas e a aparência das coisas e dos fenômenos, não tinha a intenção de encerrá-las em um sistema fechado, como um canivete suíço, para servir em qualquer situação ou que se tornassem a panaceia universal que conteria todas as respostas a todas as perguntas. A própria dialética é um produto histórico, o resultado de um certo dado grau de desenvolvimento do pensamento humano, do alcance das forças produtivas e da materialidade que elas produzem. As categorias da dialética não são estáticas e, como construções mentais, modificam-se na medida que se altera o mundo material e humano. Em relação ao número de leis existentes, também a resposta não é taxativa. Essas leis enunciadas são as mais gerais, porém outras categorias se associam a elas e formam novos construtos teóricos.

Além das três leis enunciadas por Friedrich Engels, anteriormente descritas, é possível apontar algumas reflexões presentes na problematização da lógica materialista dialética.

6.3.1. Conteúdo e Forma.

O senso comum prescreve que a forma deve, a princípio, corresponder ao conteúdo. A Dialética Materialista questiona que nem sempre isso ocorre em todos os momentos. A contradição, sempre presente no conteúdo, tenciona as formas e desencadeia o movimento para a transformação. A forma torna-se, em um dado momento, o acúmulo das contradições, uma prisão ao novo conteúdo latente, e impele

à metamorfose. Lukács (1978) acrescenta à discussão da categoria forma e conteúdo a lembrança de que, na dialética hegeliana, ambas estão compreendidas dentro da totalidade, porém o marxismo reconhece a primazia do conteúdo dentro da Unidade, sempre contraditória e em permanente transformação.

Se bem que, desde Hegel, seja claro que forma e conteúdo se convertem incessantemente um no outro; se bem que o materialismo dialético e histórico – Indo além de Hegel – estabeleça firmemente a prioridade do conteúdo, mesmo reconhecendo a recíproca relação de conversão do conteúdo na forma e vice e versa. (LUKÁCS, 1978, p. 182)

6.3.2. Causas e Efeitos

É comum, na lógica formal, a afirmação de que as causas são inseparáveis dos seus efeitos, inclusive a utilização da prática de descrever as “causas” e “consequências” dos fenômenos (vide os livros tradicionais de História). Já para a Lógica da Contradição, que expressa a unidade dos contrários, são ambas indistinguíveis. A realidade concreta não é uma sequência linear de causa e efeito. Qualquer tentativa de separá-los será sempre arbitrária e corre o risco de uma apreciação mecanicista dos fenômenos. A Dialética Materialista perquire a captura da totalidade e a busca o conjunto das determinações, consciente de que é um processo de aproximação ao real.

6.3.3. Aparência e Essência

Essas categorias são, na filosofia idealista, uma concepção de mundo dualista, que separa as partes do todo: a suposição de que possa existir algo intrínseco, a essência, uma substância inerente aos fenômenos e coisas; e algo fora, extrínseco, que seria percebido pelos sentidos, tal como a aparência ou a forma da coisa. Para a Metafísica, a Aparência seria algo distinto da Essência. Hegel supera, com o pensar dialético, a dualidade e diz que a aparência é a própria essência da coisa ou fenômeno. De acordo com Abbagnano (2007):

[...] a própria negação do caráter ilusório da aparência foi utilizada, na filosofia moderna, para reafirmar o caráter absoluto do conhecimento humano. Assim, Hegel vê na aparência fenomênica a própria essência. Aparência e a essência não se opõem, mas se identificam: a aparência é a essência que existe na sua imediação. "Aparecer", diz ele, "é a determinação por meio da qual a essência não é ser, mas essência; e o aparecer desenvolvido é o fenômeno. A essência não está, portanto, atrás ou além do fenômeno; mas, justamente porque a essência é o que existe, a existência é o fenômeno" (Ene, § 13117). (ABBAGNANO, 2007, p. 70)

6.3.4. O geral e o particular

Assim como no problema da causa e do efeito, uma totalidade dialética encerra o geral e o particular, o ordinário e o específico, o todo e a parte. Existe no mundo real, concreto, a simultaneidade das faces da realidade: o todo está contido na parte e vice-versa. A análise de uma dada realidade é restritiva, pois fragmenta o todo, que exige, portanto, a recomposição pela síntese, que por sua vez só é detalhada e rica na determinação do exame das partes. A busca da totalidade, ainda que seja um intento difícil e inalcançável, segundo Leandro Konder (1991) vai depender do nível da profundidade da pesquisa que se deseja.

Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua História, das suas contradições atuais. Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. E, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da História da humanidade [...] (KONDER, 1991, p. 39)

6.3.5. Relativo e o absoluto

Muitas vezes a dialética é acusada de sofista ou relativista pelos paradoxos que levanta, de difícil compreensão por aqueles que procuram um mundo simples com

¹⁷ Ene. = Encyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse, 2- ed., 1827; ed. Lasson, 1950. Nas citações desta obra também foi consultada a versão italiana de B. Croce, Bari, 1906. Fonte: Hegel apud ABBAGNANO (2007, p.10).

respostas exatas e definitivas. No mundo das formas, do absoluto, é bem mais fácil viver e entender: tudo é visto, medido, pode ser padronizado, arrumado, percebido e arranjado harmoniosamente. Uma realidade com leis irrestritas seria o paraíso para a ciência, que poderia encontrar as leis imutáveis do universo para explicar todos os fenômenos. O oposto, o relativismo, é o caos: um pensamento sem parâmetros de verdade, um pensar que admite que tudo é possível, tudo é mera forma de abordagem ou interpretação, uma concepção que resulta na completa imobilidade ou no contrário, em caminhos infinitos: se tudo for relativo, tudo é possível, e nada é igualmente realizável.

O relativismo é uma teoria profundamente errônea e prejudicial. Para ela o caráter relativo das verdades científicas não consistiriam no fato de a verdade não poder ser conhecida de uma só vez, de modo completo e acabado, mas na impossibilidade de se conhecer as verdades objetivas, isto é, as verdades que refletem de maneira justa a natureza, É em sua essência uma teoria agnóstica isto é, nega a possibilidade do mundo ser conhecido. (ROSENTAL, 1956, p. 89)

Como sair desses polos opostos? A dialética achou a resposta, não no pensamento idealista abstrato, mas na própria natureza do mundo concreto. O parâmetro da verdade é a existência real do homem e da natureza que, vista pelos olhos da crítica dialética, se apresenta dinâmica e contraditória não porque filosoficamente se idealize desta forma, mas porque a existência demonstra que o é.

6.3.6. Teoria e prática

Teoria e prática são elementos interligados, interdependentes. Ambos são necessários e constituem a unidade da práxis. A prática sem a teoria é impossível, pois nada pode ser realizado sem um pensamento anterior que oriente as ações humanas. Talvez os únicos casos em que isso ocorra, sejam nos movimentos fisiológico internos do bater do coração, dos reflexos incondicionados e outras ações involuntárias humanas. Já a teoria sem a prática é outra ficção idealista, pois seria admitir que o ser humano pode receber conhecimentos sem o contato com o mundo físico, sem os sentidos humanos, todos agentes da práxis humana. Seria crer na possibilidade de um conhecimento “revelado”, transcendental, extra-humano, que não seria obra da práxis, ou seja, a fuga do terreno da Dialética Materialista.

Em relação à questão do materialismo cercear as crenças humanas, é sempre interessante resgatar o pensamento de um materialista convicto, velho militante do Partido Comunista Brasileiro, o qual foi até eleito deputado, o escritor Jorge Amado: “Sou materialista, mas acredito em milagres. Meu materialismo não me limita.”¹⁸.

6.3.7. Abstrato e concreto

Ambos podem ser examinados igualmente pela categoria totalidade, são inseparáveis. O abstrato é produto do concreto. O pensamento é gerado pela reflexão humana, mas é impossível a realização do abstrato sem um suporte do concreto. Todo o mundo humano, cultural, produto do trabalho, é a consumação do concreto, abstraído pelo pensamento, como explica Marx ao diferenciar o trabalho humano do animal.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2013, p. 327).

Ainda sobre as leis da dialética, cabe lembrar a posição epistemológica apresentada por Stalin em 1938, que reformula os princípios apontados por Engels e firma as bases para a petrificação da Dialética Materialista, a antítese da reflexão viva da leitura do mundo real, dinâmico, complexo e dotado multiplicidade de pensamentos na luta contra o capital. Escreve Leandro Konder (2008), sobre o efeito da política e do pensamento stalinista sobre a dialética.

Stálin tinha uma antipatia imensa pelo patrimônio da herança hegeliana. Em seu raciocínio, Stalin ignorava frequentemente as mediações, cuja importância tinha sido sublinhada tanto por Hegel como por Marx. Stalin pensava da seguinte maneira: Zinoviev, Kamenev, Trótsky, Bukhárin e outros têm opiniões “erradas” a respeito de questões importantes; expondo suas opiniões, defendendo-as, eles produzem efeitos daninhos,

¹⁸ Em <http://jorgeamado-blog.blogspot.com/2011/05/frases-de-jorge-amado-ii.html> acesso 29/03/2019.

objetivamente tão nocivos como os efeitos que seriam provocados pela ação de sabotadores, espiões, agentes contrarrevolucionários e traidores; portanto, objetivamente, eles são sabotadores, espiões, traidores, agentes inimigos - e precisam ser objetivamente tratados como tais. Nas coisas que Stalin dizia ou escrevia apareciam, volta e meia, o advérbio “objetivamente” e o adjetivo “objetivo” (ou “objetiva”), precisamente porque ele não encarava dialeticamente a questão do papel da subjetividade na História e tendia a identificar (de modo positivista) “subjetivo” com “arbitrário” e “objetivo” com “científico”. (KONDER, 2008, p. 69)

A verdadeira Dialética Materialista é contraditória, móvel, produz dúvidas muito mais que certezas. É fruto da vida e da ideia de um homem ativo, sujeito da ação consciente: a práxis transformadora, fundada no trabalho humano, localizado em um mundo material com suas infinitas formas e possibilidades, que forja seus processos mentais superiores em um mundo mediado por relações sociais e contradições, mutável, complexo e impermanente.

Na tabela que se segue, este pesquisador procura identificar as principais diferenças entre as duas concepções da realidade expressas pelas Lógicas Formal e pela Dialética Materialista.

Tabela 3 — Lógica Formal x Lógica Dialética, sem data.

Lógica Formal	Lógica Dialética Materialista
Abstrata	Concreta
Incremento	Salto
Certezas	Dúvidas
Ser	Existir
Permanente	Impermanente
Unidade	Totalidade
Harmonia	Contradição
Binária	Complexa
Conservadora	Revolucionária

Fonte: Esquema do autor.

6.4. Conhecimento e Aprendizagem

O conceito, afirma Brohm (1979, p. 115) “é o momento supremo da dialética”. Ao examinar um conceito, a Dialética Materialista o disseca para extrair dele a

objetividade do conceito. É a tentativa de apanhar o máximo possível das faces da realidade que formam aquele conceito. É o esforço de construir a unidade entre o objeto a que se refere o conceito — a materialidade do conceito — e a abstração que o pensamento humano realiza sobre ele. Ilienkov (2019), antigo professor do Instituto de Filosofia da URSS, escreve, em 1960, uma exposição sobre em que consiste a materialidade na lógica dialética.

Quando Marx define o concreto como unidade da diversidade, ele assume uma interpretação dialética de unidade, diversidade e de sua relação. Na dialética, unidade é interpretada em primeiro lugar como conexão, como interconexão e interação de diferentes fenômenos dentro de certo sistema ou aglomeração, e não como semelhança abstrata desses fenômenos. A definição de Marx assume exatamente esse significado dialético do termo “unidade”. Se se desvela um pouco a fórmula aforisticamente lacônica de Marx, sua definição do concreto significa literalmente o seguinte: o concreto, concreticidade, é, primeiros de tudo, sinônimo dos elos reais entre fenômenos, de concatenação e interação de todos os aspectos e momentos do objeto dado ao homem em contemplação e em noção. O concreto é, desse modo, interpretado como uma totalidade internamente dividida das várias formas de existência do objeto, uma combinação única do que é característico apenas do objeto dado. Unidade assim concebida é percebida não através da similaridade dos fenômenos um com o outro, mas, ao contrário, através de suas diferenças e oposições. (ILINKOV, 1960, online).

O que se procura no estudo da Teoria Dialética do Conhecimento são essas determinações concretas que podem permitir a nossa aproximação do conceito de Conhecimento e Aprendizagem. No método dialético não existe a ideia convencional da análise, de que para conhecer é imprescindível separar o todo em partes. Não se trata de uma operação de fragmentação do conceito em aspectos cada vez mais distintos, mas, sim, de apreciá-lo em suas relações. Caio Prado Junior (2019), ao explicar a Teoria Marxista do Conhecimento, elucida o sistema cognitivo do pensar por relações, trazendo um exemplo da própria Lógica Matemática: a Álgebra.

Como se sabe, a aplicação da análise algébrica à solução de um problema, consiste essencialmente em estruturar uma equação igualmente com os dados do problema, mais a solução dele, embora desconhecida, mas que se figurará na equação como “incógnita”. Ora, a equação assim estruturada não representa outra coisa que um sistema integrado de relações, e organizado em função da incógnita, isto é, em que a incógnita é referida àqueles dados. Observe-se o desenrolar do pensamento na operação de equacionamento. Os dados se consideram naquilo em que se referem ou dizem respeito à incógnita. A condição necessária e suficiente para que o equacionamento seja possível, consiste precisamente no fato de os dados se relacionarem com a incógnita, o que é óbvio. Trata-se então de integrar essas relações, isto é, dispô-las num sistema de conjunto, e entrosando-se de tal forma que

os dados, mais a incógnita, se apresentam entre si entrosados em função uns dos outros e da totalidade que constituem. Uma vez isto realizado, estará completado o equacionamento e determinada a incógnita pela posição relativa que ocupa no sistema da equação estruturada. PRADO JUNIOR (1963, online).

A natureza das categorias, conforme Cheptulin (1982, p. 5), o lugar a que pertencem e o papel que exercem no desenvolvimento do conhecimento “...está diretamente ligada à resolução do problema da correlação entre o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência”. O Conhecimento só pode ser entendido dentro de uma totalidade em movimento, não pode ser examinado isoladamente como um conteúdo preso dentro de uma forma. Esta constatação epistemológica, oriunda da lógica dialética, coloca em evidência o caráter formal da política de fixar conteúdos no processo educativo, pois ainda que estes sejam indispensáveis, — são, afinal, o conjunto das aquisições científicas da humanidade —, só terão plenitude de sentido com a compreensão das relações em que estão inseridos, os interesses de classes que podem representar na perspectiva da historicidade das reflexões acumuladas.

6.4.1. Aprendizado

É necessário também precisar o que se considera como a categoria aprendizado. Para o pesquisador, aprendizado é o processo de apropriação de conhecimentos e construção de habilidades que permitem a práxis no mundo, em um dado período historicamente determinado, delimitado em um espaço geográfico específico, dentro de uma formação social dada, sob um modo de produção definido e dialeticamente ligado a uma totalidade que incorpora inumeráveis elementos de toda ordem. Esse processo de conhecimento constitui-se uma prática social que comporta elementos intrínsecos (ao sujeito cognoscente: corpo e mente) e extrínsecos (relacionados àquilo que é conhecido: o mundo em sua totalidade).

Por ser não uma simples intervenção humana, mecânica e unidirecional, o processo de aprendizado transforma dialeticamente o sujeito cognoscente, marcando indelevelmente seu ser social e sua práxis sobre o mundo. O sujeito que conhece nunca será o mesmo. A práxis humana do conhecimento pode ser pensada como um movimento, impulsionado por contradições internas e externas, que conduz o homem

a uma síntese provisória (sempre incompleta e impermanente) de novos conhecimentos e habilidades. Ela transforma o pensamento e o comportamento humano em novos e sucessivos estágios formativos de conhecimento.

É corrente, nos textos da área da educação, o uso da terminologia “ensino-aprendizado”. Acredita o autor desta tese que essa denominação tem a limitação de polarizar em dois elementos apenas o complexo processo da práxis do conhecimento. Infelizmente, não comporta elementos como o método, a visão de mundo, as contradições, os interesses das classes em luta constante, os valores e objetivos que estão implicados no processo gnosiológico de conhecer.

Existe uma extensa bibliografia que tem como objeto as inúmeras teorias da aprendizagem. É necessário, ainda, em grande sobrevoo, citar as principais tentativas de explicação sobre como se movimenta o aprendizado no interior da psique humana. Um grande número destas teorias da aprendizagem se ancora em bases idealistas ou materialistas mecanicistas, razão pela qual exigem com maior rigor o crivo lógico da Dialética Materialista.

Segundo Ostermann e Cavalcanti (2011), é clássica a divisão epistemológica segundo a qual o ponto de partida para a compreensão da natureza do aprendizado está ancorada em dois polos diametralmente opostos, tendo como marco a preexistência ou não de um conhecimento inato ou não na humanidade. A tese do inatismo sustenta que o sujeito humano nasce, a priori, com conhecimentos e capacidades, enquanto, ao contrário, a tese empirista sustenta que o aprendizado ocorre única e exclusivamente por meio dos sentidos e, portanto, é moldado pelo meio.

Na base dessas duas concepções, (Inatismo e Empirismo), ocorrem múltiplas variações enfatizando distintos elementos. Seja na afirmação de que o ser humano possui estruturas psíquicas inatas que determinaram a sua configuração de aprendizado, a integral dependência do meio, ou em posições intermediárias que evidenciam um ou outro aspecto específico da práxis do aprendizado.

Em contraposição a ambas as teses, temos o entendimento materialista dialético que contempla integralmente os múltiplos aspectos da jornada do aprendizado humano, no seu processo contraditório e dinâmico de existência, descarta o império dos sentidos, mas, ao mesmo tempo, não o ignora, pois acredita

que o que captam os sentidos é parte do real, ainda que não contemple a sua totalidade.

6.4.2. O Conhecimento

O conhecimento, para a Dialética Materialista, é um processo progressivo de descobertas de relações extraídas do mundo real, relações representadas mentalmente em abstrações elaboradas pelos processos mentais superiores humanos. Na Lógica Formal o tratamento dado à Teoria do Conhecimento é completamente diferente daquele dado à Dialética Materialista, pois naquela o conhecimento é tratado dissociando do ser do existir, do pensar e do agir. Como exemplo elucidativo do pensamento idealista, transcreve-se este pequeno trecho do filósofo e teólogo, Johannes Hessen (1999), descrevendo o lugar que ocupa a Teoria do Conhecimento, dentro de uma visão metafísica.

Assinalamos, assim, o lugar que a teoria do conhecimento ocupa no conjunto da filosofia. Segundo o que foi dito, ela é uma parte da teoria da ciência. Podemos defini-la como teoria material da ciência ou como teoria dos princípios materiais do conhecimento humano. Enquanto a lógica investiga os princípios formais do conhecimento, as formas e leis gerais do pensamento humano, a teoria do conhecimento dirige-se aos pressupostos materiais mais gerais do conhecimento científico. Enquanto a primeira prescinde da referência do pensamento aos objetos e considera o pensamento puramente em si, a segunda tem os olhos fixos justamente na referência objetiva do pensamento, na sua relação com os objetos. (HESSEN, 1999, p.13)

O conhecimento metafísico, posto em termos socráticos, pode ser observado como algo transcendental ao homem, uma revelação do divino que ilumina o espírito e lhe concede a razão das coisas, a origem do pensamento. Sócrates, segundo Platão, compara a sua filosofia ao trabalho de uma parteira (ainda que ele se considere superior a elas) e limita a sua contribuição ao mero auxílio aos deuses dos quais provém toda a sabedoria.

Sócrates – [...] A minha arte obstétrica tem atribuições iguais às parteiras, com a diferença de eu não partejar mulher, porém homens, e de acompanhar as almas, não os corpos, em seu trabalho de parto. Porém a grande superioridade da minha arte consiste na faculdade de conhecer de pronto se o que a alma dos jovens está na iminência de conceber é alguma quimera e falsidade ou fruto legítimo e verdadeiro. Neste particular, sou igualzinho as parteiras: estéril em matéria de sabedoria, tendo grande fundo de verdade a censura que muitos me as assacam, de só interrogar os outros, sem nunca apresentar opinião pessoal sobre nenhum assunto, por carecer,

justamente, de sabedoria .E a razão é a seguinte: a divindade me incita a partejar os outros, porém me impede de conceber. Por isso mesmo, não sou sábio, não havendo um só pensamento que eu possa apresentar como tendo sido invenção de minha alma e por ela dado à luz. (PLATÃO, 2001, p. 47).

É preciosa a exposição que Friedrich Engels (1978) realiza sobre as limitações à busca do conhecimento, quando restrita pelo ferramental lógico da filosofia metafísica. Para este autor a principal limitação desta lógica é a polaridade, o fato de só admitir extremos binários: sim e não, certo e errado, existe ou inexistente. No senso comum, esses conceitos até podem ser considerados como verdadeiros, afinal para comer uma maçã, é necessário que ela exista, do contrário, é impossível a degustação. Porém, quando se abstrai e se supera a simples observação por parte dos sentidos, e considera-se o movimento, jamais encontraremos duas maçãs iguais, e a mesma maçã está em contínuo processo de transformação físico-química com diferentes estágios de perecimento. A maçã é, de fato, uma maçã e, simultaneamente, uma não maçã, por mais paradoxal que pareça.

Mas o próprio senso comum — personagem muito respeitável dentro de casa, entre quatro paredes — vive peripécias verdadeiramente maravilhosas quando se aventura pelos caminhos amplos da investigação; e o método metafísico de pensar, pois muito justificado e até necessário que seja em muitas zonas do pensamento, mais ou menos extensas segundo a natureza do objeto de que se trate, tropeça sempre, cedo ou tarde, com uma barreira, ultrapassada a qual converte-se num método unilateral, limitado, abstrato, e se perde em insolúveis contradições, pois, absorvido pelos objetos concretos, não consegue perceber sua concatenação; preocupado com sua existência, não atenta em sua origem nem em sua caducidade; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque. (ENGELS, 1978, p. 46-47)

Ao contrário da Metafísica, na Lógica da Contradição os processos mentais abstratos são postos em relação direta com a práxis humana, e não é possível para a Dialética Materialista separar a Ciência da Lógica, sendo impossível a existência de um pensamento puramente em si. A Dialética é pensada como a Lógica da Ciência, e a ciência é a apreensão do mundo real pelo crivo do raciocínio sistematizado da Lógica Dialética.

A origem do conhecimento é um problema que encerra outra polêmica dentro do campo teórico do marxismo. Nos autores soviéticos é constante o uso da representação de conhecimento como reflexo da realidade, expressando a ideia de que no cérebro humano haveria uma cópia transposta da realidade, ou seja, a realidade é oposta ao homem, e este capta através dos sentidos esta realidade externa. Caio Prado Junior (2019) faz uma aguda crítica contra essa visão, que ele

considera metafísica, de conceber a natureza do conhecimento. Segue, com grifos nossos:

O Conhecimento, na concepção marxista, é propriamente uma produção do pensamento, resultado de operações mentais com que se representa — e não repete, reproduz ou reflete — a Realidade objetiva, suas feições e situações¹⁹. [...] O traço fundamental e essencial da teoria marxista do conhecimento, ou antes daquilo que devia ser esta teoria, caso Marx tivesse desenvolvido e expresso a sua concepção acerca do conhecimento, esse traço é a natureza “construtiva” do conhecimento. Isto é, o conhecimento para Marx resulta de construção efetuada pelo pensamento e suas operações; e consiste numa “representação” mental do concreto (isto é, da parcela de Realidade exterior ao pensamento conhecedor, e por ele considerada), representação esta “elaborada a partir da percepção e intuição”. Veja-se bem “representação”, e não reprodução, decalque ou outra forma da transposição de algo, da Realidade para o pensamento. (PRADO JUNIOR, 2019, online)

Refletindo sobre as duas posições apresentadas e levando em conta que o homem é parte do conhecimento e não algo externo a ele, considerando que o ser humano integra o mundo real e aquilo que é pensado, inclusive os processos mentais também são realidade, o argumento de Caio Prado Junior, de creditar à natureza do conhecimento o efeito de uma representação no cérebro em contraposição a teoria do reflexo, demonstra ser muito mais coerente com a lógica materialista dialética.

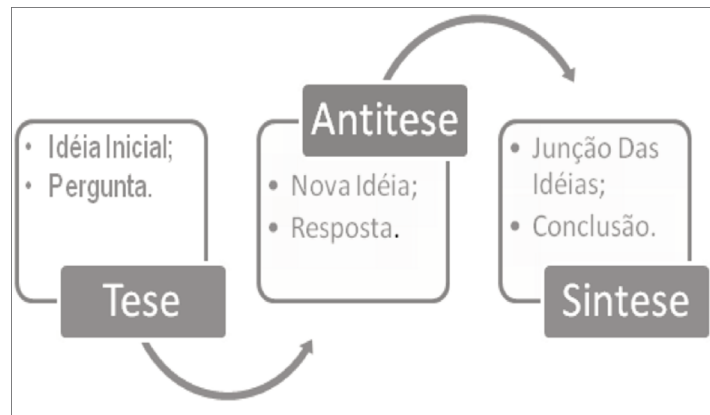
6.4.3. A representação do processo de conhecimento na dialética

A representação do processo do conhecimento mais frequentemente apresentada para a aplicação do conhecer dialético é o trinômio: tese-antítese-síntese. Nesta sequência é representado o objeto ou fenômeno, sua negação e a negação da negação. É inegável que é uma forma de representação bastante didática e utilizada repetidamente nas explicações que visam a popularizar ou tornar acessível o entendimento do método. Porém, essa forma de apresentação simplificada da dialética pode tornar-se até mesmo mecânica e antidialética. Não é real um esquema que coloque a dialética como um algoritmo sequencial de ações, lembrando um diagrama de causa e efeito, isto contraria um dos mais caros conceitos fundamentais da dialética que é a categoria totalidade. As figuras seguintes demonstram o quanto

¹⁹ Grifos do autor da tese.

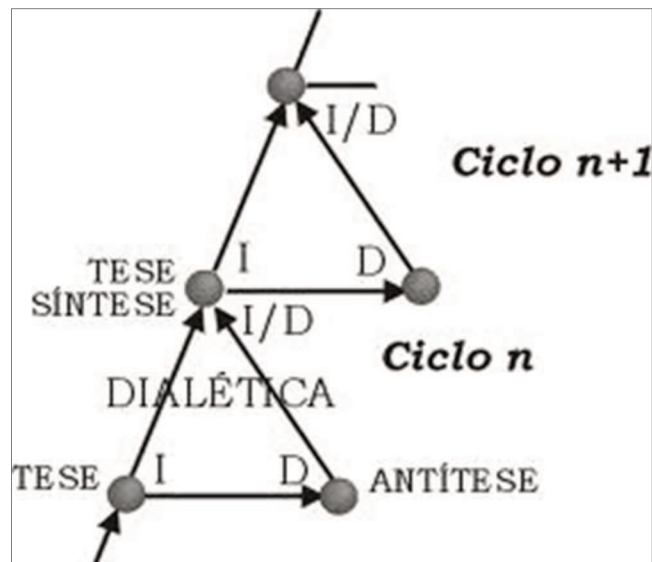
pode ser restritiva essa abordagem.

Figura 21 — Esquema simplificado da dialética, sem data.



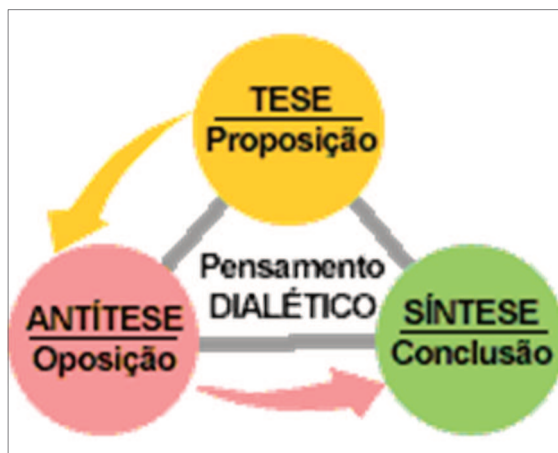
Fonte — ¹ Fonte: FLAYLOSOFIA. Disponível em: <<http://flaylosofia.blogspot.com/2017/06/o-que-e-dialetica-dialetica-e.html>>. Acesso 30/04/2019.

Figura 22 — Ciclo da dialética, sem data.



Fonte — O dia da terra. Disponível em: <<https://dia-da-terra.blogspot.com/2011/07/dialeticatese-antitese-e-sintese.html>>. Acesso 30/04/2019.

Figura 23 — Fluxo da Dialética, sem data.



Fonte — O Materialismo Dialético. Disponível em:

<https://mettecc.wordpress.com/2013/01/14/materialismo-historico-e-a-dialetica/>. Acesso em 2/5/2019.

Estas representações simplificadas da dialética têm todas em comum a redução do pensamento dialético a três movimentos: a Tese (o argumento ou objeto), a Antítese (a negação ou oposição) e a Síntese (a resultante da superação da contradição ou oposição). Ainda que estes movimentos genéricos existam ou possam expressar, didaticamente, a lógica do movimento, todos possuem, no mínimo, duas limitações: a primeira, é que expressam graficamente a ideia de um sistema fechado; a outra, é que não abarcam outros elementos fundamentais para a compreensão do pensamento humano na sua relação com mundo material e humano. Seguem duas tentativas de superar tais limitações.

6.4.4. O ciclo do conhecimento dialético

Buscando corrigir este tipo de problema, em uma tentativa de conceber uma apresentação mais rica em elementos explicativos do processo de conhecimento sob as luzes da Dialética Materialista, Prado Junior (1963) desenvolve uma nova concepção gráfica e um embasamento teórico que denomina “Ciclo do Conhecimento Dialético”.

Afirma Prado Junior (1963) que a ação humana se manifesta e é constituída por uma série de atividades que a integram, e distingue o homem na totalidade deste universo. É o pensamento que dirige a ação, mas, por sua vez, é por ela condicionado. O conhecimento reside, para esse autor (1963, p. 50), justamente nesse limitador à

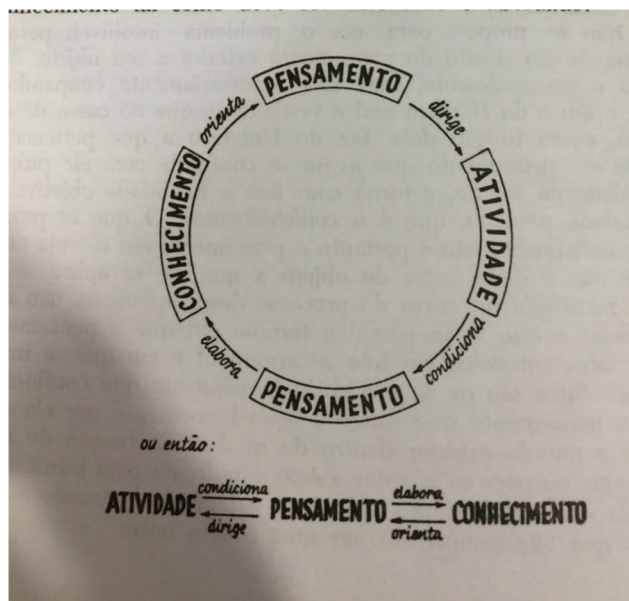
práxis humana. “[...] é nesse condicionamento que vamos encontrar o conhecimento: é do pensamento gerado na interação do homem com o Universo realizada pela ação, que brota e se constitui o conhecimento”. A elaboração psíquica, a faculdade cognitiva e o ato de pensar determinarão as ações, e pelas ações serão reciprocamente determinados.

A Metafísica opõem-se a um conhecimento nas relações exteriores da realidade objetiva e apartado do pensamento humano. Somente a dialética concebe um homem integral e concreto: pensante, conhecedor e agente, ao mesmo tempo, dentro daquela realidade de que faz parte. Explica Caio Prado os objetivos do esquema proposto.

O objetivo principal do nosso esquema é o de apresentar o fato do conhecimento tal como deve ser considerado, a saber, em conjunto e como um processo permanente. É esse dinamismo que o ciclo do conhecimento pode ser compreendido, isto é, como um todo inseparável nas suas partes, fases ou momento, e retornando permanentemente sobre si mesmo. (PRADO JUNIOR, 1963, p. 51)

Observa-se na figura seguinte que Caio Prado Junior (1966) propõem um esquema circular com três categorias que se sucedem infinitamente: CONHECIMENTO – ATIVIDADE – PENSAMENTO. Nessa representação, o Pensamento dirige a Atividade, que condiciona o Pensamento que, por sua vez, elabora o Conhecimento orientador do Pensamento.

Figura 24 — Ciclo do Conhecimento, 1963.



Fonte — Fonte: Caio Prado (1963, p. 50).

A primeira observação que se pode fazer a este modelo, tal como todos os anteriores, é a de restringir a poucos elementos — três apenas — toda a complexidade do pensamento dialético.

A segunda constatação é que o círculo — uma figura plana — fechada em si mesmo, induz ao entendimento de que, partindo de qualquer ponto, o conceito retorna a ele mesmo. O pensamento, após elaborar o conhecimento e dirigir a atividade volta a ser pensamento. A figura apresenta o movimento, mas oculta os saltos e as transformações. É demasiadamente simplificadora e pode sugerir que o processo do conhecimento é circular e recorrente.

É muito difícil a representação do pensamento dialético em uma linguagem que é eminentemente procedural e sequencial, fato que constatou Caio Prado Junior (1963) e que mereceu o seu esforço em superar esta lacuna. A representação do processo de conhecimento através do “Círculo do Conhecimento” foi uma destas tentativas.

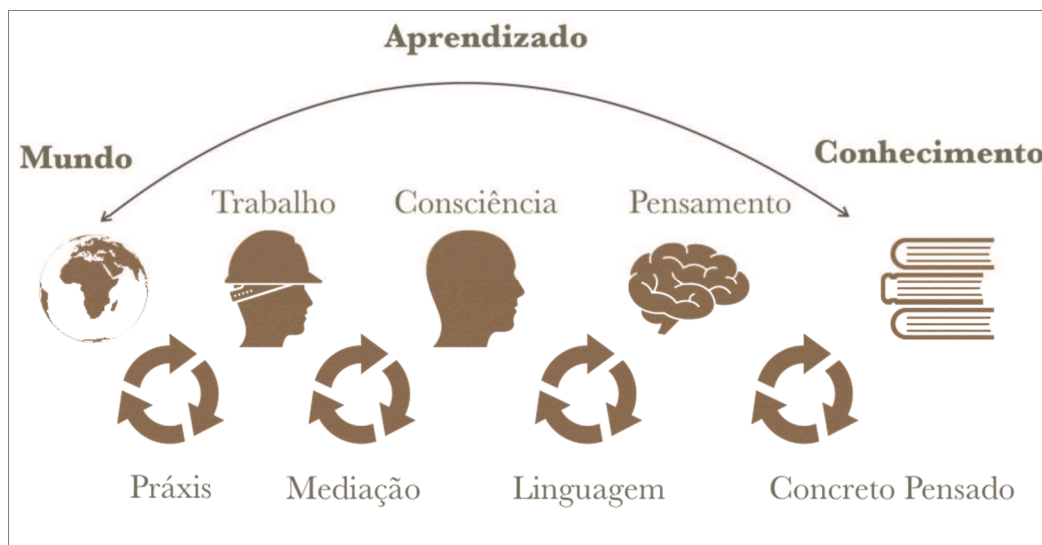
6.4.5. A Representação da Dialética Materialista do Conhecimento

Ao explorar este extenso rol de estudos sobre a Dialética Materialista em geral, e em especial sobre a Teoria do Conhecimento, este pesquisador identificou outras categorias que constituem o conhecimento e que deveriam aparecer na elaboração de um modelo mais sofisticado: Realidade Concreta, Práxis, Trabalho, Mediação, Consciência, Linguagem, Pensamento, Concreto Pensado e o Conhecimento.

A primeira tentativa do autor para resolver sobre este problema, foi pensar em um modelo em forma de espiral que iniciava na Realidade Concreta (material e humana) e concluía no Concreto Pensado (teoria). Porém, refletindo sobre o mesmo, verifica-se que, embora tivesse a virtude de representar o movimento do pensamento suplantando a simples observação e alcançando o salto qualitativo da superação do Real pelo Concreto Pensado (que também integra a totalidade do Real), ainda demonstra, de forma equivocada, a imagem de um movimento, mesmo em expansão, formal, unidirecional, da tese à síntese, do real ao pensamento. Além do número de categorias ser ampliado, o objeto gráfico representado, precisa ser diferente do círculo fechado ou da espiral.

A síntese dialética, requer que seja aberto, que passe a ideia de que existe uma complexidade crescente e que a resultante, jamais retornará aos elementos que lhe deram origem. A imagem de uma relação Mundo – Aprendizado – Conhecimento é substancialmente mais clara para a visualização da relação entre os conceitos, por ser aberta e dinâmica. A figura que segue é um esboço deste modelo.

Figura 25 — Relação: Mundo – Aprendizado – Conhecimento, sem data.



Fonte — Criação do autor.

O modelo proposto, deve ser examinado não como um esquema linear, restrito à sua representação bidimensional, mas como uma ideia complexa aprisionada em uma figura plana. No desenho não existem setas direcionais demarcando o fluxo, porque, para a dialética, todas as relações são multidirecionais, não existindo as “entradas e saídas” como em uma abordagem calçada na Teoria dos Sistemas (igualmente um método sustentado nas bases da lógica formal). Trata-se de uma tentativa, aqui, de pontuar alguns elementos do fluxo contraditório do movimento.

Embora aparentemente situadas em posições distintas no esquema, Mundo (que aqui representa a realidade concreta, material e subjetiva, física e humana) e o Conhecimento são categorias que se interpenetram. O Conhecimento é a expressão da Realidade Concreta e a Realidade Concreta traz dentro de si o Conhecimento acumulado.

Visualiza-se ainda, no esquema proposto, que a Realidade Concreta age e sofre ação da Práxis — ação consciente humana — e simultaneamente recebe pela Práxis os efeitos dos atos cognitivos humanos aplicados à realidade concreta (Mundo).

Marx irá romper com a dialética hegeliana justamente neste ponto — o conceito de real e sua relação com o pensamento — concebido como “espírito” para Hegel.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si. (MARX, 1859, online).

Varias, como examinadas, são as concepções de Dialética, seja como Filosofia do Movimento e das Contradições ou mesmo como uma ciência, um conjunto de saberes sistematizados denominado Materialismo Dialético. Posta em bases idealistas, tal como Hegel colocou, ou em termos materiais e intelectuais, como Marx e Engels a compreenderam, o importante é que se trata de um Método Epistemológico e de uma Concepção de Conhecimento essenciais para os estudos no campo da Educação, pois carrega dentro desse corpo de conhecimentos elementos fundamentais para o entendimento do que é aprender, da natureza do conhecimento e os caminhos possíveis para a investigação filosófica e científica dos problemas pedagógicos.

6.5.6.5 A Práxis e o Trabalho Humano

Na concepção materialista dialética, duas ações humanas (pensar e agir) se cristalizam no conceito de práxis. Segundo Vázquez (1977, p. 3) é a “atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano”. A práxis, sendo histórica e social, ocorre em todas as realizações humanas, inclusa está em todas as manifestações individuais e coletivas concretizadas nas relações sociais. Na perspectiva materialista dialética, a práxis é concebida como “a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” Vázquez (1977, p. 5). A práxis, concebida pela lógica do movimento, não pode ser vista como mera atividade prática elaborada pela consciência humana, mas, sim, como atividade material do homem social. Todas as outras categorias úteis para o entendimento das atividades

humanas (inclusive a atividade de compreensão e intervenção da realidade sócio histórica) estão relacionadas e interligadas na categoria práxis. O cientista social Leandro Konder (1992) sintetiza o conceito de práxis como de construção mental e física do mundo humano.

[...] a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115).

A práxis é a atividade humana, portanto, que constrói e define o próprio homem. O mundo da cultura não existiria sem a existência da práxis e certamente o próprio ser humano não teria se diferenciado dos outros seres vivos sem a ação transformadora do trabalho.

6.5.1. Mediação

Em relação direta com a Práxis aparece a Mediação, outra categoria hegeliana que é fundamental para a compreensão da Dialética do Conhecimento.

A palavra “mediação” origina-se da palavra latina *mediatio* (HOUAISS, 2016, *online*), apresentando uma dezena de significados distintos, dentre os quais “ato de servir de intermediário entre pessoas, grupos, partidos, facções, países etc., a fim de dirimir divergências ou disputas; arbitragem, conciliação, intervenção, intermédio”.

O conceito de mediação no sentido cognitivo que se dá entre o sujeito e a coisa ou fenômeno a ser conhecido pressupõe uma relação que ocorre entre sujeito cognoscente que modifica e é modificado pelo que é conhecido. A apropriação dos conhecimentos, saberes e práticas constitui-se um ato de mudança ontológica no ser que conhece.

O sujeito do aprendizado não se apropria dos objetos de conhecimento de forma direta. A integração do objeto do conhecimento com o sujeito ocorre sempre mediada por relações entre atores, ou um sujeito na relação com a realidade objetiva, rica em aspectos socioculturais e semióticos.

Na obra *Filosofia da Libertação*, Dussel (1986, p. 35) afirma que falar em mediação é mais que proclamar um vínculo entre objetos. É, antes de tudo, um ato humano de projeto de realização da busca pela liberdade.

A mediação é possibilidade para uma liberdade. A coisa é ente porque sendo interpretado em seu sentido e estimado em seu valor é por último eleito e postergado em vista de um projeto. Sem liberdade não há homem, nem ente, nem sentido, porque simplesmente não haveria mundo; somente cosmos, coisas, estímulos, animais. (DUSSEL, 1986, p. 35).

Telmo Adams (2010) escava em busca do resgate das raízes do processo de mediação emancipadora do homem e escreve:

As experiências mediadoras brotam das condições sentidas como necessidades, desejos, esperanças (sonhos/utopias) que possibilitam processos de socialização de saberes e mudanças do ethos, cujo resultado pode traduzir-se em novas posturas e atitudes individuais ou coletivas. É o que denomino de mediações pedagógicas emancipadoras. (ADAMS, 2010, p. 43)

Escreve ainda Adams (2010) que a dialética hegeliana atribui à categoria mediação o papel de centralidade, uma vez que é a lógica da relação do mediato e do imediato. A própria consciência de si, que ocorre na relação com o outro, só é possibilitada na/pela ação humana. O conhecimento, dentro desta leitura de Hegel, é impossível de ocorrer sem a mediação da razão. Ainda que o pensamento seja movido pelas contradições conectadas ao mundo real, é na experiência com o outro que ocorre a autoconsciência.

Para Adams, Moretti e Streck. (2017, p.40) “...todo aprendizado é decorrente de alguma mediação educativa ou pedagógica...” distinguindo os autores uma diferença, ainda que sutil e meramente didática, entre as ações que ocorrem intrinsecamente no fazer social, no trabalho e nas atividades associativas, não necessariamente planejadas (Mediações Educativas) e aquelas efetivamente voltadas para o ato intencional formativo (Mediações Pedagógicas).

Infelizmente, as mediações pedagógicas não ocorrem apenas no sentido emancipador, como se examina mais adiante nesta pesquisa, a emancipação do homem está ligada a outras categorias que formam outra unidade contraditória — a Consciência e a Alienação — que demarca os limites e possibilidades das mediações pedagógicas, sejam elas situadas em ambientes escolares ou não escolares.

Outra questão imbricada com a mediação é a relação que ocorre não apenas

entre os polos Pensamento-Mundo, mas também entre aquilo que já é conhecido e o próprio conhecimento que se deseja conhecer. O conceito criado por Vygotsky 1991) de Zona de Desenvolvimento Proximal Iminente (ZDI) (зона ближайшего развития) assinala que o próprio ato de conhecimento vai ocorrer em um “espaço, uma região cognitiva” existente entre o que já se conhece e o que se deseja conhecer.

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas e seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente de crianças (VYGOTSKY, 1991, p. 60).

Esta diferença entre o potencial do conhecimento e o efetivo conhecimento denominada por Vygotsky (1991) de ZDI é de fundamental importância na Pedagogia, porque é justamente nesta “zona” hipotética que deve ocorrer a ação formativa. Dito de uma forma mais clara: no caso de um trabalhador da área de alimentação, por exemplo, que deseje conhecer como se confecciona uma determinada receita, será com base nos atuais conhecimentos que possui, relacionando-os com as novas informações, que ele procurará adquirir o que se construirá no novo conhecimento e nas novas competências para realizar a tarefa desejada. A diferença entre o que sabe e o que precisa conhecer é o aprendizado que deverá buscar.

6.5.2. A linguagem

A linguagem, outra categoria imbricada no fluxo apresentado, é mais que a ação comunicativa da práxis. A linguagem supera o ato mecânico de transmitir o pensamento pela palavra, falada, escrita, gráfica ou mímica. A linguagem tem um papel decisivo além da comunicação. Afirma Vygostky (2007) que o significado é indissociável da palavra, uma vez que palavra e pensamento constituem uma unidade indissolúvel. A abordagem proposta pelo pensador soviético é uma superação teórica do esquema binário dos behavioristas, que pensavam o aprendizado em termos de estímulo e resposta. Ele vai introduzir na relação Estimulo → Resposta um outro fator algébrico de complexidade, o signo, que faz o papel de mediador. Este signo, que corresponde a um significado conhecido, é um fator social produzido diferentemente

em cada contexto histórico.

Temos todas as razões para supor que a distinção qualitativa entre a sensação e o pensamento é a presença no último de um reflexo generalizado da realidade, que é também a essência do significado das palavras e de que, por conseguinte, o significado é um ato de pensamento no sentido completo da expressão. Mas, simultaneamente, o significado é uma parte inalienável da palavra enquanto tal, pertencendo, portanto, tanto ao domínio da linguagem como ao do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio, já não fazendo parte do discurso humano. Como o significado das palavras é, simultaneamente, pensamento e linguagem, constitui a unidade do pensamento verbal que procurávamos. (VYGOTSKY, 2007, p.7)

Uma das questões de investigação, e que é extremamente relevante para a pesquisa do conhecimento, é a práxis de sua aquisição, isto é, a relação entre o pensamento e a linguagem.

Não podemos falar de significado da palavra tomado separadamente. O que ele significa? Linguagem ou pensamento? Ele é, ao mesmo tempo, linguagem e pensamento porque é uma unidade do pensamento verbalizado. Sendo assim, fica evidente que o método de investigação do problema não pode ser outro senão o método da análise semântica, da análise do sentido da linguagem, do significado da palavra. Nessa via é lícito esperar resposta direta à questão que nos interessa – a da relação entre pensamento e linguagem, porque essa relação mesma faz parte da unidade por nós escolhida, e quando estudamos a evolução, o funcionamento, a estrutura e o movimento dessa unidade, podemos aprender muito do que nos pode esclarecer a questão do pensamento e da linguagem, da natureza do pensamento verbalizado. (VYGOTSKY, 2007, p.10)

Seus estudos acabaram por concluir que é estéril separar mecanicamente o processo da aprendizagem humana do processo de desenvolvimento do conhecimento. Vygotsky (2007, p. 103-104) a firma explicitamente: “A aprendizagem é uma superestrutura do desenvolvimento, e essencialmente não existem intercâmbios entre os dois momentos”. Aqui, novamente, aparece nesse autor, a certeza de que qualquer estudo sobre aprendizagem implica na consideração do nível de desenvolvimento cognitivo do aprendiz, fator que é vital nos estudos, sobretudo, relacionados à educação infantil.

Aspecto importante na problematização da construção do conhecimento é que o conhecimento só é passível de compartilhamento se existir um meio de propagação, uma linguagem comum aos sujeitos que se relacionam. A linguagem significativa é uma condição para a viabilidade desse processo de conhecimento. A linguagem é composta de signos e significações comuns a uma sociedade determinada. Trata-se de uma mediação tão múltipla e diversificada quanto a complexidade do mundo que

a comporta.

Afirma Luria (1991, p.77) que a linguagem é uma criação do trabalho social humano, argumentando que “o surgimento da linguagem é a segunda condição que leva à formação da atividade consciente de estrutura complexa no homem”. Assinala ainda o mesmo autor que “costuma-se entender por linguagem um sistema de códigos por meio dos quais são designados os objetos do mundo exterior, suas ações, qualidades, relações entre eles, etc.” As relações sociais produtivas de certa forma explicam que “... as condições que originaram o fenômeno devem ser procuradas nas relações sociais do trabalho cujos primórdios de surgimento remontam ao período de transição da História natural à História humana” (LURIA, 1991, p. 79).

Para Vygotsky (2007), na relação entre linguagem e cognição, a significação é o que une linguagem e pensamento. O pensamento não é somente mediado externamente pelos signos, mas é mediado internamente pelos sentidos. É preciso considerar que, quando Vygotsky relaciona pensamento e linguagem, ele está se referindo a uma forma de pensamento mediado e impregnado de linguagem e sentido, que garante a relação entre linguagem e pensamento. A linguagem representa a faculdade de simbolizar. O pensamento não é um simples reflexo do mundo. Ele classifica a realidade e, nessa função organizadora, está tão estreitamente associado à linguagem que podemos ser tentados a identificar pensamento e linguagem.

Caio Prado Junior (1963) argumenta que o ser humano muitas vezes tem dificuldade em encontrar as palavras que deseja para se expressar, embora tenha um pensamento a respeito daquilo sobre o que deseja se manifestar.

E uma análise mais atenta mostra que nunca é sob a forma de linguagem que o pensamento se manifesta originalmente, e que ele se encontra permanentemente como que em busca de expressão verbal adequada e capaz de exprimi-lo convenientemente. (PRADO JUNIOR, 1963, p.139).

Seguindo o modelo da Representação Gráfica do Conhecimento Dialético, adicionam-se outras categorias que se imbricam no processo de aprendizagem e construção do conhecimento: as Funções Mentais Superiores: o conjunto das operações cognitivas que se processam materialmente na formação do pensamento consciente.

Luria (1991) afirma que a atividade consciente do homem não está

obrigatoriamente ligada a motivos biológicos. Ao contrário, a atividade do homem é regida por complexas necessidades, frequentemente chamadas de “superiores” ou “intelectuais”. São as necessidades cognitivas que incentivam o homem à aquisição de novos conhecimentos. Diferente do comportamento animal, o homem pode meditar sobre as condições do meio, pode superar a impressão imediata, penetrar nas conexões e dependências dos fenômenos, conhecer as determinações dos acontecimentos e interpretá-los, tomar como orientação, não impressões exteriores, porém as mais profundas leis do universo. O comportamento humano é produtor de um mundo social e cultural.

O ser humano carrega o potencial de assimilar a experiência acumulada de toda a humanidade. Com essa afirmação não se nega o fato de tratar-se de uma capacidade em latência, que pode vir a se realizar se as condições materiais para a realização do ato de conhecer assim o permitirem. A educação humana formalizada nas instituições escolares no capitalismo é excludente, mercantilizada e elitista, o acesso ao conhecimento científico integral e humanístico é negado à maioria da classe trabalhadora. O que sobra, do imenso conjunto de saberes acumulados pela humanidade, aos desprovidos de capital, restringe-se a uma mera transferência de conhecimentos técnicos e operacionais.

O ser humano tem a capacidade de assimilar a experiência de toda a humanidade - os conhecimentos e habilidades do homem se forma por meio da assimilação da experiência de toda a humanidade, acumulada no processo da História social. (LURIA, 1991, p.73).

Os estudos psicológicos de base materialista dialética são uníssonos ao afirmar que a formação da psique humana deve ser procurada nas relações sociais, nas condições de vida historicamente formadas, no trabalho e na práxis humana.

Quanto à capacidade de assimilação ou relativamente ao potencial de resolução de problemas complexos pelas Funções Mentais Superiores, os estudos de Luria (1991) revelam que não existe diferença no potencial cognitivo de um trabalhador manual ou de um cientista que exerça uma complexa atividade intelectual.

O pensamento de um construtor, que resolve uma tarefa prática de construção, processa-se com a mesma orientação interna na condição da tarefa, com a mesma discriminação dos componentes mais importantes e construção do plano (estratégia) de ação que o pensamento de um físico ou lógico que resolve uma complexa tarefa abstrata. (LURIA, 1991, p. 8)

As sensações e percepções são a fonte básica dos conhecimentos concernentes ao mundo exterior e ao nosso próprio corpo. Elas representam os principais canais por onde a informação relativa aos fenômenos do mundo exterior fluem para o cérebro. Sem esses canais provenientes dos mecanismos perceptivos nenhuma atividade consciente seria possível. As sensações, por sua vez, não são processos passivos, modificam-se no ato sensitivo. Os sentidos se apuram com a interação com o meio, aperfeiçoam-se na práxis humana. A emissão vocal pode ser configurada e elevada para emitir as mais lindas melodias, o paladar pode ser educado para distinguir os mais tênues matizes de sabor, o olhar humano treinado pode distinguir detalhes imperceptíveis.

Os sentidos são guiados pela atenção, função mental seletiva, que imprime foco às percepções, permitindo incluir ou excluir o que deve ser retido ou descartado do armazenamento. É a atenção que permite o aprendizado e a ação consciente humana. Os critérios que determinam a atenção são múltiplos, flexíveis e expressam o arcabouço cultural e teleológico do ser cognoscente.

Outra função mental superior enunciada por Luria (1991, p. 39) é a Memória, entendida como “o registro, a conservação e a reprodução dos vestígios da experiência anterior, registro esse que dá ao homem a possibilidade de acumular informação e operar com os vestígios da experiência anterior [...]”. Esclarece ainda o pesquisador soviético que os processos mnemônicos podem se situar tanto no campo das emoções quanto no campo das percepções, ao reforço dos processos motores e da experiência intelectual. “Todo o reforço dos conhecimentos e habilidades e a capacidade de aproveitá-los pertencem à área da memória” (LURIA, 1991, p. 39).

Sabe-se que, a partir das investigações sobre o processo da formação de conceitos, um conceito é mais do que a soma de certos vínculos associativos formados pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um ato real e complexo de pensamento que não pode ser aprendido por meio de simples memorização, só podendo ser realizado quando o próprio desenvolvimento mental da criança já houver atingido o seu nível mais elevado. A investigação nos ensina que, em qualquer nível do seu desenvolvimento, o conceito é, em termos psicológicos, um ato de generalização. O resultado mais importante de todas as investigações nesse campo é a tese solidamente estabelecida segundo a qual os conceitos psicologicamente concebidos evoluem como significados das palavras. (VYGOTSKY, 2007, p. 246)

O esquecimento, a antítese da lembrança, é a outra face do processo mental

da retenção de conhecimentos. A permanência ou a impermanência, a facilidade em recuperar uma determinada informação anteriormente assimilada está diretamente ligada à importância valorativa para o sujeito que aprende.

A relação da linguagem com as funções mentais superiores, — entendidas aqui como o conjunto de operações cognitivas que possibilitam a produção e o armazenamento do ato de pensar —, é complexa, e não existem estudos científicos definitivos que abarquem sequer uma parte significativa da totalidade. A ciência que busca se aproximar, tendo como objeto de estudo a psique humana, é a Psicologia. A importância da Psicologia para a Dialética Materialista é reconhecida por Henri Wallon (1942) na medida que ela é a disciplina do conhecimento científico que pode transpor as amarras do materialismo mecanicista ou as etéreas ideias revelada pela metafísica idealista.

Assim, a Psicologia às vezes é classificada como um subproduto da Biologia e às vezes como a antessala das ciências humanas. Para muitos, a diferença de natureza entre a Biologia e as ciências humanas parece criar um abismo intransponível entre elas. Por causa deste seu caráter ostensivamente híbrido, a Psicologia é considerada frequentemente como sendo de valor científico desprezível. Mas porque pode unir dois domínios que as metafísicas reacionárias ainda mantêm opostos, a Psicologia se reveste de uma relevância extrema para a dialética. (WALLON, 1942, online)

As categorias Contradição, Saltos (qualitativos e quantitativos) e o Concreto Pensado integram as Funções Mentais Superiores e constituem o ato de pensar.

É importante assinalar que a totalidade do conhecimento é coletiva, visto que o elemento humano é um ser social, constrói cumulativamente a produção teórica e os conhecimentos tecnológicos. A totalidade do conhecimento acumulado pela humanidade tende sempre a ser apropriado pela classe dominante, ainda que uma parcela de conhecimentos possa estar disponível por razões de interesse político ou econômico dos donos do poder. Isto implica que a práxis do aprendizado, na sociedade capitalista, encerra mais uma contradição: a acumulação coletiva do conhecimento pela humanidade e a apropriação privada, bem como a transformação do conhecimento em mercadoria pelos detentores do capital. Não se pode ainda esquecer que, devido às condições objetivas de desigualdades entre detentores do capital e o restante da população, em que pese a tendência à apropriação privada, o

conhecimento constitui-se em um bem social em disputa, um jogo em aberto que, — espera-se —, tenha por vencedores os trabalhadores.

6.6. Conhecimento, Alienação e Consciência

A discussão antecedente sobre o processo de aprendizagem dos trabalhadores apontou que indissoluvelmente ligados ao ato de conhecer estão as categorias Consciência e Alienação. O significado de alienação, em Marx, segundo Mészáros (2006), é de difícil compreensão por um série de razões. Em primeiro lugar, o texto, creditado como o primeiro escrito pelo jovem Marx sobre o tema, na época com apenas 26 anos, está sob a forma de cadernos manuscritos de difícil leitura. Em segundo lugar, os escritos de 1844 só tiveram sua publicação realizada pela primeira vez em 1932, por pesquisadores da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e revelaram certa ambiguidade na tradução dos conceitos chaves. Só para citar um exemplo, temos o caso dos vocábulos da língua alemã *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräusserung*, conceitos chaves no texto, que possuem diversos significados distintos e que foram traduzidos por duas palavras no texto em português: alienação e estranhamento. A tradução realizada pela Editora Boitempo em 2010 atesta estas dificuldades semânticas. E, somadas a essas limitações, temos ainda a incompletude de algumas passagens, o que acarreta uma abertura maior ainda para as diversas interpretações dos manuscritos.

Na opinião de Mészáros (2006) existe nestes manuscritos de Marx não apenas um único sentido para a alienação no modo de produção capitalista, mas quatro:

Alienação do homem com a natureza, na medida que este se distancia do mundo biológico, material;

Alienação do homem com si próprio;

Alienação do homem com a própria espécie *homo sapiens*, não se reconhecendo como uma espécie integrante da natureza;

Alienação do homem com os outros homens, dentro do plano social.

Quanto à gênese da alienação, em suas raízes mais profundas, além do aspecto econômico relacionado ao trabalho no capitalismo, a alienação está ligada à

formação judaico-cristã da sociedade ocidental. A crença judaica de ser um “povo escolhido por Deus” já assinala uma das primeiras marcas da alienação: a exclusão dos outros povos que não praticam o judaísmo.

É conhecida a passagem bíblica Deuteronômio 14:21 que diz:

Não podereis comer nenhum animal que tenha morrido por si. Vós o dareis a um estrangeiro residente, de qualquer de vossas cidades, e ele, sim, poderá comer tal animal. Podereis também vender o animal encontrado morto a outros forasteiros. Todavia, vós sois o povo consagrado a Yahweh, o vosso Deus. BIBLIA (online20).

No mundo cristão, ainda segundo os estudos de Mészáros (2006), Marx vai destacar em outro trabalho – A questão do Judaísmo – a relação da fé cristã na formação desta alienação primitiva no credo do “Pecado Original”, em que o homem já nasce alienado com o seu Deus e através da religião e Cristo se religará com ele.

Nos primórdios do capitalismo, na sua ruptura com o velho modo de produção feudal, a burguesia teve que lutar contra a alienação e quebrar os vínculos de sujeição que a vassalagem tinha com seus senhores. O “espírito do capitalismo” expressa o desejo de libertar todas as amarras ao desenvolvimento do capital, quando lhe convém, grita bem alto a palavra de ordem “igualdade” mesmo que simultaneamente negue-a à imensa maioria dos trabalhadores.

A propriedade privada, na forma capitalista, é um dos requisitos para a alienação, uma vez que só é possível alienar aquilo que tiver um proprietário com liberdade para dispor dela. A coisa tem que ser privada e livre para ser transferida, liberta para ser posta à disposição do mercado.

Mészáros (2006), aponta que, para Marx, três questões são mediações de segunda ordem — mediações de mediações — que determinam a alienação humana no capitalismo e que precisam ser superadas para a realização plena do homem.

A Propriedade Privada;

O Mercado — na forma de intercambio capitalista;

Trabalho Assalariado — exercido por um trabalhador reificado.

²⁰ Bíblia Sagrada Online - disponível em <https://bibliaportugues.com/deuteronomy/14-21.htm> acesso 7/5/2019.

São mediações de segunda ordem, porque é impossível negar a própria mediação: toda história humana só foi possível mediada pelo trabalho na sua relação da natureza. Nas palavras de Marx (1978, p.114) “...toda assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem...”.

Aqui pois temos uma aparente contradição que pode confundir o leitor: como pode o trabalho alienar e libertar ao mesmo tempo? O trabalho com o sentido de atividade produtiva, produtor de valores de uso, a ação que cria o mundo humano a partir do mundo material e humano, é libertador — uma mediação que engendrou o próprio homem, sua cultura e os meios de sua existência. De outra sorte, a mediação desta mediação, realizada sob a égide do capital, que toma a forma de uma captura da consciência pelo capitalista, é embrutecedora e alienante. Faz o trabalhador pensar não sobre a sua lógica, seu próprio sentido de existência, mas do outro — o dono do capital e sua lógica, embriagada pela ânsia do lucro a qualquer preço.

Na ótica de Mészáros (2006) ocorre uma dupla alienação, um processo de alienação caracterizada por uma inter-relação estrutural, tendo como polos a Natureza e o Homem. O homem se separa da natureza, se aliena dela e, ao mesmo tempo, o homem vai se estranhando em relação aos outros homens, em um processo que leva a um isolamento dos seres humanos e a sua descaracterização enquanto seres da natureza.

Destaca-se outra reflexão sobre o texto de Marx, também conhecido como Manuscritos de Paris, e que contribui, significativamente, sobre as questões da consciência, a alienação e sua relação com o conhecimento. É o trabalho de Leôncio Basbaum, médico e professor brasileiro, militante das lutas populares, que colaborou não só com a sua leitura particular de Marx sobre o tema, mas apresentou diversos conceitos próprios, relacionados com as categorias em questão.

Basbaum (1977) afirma que, para Marx, a alienação é a perda da consciência de si e a submissão ao objeto. O sujeito passa a pertencer ao objeto e acaba por se converter em objeto, efetivando a reificação humana. A psiquiatria concebe a alienação como uma patologia que leva à perda da identidade pessoal e ao isolamento do mundo. Já na filosofia de Hegel o próprio ser humano está ligado a ter a consciência de si.

Em uma primeira aproximação pode-se dizer que alienação é uma relação entre o homem e objetos ou coisas que estão exteriores ao homem. Três seriam os estados do homem em relação a sua consciência:

O Ser em si – aquele que é, existe;

O Ser para o outro – aquele que é apenas para o outro – alienado;

Ser para si – o homem liberto, auto consciente, pleno em sua autonomia.

Na opinião de Basbaum (1977) a Alienação (absoluta ausência de uma Consciência própria) ou mesmo a Consciência Completa não existiriam. Como produto de interações com o mundo real a Alienação é parcial, incompleta, apática e massificada. Assim como a Consciência, mesmo crítica, carrega as limitações do mundo real.

No plano econômico destaca, com base em Marx, que a atividade humana produtiva denominada “trabalho”²¹ é fonte de alienação. A atividade humana voltada exclusivamente para o mercado, centrada no valor de troca, objetivada, acaba por valorizar as coisas e desvalorizar o humano. O ser humano deixa de produzir para si e produz para e com a máquina ou processo de automação. Um trabalho que resulta em embrutecimento do ser, na desumanização do sujeito, a tal ponto que o transforma em objeto.

Isto não ocorre apenas com o trabalhador, mas segundo Basbaum (1977), com o próprio dono das máquinas, o detentor dos meios de produção. O processo produtivo acaba por ser um fim em si mesmo e ambos, trabalhador e capitalista, acabam por se fundirem às engrenagens da produção, constituindo-se em peças da “máquina que gera capital”. A dinheiro perde a função primitiva de equivalente universal das mercadorias e converte-se em objeto a ser possuído. A propriedade acaba privando o ser humano de sua própria consciência. O dono vive para a propriedade: é objeto do objeto.

A ideologia, na Formação Social Capitalista, tem uma função instrumental: homogeneizar os indivíduos, fazendo de todos a “imagem e semelhança do capital”. Tem como meta a criação de um rebanho de trabalhadores e trabalhadoras, indistintos

²¹ Destaca-se esta questão porque em Basbaum (1982) propõem o uso dos termos “labor”, produtor de valor de uso, para diferenciar “trabalho” — produtor de valor de troca, típico da formação social capitalista, e alienado.

e acéfalos que trabalham para existir: vivem para sobreviver.

A ciência do capital também não foge deste imperativo existencial: despedaçar, instrumentalizar o conhecimento e colocá-lo a serviço do lucro. Diante disso, afirma Basbaum (1977, p. 62), “Se a Ciência fragmentou o homem, só a Filosofia pode recompô-lo”.

Esse é o papel do Materialismo Dialético, a lógica da destruição e da reconstrução do novo. Uma Filosofia que não mais se contenta em contemplar o mundo ou iludir as mentes com abstrações metafísicas, ao contrário, busca o real, funde-se com ele, abraça-o em sua totalidade, penetra em suas contradições e forja uma nova consciência humana, livre e transformadora.

6.7. Educação, trabalho e liberdade

Não é possível falar em Conhecimento e Aprendizagem sem lembrar do mestre dos mestres, Paulo Freire, conhecido pela sua vasta obra sobre Educação, Política e Ética. Seus temas de estudo cortam transversalmente diversos assuntos: a questão do ensino, da aprendizagem, do processo de conhecer-ensinar-aprender, da autoridade, da liberdade, da leitura e da escrita, as virtudes de quem educa, a identidade de quem aprende e as relações que se constroem nos processos educacionais. A sua concepção de aprendizado tem gênese na sua postura epistemológica que concebe o compreender o mundo como uma totalidade, onde estão presentes os objetos materiais e os criados pelo homem, o estético — “a boniteza” — o científico, o popular e o senso comum.

Moretti (2014, p. 210) aponta algumas reflexões que entende ser Mediação Pedagógica presentes na obra Pedagogia do Oprimido, livro esse que se tornou uma referência mundial em educação popular.

A reflexão do oprimido sobre a sua própria opressão;

As palavras geradoras como método de formação e investigação sobre o mundo;

A importância do diálogo problematizador para a leitura do mundo;

A práxis como inserção crítica na realidade.

Para Freire o “Compreender” tem a marca da transitoriedade, do movimento, do devir, do processo histórico que produz um ser humano capaz de produzir-se e modificar a sua condição de existência. Afirma explicitamente, o patrono da educação brasileira:

E é exatamente porque somos programados, mas não determinados, somos condicionados, mas, ao mesmo tempo, conscientes do condicionamento, é que nos tornamos aptos a lutar pela liberdade como processo e não como ponto de chegada. (FREIRE, 1997, p. 63)

A liberdade é a superação das desigualdades e opressões, afirmar negando, contestar o injusto, questionar o opressor e superar o alienante.

Não existe uma forma certa de ensinar nem de aprender, o ato de ensinar é uma ação múltipla. Não existe apenas ensinante e aprendiz, mas ambos, e um mundo rico de conteúdo e emoções que envolvem a todos. Educar é uma relação social que só se realiza mediada pelo outro e pelo mundo.

Não existe um modelo de educação nem um método fechado de aprender ou ensinar: todas as possibilidades estão abertas para o ser consciente no mundo.

Não simplificar o complexo, atuar com o máximo de consciência de nossas ações e intensões, seguir uma via de aproximação contínua com o que se pretende conhecer: avaliar, refletir e tomar posição, talvez seja o caminho mais seguro para o ato educativo consciente e transformador.

A pesquisa acabou por revelar que os trabalhadores agem ou reagem mediados pelo mundo que os cerca e impulsionados pela absoluta necessidade de sobrevivência. Mesmo que muitos afirmem que é uma “escolha”, que estão em condições melhores de prover o seu sustento com mais dignidade na praça do que em uma empresa, sob a supervisão de um chefe, isto é uma meia verdade. O discurso da “liberdade de opção” é uma forma de defesa psicológica, um alento que encontram para, na comparação com uma situação hipotética de opressão e exploração, se sentirem livres. No fundo sabem que se não trabalharem não ganham, e se adoecerem, certamente, enfrentarão severas privações.

O aprendizado, limitado a como obter a mercadoria e transformá-la em meio de subsistência, é um conteúdo de fácil absorção. As receitas que utilizam os

trabalhadores das barracas de alimentação são simples, muitas delas já faziam parte do seu cotidiano doméstico: fritar pasteis e preparar sanduíches. A venda de produtos industrializados, tal como o fazem os camelôs, é uma atividade elementar, não requer muito tempo de aprendizado ou formação escolar formal. Uma vez alfabetizado e em condições de lidar com operações matemáticas elementares, todos têm condições de estender um pano e alocar sobre ele os objetos que podem ser comercializados.

O estudo demonstrou que mesmo aqueles que acreditam que aprenderam sozinhos, na realidade aprenderam mediados pelo mundo e pelos outros. Significa que não nasceram com os conhecimentos e competências de que dispõem hoje. Não são habilidades inatas, ao contrário, foram conhecimentos construídos por observação, por experimentação, na maioria, pela tentativa e erro.

É comum a compra de mercadorias que “encalham”, matéria prima que perde validade ou se deteriora por ter curta duração (verduras por exemplo). Os trabalhadores tem de arcar com o prejuízo. É difícil e às vezes impossível lidar com o imponderável. Como saber qual o número de compradores que comparecerão em seus comércios? Como evitar que um produto saia de “moda”, que perca o apelo emocional, e acabe por sobrar em estoque a tal ponto que preço algum fará com que seja comprado?

O conhecimento utilizado estritamente para o trabalho, os saberes necessários para as atividades práticas estão muito próximos do senso comum. A transmissão desses saberes, não formalizados ou sistematizados, ocorre às vezes até por uma espécie de osmose: o contato com os outros comerciantes e produtores. As informações advindas de revistas tais como a “Pequenos Negócios” ou programas produzidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, na maioria, não podem ser aplicadas, seja pela absoluta falta de condições de investimento ou pela limitada capacidade de obterem crédito, pois não dispõem de “garantias” para capital financeiro.

Mesmo a linguagem, o discurso técnico, termos muito usados na fala dos consultores e administradores, termos estrangeiros ou com significados precisos, tais como: *markup*, missão, metas, *marketing*, *pdca*, *balanced score card*, indicadores, *swot*, entre outras, são barreiras intransponíveis para o trabalhador sem formação acadêmica formal. A Gestão de organizações é uma atividade técnica e exige capacitação. Maximizar os resultados a serem obtidos no mercado pode ser

aprendido, mas não sem um processo didático facilitador, na maioria das vezes, inacessível pela falta de efetiva políticas públicas neste sentido.

Percebeu-se pelos diálogos e pelas entrevistas que os sujeitos desta pesquisa têm um conhecimento eminentemente prático, nem por isso menos importante, suficiente para a obtenção de seus meios de sobrevivência, mas estão longe de uma formação sequer iluminada pelo arcabouço teórico da lógica formal.

A consciência crítica, a capacidade de racionalizar e de perceber o mundo nas suas relações e contradições, de entender o funcionamento da lógica capitalista e do impacto dos aparelhos ideológicos do Estado burguês e as causas da sua alienação estão ainda adormecidas. Os efeitos perversos do capital, certamente, estão sendo sentidos, mas a teoria necessária para superar a realidade concreta e construir novas relações econômicas e sociais, na qual deixem de ser coadjuvantes e passem a ser protagonistas de suas existências, está por ser conquistada. Oxalá, que esse momento chegue antes que a burguesia conduza à extinção toda a humanidade.

Cabe ressaltar a contribuição desta tese para uma sistematização inédita da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras da praça central, bem como da história do município de Alvorada que poderá se constituir em possível publicação a ser disponibilizada à municipalidade.

Por fim não é possível deixar de assinalar que o pesquisador não passou incólume por todo este processo de pesquisa. O contato com as pessoas na praça, o debate com o orientador, o exame e reexame da literatura, muitas vezes buscando as fontes das fontes, inevitavelmente deixam marcas. É um processo de construção de conhecimento no qual tanto o pesquisador como os pesquisados, certamente, transformam-se.

Ficam dúvidas, certezas abaladas, abrem-se novos horizontes de conhecimentos e, sobretudo, fica reforçada a vontade de mudar, de transgredir e de transformar esta ordem de coisas injustas que se desvelara ao longo dessa caminhada do aprendizado.

7 CONCLUSÕES

Ao término do percurso de produção dessa tese, e autotransformação enquanto pesquisador, é o momento de refletir sobre o processo, as inquietações que originaram o trabalho, os questionamentos que surgiram na caminhada, no longo e produtivo processo de construir a presente tese, bem como de ressaltar os resultados que apareceram pelas mediações entre as observações, entrevistas, leituras realizadas e a teorização suscitada no processo.

A questão colocada desde o início, fato gerador deste trabalho científico, é como ocorre o aprendizado para o trabalho de pessoas que realizavam suas atividades comerciais diretamente em uma praça, tema esse que foi delimitado, por razões relacionadas a oportunidade, acesso, tempo e custos a um único município, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul: a cidade de Alvorada.

Contribuiu, efetivamente, para a escolha deste locus para a pesquisa, o fato de as condições econômicas e sociais de Alvorada serem expressivas e exemplificadoras: a cidade se constitui em um aglomerado urbano de quase 200 mil pessoas; um produto interno municipal baixo (penúltima colocação entre os municípios gaúchos); ocupa a quarta posição entre os piores IDHM do Rio Grande do Sul; é a trigésima cidade mais violenta do Brasil e a quarta colocada no Estado; tem uma infraestrutura urbana precária, resultado do crescimento desordenado e da especulação imobiliária; tem um número reduzido de empresas locais. Alvorada, portanto, reproduz a realidade de outras centenas de municípios brasileiros e de cidades periféricas dos países igualmente colonizados.

O segundo recorte seguido foi a determinação de estudar trabalhadores e trabalhadoras situados fora do mercado de trabalho formal que expressassem uma realidade comum aos grandes centros urbanos, o que resultou na opção de pesquisa entre os comerciantes de rua, no caso, localizados na praça central da cidade.

Definido os sujeitos da pesquisa, o principal trabalho executado pelo pesquisador foi apropriar-se do máximo possível da produção teórica existente, tanto relativo a trabalhos acadêmicos, quanto à produção bibliográfica. Nesta fase, duas foram as categorias investigadas: o trabalho e a aprendizagem. Resultado esse que

é possível verificar na leitura dos capítulos quatro e cinco.

Ao lado da escavação, em busca da produção teórica sobre o aprendizado, somou-se uma outra investigação, que foi adquirir o Método e os Procedimentos necessários para que a questão levantada fosse elucidada, tendo presente os valores e convicções políticas deste pesquisador – a construção de uma nova sociedade, igualitária, sem explorados e opressores. O materialismo histórico e dialético mostrou-se a abordagem mais coerente com a proposta, e os procedimentos, seguiram o método escolhido.

A geração de condições favoráveis para a coleta dos dados em um clima de camaradagem e até com um certo orgulho dos comerciantes por estarem sendo observados e valorizados em uma pesquisa facilitou e enriqueceu o escopo inicial da pesquisa.

Concluídas as gravações das entrevistas, antecedida de muitas conversas não gravadas e de diversas observações efetuadas em dias e horários alternados, foi realizada a reunião deste conjunto de observações, sob a forma de mapas mentais, anotações e rascunhos que formaram a base bruta, o corpus da pesquisa. Fique aqui registrada a imensa paciência do orientador em receber fragmentos e mais fragmentos da construção teórica que ia tomando forma com cada crítica, generosamente oferecida.

Para uma explicitação do perfil dos participantes foram extraídas informações na fase exploratória da pesquisa, o que resultou nos seguintes dados: estes trabalhadores tinham uma jornada de trabalho média de 11 horas; conseguiam auferir renda familiar suficiente para o sustento próprio e de suas famílias; 92,5% já tinha trabalhado em algum emprego formal; não existe uma diferença substancial no número de mulheres (42%) em relação ao de homens (58%) – embora se saiba que as trabalhadoras sofrem o peso da jornada dupla; a maioria são brancos (75%) enquanto negros e pardos somam 25% do total da amostra; têm idades que variam entre 25 e mais de 60 anos, ainda que os idosos sejam apenas 17%; e finalmente, não estudaram, em média, mais do que 9 anos consecutivos no ensino formal e nenhum concluiu o ensino superior.

No difícil processo de caracterização quanto ao tipo de vínculo que se estabelece entre eles, trabalho autônomo ou associado, observou-se que, por mais

inusitado que pareça, existe a ocorrência simultânea das duas condições: a) todos os trabalhadores possuem o alvará de autônomos e o registro no órgão municipal de fiscalização – a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Alvorada; b) e, ao mesmo tempo, por uma necessidade de acesso à energia elétrica, tiveram de se vincular a uma pessoa jurídica (associações ou cooperativa) para que pudessem obter o fornecimento de que careciam. Resultado: na ocasião da pesquisa foi observada a existência de organizações associativas “de fachada”, ou seja, sem uma vida orgânica efetiva dessas entidades. Quando questionados em relação à possibilidade de eles realizarem um trabalho coletivo, conjunto e cooperativo, a opinião praticamente unânime foi a de que seria muito difícil, em função do individualismo e da desunião que prevalece, principalmente ocasionada pelas disputas pelos mesmos clientes e pela venda de mercadorias similares.

A resposta à questão relativa ao aprendizado para o trabalho, — resposta provisória —, pronunciada na voz dos entrevistados, foi a de que tinham aprendido sozinhos, sem nenhum auxílio. Alguns trabalhadores até admitiram que certos programas vistos na televisão eram “muito instrutivos” e que ministravam dicas importantes para seus negócios.

Coletado o material teórico e empírico, a pesquisa seguiu para a dura e exaustiva fase de crítica dos dados, da reunião das observações, falas e teorias, da síntese destrutiva das aparências e do mergulho na complexidade das determinações, suas contradições e movimento.

Uma vez identificado um conjunto razoavelmente robusto de determinações sobre o município e a vida dos trabalhadores, — informações estatísticas, exame da legislação existente, jornais e material bibliográfico, presentes nos capítulos 2 e 3 —, o problema seguinte foi reunir o máximo de conhecimentos teóricos sobre o trabalho, especificamente na Formação Social Capitalista.

A construção teórica, sobre a formação do capital e seu modo de existência, presente na gigantesca obra de Marx e Engels, enriquecida por um expressivo número de contribuições de autores “marxistas”, em especial o trabalho do geógrafo britânico David Harvey (2016) possibilitou traçar um grande esboço de como o capital se apresenta hoje e da apavorante perspectiva de catastrófica implosão, levando consigo o planeta Terra e toda vida existente. Em uma brevíssima síntese, pode-se concluir que, entre outras, o capitalismo possui a seguinte dezena de tenebrosas

características e que o trabalho é a categoria central que permite conhecer a forma de acumulação do capital, no atual estágio:

- Alijar o trabalhador dos meios de produção e subsistência.
- Separar o homem da natureza.
- Extrair continuamente mais valor.
- Mercantilização de todos os bens da vida.
- Fazer crer que "é Moral e Legítimo tudo o que produz Lucro".
- Aumentar a desigualdade e a concentração de renda e oportunidades.
- Privatização — poucos possuem aquilo que deveria ser de todos.
- Estranhamento do homem com o produto de seu trabalho — alienação.
- Reificação humana —desumanização.
- Destruição da diversidade biológica e cultural.

Quanto ao aprendizado, ele é entendido aqui como o processo de apropriação de conhecimentos e construção de habilidades que permitem a práxis no mundo em um dado período historicamente determinado²², delimitado em um espaço geográfico específico, dentro de uma formação social dada, sob um modo de produção definido e dialeticamente ligado a uma totalidade que incorpora inumeráveis elementos de ordem: social, política, jurídica, ideológica, psicológica e valorativa.

Ao contrário do que o senso comum aponta — aprendizado solitário de cada trabalhador — o aprendizado do trabalho não é resultado apenas do esforço individual nem é um acúmulo de conhecimentos obtidos por observação na atividade prática do comércio. O aprendizado dos trabalhadores na praça é, paradoxalmente, individual e coletivo, intencional e não intencional, uma vontade e uma exigência, uma opção e uma circunstância, ímpar e tão comum. Fruto das contradições das relações de trabalho atuais no modo de produção capitalista globalizado, o comércio de rua formal ou informal, em praças e calçadas, em países periféricos e colonizados, assume a condição dupla de ser um ponto de distribuição das grandes indústrias e ponta

²² Do alemão *bestimmen* - sentido de delimitar, demarcar - as características da coisa. O marxismo foi incansavelmente atacado, injustamente, atribuindo a tradução deste verbo o sentido de determinidade - fatalidade.

avançada dos grandes varejistas internacionais e, ao mesmo tempo, ser uma das poucas formas que restam de sobrevivência de trabalhadores aliados do mercado formal.

Não é uma forma de trabalho atípica, anômala e alheia ao modo de produção e circulação capitalista. Ao contrário, em cada esquina de uma grande ou média cidade prolifera este tipo de comércio, com uma forma muito semelhante, seja por desempregados, por pessoas que nunca conseguiram um emprego formal ou imigrantes expulsos de seus países pelas sangrentas engrenagens do capital: guerras, fome, miséria ou destruição. É um tipo de atividade soldada na cadeia de distribuição internacional que se soma à produção em países satélites de mercadorias de baixo custo e, a custo de mão de obra vil, explora os trabalhadores e, ao mesmo tempo, procura acomodar a pressão gigantesca das massas famintas e sem perspectiva de trabalho formal. É uma alternativa de sobrevivência e, ao mesmo tempo, uma das mais desprestigiadas atividades de labuta.

O trabalho dos comerciantes da praça se revelou como um *locus* de embate e disputa, um segmento importante para os políticos burgueses na busca do voto e um aborrecimento, para eles, junto ao empresariado local, que os deprecia e quer sua liquidação.

O comércio, seja na rua ou praças, é um aprendizado que gera conhecimentos, utilitários e teóricos, tem uma importância social considerável, e um papel econômico significativo. É um aprendizado que exige competências e habilidades específicas e técnicas e, ao mesmo tempo, é uma atividade na qual não é oferecida, pelo poder público, qualquer capacitação ou apoio para alcançá-la.

É o aprendizado de um conhecimento obtido apenas superficialmente, mesmo com auxílio técnico ou obtido através da experiência. A técnica comercial é apenas a capa visível das relações econômicas e sociais, ocultas pela lógica das aparências.

A investigação teórica ocorre dentro dos campos da Filosofia do Conhecimento e da Psicologia do Aprendizado, tendo como fio condutor o Materialismo Dialético e a Psicologia Histórico Crítica, do que resultou a reunião de um conjunto articulado de categorias que permite, aos pesquisadores, seguirem neste caminho investigativo a partir de um construto de conhecimentos solidamente referenciados que podem ser aprofundados em trabalhos posteriores.

O exame da Representação Gráfica do Conhecimento Dialético, procurando enriquecer os modelos existentes, é outra contribuição, ainda que modesta e limitada, que pode sugerir uma nova base para as pesquisas subsequentes.

E a inquietação originária desta pesquisa: como se realiza o aprendizado? De acordo com o estudo realizado, conclui-se, relativamente ao aprendizado de trabalhadores em sua atividade de comércio na praça central de Alvorada, que a aquisição desses saberes se dá mediada pelo mundo, na própria luta cotidiana pela existência de sujeitos mergulhados nas profundas contradições que afloram do contexto excludente do mercado capitalista.

O prosseguimento desta pesquisa pode ser vislumbrado em vários outros pontos de investigação, seja no plano de contribuição ao ensino formal na trajetória de aprendizado para o trabalho dos ambulantes, seja no desenho de suas experiências de vida. No plano teórico, fica a lacuna sobre as contribuições de Gramsci para a Dialética do Conhecimento, além de outras relações entre trabalho e educação.

Infelizmente o tempo e os recursos são limitadores que cerceiam o processo de construção do conhecimento, mas fica aqui assinalado que o conteúdo aqui apresentado representa apenas um pequeno ladrilho colocado neste vasto campo de pesquisa que é a Dialética do Conhecimento e suas contribuições para a Educação.

Para os trabalhadores e trabalhadoras da praça, fica o desafio da ação consciente e imperativa de potencializarem a práxis do aprendizado em sua relação com as múltiplas determinações da realidade concreta; o esforço no sentido de adquirirem uma visão crítica do mundo que seja capaz de superar os limites da alienação e da resignação à realidade impostas pelo capital.

Os trabalhadores participantes da pesquisa, até o momento, não tomaram consciência ou não descobriram o sentido que poderia ter para eles o conhecimento crítico da sociedade em que vivem. Esse aspecto pode ser de fundamental importância para ampliar as possibilidades de apropriação de conhecimentos socialmente úteis, que possam hoje atender a grande parte da população que vive do seu trabalho e luta para alcançar o sonho de conquistar uma vida melhor para todos, em todo o mundo.

8 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**. Aparecida- SP: Ideias & Letras. 2010.

ADAMS, Telmo.; MORETTI, Cheron Zenini.; STRECK , Danilo Romeu. **Pesquisa-
educação: mediações para a transformação social**. Curitiba: Appris. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ªed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2000.

ARCARY, Valerio. **Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na História**, s.d.Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo8915Arcary.pdf.
Acesso em: 26/3/2019.

AZEVEDO, José Clóvis de; REIS, Jonas Tarcísio. **Ensino médio**: políticas e práticas. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2016.

AZEVEDO, P. R. **Passageiros da ilegalidade**. A História de uma luta pela moradia. Cascavel: Ed. Unioeste, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Raizes de Alvorada**. Memória, História e Pertencimento. Porto Alegre: Edições EST, 2006.

BASBAUM, Leôncio. **Alienação e Humanismo**. São Paulo: Símbolo, 1977.

BASBAUM, Leôncio. **História e Consciência Social**. São Paulo: Global editora, 1982.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho**: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1889 a 1920). Teses apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. 2005.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 6º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BROHM, Jean-Marie. **O que é dialética**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979.

CARCANHOLO, M. & AMARAL, M. **Acumulação capitalista e exército industrial**. Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008. Editora UFPR .

CEDI. **Onze de abril: o dia da audácia : a ocupação do conjunto residencial Onze de abril, pelos trabalhadores sem teto, em Alvorada-RS.** / Emílio...et al. — Rio de Janeiro : CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética materialista categorias e leis da dialética.** São Paulo: Alfa-omega, 1982.

CLICRBS. Jornal Online da Rede Brasil Sul de Telecomunicações, edição de 18/07/2018. Em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2018/07/com-queda-no-mercado-interno-industria-calcadista-agoniza-no-rio-grande-do-sul-cijtbyw1x001701qc3ak2m7tn.html>. Acesso em 08/01/2019.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da Língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco. 1986.

[A] DIFERENÇA ENTRE PREÇO E VALOR - **Warren Buffet - Aprenda Investimentos** em <https://www.youtube.com/watch?v=k58j-CHBaHM> acesso em 01/04/2019.

DUSSEL, E. **Filosofia da libertação.** Trad. de Luiz João Gaio, São Paulo: Loyola, 1986. P.35

ENGELS, F. **Anti-During.** Rio de Janeiro, Brazil: Paz e Terra, 1976.

ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 4, n. 2, p. 131, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9391>>. Acesso em: 27/3/2019.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch.** 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Acesso em: 1/4/2019.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza.** 2ªed. Portugal: Editorial Presença. 1978.

FEE. **PIB dos municípios do RS em 2015: municípios industriais foram os mais afetados em ano de crise.** Em <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/> acesso em 30/10/2015.

FREIRE, Paulo. **Educação com pratica da liberdade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1967.

FREIRE, PAULO. **Professora sim, tia não - cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GORTARI, E. D. **Introducción a la lógica dialectica**. México: Grigalbo, 1979.

LORA. Guillermo Lora - **Marxismo para obreros**. 4. ed. La paz, Bolivia: Ediciones Cda Natalia, 2011.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica I, I.,** Petrópolis: Vozes, 2016.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOUAISS. **Dicionário Online**. São Paulo: UOL. Disponível em www.uol.com.br acesso em 28/03/2016.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A Definição do Concreto em Marx**, 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/03.htm>. Acesso em: 29/3/2019.

INWOOD, M. J.; CABRAL, Á. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JUSBRASIL. **Prefeito de Alvorada é condenado por desrespeitar Lei de Licitações**. disponível em <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/noticias/100555808/ex-prefeito-de-alvorada-condenado-por-desrespeitar-lei-de-licitacoes>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KONDER, Leandro. **Hegel: a razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no séculoXXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KONSTANTINOV, F. V. **Teoria Materialista da História**. Rio de Janeiro: Editora Equipe, 1969.

KOPNIN, Pavel Vassilyevitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1978.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEFRANÇOIS Guy R. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978.

LURIA, A. R. Luria. **Curso de Psicologia Geral** - Introdução Evolucionista à Psicologia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991. Volume I, 2º Edição.

LUXEMBURGO, Rosa. **O Panfleto Junius**, 1915. Disponível em <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1915/junius/ch01.htm> acesso 20/02/2018.

LUXEMBURGO, Rosa. O segundo e o terceiro volumes d'O capital. **Crítica Marxista**, v. 29, p. 135–143, 2009.

MANDEL, Ernest. **O lugar do marxismo na História**. São Paulo: Xamã.2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**, 1859. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>. Acesso em: 31/3/2019.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O capital** [recurso eletrônico- EPUB] - crítica da economia política, Livro I. São Paulo (SP): Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORETTI, Cheron Zenini. **Nosso norte é o sul: colonialidade do conhecimento e a pedagogia da insurgência na América Latina**. Tese de Doutorado em Educação UNISINOS. São Leopoldo. 2014.

MUNDO ESTRANHO. **Por que os vendedores ambulantes são chamados de camelôs**, 2011. Em <http://mundoestranho.abril.com.br/cultura/por-que-os-vendedores-ambulantes-sao-chamados-de-camelos/> acesso em 7/2/2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVACK, George. **A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade**, 1968. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/cap02.htm#ti21>>. Acesso em: 29/3/2019.

NOVACK, George. **Introducción a la Lógica**, 3 ed. Buenos Aires: Ediciones Pluma, s/d.

OSTERMANN, Fernanda; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda. **Teorias de Aprendizagem**. Porto Alegre, Evangraf. UFRGS, 2011.

OXFAM. **Super-ricos estão ficando com quase toda riqueza, às custas de bilhões de pessoas**. Em <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas> acesso em 25/02/2018.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PLATÃO. **Diálogos de Platão** - Teeteto e Crátilo. 3º ed. Editora UFPA, 2001.

PLATKÓVSK, V.; TITARENKO, S. Que é Formação Econômico-Social. **Revista Mensal de Cultura Política** nº 58, jun 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/58/formacao.htm>. Acesso em: 1/4/2019.

PLEKHANOV, George. **O papel do indivíduo na História**. Lisboa, Antídoto, 1977, p.62-63

POSTONE, Moishe. Repensando o capitalismo e seus futuros. Trad. Diogo Labrego de Matos. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas** . ISSN 1981-061X . Ano XI . out./2016 . n. 22. Disponível em: < <http://www.verinotio.org/conteudo/0.8894000881252812.pdf> >. Acesso em: 28/05/2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento**, Tomo I, 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. 2v.

PRADO JUNIOR, Caio. **Teoria marxista do conhecimento**. Discurso — Revista do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo In Discurso, v. 4, n. 4, p. 41–78, 1973.

ROSENTHAL, Mark. **Da teoria marxista do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita, MESQUITA, Liana de Barros (orgs.). **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/UFPE, 2000, p. 29.

SALDARRIAGA DIAZ, JUAN MIGUEL; VELEZ-ZAPATA, CLAUDIA; BETANCUR RAMIREZ, GABRIEL. ESTRATÉGIAS DE MERCADO DE LOS VENDEDORES AMBULANTES. SEMEST. ECON. , MEDELLÍN, V. 19, N. 39, P. 155-171, JUNHO DE 2016. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW.SCIELO.ORG.CO/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0120-63462016000100008&LNG=EN&NRM=ISO>. ACESSO EM 31 DE MAIO DE 2019. HTTP://DX.DOI.ORG/10.22395/SEEC.V19N39A7.SANTOS, M. C. A. DOS. **A lição de Heráclito**. Trans/Form/Ação, v. 13, n. 0, p. 01–09, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731990000100001&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 28/3/2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora : Editora Autores Associados, 1982.

SIERRA, Pelayo García. **Diccionario filosófico**. Manual de materialismo filosófico. Oviedo: Fundación Gustavo Bueno (Biblioteca Filosofía en español). 2000.

SINGER. Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**, 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TELECO. Inteligência em Telecomunicações. 2018. Disponível em <http://www.teleco.com.br/blarga.asp> acesso 08/01/2019.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. REVISTA PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 2, 69-94, jan./jun. 2008.

TROTSKY, Leon. **Uma Oposição Pequeno-Burguesa no Socialist Workers Party**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/12/15_01.htm>. Acesso em: 28/3/2019.

VÁZQUEZ, A. Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VYGOTSKY. Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

VYGOTSKY. Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Lev%20Semenovitch%20Vygotsky-1.pdf>>. Acesso em 5/05/2016.

WALLON, Henri: **Psicologia e Materialismo Dialético**, 1942. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/wallon/1942/mes/psicologia.htm>>. Acesso em: 31/3/2019.

WICKHAM, Chris. **Abordagens Marxistas sobre a idade média: questões e exemplos**. Mare Nostrum, São Paulo, USP, volume 3, 2012. <http://www.fflch.usp.br/dh/leir/marenostrum/marenostrum-v3-2012/marenostrum-v3-2012.html>. Data de acesso: 31/10/2015.

WWF BRASIL. **Saiba mais sobre Mudanças Climáticas**. Disponível Em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/>. Acesso em: 15/2/2019.

9 **APENDICE A - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS**

Entrevista 1 – Jovem Sorveteiro.

P. Teu nome é....

R (omitido)

P. Há quanto tempo trabalha nesta praça?

R. Me criei trabalhando nesta praça. Fomos o primeiro ou segundo churros da Alvorada. Minha avó começou na época que era os camelôs de madeira e ela trabalhava ali na parada com o trailer e começou os churros ali, aí, depois com o tempo, a gente foi transferido para cá (uma esquina da praça distante uns 50 metros da parada) e na época não tinha esses vendedores todos daí...

P. Quantos eram?

R. Na Época? Uns quatro vendedores só. (no momento da pesquisa são 12 da cooperativa, 25 da Associação dos vendedores de Alvorada e 1 de uma Associação "individual").

P. Isso há quanto tempo?

R. Bah?

P. Que idade tu tinhas?

R. Isso aí.... Na realidade na época eu nem existia.... Na realidade eu trabalho desde os 12 anos aqui.

P. Hoje tu tens que idade?

R. Hoje eu tenho 26. Eu trabalho aqui com os lanches de dia e a noite estou fazendo um técnico de enfermagem. Estou estudando e estou indo para o segundo módulo.

P. Tua ideia é sair daqui?

R. Talvez mais além, vamos ver como vai ser as coisas. Vamos ver como a gente vai conseguir jogar... Ou de repente fico aqui e trabalho a noite vamos ver...

P. E a praça como é que é? Segura?

R. Cara, a praça em si não é segura. Em eventos, assim, é perigoso, da briga.... Vários tumultos assim... Semana farroupilha no ano passado (2016) deu briga ali, deu arrastão, assaltos, falta mais segurança, mais policiamento, mais proteção, ali (centro da praça onde são montadas as barracas na Semana Farroupilha).

P. Muda o tipo de pessoas que circula na praça? Quem frequenta aqui?

R. Durante A Semana é... Tu vê o público mais velho, assim. Agora (próximo ao meio dia) o pessoal do colégio e no final da tarde tu vê o pessoal que faz caminhada... O pessoal que vem e retorna do serviço. Nos finais de semana tu vê mais família, assim, e as gurizadas que vem para curtir som.... Beber...

P. A gurizada que dias e a que horas?

R. Isso é mais domingo, sábados. No final de semana começa o movimento à tarde.

P. Tu nem trabalha de manhã?

R. Não. Nos finais de semana, só à tarde.

P. Normalmente qual é o período que tu trabalhas?

R. Trabalho das nove da manhã até umas seis e meia da tarde, mais ou menos. Isso de segunda a sexta. No sábado não trabalho e no domingo quando tem algum evento. Não são todos. E a maioria do pessoal trabalha sábado e domingo.

P. Os camelôs funcionam direto?

R. Os camelôs o forte deles é de segunda a sexta. Alguns trabalham sábado, domingo.... Outros não.

P. Como é que é trabalhar na rua?

R. Olha, é bom.... É diferente, é bom estar no público, a gente conhece várias pessoas, faz amizade.

P. Tu já tinhas trabalhado em outro lugar antes?

R. Eu trabalhei cinco meses em uma eletrônica.

P. E aí? A diferença?

R. É bem diferente, né? Esta acostumado a trabalhar para ti e, assim, é bem melhor trabalhar por conta. Eu acho que é bem melhor porque tu ganha mais, tu tens o teu horário, é bem melhor.

P. Quem é o teu público aqui? Trabalha com sorvetes...

R. Isso, trabalho com sorvetes no verão e no inverno trabalho com churros, pipoca e maçã do amor. O público como te falei é bem diversificado, tem crianças, os mais velhos e jovens... Todos os gêneros.

P. Quantos dependem desse negócio?

R. Trabalha eu e meu irmão. No caso, agora, ele foi almoçar, vai trazer o almoço para mim. A gente trabalha para nós mesmos.

P. Você é casado?

R. Não.

P. E a tua família não depende desta renda?

R. Não. O pai trabalha com construção, reformas, a mãe dona de casa, e eu e meu irmão a gente trabalha para nós, para as despesas nossas...

P. E a cooperativa?

R. A Cooperativa, na realidade, surgiu uma associação. Aqui na praça tem a associação...

P. A mesma dos camelôs?

R. Não é a mesma. O camelô tem a associação deles, tem a associação do Carlos, ali, e tem a nossa cooperativa que é a COOPEVA (Cooperativa dos Vendedores de Alvorada). E daí... Surgiu porque a gente queria colocar luz, legalizada na praça, para o pessoal usar... O pessoal estava usando da praça, ali, embaixo das caixas, vamos dizer tinha um "gato", ali, cada um puxava uma ponta e usava... Dai se reuniram e foi criada uma cooperativa, o fim principal, no início, foi a luz, foi esse o motivo.

P. Vocês fazem outra coisa além disso? Tem vida a cooperativa?

R. Puxa vida! Como é que vou dizer? No momento, não, mas deveria.

P. Porque a cooperativa o pessoal utiliza até para fazer compras juntos...

R. Compras, ter um caixa para investir...

P. Até para eventos. Quanto mais eventos, mais vocês ganham...

R. No momento, não está tendo nenhum evento, não tem festa nem nada.

P. Dizem que desde de outubro de 2016, nada...

R. Nada, nada, nada. A cultura da cidade está parada.

P. E é a cultura que sustenta isto aqui, não é?

R. É.

P. Sentiu que esta caindo o movimento?

R. Sim. Nos últimos anos está cada vez menor o movimento. Isso tem assustado bastante, mas isso é decorrência de não ter nada atrativo na praça e também caso da nossa crise, né. Essa crise, que em Alvorada é um lugar de pessoas bem pobres, assim tem influenciado muito.

P. Consegues tirar um salário mínimo daqui?

R. Não, um pouco mais.

P. O pessoal dos camelôs chega a tirar mil e quinhentos reais...

R. É na base disso aí.

P. Obrigado.

Entrevista 2 – Casal Antigo.

R1 – Mulher R2. Esposo. Ela secretária da cooperativa.

P. Estou fazendo uma pesquisa sobre a cooperativa e o trabalho das pessoas na rua, queria conversar um pouco contigo, pode ser? (Dirigindo-me para a mulher).

P. Fale da cooperativa...

R1. A Compreensão que se tem que eles não tinham complemento de gente.... Eu quase não paro aqui mesmo... A noite mesmo... Ficavam até a hora que dava.

P. Que tivesse movimento.

R1. Dai o XXX, que era da cooperativa, o que bota XXX lá. O XXX pediu para a gente colaborar, né. Dai eu colaborei com ele.

P. Era por causa da luz, não é?

R1. É por causa da luz. Eu não fico de noite. Ali pelas seis horas, seis e meia vou embora. Só quando tem uma festa, assim...

P. Durante o dia a senhora fica?

R1. Durante o dia, eu fico, né.

P. Quanto tempo a senhora está na praça?

R1. 13 anos.

R2. (Fala outro senhor, parado, ao lado dela, mostrando interesse na conversa): 15 anos.

P. Não é fácil...

R1. E R2. É... (Risos).

P. Vocês trabalhavam, antes, em outra coisa?

R2. Ela é aposentada enfermeira. Ela trabalhou 18 anos no hospital Santo Ângelo e 12 anos no Beneficência Portuguesa...

P. E resolveram... A aposentadoria esta difícil, não é?

R1. Muito ruim, é... Nós viemos no tempo do Carlos Brum (ex. prefeito ...). Nós trabalhávamos na frente do XXX. Ele assumiu e aí que a gente veio.

R2. No tempo da Estela (ex. prefeita...) Eu trabalhei lá.

R1. No sol quentes e essas coisas. É quando chove a gente não vem.

R2. O pontinho aqui tem vinte anos.

P. Eu quero aprender com vocês, como vocês aprenderam a trabalhar na rua? Ela era enfermeira como é se ver trabalhando num cachorro quente?

R1. É bom porque a gente tem contato com as pessoas. A gente tem contato com as pessoas.

R2. A gente tem contato com todo mundo.

R2. Esta fazendo um curso sobre o que?

P. Na verdade é um doutorado em educação.

R2. Meu filho é professor de educação física.

R1. A gente gosta é de conviver com o público, sabe? Eu trabalhei no hospital muitos anos e eu gostava era de trabalhar nas unidade, nem em CTI, em negócio fechado eu não gostava.

P. Gosta de lidar com as pessoas.

R1. Gosto de lidar com as pessoas, então para mim aqui é bom. Quando eu me aposentei eu cuidava de pessoas para fora. Trabalhei um ano e meio e daí eu larguei e fiquei só com aqui. Agora eu estou com 72 anos.

P. Sempre viveu em Alvorada?

R1. Não. Sou natural de Santo Ângelo. Em Santo Ângelo que comecei a trabalhar.

P. E em Alvorada?

R1. A vinte anos.

P. E como que era essa praça a vinte anos atrás?

R1. Ah.... Não tinha nada. Não tinha nada aqui. Tinha só uma carrocinha ali e aquela ali na frente da rainha das noivas. E tinha uns churros de uma mulher que já morreu, os netos dela que vendem, lá na ponta tem um sorvete, né? São os netos dela que atendem os churros. E ainda fazem churros.

P. Eles que estavam a vinte anos aqui?

R1. É isso aí filho.

P. Então tá. Muito obrigado.

Entrevista 3 – Casal comerciantes de churros.

R1 – Mulher R2. Homem. Membros da cooperativa.

P. Estou fazendo um trabalho de pesquisa, com o pessoal da cooperativa, já falei com a XXX.... Eu estou fazendo um trabalho de doutorado sobre como vocês aprendem a trabalhar aqui, tanto com o pessoal dos camelôs quando, aqui, na alimentação. A Sra. é da cooperativa?

R1. Vamos lá.

P. Muitas vezes quem trabalha na rua é mal visto, não é?

R1. Dizem este aí é um pobre coitado.

P. Como é o rendimento de vocês?

R1. Isso aí é assim, oh... É... A gente trabalha a busca do cliente, nós estamos esperando o cliente chegar, o cliente tem que chegar a vir até nós para comprar. Isso depende muito dos clientes que tem, da época do mês...

P. Vocês estão a quanto tempo aqui?

R1. Eu tô a 16 anos. Ele tá a dez.

P. Então vocês acabam conquistando o cliente?

R1. Eu tenho cliente que quando comecei a trabalhar aqui estava na barriga da mãe, hoje, já estão casado, quase. Hoje em dia a juventude casa bem cedo, tem filhos bem cedo, vem com o namorado, com o marido ou com os filhos, as vó vem com os netos, com os genros, com as noras aqui... E dizem eu comprava desde que estava grávida dela é muito bom e eu tô vindo comprar com ela já namorando e o genro junto ou o neto... Entendeu? Eu praticamente faço parte da vida deles porque eu vi grávida, vi bebezinho, pequeno, estudando, começando a estudar, já estão terminando o estudo, outros que estavam começando os estudos já estão fazendo faculdade e são meus clientes. Então prá mim eu não me arrependo muito.

P1. E quantos dependem deste negócio?

R1. Aqui é a minha família, né? Eram cinco, agora é três. E ainda, muitas vezes, da pra quebrar o galho dos filhos, estão casados, e que não tem um dinheirinho e a gente ajuda. Então quer dizer que pra mim é satisfatório trabalhar aqui, eu gosto muito. E nem sei trabalhar em uma empresa se um dia chegar a sair daqui e tiver que trabalhar em uma empresa fechada.

R1. Eu praticamente faço parte da vida deles porque eu vi grávida, vi bebezinho, pequeno, estudando, começando a estudar, já estão terminando o estudo, outros que estavam começando os estudos já estão fazendo faculdade e são meus clientes. Então prá mim eu não me arrependo muito.

P1. Não chegou a trabalhar em uma empresa?

R1. Não. Ele já trabalhou em uma empresa fechada...

P1. E aí?

R2. Tá louco. Aqui eu trabalho minhas seis horas e vou embora e tchau.

R1. Aqui a gente faz a hora.

R2. Em uma empresa a gente tem que trabalhar oito horas, corrido, e ainda tem que ter muito e ... (falta palavras e repete o "e."). Aqui o patrão sou eu, lá é o patrão que manda.... É assim e assado. Aqui eu faço à minha maneira que eu acho que consigo conquistar os meus clientes, em todo sentido, né? Então eu me sinto gratificante em trabalhar, né.

R1. Eu se sair daqui eu não sei eu não sei trabalhar em uma empresa fechada.

R2. Eu se for trabalhar numa empresa, acho que sou capaz de botar os cachorros no patrão e me mandarem embora.

R1. Eu prefiro ser mandada pelos clientes do que por um patrão. Se bem que o cliente acaba sempre tendo razão, mas é satisfatório é bom.

R2. Mas é bom é agradável porque sabe que aquilo que tu faz, tu gosta de fazer. Eu por exemplo comecei com churros faz dez anos, ela começou com menos que eu, eu que induzi ela a trabalhar aqui. Eu tinha oficina mecânica, trabalhava de mecânico.

P. Não se encontraram na praça, né?

R1. Não, não. A gente já fazia bastante tempo. Nós estamos a 32 anos de casados.

R2. Então é uma coisa assim... Como é que vou dizer... É gratificante porque tu trabalha, tu vai para casa descansado, tá com pouco dinheiro no bolso, mas aquele dinheirinho da para o teu dia, e a gente vai levando a vida né.

P. O pessoal se organiza por dia, não tem a ideia de quanto vai ganhar no final do mês, não é?

R2. Não, nós não podemos chegar assim, e dizer assim, vamos fazer uma compra aí de dois mil reais por mês, não tem como...

P. Tu pensa por dia...

R2. Sim. Por dia. E se eu vou comprar alguma coisa, eu vou me organizar, juntar o dinheiro e vou lá comprar à vista. Se eu fizer uma "prestãozinha" é muito light.

R1. Leve.

P. E a vida aqui na praça como é? O que vocês já viram, já assistiram...

R1. Aqui a gente vê até o que não quer.

R2. Vê louco, vê pessoa sã, vê de tudo que é jeito.

P1. A praça muda ao longo do dia?

R2. A noite a gente nem vem ver como é porque não dá.

R1. É a praça tem três estágios: de manhã é uma classe...

R2. De tarde é outra...

R1. Vai mudando né....

R2. A gente vai levando, eu conheço todo mundo. Eu moro aqui a trinta e poucos anos.

P. E como que surgiu a cooperativa?

R2. A principio a cooperativa foi fundada por causa da luz. A gente queria luz, né. Precisava da luz de noite, e então a gente resolveu funda a cooperativa porque uma pessoa física não consegue chega lá e pedir uma luz. Um órgão público, né.

R2. Então formamos a cooperativa com todos os associados, inclusive não é só aqui, tem duas, né. Tem mais a outra dele ali que é só dele.

R2. Não a dele é uma associação.

P. E tem a dos camelôs que também é uma associação...

R1. Também não deixa de ser uma cooperativa.

R2. Mas a dele é dele, a nossa é nossa!

R2. Na época ele não conseguiu tirar uma cooperativa sozinho e teve que criar uma cooperativa.

R2. Mas a nossa é a nossa. Nós não conseguia a luz, eu já tinha tentado, batalhado, um ano e pouco atrás de luz, só que a CEEE não nos dava a luz, nem a prefeitura nos autorizava quando era duas pessoas, três pessoas... A gente teve que fazer um grupo de 12 pessoas, associados na cooperativa, montar uma cooperativa, como já havia uma associação nós não podia montar duas associação na mesma praça. Então era assim, oh, uma cooperativa e uma associação, e como já tinha uma associação, dai partimos para uma cooperativa. Ai reunimos os 12 integrantes, ai foi escolhido o conselheiro, um presidente, um vice-presidente, secretário, tesoureiro, como tudo que depende, que precisa para uma cooperativa ou associação. E foi quando que a gente pegou um contador, né, o ... E foi isso, né. Prá fazer e montar nossa cooperativa. E dai a gente montou nossa cooperativa, foi pra CEEE com toda a documentação e conseguimos a luz, mas é devido, assim, mais pra...

P. Não pensaram em fazer outras coisas, via a cooperativa?

R1. Até de repente a gente podia pensar em fazer, né, mas é que aqui o povo é muito desunido. Um puxa para um lado outro puxa para o outro.

R2. Os ambulantes são desunidos.

R1. Eles assim pensam mais pelo lado de um, no lado de outro colega, né. Então é bem complicadinho isso aí.

P. E os preço vocês fazem concorrência ou procuram, pelo menos, se ajudarem?

R1. A gente que é da cooperativa se reúne, eu tô cobrando esse preço, o que tu achas? Vamos botar tudo o mesmo preço? É todos o mesmo esse preço.

R2. Tem o outro daquela outra cooperativa, aquele ali, não o mesmo preço...

R1. Tem produtos que... O meu produto aqui é R\$ 3,50 o da ... é três reais.

P. Uma coisa que eu não entendi ainda é porque que tem duas: a cooperativa e a associação?

R2. Tem porque o cara é Não sei...

P. Ele tem mais dinheiro? Está melhor?

R2. Não, não é mais dinheiro não. É a iniciativa que ele veio a tomar conta...

R1. É assim, oh. Ele não é tanto em poder de dinheiro, menos dinheiro ou mais dinheiro que a nossa cooperativa, e que tem pessoas... A gente entra em uma associação pensa que todos somos iguais e ao conversar com uma pessoa sempre tem um diferente. O problema é assim, oh, ele é uma pessoa que quando ele montou a cooperativa dele, tava todos com ele, quando ele fez reuniões, e reuniões, e a gente achou que aquilo era coisa meia de mais e... Quando eu fui para a associações deles eu recuei, eu disse agora, eu não vou se vocês querem ir vocês vão, e aí como ele tinha aceitado quatro, da nossa cooperativa que nós temos, hoje, e os outros ele recusou e não quis aceitar.

P. A cooperativa tinha dono então?

R1. Dai eu sai e disse quem quiser entrar que entre, eu não quero. Aí como tinha aqueles restantes que ele não aceitou, que aconteceu eles veio comigo, veio para o meu lado.

R2. Ele estava escolhendo gente pro seu lado.

R1. Dai a gente fez uma reunião e, como eu achei que era coisa de mais, eu saí, e disse: quem quiser fica, quem não quer vem comigo, e aí, na hora, quatro já saíram, lá da associação dele.

R1. Aí os outros outros que ele não quis aceitar, que ele tava escolhendo, vieram para nossa, aí que nós formamos um grupo de 12.

R2. E o resto que ele botou...

R1. Não era daqui, não era daqui. Ele tinha que botar mais integrantes para completar.

R2. Para fazer número.

R1. Ele tava cobrando alguma coisa que não era devido, que não era cabível, entendeu?

R2. Quando nós fizemos isso aqui nós gastamos seis mil...

P. Vocês fizeram as caixas para a instalação elétrica?

R1. Essa aqui é nossa, aquela ali é da associação dele...

R2. É dele!

R1. Montamos aqui quatro caixas. Quatorze pessoas, doze integrantes...

R2. Não é quatro é três.

R1. Isso aí, é três mesmo.

P. (o pesquisador compra um refrigerante na banca da entrevistada e descontraí ainda mais a conversa). A entrevistada desabafa:

R1. Quando a gente trabalha assim, com bastante pessoas, nem todos pensam da mesma forma que a gente pensa.

P. Isso é verdade...

R1. Então, mas a gente tem um grupo bem legal! Se estão desorganizados, se tem algum problema, um vai buscar ajuda para o outro. As vezes tem muitos que não se acertam e agente tem que usar um jogo de cintura, no fim terminado tudo embora...

P. Isso as vezes acontece até dentro de uma empresa.

R1. É as vezes não esta satisfeito um com o outro.... É tudo difícil.

P. Lembra o primeiro dia que a senhora botou a banca?

R1. Lembro.

P. E aí?

R1. Fui para o supermercado feliz.

R2. Hoje, se eu sair daqui com menos de cento e cinquenta vou para casa triste.

P. Mas deu um pavor, não deu?

R2. (Risos). Deu! É que quando eu comecei aqui, eu já vinha vindo lá de cima, eu ja tinha trabalhado dois anos na frente do mercado.

P. Então não foi a primeira vez que estava na rua...

R2. Quando eu pensei em trabalhar, aqui, porque eu estava cansada de ver o meu marido levar calote na oficina, digo bom, eu vou sair fora, vou trabalhar para ajudar ele. Foi onde comecei a trabalhar lá, trabalhei dois anos e vim para cá.

P. E ai teve que começar tudo de novo...

R2. Tem que conquistar o cliente para vim comprar de ti.

P. Não é como se pensa que é só colocar a banquinha?

R2. Não. Se não vender um bom produto e conquistar o cliente ele não vem mais. Pode ser um produto bom, mas se não tratar bem.... Não pode trazer o problema de casa para o trabalho.

P. E a variedade de produtos? Vi que aqui a senhora vende churros de dois tipos...

R2. Eu tenho, na real, os três sabores, mas agora, como é verão, eu não botei o outro ainda. Eu tenho de leite condensado, doce de leite e chocolate.

P. Cada sabor tem que ter uma máquina?

R2. Uma maquininha no valor de mil e oitocentos reais, cada máquina. É cara.

P. E o conteúdo? Os ingredientes do recheio? Tu compra pronto?

R2. Vem da Ceasa. Vem lacrado...

P. Vem em latas?

R2. Dai a gente bota em uma sacolinha para não pegar poeira.... Abre, repõem, e bota...

P. E o churro? Vem pronto, também?

R2. Ela vem pronta de casa. Ai a massa eu que faço.

P. Você produz, na realidade, a massa?

R2. Produzo a massa. A massa é minha fabricação própria.

P. É ai que muda o gosto...

R1. Cada um faz uma receita. Cada um tem uma maneira de fazer.

P. Por isso que pode dar um churro melhor que o outro.

R1. O doce é doce é o mesmo. É que nem quando se vai numa padaria e vai na outra já mudou. Muda, né? É a mesma coisa os churros aqui, eu tenho uma maneira, a vizinha tem outra receita... Tudo diferencia, né? Mas o doce, como diz o outro, é tudo doce. Tem uns que usam a mesma marca, outros usam marca diferente.

P. Existem mais variedades de churros?

R1. Pretendo bota, existe. Com outros sabores.

P. Existe salgado?

R1. Eu nunca comi, mas dizem que tem. Tem os churros que é recheado por dentro e tem churros recheados por fora. O tradicional é assim. E tem os churros que já foi modificado o recheio, as decorações dele, que é uns churros decorado. Ele é recheado por fora, vai dentro de uma caixinha, bem mais prático que esse aqui. Ele é recheado por fora. Eu creio que assim como a pizza que tem vários recheios tem vários churros com outros recheios.

P. Dentro de um shopping um negrinho é seis reais e esta cheio de gente...

R1. Dentro do Shopping é dentro do Shopping, o pessoal tem dinheiro, vai para gastar. Nós pegamos o pessoal bem de vida, o pessoal bem pobre, o pessoal mais pobre. O pessoal que chega aqui e não tem dinheiro para pagar, não tem três reais. Ai, tu fazes dois e cinquenta e a pessoa diz tudo bem vai, mas aquele cliente o dia que ele tem dinheiro ele compra, viu? Entendeu? Eu vou lá porque ela me fez mais barato.

P. Muito obrigado, pela aula. Foi muito bom, mesmo. Quando tiver pronto o trabalho eu trago um resumo para vocês.

R1. Para nós, falarmos com outras pessoas, que não são daqui, que estão fazendo uma faculdade, para nós é gratificante. Sabe porque, porque a gente tá vendo que tem pessoas que estão estudando e estão interessadas e uma hora pode nós ajudar, né?

P. Aqui nunca sai matérias sobre vocês, nos jornais daqui, de reportagens?

R1. Tem um jornal que bota reportagens nossa, mas aí é pagando.

P. Somente pagando?

R1. É só pagando.

P. Não, estou falando é sem pagar. Nunca nenhum se interessou em contar a história de vocês?

R1. Não, não. Nunca ninguém teve a intensão de contar a nossa história. Ah, fulano trabalha a tantos anos, a outra fulana trabalha a dez anos, e sustentou a família, e criou a família...

R1. A gente nunca teve uma pessoa que veio aqui e fez uma entrevista, como o senhor fez, a não ser quando vem aqui e dizem que amanhã ou depois nós podemos tirar vocês daí. Em vez de nos incentivar, eles...

P. Quero ver se escrevo alguma coisa depois e mando para os jornais, depois que tiver concluído o trabalho.

R1. Até hoje, ninguém apareceu aqui para divulgar nosso trabalho, apenas para nos desvalorizar.

Entrevista 4 – Comerciante Curioso

R1. O que é isso aí?

P. Eu não conversei com o senhor?

R1. Não. Do que é?

P. É sobre o comércio de rua em Alvorada, estou fazendo uma tese de doutorado.... Até achei que tinha entrevistado todos. Estou conversando com a Cooperativa da alimentação e a Associação de vocês. Por isso que seguido estou por aqui olhando, conversando com um e outro. Talvez você estivesse de férias, e não tenhamos conversado.

R1. De folga...

P. O meu estudo é, em educação, como vocês aprenderam a vender?

R1. Aqui foi na marra! Em primeiro lugar tem que ter educação para poder atender as pessoas, ser educado. Tem gente que chega aqui, tocando as patas na gente, mas não dá para ficar quieto também, né? As vezes vem xingando a gente porque tem alguma coisa estragada, a gente não tem culpa de ter estragado.

P. Mas, se tu vai em uma loja pode comprar estragado também...

R1. A gente troca, mas a pessoa tem que chegar aqui com calma, explicar, as vezes a pessoa não sabe mexer em um negócio que foi comprado, né? As vezes, a gente, mexe ali, arruma, e carrega na hora, as vezes é um carregador, uma coisa... Coisinha simples, a gente troca. Já aconteceu comigo, a pessoa veio aqui, já usaram cinco, seis vezes, arranharam, e vieram trocar ainda... E, eles brigaram comigo porque eu não troquei. Tudo sujo e quebrado...

P. Eu volto para conversar mais vezes.... Obrigado.

10 APENDICE B – FORMULÁRIO DAS ENTREVISTAS QUANTITATIVAS

CÓDIGO: _____ DATA: 06/02/2017 LOCAL: PRAÇA CENTRAL / ALVORADA

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Raça : Branco () Preto () Pardo () Amarelo ()
- 3) Faixa etária:
 - 0 – 17 ()
 - 18- 25 ()
 - 25 – 45 ()
 - 45 – 60 ()
 - +60 ()
- 4) Número de anos de estudo ()
- 5) Trabalhou anteriormente em outra atividade () Sim () Não
- 6) Qual: _____
- 7) Já teve Registro em Carteira () Sim () Não
- 8) É MEI? _____
- 9) Quanto tempo demora para vir de casa: _____
- 10) Ano que iniciou nesta atividade de vendedor ambulante ()
- 11) Provedor da família: () Sim () Não
- 12) Conjuge: () Sim () Não
- 13) Profissão do conjuge: _____
- 14) Faturamento Médio: _____ Líquido _____
- 15) Número de filhos menores de 18: _____
- 16) Trabalha Seg/Sex () Sábado () Domingo () feriados ()
- 17) Horário: _____ as _____
- 18) Traz comida de casa () Sim () Não Sai para almoçar () sim () não